

SUBDIVISÃO, POSSE E USO DA TERRA
NO PARANÁ.

NOVEMBRO/1976 - (CODESUL)

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
CODESUL

GOVERNADOR SINVAL GUAZZELLI - Presidente
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR - Vice-Presidente
GOVERNADOR ANTONIO CARLOS KONDER REIS - Vice-Presidente

SECRETARIA EXECUTIVA

Leodegar Jost - Secretário Executivo
Carlos Roberto Martins Brasil - Secretário Assistente -
Escritório de Porto Alegre
Ario Taborda Dergint - Secretário Assistente - Escritório de Curitiba
Amauri Camilo Cantú - Secretário Assistente - Escritório de Santa Catarina.

APRESENTAÇÃO

O Estado do Paraná tem sua economia estribada no setor primário. O fator natureza é pois elemento fundamental no seu processo produtivo. Assim, cabe a terra, grande responsabilidade na geração da riqueza. Dinamismos e dificuldades estão condicionados, em grande parte, aos aspectos de produtividade, tecnologia utilizada e processos distributivos. A divisão da terra e sua posse são elementos fundamentais elucidativos de uma gama de efeitos que sem aqueles conhecimentos torna-se de difícil entendimento. Esses foram os motivos que justificaram o interesse do governo do Paraná na concessão do presente estudo que esteve a cargo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

Codesul, novembro de 1976

Leodegar Lost
Secretário Executivo

I N D I C E

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1 - Objetivos e Limites do Trabalho	2
1.2 - A Estrutura do Trabalho	3
2. O Paraná: Antecedentes	5
2.1 - Caracterização da Base Natural	6
2.2 - A Ocupação Paranaense	11
2.2.1 - O Ciclo do Escravo-Indígena	13
2.2.2 - O Ciclo da Mineração	15
2.2.3 - O Tropeirismo	16
2.2.4 - O Ciclo da Erva-Mate	22
2.2.5 - O Ciclo da Madeira	27
2.2.6 - O Café	33
2.2.6.1 - O Norte Velho	34
2.2.6.2 - O Norte Novo	39
2.2.6.3 - O Norte Novíssimo	48
2.2.6.4 - O Norte como um Todo	50
2.2.7 - Oeste e Sudoeste Paranaense: Um Caso Especial ..	53
3. A Estrutura Fundiária	61
3.1 - A Subdivisão da Terra	66
3.1.1 - A situação do Paraná em Relação ao Brasil e Esta dos Brasileiros	66
3.1.2 - Análise das Mudanças Ocorridas entre 1960 e 1970 .	73
3.1.3 - A Distribuição dos Estabelecimentos e Imóveis no Paraná	84
3.2 - A Posse da Terra	94

3.2.1 - A Situação da Posse da Terra no Paraná em Comparação com Outras Unidades da Federação	97
3.2.2 - Evolução das Condições de Posse da Terra no Período 60/70	103
3.2.3 - Posse e Subdivisão da Terra	113
3.2.4 - Alguns Indicadores da Condição do Produtor no Para- ná em 1970	118
3.3 - O Uso da Terra	124
3.3.1 - A Situação do Paraná em Relação ao Brasil	124
3.3.2 - Variação no Uso da Terra no Período 1960/70	128
3.3.3 - O Uso Atual da Terra no Paraná	137
3.3.4 - Subdivisão e Uso da Terra no Paraná	143
3.3.4.1 - Subdivisão da Terra, por Grandes Catego- rias de Uso: Análise da Evolução 1960/70 ..	144
3.3.4.2 - Uso da Terra por Grupos de Área Total: Variação 1960/70	152
3.3.4.3 - Subdivisão da Terra por Categoria Especí- fica de Uso, 1970	157
3.3.4.4 - Uso da Terra segundo Categorias Específi- cas, por Grupos de Área Total, 1970	159
3.3.5 - Posse e Uso da Terra no Paraná	162
3.3.5.1 - Posse e Uso por Grandes Categorias: Varia- ção 1960/70 e Uso Atual	162
3.3.5.2 - Posse e Uso por Categorias Específicas ..	167
4 - Resumo e Conclusões	172
5 - Apêndice	192
6 - Referências Bibliográficas	207

1. Introdução

1.1 OBJETIVOS E LIMITES DO TRABALHO

O presente trabalho é resultado de convênio firmado entre o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Embora seus objetivos e limites estejam demarcados pelas condições, prazos e recursos definidos no convênio, este estudo não se encerra em si mesmo; ao contrário, é parte integrante do Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná, em execução no IPARDES.

No esquema geral do "Diagnóstico", pode-se observar a sua divisão em três grandes sistemas: Sistema de Sustentação, Sistema de Atividades e Sistema de Controle. O primeiro deles engloba a base natural mais o trabalho nela incorporado pelo homem, subdividindo-se em Subsistema Natural e Subsistema de Estruturas.

A "Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná" é uma parte do estudo da Estrutura Agrária que, por sua vez, está contido no Subsistema de Estruturas.

Desta forma, o enfoque das análises do trabalho é "estrutural", básico. O seu objetivo central é descrever o tamanho, a forma de administração (posse) e o tipo de atividade (uso) desenvolvida nas unidades de produção agropecuária, porém sempre encarando-os como resultado da ação dos homens (através do processo de ocupação) sobre a natureza (base natural ou física).

Neste sentido, seu objetivo é o de fornecer o máximo de informações criticadas e sistematizadas, adquirindo, portanto, um caráter mais descritivo que conclusivo.

Normalmente o manuseio das informações agropecuárias é feito de forma parcial e superficial. Tal prática implica na repetição do trabalho de consulta às fontes e sistematização de dados coletados, além de induzir a erros analíticos. Cada estudo abrange apenas uma ou algumas das microrregiões do Estado e, no geral, as metodo-

logias utilizadas não permitem comparações diretas entre os dados. Por outro lado, na medida em que se analisa o Estado como um todo, tem-se disponível um conjunto de informações sistematizadas que permite que se tenha uma idéia comparativa de suas partes componentes (microrregiões).

Por si só a tarefa de criticar e sistematizar informações e confrontar fontes justificaria este trabalho, mas ele se propõe a ir um pouco além: tentar detectar as interrelações das variáveis mais significativas.

1.2 A ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro aspecto abordado no estudo diz respeito à base natural, onde são apresentadas, de maneira sucinta, as características morfológicas e edafo-climáticas do território paranaense. Não se julgou necessário alongar-se nesta parte porque ela vem sendo exaustivamente estudada pelo IPARDES, através de projeto específico de Re cursos Naturais.

Em seguida descreve-se o processo de ocupação deste território — quando e como se deu a ação dos homens so bre a base natural —, a origem dos colonizadores, seus motivos para migrar, suas atividades econômicas, etc., en fim todo o processo histórico de constituição da estrutura agrária paranaense. Esta parte é abordada através dos principais ciclos econômicos, utilizados como eixos centrais de análises que tentam depreender, ao máximo que as informações disponíveis permitam, as consequências destes ciclos em termos dos assentamentos rurais.

O corpo central do estudo abrange a subdivisão (tamanho), posse (forma de administração) e uso da terra no Paraná, no período situado entre os recenseamentos de 1960 e 1970. Admitimos que a distribuição dos estabele

cimentos agrícolas segundo grupos de área total é uma função do tipo de posse ou forma de administração a que está sujeita a unidade produtiva rural. Por sua vez, o tipo de posse depende do uso que é dado à terra. Assim sendo, somente é possível um estudo global da estrutura agrária levando-se em conta estes três aspectos e suas interrelações. Esta é a parte mais densa do trabalho, pois apresenta uma grande quantidade de informações.

Finalmente apresenta-se um capítulo que compreende o resumo dos principais pontos levantados e algumas das conclusões possíveis de serem inferidas a partir das análises efetuadas.

A estrutura e as metodologias adotadas neste estudo, a nível estadual e microrregional, permitem a extensão das análises ao plano municipal, o que é fundamental para a compreensão de alguns dos fenômenos abordados apenas superficialmente.

As principais interrelações efetuadas fornecem as bases para o desenvolvimento de estudos sociológicos, econômicos, tecnológicos e outros que, uma vez detonados, realimentarão novos estudos referentes a esta mesma base. Assim formar-se-á, pouco a pouco, uma visão global de toda a atividade produtiva paranaense.

2. O Paraná: Antecedentes

Cobrindo uma superfície de 201 203 km²,¹ o Estado do Paraná não pode ser visto como um todo homogêneo, tanto do ponto de vista de sua colonização como do de sua base física. Um estudo através desses dois enfoques revela-se de grande importância explicativa pelo fato de que o desenvolvimento diferenciado de suas regiões resultou de variações ou nas condições naturais ou no momento histórico de suas ocupações.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA BASE NATURAL

Do ponto de vista de sua base natural, uma primeira macro-visão do Estado é dada através da delimitação de suas zonas de paisagens naturais. "A divisão dessas zonas baseia-se na posição das escarpas, vales dos rios e divisores de água, assim como no caráter fisiográfico unitário da paisagem dentro de tais limites naturais."²

Assim, o Estado pode ser dividido em duas grandes regiões naturais: o litoral e o Planalto Meridional, separados por uma zona de serra, cuja cadeia é denominada "Serra do Mar".

O litoral do Paraná é muito estreito e suas condições naturais tornaram, durante muito tempo, deficitário o povoamento da região. Já o planalto apresenta condições naturais mais favoráveis. Portanto, geográfica e economicamente, o Paraná tem que ser considerado como um Estado de planalto ou de interior.

O Planalto Meridional se inclina para o interior até o Rio Paraná, sendo essa inclinação duas vezes interrompida por degraus que dividem o grande planalto em três unidades morfológicas ou planaltos do interior (ver Pran

¹ Ver: MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Curitiba, 1968. 350p.
Esse mesmo dado, pela Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, é de 199 060 km².

² Ver: MAACK, Reinhard, *op. cit.*

cha 2.1.(1ª)):

- a) primeiro planalto ou planalto de Curitiba;
- b) segundo planalto ou planalto de Ponta Grossa;
- c) terceiro planalto ou planalto de Guarapuava.

Apesar da uniformidade na conformação da superfície do terceiro planalto, este apresenta variações devido ao fato de estender-se sobre diferentes zonas climáticas.

Geologicamente, e também de maneira sintética, podemos distinguir no Estado cinco formações distintas: faixa litorânea, zona de granito, arco sedimentário, zona de basalto e zona de arenito, que se superpõem às zonas de paisagens naturais (ver Prancha 2.1.(2ª)). O arco sedimentário corresponde aproximadamente ao segundo planalto e as zonas de basalto e arenito, ao terceiro planalto. Sobre a base de basalto aparecem os solos férteis de terra roxa. Na parte Noroeste do Estado estão as manchas de arenito, solos facilmente suscetíveis a erosão.

Em função da posição geográfica que o Estado do Paraná ocupa (aproximadamente entre as latitudes 22° 30' e 26° 30'), do relevo, da maior ou menor distância da costa (continentalidade), exposição às massas de ar, etc., pode-se dividir o Estado em 3 tipos climáticos principais: tropical, subtropical e temperado (ver Prancha 2.1.(3ª)). A linha de geadas funciona como um fator limitante do uso do solo. Ela segue aproximadamente o paralelo 24 que normalmente é usado como divisor do Norte do Paraná. "A ocorrência de baixas temperaturas no inverno limita as possibilidades de cultivo de produtos agrícolas de natureza tipicamente tropical. Explica-se, assim, por que as culturas de algodão, amendoim e menta ocorrem predominantemente ao Norte do Paraná, única subregião onde também se desenvolveu o café, apesar de sofrer por vezes a ação devastadora das geadas."³

³ PAIVA, Ruy Miller *et alii*. *O setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades*. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1973. 456p.

PRANCHA 2.1. (1ª)

ZONAS DE PAISAGENS NATURAIS DO
PARANÁ



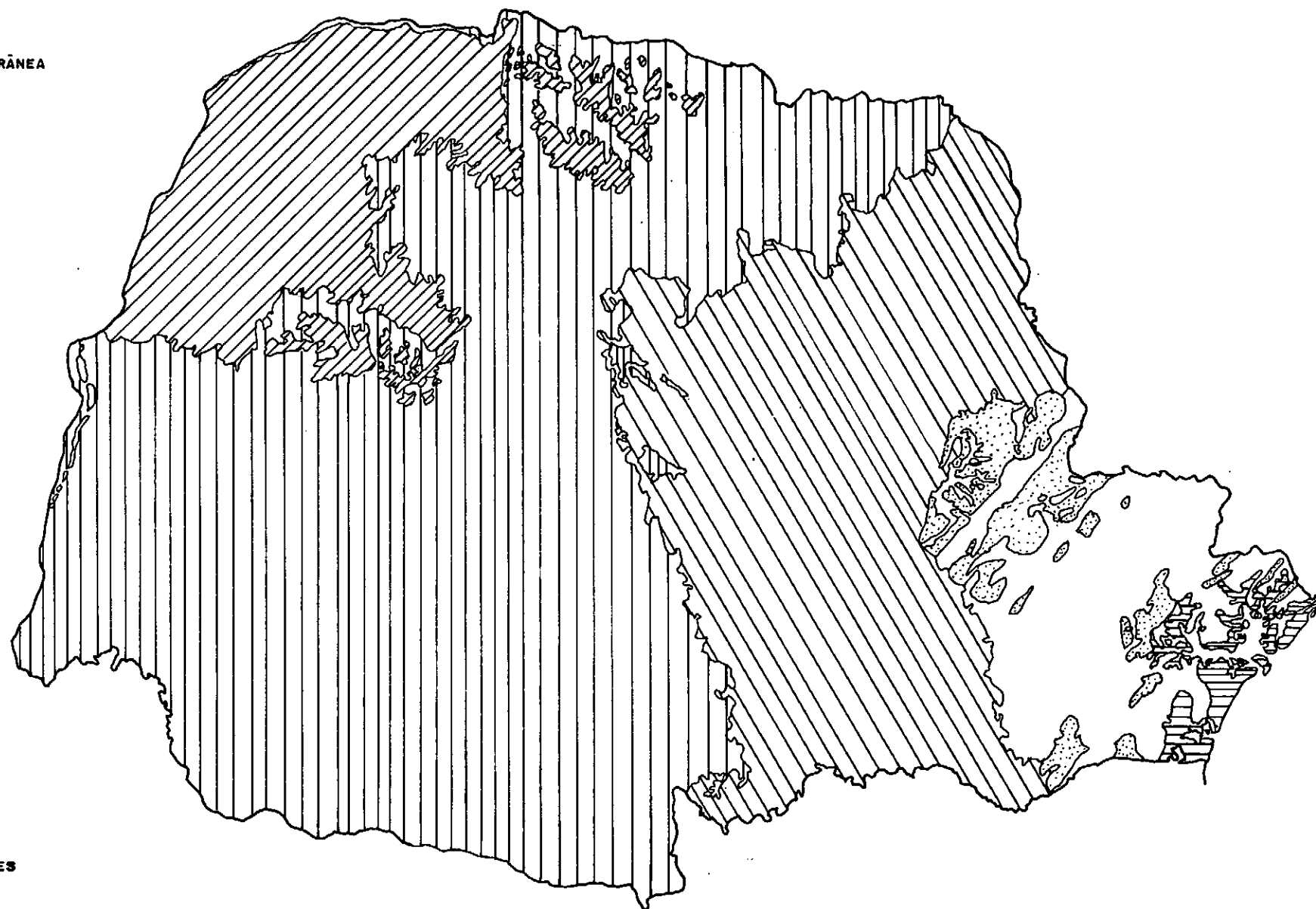
FONTE: MAACK, REINHARD.

GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA - 1968.

PRANCHA 2.1 (2º)

FORMAÇÕES GEOLÓGICAS
PARANÁ

-  — ARENITO
-  — BASALTO
-  — ARCO SEDIMENTÁRIO
-  — GRANITO
-  — FAIXA LITORÂNEA



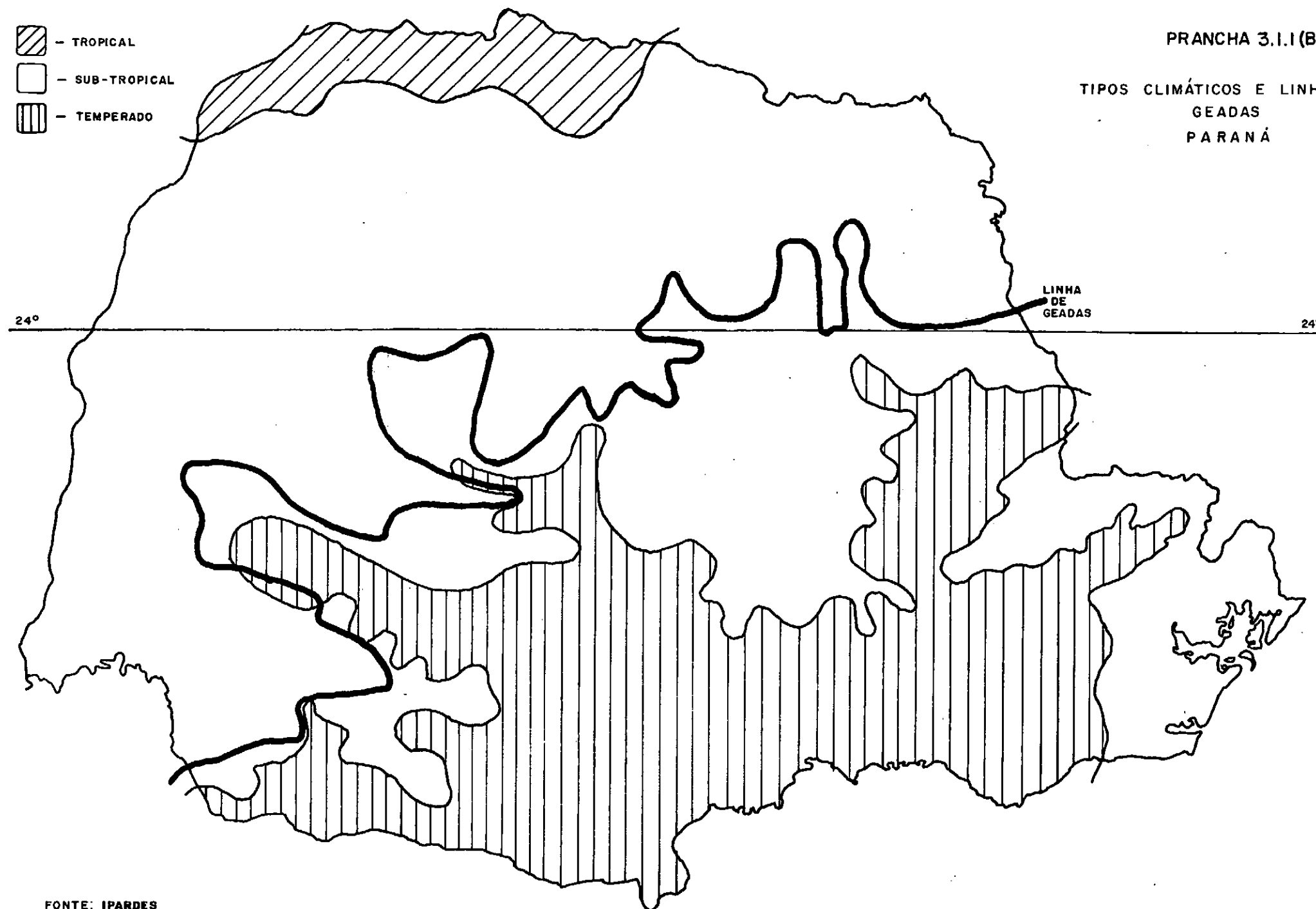
FONTE: IPARDES

PROJETO
SOM

PRANCHA 3.1.1(B)

TIPOS CLIMÁTICOS E LINHA DE
GEADAS
PARANÁ

-  - TROPICAL
-  - SUB-TROPICAL
-  - TEMPERADO



FONTE: IPARDES

Devido ao clima favorável, com precipitações distribuídas sobre todos os meses do ano, as florestas tenderam a dominar a maior parte do Estado, transformando-o numa das áreas mais ricas em matas do Brasil até a poucos decênios. Atualmente, devido à intervenção do homem com queimas e roçadas, grande parte dessas florestas foi devastada e as áreas correspondentes, incorporadas à agricultura. Esse processo foi notório na região Norte do Estado, com a expansão do café e o rápido desaparecimento da mata tropical-subtropical.

Manchas de campos limpos e cerrados, ocupando aproximadamente 30 500 km², originários de épocas primitivas, permanecem até hoje pouco alteradas em certas regiões (ver Prancha 2.1.(4ª)). Os campos cerrados ocupam pequena porção na região das cidades de Jaguariaíva e Sengês e, mais a oeste, em Campo Mourão. Já os campos limpos ocupam área maior, aparecendo nos três planaltos. No primeiro planalto, têm-se os Campos de Curitiba (atualmente incorporados às culturas) e os Campos de Castro. No segundo planalto, aparece uma longa faixa, desde Tibagi, passando por Ponta Grossa e atingindo Rio Negro. No terceiro planalto, estão os campos de Guaraçuva e Palmas, de fertilidade superior aos anteriores.

2.2 A OCUPAÇÃO PARANAENSE

A área hoje ocupada pelo Estado do Paraná começou a ser explorada a partir do século XVI e é possível dizer-se, na atualidade, que este território está formado por três grandes comunidades, provenientes de ondas de colonização efetivadas em momentos e circunstâncias distintos. Estas grandes comunidades seriam o Paraná Tradicional (Centro-Sul), o Norte e o Oeste (Oeste-Sudoeste).

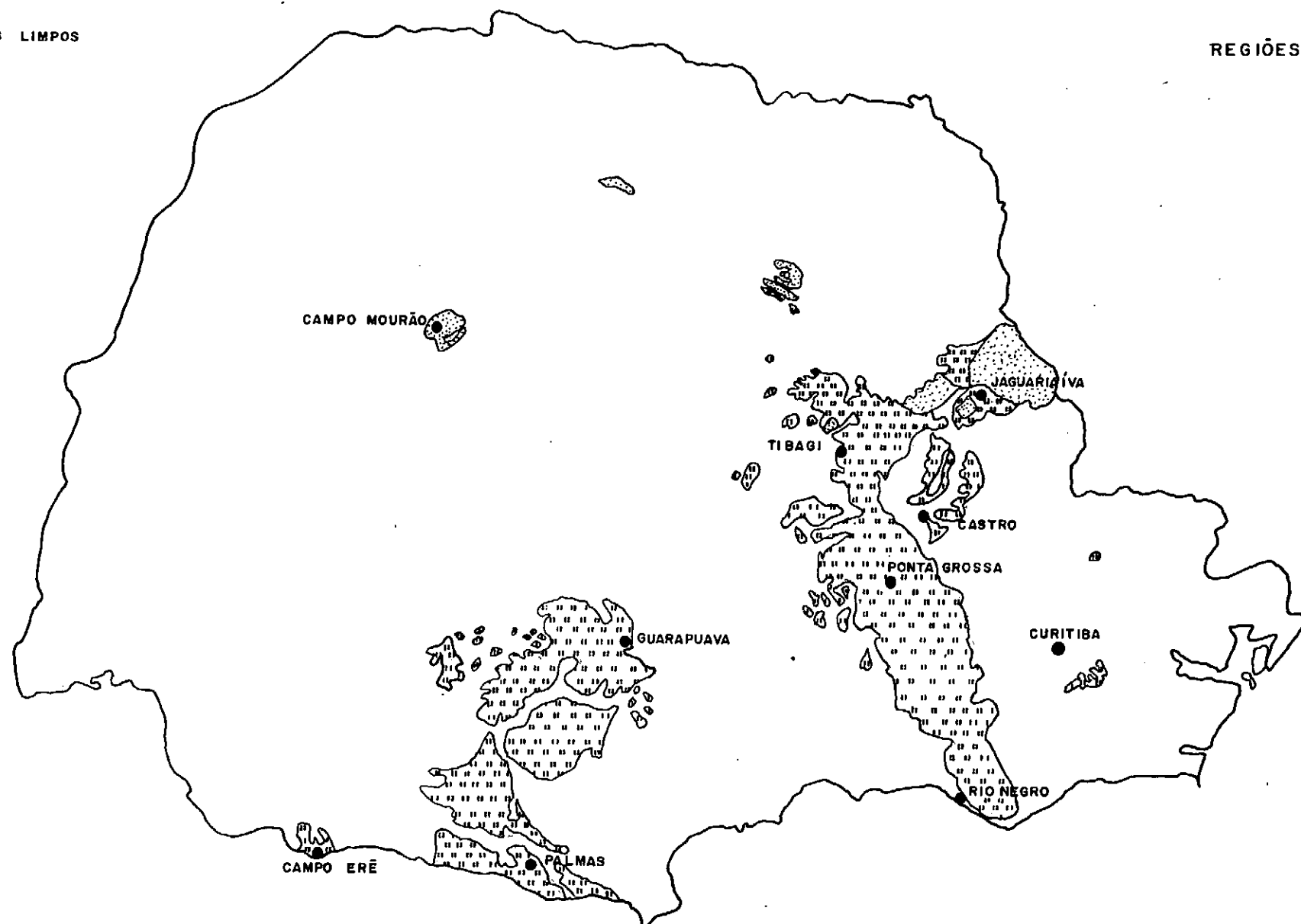
Ainda que possam ser tomadas como três grandes comunidades pelas propriedades mais gerais que as delimitam, não se pode afirmar que cada uma mantém absoluta homoge-

SPOUTER
Good

-  - CAMPOS CERRADOS
 - CAMPOS LIMPOS

PRANCHA 2.1 (4º)

REGIÕES DE CAMPOS NO
PARANÁ



FONTE: MAACK, REINHARD.

GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ.
CURITIBA, 1968.

N.M.

neidade interna. Ao contrário, características singulares subdividem o Norte em Velho ou Pioneiro, Novo e Novíssimo. O Paraná Tradicional não é o mesmo no litoral, centros industriais e nos Campos Gerais. O Oeste, no início tomado como um bloco homogêneo em vista da forma de ocupação, solo e topografia, apresenta hoje a subdivisão em Extremo Oeste e Sudoeste.

Mas o que se constata de comum nas três regiões (ou comunidades regionais), aquilo que lhes confere a propriedade de, em seu conjunto, historiarem a colonização paranaense a partir de um eixo principal, é o fato de cada uma delas ter tido como fio condutor do processo uma ocupação determinada e definida pelos grandes ciclos econômicos verificados no Estado.

Os ciclos mais significantes e que serão apresentados em seguida foram: o do escravo indígena, o do ouro, do tropeirismo, da erva-mate, da madeira, o do café e, muito recentemente, o da soja.

2.2.1 O Ciclo do Escravo-Indígena

No início do século XVI, duas correntes povoadoras penetram o território paranaense vindas de diferentes direções: os vicentistas, da colonização portuguesa, rebuscando o litoral paulista à cata de ouro, chegam às costas paranaenses reconhecendo aluviões auríferos na baía de Paranaguá; os espanhóis, vindos de Assunção, ocuparam a região correspondente à margem esquerda do Rio Paraná. No intuito de manter um caminho alternativo para se chegar às minas de prata do Peru, a ocupação espanhola veio enfrentando constantes conflitos com os indígenas. A situação assim configurada levou à entrega da pacificação dos indígenas aos jesuítas que, em 1609, criaram a Província Jesuítica do Paraguai e estenderam sua atuação à margem direita do Rio Paraná. Em poucos anos se formaram treze aldeias, chamadas reduções, em

terras situadas entre o Rio Paraná e o Rio Tibagi. As reduções concentravam índios catequizados que desenvolviam uma agricultura comunal.

Simultaneamente   penetração vicentina no litoral, partiam de São Paulo "bandeiras" cujo objetivo era a captura de índios para vendê-los como escravos. Sabedores da concentração de indígenas pacificados e, de certa forma, portadores de qualificações para os trabalhos agrícolas e pastoris, sucederam-se os ataques das "bandeiras". Comandados por Raposo Tavares e Manuel Preto, os bandeirantes, em apenas quatro anos (de 1628 a 1631) arrasaram as comunidades indígenas, capturando os  ndios. Estes, cativos, foram vendidos no litoral e exportados para o Nordeste. Em consequência dessas ações os jesuítas espanhóis abandonaram o território paranaense.

Desta maneira, a primeira atividade econômica significativa no Estado do Paraná foi a captura de indígenas. Sobre ela poucas estatísticas são conhecidas. "Sabe-se, porém, que, no século XVII, São Paulo exportou cerca de 90 000 escravos índios, com um valor aproximado de  560 000. Era o principal artigo de exportação da Capitânia, e esse valor correspondia a um terço das exportações anuais de a   ar do Nordeste."⁴

Desta primeira atividade restaram as ruínas de Loreto, Santo In cio, Vila Rica e Jesus Maria, posteriormente vilarejos ou núcleos iniciais de cidades (Santo In cio) e os caminhos abertos pelas bandeiras em sua penetração.

O ciclo do escravo  ndio não se caracteriza pelo povoamento efetivo das áreas das reduções. Pelo contrário, foi uma ocupação cujos limites temporais são estabelecidos pela duração da experiência catequizante aliada à capacidade de resistência da população aos ataques armados dos bandeirantes.

⁴ MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Evolui  o histórica da economia paranaense*. [Curitiba], Departamento de Ciências Sociais, Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, s.d., 19f, p.2.

2.2.2 O Ciclo da Mineração

A origem dos primeiros povoadores do Paraná pode ser atribuída à busca do ouro, atividade que se tornou expressiva nas primeiras décadas do século XVII.

Aluviões auríferos localizados às margens da baía de Paranaguá, nos córregos e rios que descem a Serra do Mar, atraem grupos que, partindo do litoral paulista, aí se estabelecem. Alguns na baía de Paranaguá e adjacências e outros às margens do Açungui (originando a atual cidade de Cerro Azul), no vale do Ribeira.

Caracterizando-se os mineradores como uma população instável — pelo próprio tipo de atividade —, na medida em que os veios auríferos iam-se esgotando, deslocavam-se para novas regiões de extração mineral. Deste modo os colonizadores subiram a Serra do Mar alcançando o planalto curitibano.

Em termos físicos, o litoral e a bacia do Ribeira não ofereciam condições favoráveis ao povoamento como outras regiões de São Paulo e do Paraná: os vales eram insalubres, as baixadas do litoral, úmidas e a Serra se apresentava com encostas íngremes e contrafortes cobertos por mata densa e intrincada.

No decurso da atividade mineradora, os núcleos inicialmente formados no litoral convergiram para o planalto de Curitiba, onde as condições naturais eram mais própicias à fixação do homem.

Decorrente da atividade extrativa surgiu uma pequena agricultura, necessária ao abastecimento dos arraiais e vilas. Esgotado o ouro, em poucas décadas, a ocupação permaneceu com base na agricultura de subsistência, predominando o cultivo de trigo e subdividindo-se a terra em grandes propriedades isoladas ao redor das vilas existentes.

No litoral, após a decadência da mineração, somente se manteve uma pequena faixa em torno de Paranaguá, Antonina e Morretes, cidades que repartiam a função de por

tos, de onde se partia para atingir o planalto. De um modo geral, a região litorânea localizada entre a serra e o mar permaneceu despovoada até fins do século XIX, quando ocorreu nova tentativa de colonização.

Na zona do planalto a economia de subsistência permaneceu por quase meio século, até a ocorrência de novo ciclo econômico.

2.2.3 O Tropeirismo

A descoberta de ouro nas regiões de Caetés e no vale do Rio das Velhas vai imprimir um novo impulso à economia. O país se torna o maior produtor mundial de ouro e a região de Minas Gerais supera, em riqueza, o Nordeste açucareiro.

Os transportes eram o principal problema da região aurífera. O porto por onde eram exportados os minérios era o Rio de Janeiro; mas as Minas separavam-se do Rio de Janeiro por algumas centenas de quilômetros que se estendiam através das serras. O único meio de transporte para cargas importadas e exportadas eram os muares.

O planalto paranaense foi uma das regiões que mais se beneficiou, a nível de povoamento, com a demanda de animais derivada da mineração. Os colonizadores ai estabelecidos já haviam trazido gado para estes campos, visando ao abastecimento da atividade extrativista aqui estabelecida no litoral. Vindas da orla marítima, as primeiras cabeças de gado multiplicaram-se na zona de Curitiba, estendendo-se posteriormente aos Campos Gerais.

Aproximadamente na mesma época da descoberta de ouro nas Minas Gerais, o Governo Central, preocupado com a manutenção das fronteiras no extremo Sul do Brasil, baixou a seguinte determinação:

1. concessões de sesmarias na região do Rio Grande do Sul a requerentes que já tivessem atuado, e com destaque, nos combates travados pelo Brasil nas lutas pela expansão e defesa do seu território;

2. proibição de implantação de estabelecimentos voltados à criação de muares acima do paralelo $25^{\circ} 30'$.

As condições físicas do Rio Grande do Sul, com a presença de imensos campos naturais, já haviam possibilitado a formação de rebanhos selvagens, a partir de animais foragidos de pastagens espanholas e portuguesas.

Desta forma, a medida tomada pelo Governo Central possibilitou o desenvolvimento de uma importante zona de criação de animais para corte, leite e demais produtos derivados da pecuária. O Rio Grande do Sul chegou a exportar couro para a Europa e charque para o Nordeste. Na medida em que a demanda crescente por animais de transporte elevou seu preço, tornou-se lucrativa sua exportação para Santos, São Vicente e Rio de Janeiro.

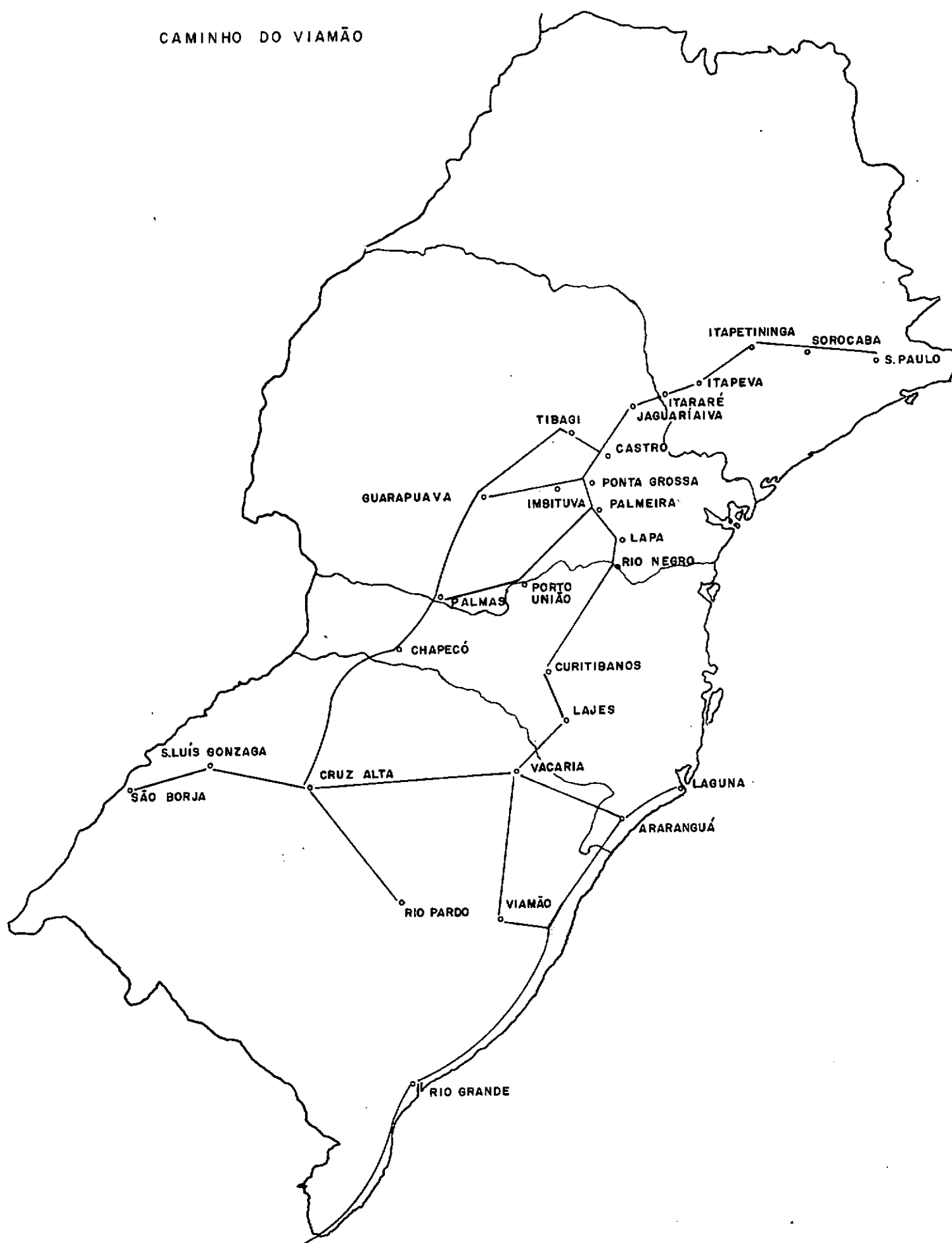
O transporte de gado e tropas que então se originou foi decisivo no povoamento do Paraná.

O "caminho sul", também conhecido por "caminho do Viamão", "estrada das tropas", "estrada de gado", que, começando no estuário do Guaíba chegava a Sorocaba, ao sair das matas do Rio Negro encontrou nos Campos Gerais paranaenses a sua grande via natural de desenvolvimento (ver Prancha 2.2.3.(1ª)). A intensidade de uso deste caminho era significativa: em Sorocaba, onde se realizavam as feiras de animais, chegaram-se a negociar 200 000 cabeças por ano.

O Caminho do Viamão atravessava os campos de Vacaria, Lajes e Curitiba, locais que passaram a surgir como invernadas, para o descanso e recuperação dos animais em sua longa marcha. Os primeiros pousos de tropas foram surgindo, sendo que muitos deles se tornaram núcleos de povoamento estáveis. É importante que se faça desta que a significação dos caminhos, das estradas, dos meios de transportes, enfim, no processo duma economia. Ao mesmo tempo em que caminhos são abertos e estradas construídas em virtude de necessidades objetivas, da existência de produtos, mercadorias e pessoas a serem transpor-

PRANCHA 2.2.3(19)

CAMINHO DO VIAMÃO



FONTE: MACHADO, BRASIL PINHEIRO E BALHANA, ALTIVA PILATTI
-CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO PR.
-BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DEPTO
DE HISTÓRIA. CURITIBA - 1963.

N.M.

tados e desse transporte depender o crescimento de um comércio e/ou atividade em ascensão, a manutenção, melhoria e extensão destas estradas vai também interagir na atividade dominante e criar, inclusive, condições de a ampliar ou diversificar.

A princípio zona de passagem, os Campos Gerais passaram a ser explorados no sentido de se tornarem também zona produtora, contribuindo com animais que iam para o Norte. A pecuária passou a ser a atividade produtiva predominante.

A compra de animais no Sul para revenda em Sorocaba levou ao surgimento da figura do tropeiro, intermediário entre o criador do Sul e o comprador da feira.

Os próprios tropeiros, que circulavam pelos planaltos, procuraram estabelecer as suas fazendas, aproveitando as pastagens locais para a criação e engorda dos animais oriundos do Sul. Estas áreas apresentavam a vantagem de se encontrarem mais próximas dos centros consumidores. Assim, sesmarias iam sendo requeridas em número cada vez maior e os "currais" (fazendas) foram-se espalhando pelo caminho das tropas.

Acompanhando as rotas e próximas dos pousos mais conhecidos foram surgindo vilas que originaram as atuais cidades de Lapa, Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa e Palmeira.

Dizem Westphalen *et alii*: "As posses iniciais nessa área (Campos Gerais) foram feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, não como meio para transladar-se uma sociedade inteira, mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e das regiões mineradoras. (...) as principais fazendas foram fundadas à margem do caminho que de Curitiba ia a Sorocaba e São Paulo. Para fundar uma fazenda (...) o empreendedor mandava um seu preposto, com alguns escravos, tomar posse da terra, para onde conduziam algumas cabeças de gado. Depois, alegando esta posse, requeria a ses

maria".

E continuam: "Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando-se a ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá. O número, porém, de requerentes dessas sesmarias, que variavam de tamanho entre 4 mil e 8 mil alqueires paulistas, era muito menor que o número de sesmarias, o que significa que a mesma pessoa requeria mais de uma".⁵

Na relação de fazendas do Paraná, levantamento efetuado em 1772, constava nos Campos Gerais, desde Itararé até a Lapa, a presença de 50 grandes fazendas e 125 sítios. Todos localizados a partir do eixo da estrada das tropas.

A distribuição destas propriedades assim se apresentava:

- do atual município de Ponta Grossa até o Rio Itararé (parte Norte dos Campos Gerais): 29 grandes fazendas e 100 sítios;
- no centro dos Campos Gerais: 12 grandes fazendas e 13 sítios;
- nos campos da Lapa, Sul de Curitiba: 9 grandes fazendas e 12 sítios.

Vinculadas ao tropeirismo desenvolveram-se outras atividades, dentre as quais a pousada e a produção de alimentos, às vezes exportados junto com as tropas.

Ao final do século XVIII quase toda a área dos Campos Gerais estava ocupada, ainda que com uma população escassa. As terras se subdividiam em grandes e pequenas propriedades; o gênero de vida, condicionado pela pecuária extensiva, não era propício a formações demográficas significativas, o que explica sua baixa densidade.

Nas décadas iniciais do século XIX, a sociedade baseada no latifúndio encontrava-se estabilizada: as gran

⁵ WESTPHALEN, Cecília *et alii*. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Depto. de História, Curitiba, (7):1-52, 1968, p.8.

des famílias residindo nas fazendas e a pecuária se desenvolvendo à força do trabalho escravo.

Enquanto se manteve em efervescência a atividade mineral-exportadora das Minas Gerais, a economia paranaense, como reflexo, manteve-se em crescimento.

A dinamização do comércio de gado gerou maior rentabilidade neste setor, atraindo fatores de outros setores da economia regional e alterando a correlação de forças na política local. Os proprietários de terras e comerciantes de gado assumem o comando político local, provocando a supremacia econômica e política do planalto sobre o litoral e determinando a mudança da sede da Comarca. Esta foi transferida de Paranaguá para Curitiba em 1812.

No decurso do século XVIII foram cada vez mais intensos os deslocamentos de população do litoral para o planalto. Em 1780 o planalto já possuía 10 257 habitantes contra apenas 7 428 na orla marítima. Do final deste século em diante foi-se acentuando a hegemonia curitibana. Ao ser criada a Província, em 1853, Curitiba foi escolhida como a capital do Paraná.

Por volta de 1860, os limites do povoamento, que pouco se afastavam da zona ocidental dos Campos Gerais, começaram a expandir-se na direção do Oeste. Guarapuava e Palmas, inicialmente regiões de pastagens complementares aos Campos Gerais, logo se firmaram como áreas significativas do ponto de vista econômico e social, fixando grupos rurais na medida em que as comunicações se tornavam melhores e mais seguras.

As faixas de matas vizinhas dos campos foram ocupadas logo após estes, desenvolvendo-se uma agricultura que abastecia a população voltada à pecuária.

Nos Campos de Curitiba as manchas de mata eram mais freqüentes e nelas se praticava também a agricultura, ainda que em pequena escala. O litoral era o principal consumidor dos produtos agrícolas excedentes.

Arrefecendo a economia do ouro, já no final do século

lo XVIII, caiu a procura por animais e os preços destes, levando à recessão do tropeirismo. Nos meados do século XIX, a expansão da cafeicultura paulista reativa o mercado de animais, mas por pouco tempo, pois logo se estabelecem as ligações ferroviárias entre as zonas produtoras de café e os portos.

O período que se seguiu ao ocaso do tropeirismo no Paraná pode ser caracterizado pelo predomínio da agricultura de subsistência, embora em bases territoriais bem mais amplas que aquelas verificadas na época da extração do ouro um século atrás, e ainda contando com uma pecuária incipiente que respondia às necessidades de subsistência e à demanda, ainda mínima, de transporte da erva mate.

No entanto, a ligação que se estabelecera entre o centro econômico do país e o Sul foi mantida, ainda que em bases pouco rentáveis à economia da região, que praticamente se manteve estagnada. Às exportações de animais adicionaram-se as de pequenos excedentes agrícolas e objetos de couro e madeira.

Embora tenha conduzido à ocupação de amplas áreas geográficas, o tropeirismo se caracterizou por um povoamento rarefeito, de baixa densidade demográfica. Até o começo do século XX havia pequenas e poucas povoações isoladas por consideráveis distâncias.

2.2.4 O Ciclo da Erva-Mate

Inicialmente desprovida de estímulos externos, uma nova atividade econômica surgiu, ativando lentamente a economia paranaense: a extração do mate.

Muito embora consumida em períodos que antecederam a colonização (os indígenas conheciam o seu uso), em terras onde existe em estado nativo, a erva-mate só ganha expressão como atividade econômica e fator de povoamento quando da possibilidade de exportação da erva cancheada para os mercados do Prata (Buenos Aires e Montevideu)

e para o Chile.

O abastecimento dos mercados platinos era tradicionalmente realizado pelos ervais paraguaios, especialmente pelos das reduções jesuíticas, desde o século XVI e, posteriormente, pelos grandes proprietários do Paraguai e Corrientes. A partir de 1820-1830, atritos na área política (Guerra do Paraguai) entre países importadores e o centro exportador interferiram no fluxo, prejudicando-o. Coube, então, ao mate paranaense atender às necessidades exportadoras.

A concentração dos ervais se dava principalmente no alto Iguaçu, estendendo-se, porém, por largas faixas do território paranaense, embora com densidades menores (ver Prancha 2.2.4. (1ª)).

A exploração da erva era feita em toda a região entre o Rio Paranã e Campo do Mourão. Com o vulto tomado pela extração ervateira, a parte Sul dos Campos Gerais, na sua quase totalidade, foi sofrendo infiltração gradativa entre os anos de 1850 e 1900, pois aí se encontravam os ervais mais densos e mais extensos do Paranã. O relevo suave e a navegabilidade que apresentam os rios Negro e Iguaçu foram fatores consideráveis, favorecendo a penetração e o povoamento.

Antes mesmo do surto exportador a extração de erva-mate era realizada, funcionando como atividade complementar à agricultura de subsistência, cujos excedentes eram comercializados nos núcleos populacionais existentes.

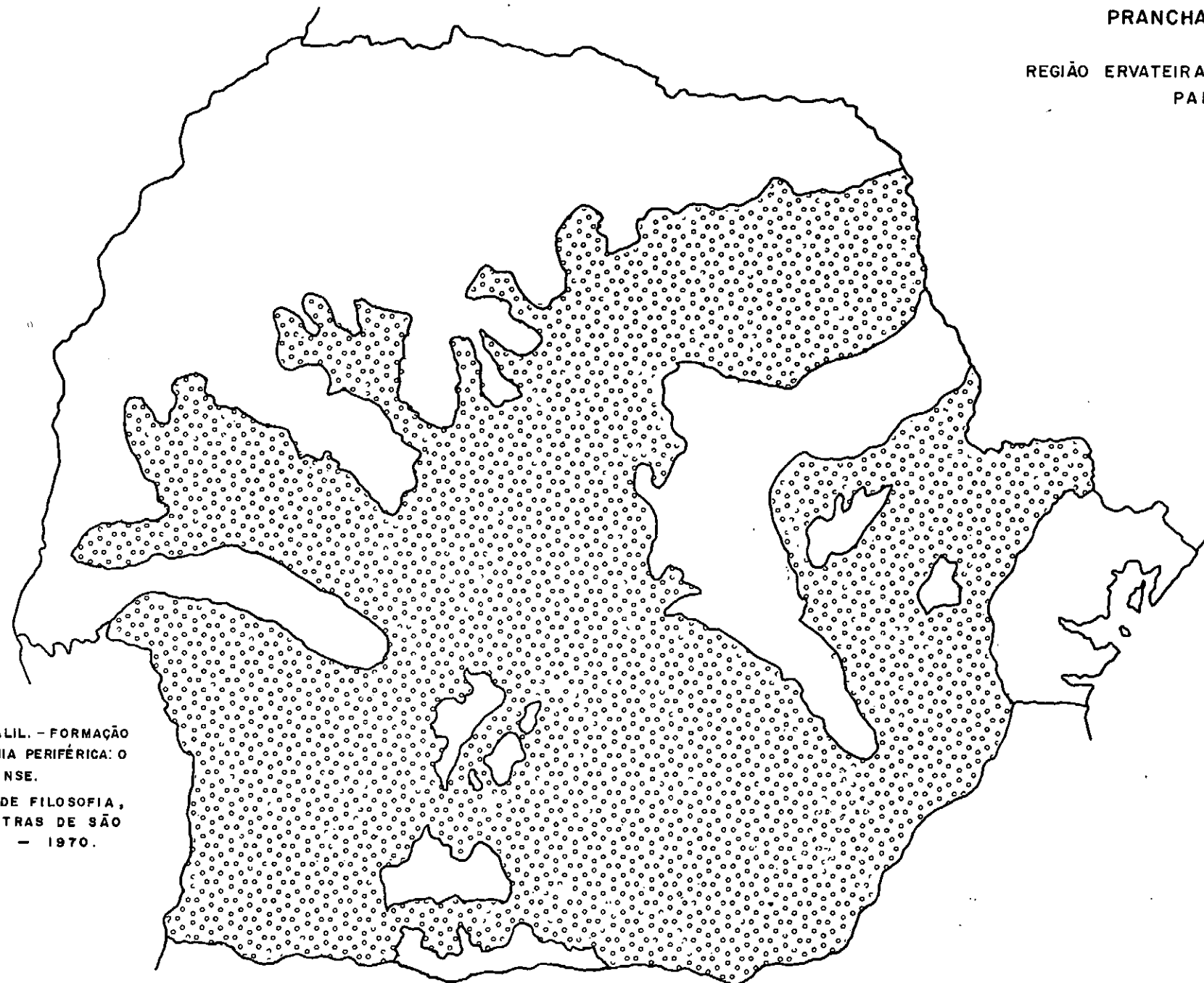
Os que se dedicavam a esta atividade eram colonos que se estabeleceram nos sertões, retirantes vindos em épocas anteriores quando da expansão dos outros ciclos econômicos, aos quais, sem capital ou instrumentos que lhes permitissem a fixação nas vilas e arredores criados, restou a "escolha espontânea" da penetração mata adentro, buscando áreas que lhes permitissem o cultivo de subsistência.

Pode-se contar ainda, dentre os colonos, a presença de imigrantes europeus, alocados pelos governos central

270.114
6005

PRANCHA 2.2.4 (19)

REGIÃO ERVATEIRA (ERVAIS NATIVOS)
PARANÁ



FONTE: PADIS, PEDRO CALIL. - FORMAÇÃO
DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA: O
CASO PARANAENSE.

- FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO
BENTO-PUCSP. - 1970.

e estadual, em núcleos dispersos, colônias isoladas formadas no interior do sertão, destinadas a atividades agrícolas.

Não se descarta também a possibilidade de entrada de paraguaios e argentinos, atravessando fronteiras e aqui se estabelecendo e situando-se como colonos.⁶

Desde esta época, então, a extração do mate era feita no interior da floresta, sem abater as araucárias (a madeira era usada apenas na construção artesanal de cabanas, móveis e utensílios), vinculada ao consumo e à venda do excedente agrícola.

Nas áreas ervateiras, dizem Westphalen *et alii*, "a conjuntura favorecia (...) um tipo de ocupação extensiva, rarefeita, pela concessão de grandes tratos de terras devolutas, pelo Governo do Estado, a companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade paranaense e sem a efetiva colonização do território concedido. (...) colônias militares, de nacionais, haviam (...) sido fundadas, Iguaçu e Chopin, face aos problemas de fronteiras, principalmente com a Argentina. Estas, entre outras razões, objetivariam também a posse dos imensos ervais nativos da região.

"(...) a ação, porém, das companhias foi tipicamente (...) depredatória e espoliadora. Eram, via de regra, companhias estrangeiras, inglesas ou argentinas. Muitas nem sequer tentaram a colonização, como no caso das concessões feitas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em troca da construção da ferrovia, e que somavam milhões de hectares no Sudoeste, Oeste e Noroeste do Paraná, sucedida, em 1920, pela Cia. Brasileira de Viação e Comércio-BRAVIACO. Outras apenas se dedicaram à extra

⁶ O termo colono aqui se reporta a colonial, a pequenos agricultores de origem européia que se dedicam, via de regra, à policultura. Uma colônia era uma unidade de área equivalente a 10 alqueires paulistas ou 24,2 hectares. Aqui não se refere ao colonato como relação de trabalho vigente na cafeicultura e outras culturas permanentes.

ção da erva e da madeira. Devastaram (...) a floresta, retirando-lhe a madeira-de-lei que, pelo Rio Paraná, era exportada para a Argentina, além de arrasarem os ervais, com a exportação do mate, também para a Argentina. Acresce o fato que, muitas vezes, tanto o mate como a madeira eram simplesmente contrabandeados.

"(...) os trabalhadores da mata, geralmente brasileiros e paraguaios, empregados destas ricas companhias, viviam, no entanto, em condições de miséria e exploração, transformados em verdadeiros servos de gleba"⁷.

O aparecimento de novos meios de transportes, mais eficientes, foi outro fator específico que provocou a evolução desse ciclo. A relativa melhoria das estradas, a partir de 1870, e a introdução do carroção eslavo modificaram as condições de circulação para o litoral, incrementando a exportação, que mais incentivos recebeu com a instalação da Estrada de Ferro Curitiba—Paranaguá, inaugurada nos últimos anos do Império.

Arthur Barthelmes diz: "A estrada de ferro provocou a concentração total do beneficiamento do mate no plalto, vindo até Curitiba em carroça a erva cancheada e seguindo a beneficiada pela ferrovia"⁸. Funcionando como ponta de trilho, Curitiba firma-se no comando do mate, centralizando os negócios, assumindo a hegemonia no Paraná.

A indústria extrativa da erva-mate provocou uma fase de desenvolvimento nas áreas que envolvia. Reativando o setor comercial, fez surgir ainda atividades dela derivadas e de suporte, tais como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para transporte.

O ciclo do mate criou condições ao desenvolvimento de uma nova categoria social: um setor intermediário,

⁷ WESTPHALEN *et alii*, *op. cit.*, p.4 e 5.

⁸ BARTHELMES, Artur. Ocupação e organização do Paraná Velho. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba (6/7):42-63, maio 1962, p.51.

constituído por produtores e comerciantes do interior que, em função da posição conquistada, passou a ter certa representação na política local. Os alemães do Volga e seus descendentes — introdutores do carroção eslavo no transporte da erva cancheada — farão parte desta categoria emergente, na medida em que, a partir do transporte, conseguiram assumir o controle do comércio do mate em bruto (erva cancheada), ainda que não participando na fase posterior de elaboração do produto, isto é, da industrialização nos engenhos.

O grupo populacional diretamente ligado ao setor comercial ervateiro foi o único que encontrou condições de se fixar nas regiões produtoras, nos núcleos urbanos por ele gerados.

A mão-de-obra requerida pelas atividades principais e/ou derivadas do ciclo do mate veio da agricultura de subsistência, em geral caboclos que empreitavam a extração do mate, e dentre imigrantes europeus recém-chegados ou então sobrevivendo (mal) em colônias.

Dado o tipo de organização que caracterizou a extração da erva, a população ocupada no processo produtivo teve poucas oportunidades para se estabelecer, formando uma mão-de-obra predominantemente instável e flutuante.

2.2.5 O Ciclo da Madeira

À semelhança do mate, também as imensas florestas de araucárias dos planaltos paranaenses eram utilizadas desde o início da ocupação, tendo em vista suprir as necessidades locais no tocante a artigos de madeira. A exploração da madeira e sua transformação nunca tiveram, até meados do século XIX, perspectivas reais de desenvolvimento, permanecendo seu consumo restrito ao mercado local e sendo trabalhada num nível artesanal.

Segundo Francisco Magalhães Filho, foi ao final do século XIX que "surgiram perspectivas de evolução graças aos estímulos oriundos, de um lado, do crescimento da

economia brasileira, devido ao café, e de outro, da rápida expansão da economia argentina, motivada pela crescente demanda européia por carnes, trigo, lã e linho. Ampliou-se o mercado de madeira para construções, atendido em ambos os países por importações provenientes das regiões do Báltico, da Escandinávia e da América do Norte.

"As florestas do Sul do Brasil estavam em posição mais vantajosa, porém as dificuldades de transporte obstaculizavam o seu aproveitamento. Algumas serrarias haviam-se instalado no planalto, visando à exportação, mas as velhas estradas, mesmo com os melhoramentos introduzidos na Graciosa, não permitiam o transporte de tábuas em termos econômicos"⁹.

A construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá (concluída em 1883) e a conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande (1906), que estabeleceu a ligação ferroviária entre o mercado centro-sul do Brasil e o Paraná, possibilitaram a exportação de madeira em escala significativa, ainda que não ameaçando a hegemonia do ciclo erva teiro.

Delineando-se o possível quadro altamente rentável da economia madeireira, a atividade começa a atrair capitais estrangeiros, principalmente ingleses e norte-americanos. Estes se concentram no setor ferroviário, através da obtenção de grandes concessões de terras que margeavam as linhas que deveriam ser construídas. A exploração da madeira foi a alternativa escolhida, no intuito de fazer retornar a curto prazo, e remunerado, o capital destinado às ferrovias.

A Brazil Railway, "holding" que, organizada em 1906, passa a controlar praticamente toda a rede ferroviária do Sul do Brasil, coloca sua subsidiária Southern Brazil Lumber & Colonization Co. na exploração de 300 000 ha de terras paranaenses. A exportação da madeira existente

⁹ MAGALHÃES FILHO, *op. cit.*, p.8.

nesta área passou a ser a atividade principal dessa empresa que, incorporando técnicas mais elaboradas de secagem de tábuas, utilizando-se de fornos, imprimiu maior velocidade à operação, melhorando a qualidade e quantidade do produto final.

O comércio madeireiro não foi explorado apenas pelo capital estrangeiro; mesmo nas duas primeiras décadas do século XX, quando sua penetração foi mais intensa, o capital local também foi empregado na extração, industrialização e exportação do produto.

Originado nas atividades artesanais que se voltavam à produção de artigos de madeira para construção, destinados a um restrito mercado consumidor (local), o setor madeireiro paranaense pôde iniciar seu processo de capitalização, quando da crescente demanda de barricas, consequência da expansão da economia ervateira.

Ao iniciar-se a segunda década do século XX, as empresas madeireiras paranaenses compunham-se de cerca de 100 estabelecimentos (incluindo serrarias a vapor e unidades de aparelhar madeira) "produzindo táboas de pinho e imbuia, cascas, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos, aduelas para barricas e palhões para garrafas" ¹⁰.

O desenvolvimento do setor é estimulado com o advento da Primeira Guerra Mundial. Devido ao conflito, foram drasticamente reduzidas as importações brasileiras de madeira européia e a madeira paranaense firma-se tanto no comércio nacional quanto no latino-americano.

O espaço de tempo compreendido entre as duas guerras mundiais caracterizou-se pela consolidação da economia paranaense baseada nos dois setores tradicionais: ervateiro e madeireiro, com evoluções diferentes. O setor do mate atingiu seu apogeu em torno de 1925, entrando em seguida num processo de permanente estagnação, em conse

¹⁰ MAGALHÃES FILHO, *op. cit.*, p.9.

quência da perda de seu principal mercado consumidor, qual seja, o do Prata. O setor madeireiro se fortaleceu com os ganhos já obtidos, iniciando nova fase de expansão, passando a figurar em primeiro lugar tanto como atividade interna quanto exportadora, até a década de 1940.

O período de expansão da economia ervateira e surgimento da madeireira (1850 em diante) foi, em decorrência, acompanhado por um rápido crescimento da população paranaense. Em 1872, quando da realização do primeiro recenseamento, o Paraná ocupava o 18º lugar dentre as províncias do Império, com 126 722 habitantes (1,3% da população brasileira). Em 1920, sua população elevava-se a 685 711 (2,2% da população brasileira), passando ao 13º lugar.

Uma vez que as principais atividades econômicas concentravam-se no 2º planalto, concentrava-se também aí o crescimento populacional, fato a que concorreu ainda a imigração européia, estimulada tanto pelo governo como pelas concessionárias de estradas de ferro.

Os ciclos ervateiro e madeireiro se caracterizavam pela exploração intensiva de grandes propriedades (adquiridas ao Estado, concessionárias, proprietários ou posseiros locais), sob relações de trabalho assalariadas (por empreita ou emprego direto), absorvendo a mão-de-obra cabocla e de imigrantes europeus não fixados. Fechado o ciclo da erva-mate, a expansão madeireira absorveu grande parte dos trabalhadores então desempregados.

Já os núcleos europeus constituídos por imigrantes eslavos, alemães e italianos, observaram a tendência a se aglutinarem em torno de uma agricultura de subsistência, com pequenos excedentes comercializáveis. A comercialização se dava junto aos mercados locais, principalmente junto aos núcleos formados nas vizinhanças de Curitiba.

Estes imigrantes e seus descendentes "diversificaram a produção agrícola, desenvolvendo culturas como as da uva, linho, aveia, centeio, cevada e batata inglesa; ele

varam a produção de trigo e incrementaram a criação de suínos e a produção de leite e laticínios"¹¹ Embora até os dias atuais essa diversificação seja significativa em termos de abastecimento de vários gêneros às regiões Centro e Sul do Estado, quase nenhuma interferência provocou na estrutura da economia paranaense, a despeito de sua importância regional.

Apesar do ciclo madeireiro ter sido decisivo na formação de capital e fortalecimento de uma burguesia local, na criação de novas redes viárias e na introdução de veículos motorizados para o transporte da madeira, sua contribuição ao nível da ocupação e uso do solo é pouco significativo.

A serraria, unidade industrial para o processamento da madeira, forma uma concentração populacional própria, cercado-se de dezenas ou centenas de casas para os operários. Esgotada a floresta, a serraria é transferida para novas áreas, realocando inclusive as casas dos operários. Portanto, não se integra à região, permanecendo como um elemento estranho a ela.

Parcela da classe média rural proprietária de pinhais se viu impedida de empresariar a industrialização da madeira. Foram grupos econômicos estrangeiros (argentinos e ingleses, principalmente) que, portadores do capital necessário ao empreendimento, instalaram serrarias e monopolizaram as quotas de exportação. Adquiriam pinhais sem adquirir as terras ou, quando as compravam, revendiam-nas assim que retirada a madeira.

Apesar da concorrência das empresas internacionais, ou melhor, à margem do comércio internacional e atividades industriais a ele ligadas, empresários paranaenses também investiram no setor madeireiro; atendendo ao mercado interno e interestadual (São Paulo, com a maior demanda), não atingido pelas grandes companhias, o capital paranaense se reproduziu, fortalecendo os empresários lo

¹¹ MAGALHÃES FILHO, *op. cit.*, p.13.

cais, que concentraram em Curitiba a renda acumulada que ficou no Estado.

Entre 1920 e 1940 a população paranaense duplicou, alcançando 1 236 276 habitantes, representando 3,0% da população brasileira e ocupando o 10º lugar entre as unidades da Federação.

Tais fenômenos, conjugados, determinam a ampliação do mercado interno, tanto ao nível de oferta de empregos quanto de mão-de-obra (mercado de trabalho), bem como no tocante ao incremento do consumo na região.

Conseqüentemente, há um acréscimo na procura de bens de consumo; na medida em que aumenta a demanda de alimentos, móveis e utensílios, acionam-se novos setores produtivos. A agricultura, por exemplo, até então praticada como atividade de subsistência colocando seus excedentes (pequenos) no incipiente comércio local, tem sua produção intensificada e estimulada em função do concreto estabelecimento de um fluxo de comercialização que as novas necessidades impõem.

Essa conjuntura favorece a integração dos diversos núcleos europeus estabelecidos em colônias espalhadas pela região madeireira, concentrando-as no Planalto Central. Tradicionalmente agricultores, criadores e dedicados à fabricação de utensílios semi-artesanais, estes imigrantes se organizam de modo a responder com eficácia à demanda emergente. Expandem, diversificam e modernizam sua produção e vão, gradativamente, se impondo como empresas com crescente participação no conjunto da economia paranaense.

Entre 1939 e 1940 a industrialização da madeira e de alimentos constituíam os principais ramos industriais paranaenses. Compreendiam 63% dos estabelecimentos, empregavam 62% da mão-de-obra, pagavam 61% dos salários, produziam 70% do valor total da produção e 61% do valor agregado do setor industrial.

Com o encerramento do ciclo madeireiro, encerra-se também um período histórico cujo processo de uso e ocu-

pação das áreas do chamado Paraná Tradicional marcam profundamente as características atuais da região Centro-Sul do Estado.

2.2.6 O Café

Entrando em crise a economia ervateira e encontrando-se em expansão o ciclo madeireiro, outra atividade vem, em seu avanço, direcionar o processo de ocupação de nova área do Estado, o Norte, através da cafeicultura.

A primeira tentativa de ocupação da região Norte do Paraná se deu, como já foi visto, no século XVII, por meio dos jesuítas espanhóis, que fundaram as missões (aldeias que abrigavam os indígenas catequizados).

Estas missões foram inteiramente aniquiladas pelas expedições de bandeirantes paulistas na sua faina pela captura do índio pacificado, tendo em vista a venda destes no mercado de escravos, situado no litoral.

Desta primeira iniciativa ficaram ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria; no vale do Paranapanema, as de Loreto e Santo Inácio, que, por sua vez, deram origem a núcleos de povoamento, bem mais tarde.

Durante o século XVIII, o Norte do Paraná esteve completamente à margem de qualquer penetração colonizadora. No século seguinte, motivado por razões políticas, foi fundada a Colônia Militar de Jataí (1855), à margem direita do Tibagi; ligada a Curitiba por um único caminho, a função desta colônia era estabelecer ligação com Mato Grosso, atuando como posto militar avançado de segurança da imensa área frente ao Paraguai.

À margem esquerda do Tibagi, em frente à Colônia, foi criado o lugarejo de São Pedro de Alcântara, cuja finalidade foi agregar os civis da população existente. Unidas, estas duas colônias formaram a atual cidade de Jataizinho.

Justamente por não estarem integradas no sistema —

não tinham onde colocar a produção agrícola das colônias, pela ausência de mercados e de transportes — não resultaram na ocupação efetiva da terra.

É, portanto, a partir da segunda metade do século XIX que se inicia o povoamento do Norte do Paraná, povoamento que se estende em fases e regiões sucessivas traçando e diferenciando o Norte paranaense com as marcas fixadas pela sua base física e atividade principal, no início: o cultivo do café.

A existência de terras argilosas roxas, de alta fertilidade, e o clima favorável fizeram do Norte do Paraná um prolongamento do território de São Paulo, a cuja economia esteve voltada.

A ocupação efetiva do Norte paranaense se efetuou em épocas diversas, definindo três zonas: o Norte Velho, o Norte Novo e o Norte Novíssimo. Como um todo, abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, compreendidos entre os rios Itararé, Parapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri. Os limites sul da região foram naturalmente estabelecidos pela linha de geada.

O Norte Velho se estende do Rio Itararé até as margens direita do Rio Tibagi; o Norte Novo vai até as barrancas do Rio Ivaí, atingindo a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; o Norte Novíssimo parte desta linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassa o Rio Ivaí e chega à margem direita do Piquiri. (Ver prancha 2.2.6.(1ª).)

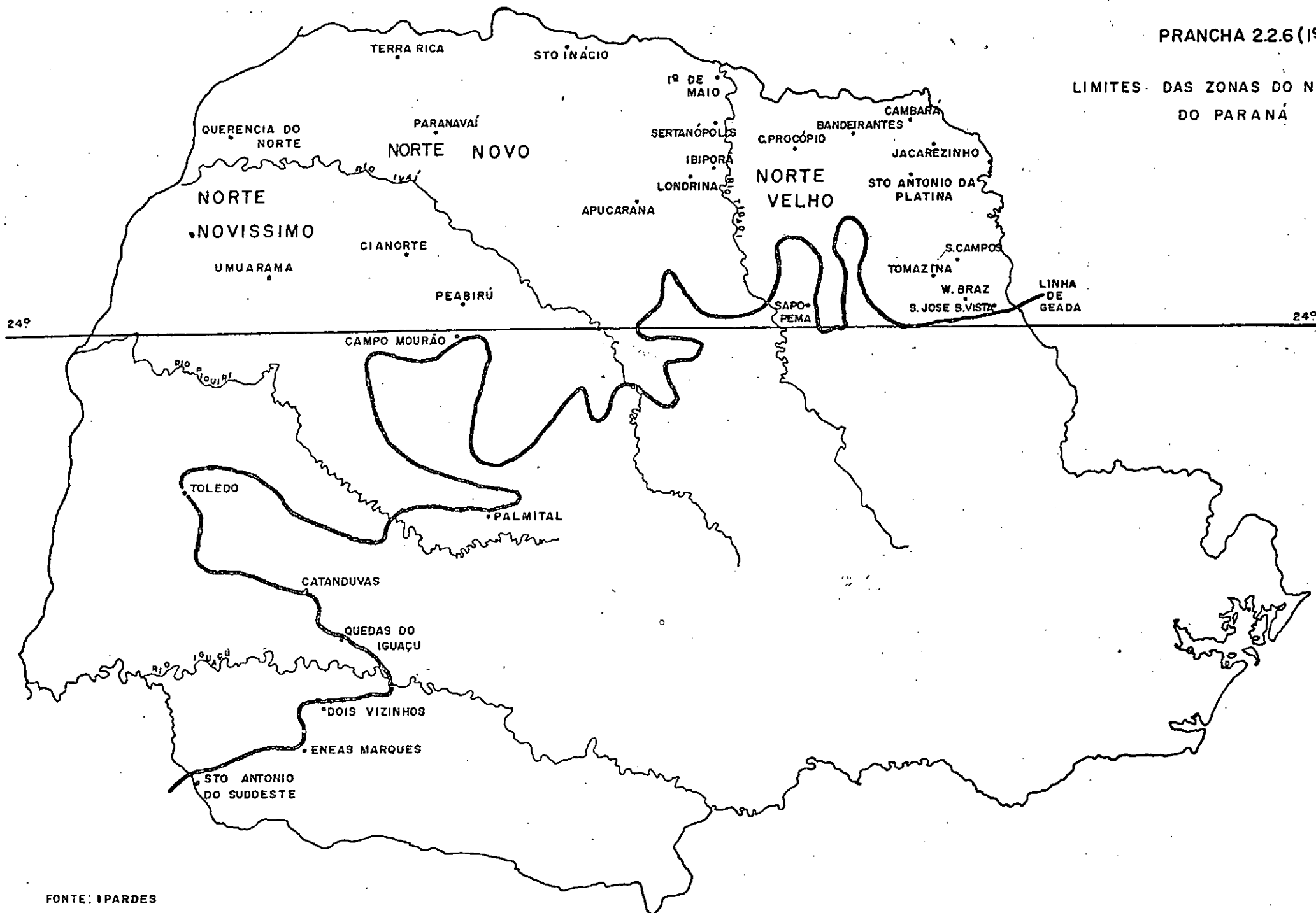
2.2.6.1 O Norte Velho

Pelo vale do Itararé penetraram fazendeiros paulistas e mineiros, que iniciaram o plantio do café e a formação de fazendas. Esta primeira frente de expansão tem início por volta de 1860, estendendo-se até 1925.

Do Itararé chega ao Rio das Cinzas, dando origem aos núcleos de Colônia Mineira (atual Siqueira Campos) em 1862, Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866),

PRANCHA 2.2.6 (1º)

LIMITES DAS ZONAS DO NORTE DO PARANÁ



Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867).

Eram grandes fazendeiros, grandes proprietários isolados que se ocupavam do empreendimento, com suas famílias e empregados procurando as terras do Norte paranaense para o plantio do café e, em menores proporções, para a criação do gado.

As fazendas constituíam grandes propriedades. O colonato era a relação de trabalho mais usada e a mão-de-obra escrava ainda predominava. Posteriormente o colono prevaleceu, aliado à mão-de-obra assalariada; a produção escoava por São Paulo e as técnicas agrícolas bem como o regime de trabalho eram continuação das práticas paulistas.

A produção dessa região passou a ser significativa, tomando impulso após 1906, devido à assinatura do Convênio Taubaté. Tal convênio delimitou quotas à produção cafeeira, impondo-lhe medidas restritivas. Foram os Estados então maiores produtores de café aqueles atingidos pela medida, isto é, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro é que sofreram as consequências da legislação.

O Paraná, por não haver ainda ultrapassado as quotas-limites, pelo contrário, ofereceu as condições que vieram intensificar a cafeicultura em suas terras.

Com a fundação de Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procopio (1924) e a extensão até Ourinhos (divisa Paraná-São Paulo) da Estrada de Ferro Sorocabana, procedeu-se à colonização da maior parte da área situada entre os rios Itararé e Tibagi.

A colonização da área conhecida por Norte Velho caracterizava-se pela ocupação espontânea, isto é, por parte de fazendeiros que, como empresa individual que eram, formaram suas fazendas em terras adquiridas ao Estado do Paraná, a posseiros antigos (mateiros) ou a concessionários na região.

Embora a princípio região de grandes propriedades, de grandes fazendas, aos poucos viu modificada sua es-

estrutura fundiária pelo gradativo predomínio de médias e pequenas propriedades, que passaram a ser observadas como características na área.

A progressiva alteração foi motivada pela subdivisão e revenda das grandes áreas, cujos proprietários passaram a adquirir terras em regiões mais férteis (mais a oeste) ou aplicar capital em negócios de maior rentabilidade.

Sobre esta base aparecera um setor cafeeiro cujo peso relativo na economia estadual ainda era pequeno.

Segundo Francisco Magalhães Filho, "Em 1920, havia 1 215 propriedades cafeeiras no Estado, com pouco mais de 14 milhões de pés (7º lugar no Brasil). Em 1938, a produção paranaense alcançou 540 mil sacas, com um valor total de quase 44 mil contos. Isto significava que a cafeicultura paranaense ocupava o 5º lugar no Brasil e que, quanto ao valor da produção, o café ocupava o 2º lugar entre as lavouras paranaenses (abaixo do milho), com cerca de 19% do total"¹².

Foi este o início duma atividade que em mais de duas décadas dominou a economia do Estado, domínio que necessariamente se refletiu ao nível político com a presença de representantes do comércio exportador e dos grandes produtores no poder estadual.

Parte da área não ocupada pelos pioneiros do velho Norte paranaense foi, mais tarde, povoada através da colonização dirigida, como, por exemplo, o caso da colônia de Assaí¹³.

¹² MAGALHÃES FILHO, Francisco, *op. cit.*

¹³ "Em uma dessas áreas desocupadas, que ficaram à retaguarda da frente pioneira, foi fundada, em 1931, a colônia Assaí, pertencente a uma companhia japonesa, a "Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.". Nos moldes característicos da colonização que efetua, o loteamento foi feito em pequenas parcelas e os proprietários, devidamente orientados por um agrônomo, nelas se localizaram imediatamente. Na divisão das terras, a "Sociedade Colonizadora do Brasil" seguiu duas orientações: enquanto alguns lotes vão dos cursos d'água aos espigões, outros

Atualmente, a área do Norte Velho que compõe a microrregião 11 sofre um processo de estagnação econômica, predominando pequenas propriedades com atividades principalmente a nível de subsistência (área por estabelecimento = 22,2 ha em 1970), com algumas exceções de propriedades maiores desenvolvendo pecuária e culturas anuais. Arroz, feijão, milho e mandioca são algumas das culturas que aparecem nas propriedades mais pobres, junto à criação (de quintal) de porcos, galinhas e um ou outro gado bovino.

Salienta-se que o solo das microrregiões 11 e 12 é substancialmente diferente do que cobre o Norte Novo. Embora com manchas argilosas, o basalto permeia a micro 12, sendo que a 11 é constituída por solos do tipo arenito Botucatu e daquele do Grupo Passa Dois.

Este fator foi importante no processo do deslocamento gradativo do café, para oeste, na substituição deste por outras culturas e, em parte, pela precária situação do Sul do Norte Velho, também dado o uso inadequado que se fez da terra.

A rapidez do desgaste diminuiu a competitividade da área frente às terras roxas, de fertilidade substancialmente maior.

As áreas das micro 12 e 13, ainda no Norte Velho, comportam, atualmente, propriedades de porte pequeno, médio e grande (menor que 50, 50—100, 100 e mais ha, respectivamente), mantendo um ritmo de crescimento econômico já um pouco mais dinâmico. Além do incremento à pecuária, é significativa a comercialização de cereais

vão de rio a rio. Em consequência, o sistema de construção de estradas é misto: às vezes correm pelo espigão, no traçado tradicional, outras vezes correm a meia-vertente. A colônia japonesa de Assaí, embora grande produtora de café, dedica-se à policultura (...)"

MÜLLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, (22):55-97, mar.1956, p.73.

(feijão e milho, predominantemente), café e cana. A cana atua, inclusive, como matéria-prima às usinas de Bandeirantes e Jacarezinho, que a industrializam.

2.2.6.2 O Norte Novo

Enquanto se processava a evolução da cafeicultura na região pioneira, estreitamente vinculada a São Paulo — donde havia originado o capital então empregado e por onde escoava o grosso da produção —, tinha início a ocupação na parte oeste do Tibagi por povoadores vindos através do Paranapanema, atraídos pela iniciativa de companhias colonizadoras. Nesta nova área foram principalmente estas que organizaram o fluxo migratório e a ocupação efetiva da terra, argilosa roxa por excelência (ba salto).

A colonização dirigida, tanto levada a termo por empresas privadas quanto por ação oficial, seria predominantemente nas terras situadas entre a margem esquerda do Tibagi e as barrancas do Rio Paraná.

Observando tal modelo (colonização dirigida), inicialmente o governo paranaense concedeu duas glebas de 50 000 ha a particulares. Uma delas, concessão feita a Corain e Cia., denominada Primeiro de Maio, ia do Paranapanema ao ribeirão Biguã, afluente do Tibagi. A outra, concessão a Leopoldo de Paula Vieira, chamada Sertanópolis, ia deste ribeirão até aproximadamente 15 km ao norte de Jataizinho.

Em 1923 a Corain e Cia. deu início à ocupação de sua gleba-colônia Primeiro de Maio — construindo balsas para que os povoadores transpusessem o Paranapanema; no ano seguinte, 1924, o concessionário da gleba Sertanópolis começou o povoamento de suas terras aproveitando os transportes e vias de comunicação da colônia vizinha.

Em ambos os casos os povoadores eram provenientes de antigas fazendas paulistas e mineiras, principalmente, onde desenvolviam o cultivo do café ou da cana como as-

salariados, colonos e proprietários (ou seus representantes).

Nas duas glebas a subdivisão das terras seguiu o plano de lotes indo dos cursos d'água aos espigões; as propriedades tinham tamanhos variáveis: pequenas chácaras ao redor dos núcleos urbanos; a seguir, sítios e, nas partes mais distantes, as pequenas fazendas.

Posteriormente outras concessões foram realizadas. A mais significativa delas, efetuada através de venda de terras consideradas devolutas, pelo Estado, foi a Parana Plantations Limited, companhia inglesa que, à semelhança de outras organizações internacionais, passou a operar no Brasil em negócios agrícolas, corretagem de terras e colonização.

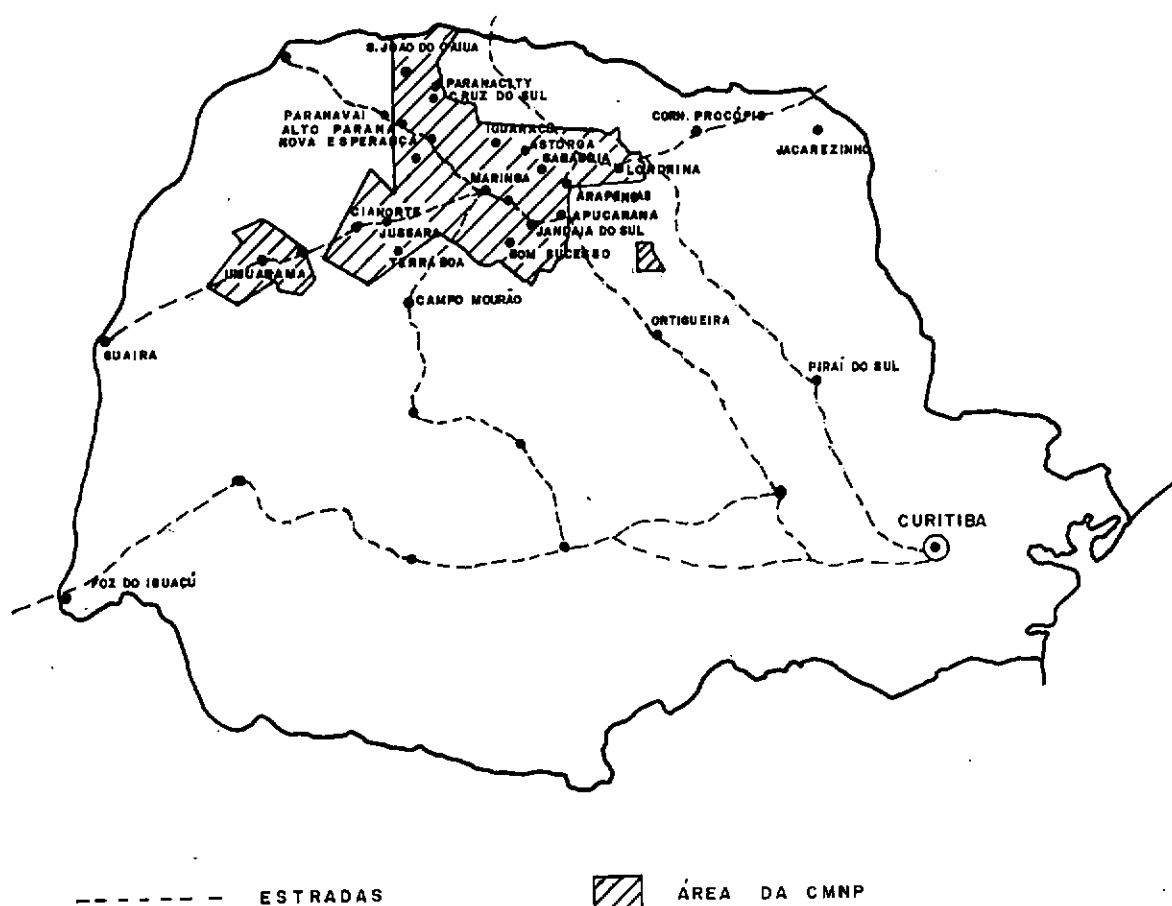
A Companhia de Terras Norte do Paraná (razão social da Parana Plantations Limited no Paraná) inicia, em 1929, um processo de colonização intensiva no Norte do Estado, adquirindo, em princípio, 515 000 alqueires paulistas de terras entre as margens esquerda do Rio Tibagi e direita do Ivaí. À medida em que o empreendimento se revela animador, mais 30 000 alqueires são adquiridos, agora em terras que ultrapassam o Ivaí, já na região que será conhecida como Norte Novíssimo. Na Prancha 2.2.6.2.(1ª) essa gleba está representada.

Contudo, para que os empresários ingleses optassem pelas atividades de venda de terras e colonização no Paraná, sucederam-se acontecimentos entre a decisão de ali atuar e a forma de atuação que veio a marcar o povoamento do Norte Novo.

Consta que inicialmente o capital inglês tinha por finalidade uma extensa plantação de algodão, matéria-prima que deveria suprir a crescente demanda das indústrias inglesas de fiação e tecelagem. O Sudão, tradicional fornecedor do produto à Inglaterra através duma companhia inglesa lá instalada, ou vinha impondo restrições a este comércio por razões de ordem política interna ou externa, ou não comportava o aumento da produção reque-

PRANCHA 2.2.6.2 (1ª)

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE 545 MIL ALQUEIRÉS
COLONIZADA PELA CMNP



FONTE: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ
- CIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - SET. 1975.

rido pelo Império Britânico, que se viu na contingência de, em qualquer das hipóteses, ampliar suas bases de fornecimento, explorando novas regiões.

Com este intuito para cá vieram os primeiros empresários ingleses, comprando as terras (primeiramente os 515 000 alqueires) já mencionadas.

Segundo Gastão de Mesquita Filho, empresário paulista desde início vinculado aos interesses ingleses no Paraná, as tentativas do cultivo do algodão nesta gleba apresentaram sucessivos insucessos, levando a que os ingleses se voltassem à atividade que lhes era apresentada como mais lucrativa, qual seja, a colonização.¹⁴

Adiantando-se neste novo negócio, a Companhia de Terras Norte do Paraná financiou novos trechos das linhas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, tornando-se a maior acionista desta última e, mais tarde, sua proprietária.

Assim, enquanto a ação colonizadora assegurava fretes à ferrovia, esta, por sua vez, mantinha o fluxo permanente de colonizadores para a gleba adquirida.

A exemplo do que ocorrera quando da colonização de Primeiro de Maio, Sertãoópolis e adjacências, o loteamento da gleba em pequenas propriedades foi a opção que demonstrou maiores vantagens. Além de, deste modo, contornar-se a presença de centenas de posseiros na região (transformando-os em pequenos proprietários), o retorno remunerado do capital investido seria mais rápido.

Com a fundação de Londrina em julho de 1929, a Companhia tomou posse efetiva dos 515 000 alqueires adquiridos; Londrina foi fundada numa enorme clareira em meio a mata virgem, destinada a servir de sede aos escritórios da companhia, bem como de capital comercial da zona por ela povoada. Começaram-se os trabalhos de levantamento topográfico, elaboração dos planos de loteamen-

¹⁴ Cia. Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP - *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. [Londrina], 1975, p.60.

to, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos.

Toda a colonização destas terras teve por eixo o espição que divide as bacias do Ivaí e Paranapanema, espição de topo largo e plano. Sobre ele é que se traçaram os leitos da ferrovia e da estrada principal e foram reservadas áreas para os núcleos urbanos menores ligados por estradas vicinais. Obedecendo a uma "hierarquia" entre estradas e centros urbanos, toda a área colonizada se inseria no sistema viário e dispunha as propriedades de modo a nenhuma distanciar mais de 15 km de uma vila ou cidade.

Em 1933 iniciou-se o loteamento e as vendas; os lotes, traçados em longas faixas, tinham a extensão média de 15 alqueires paulistas e variavam seu tamanho conforme a localização: de 1 a 5 alqueires ao redor dos núcleos urbanos; 5 a 10 alqueires aqueles em seguida, e, nas zonas, mais afastadas, os de 10 e mais alqueires.

A estrada de ferro veio acompanhando o loteamento chegando a Jataizinho (1931), Londrina (1935), Apucarana (1937) e, mais tarde, Maringá. (Ver Prancha 2.2.6.2. (2ª).)

A atuação inicial da Companhia de Terras apoiou-se num intensivo programa de propaganda para atrair colonos, oferecendo transporte gratuito aos primeiros a chegar, garantindo a posse legal da terra num espaço máximo de quatro anos, além de assistência técnica e financeira.

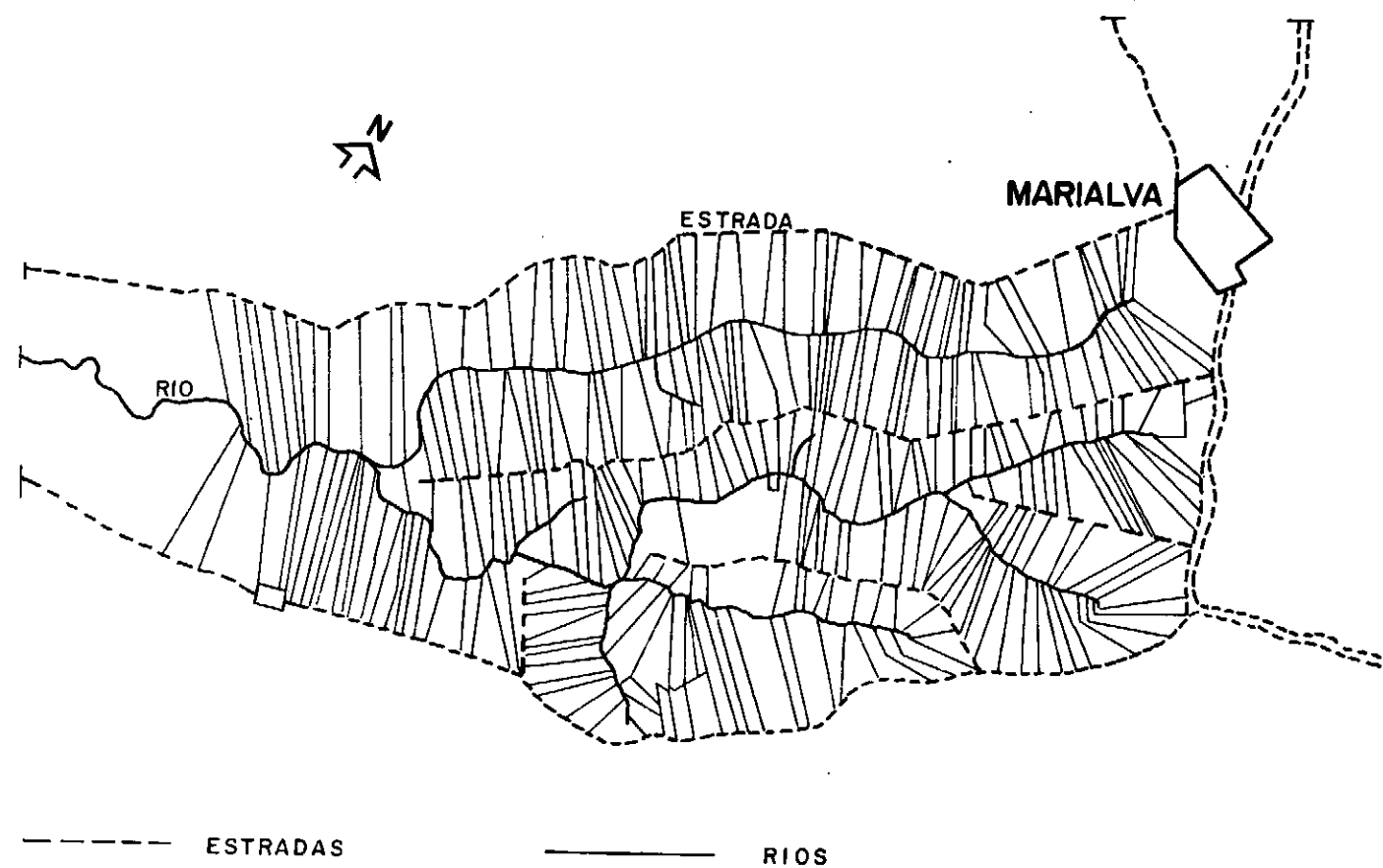
Sua política de ocupação visava, conforme já visto, o pequeno proprietário (daí a área média das propriedades estar em torno de 15 alqueires), embora deixando explícito atender aqueles que, dispondo de maiores recursos, buscassem a aquisição de mais de um lote. Isto desde que fosse aceito o preço estabelecido para cada um dos lotes que formaria a propriedade.

Sendo necessário o desmatamento das florestas, a exploração da madeira para construção foi a primeira atividade econômica exercida, imediata e rapidamente segui

520.1.10
6000

PRANCHA 2.2.6.2 (2º)

SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE TERRA
EXECUTADO PELA CMNP



FONTE: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ
— CIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ — SET. 1975.

da pelo café (que predominou em quantidade e extensão durante as décadas de 50-70), cana de açúcar, cereais, algodão e outras culturas. A suinocultura desenvolveu-se com rapidez nas fazendas menores e a criação bovina, nas pastagens artificiais das propriedades maiores. A pecuária se formou, em grande parte, nas terras menos adequadas à cafeicultura, em função de seu solo e topografia.

Os povoadores eram, principalmente, paulistas, mineiros, nordestinos, além dos posseiros já instalados quando a CTNP iniciou seus trabalhos. Também foi grande a participação dos imigrantes estrangeiros no Norte do Paraná: alguns espontaneamente, outros dirigidos pela ação de empresas de colonização outras, além da Companhia de Terras.

Em 1939, fatores determinados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial condicionaram a nacionalização do segmento ferroviário da Parana Plantations Limited, incorporando-o à Rede Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS).

Também na Segunda Grande Guerra se encontram as causas que vieram condicionar a passagem da Cia. de Terras Norte do Paraná ao domínio brasileiro, paulista mais especificamente, alterando sua razão social para Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná.

William H. Nicholls, em seu artigo "A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná 1920-65", ao descrever a ação da CTNP diz, a certa altura: "(...) assim, em 1944, quando se deu a liquidação dos ativos britânicos no estrangeiro, devido à guerra, passando a Companhia para mãos brasileiras, esta já tinha repartido 34,4% da concessão original de terras agrícolas e 6 122 lotes urbanos, expandindo a ferrovia (...) de Londrina a Apucarana e construindo 1 483,2 km de estradas que, apesar de serem de terra batida, eram bem drenadas".

Entre 1945 e 1950, já então Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foram vendidos mais 38,7% da concessão original e 12 071 lotes urbanos (o dobro do total reali-

zado entre 1933 e 44). Diretamente ou através de participação no capital de outras companhias locais, a Cia. Norte do Paraná (Terras e Melhoramentos) atuou na fundação de aproximadamente 63 cidades.

O Norte Novo em poucos anos (1930-1950) estava densamente povoado a partir do agenciamento dos fatores de ocupação tanto por parte da Cia. Norte do Paraná quanto de outras empresas colonizadoras, particulares e oficiais.

Sob a direção da Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná o processo colonizatório continuou se pautando por diretrizes semelhantes às de sua antecessora. O loteamento de novas terras, a construção de estradas e a fundação de núcleos urbanos foram executados seguindo o planejamento já existente. São dessa nova fase as cidades de Pirapó, Jandaia, Maringá e Mandaguari, criadas entre 1945 e 1950.¹⁵

Atravessando o leito do Ivaí — Norte Novíssimo — são fundadas Cianorte e Umuarama, que, como Londrina e Maringá, centralizavam a economia regional.

A ocupação do Norte Novo, tal como vinha-se processando, provocou a vinda de cada vez mais povoadores, atraídos pela possibilidade da apropriação legal dum pedaço de terra e do cultivo do café — motor da economia do Norte e do Paraná. Nem sempre com o capital mínimo necessário à aquisição de lotes e/ou às vezes chegando a locais onde não existiam concessionárias, os povoadores simplesmente ocupavam pedaços de terra, iniciavam sua exploração, erguiam suas casas e se estabeleciam. Configuravam-se assim novas "posses", reaparecendo a categoria de posseiro.

Proprietário de grandes áreas de terras devolutas e

¹⁵ O vínculo entre os empresários ingleses e os paulistas vinha de longa data: desde a atuação britânica em território paulista os dois capitais (paulista e inglês) sempre tenderam a se associar.

de concessões anuladas, o Estado inicia sua participação nos negócios de terras, delimitando áreas e indicando concessionários (corretores) para sua venda. Segundo documentos consultados, a atuação oficial adotou critérios semelhantes aos da CTNP — pequenas propriedades — abrindo, simultaneamente, várias frentes: parte do Norte Novo, Norte Novíssimo, Leste e Sudoeste paranaenses.

No Norte Novo o governo estadual vendeu ou concedeu via de titulação nem sempre regular¹⁶, terras subdivididas em médios e grandes lotes — Centenário, Paranavaí, Porecatu — e razoável quantidade de pequenos, estes normalmente vinculados aos posseiros existentes.

Deste processo resultam ainda os núcleos urbanos de Jataizinho e Jaguapitã, dentre outros.

A colônia de Ibiporã, origem da cidade de mesmo nome, situada entre Jataizinho e Londrina, havia sido anteriormente colonizada (1935) por iniciativa particular. A concessão dessa área fora feita a Francisco Gutierrez Beltrão em troca de serviços topográficos prestados ao Estado.

Conforme mencionado, praticamente em todas aquelas colônias criadas da iniciativa oficial encontraram-se posseiros estabelecidos e áreas cultivadas com lavouras de feijão, mandioca, milho, cana, além do plantio do café e pequenas criações.

Assim, houve luta pela posse da terra, luta travada entre ocupantes e proprietários legais, proprietários entre si, ocupantes e Estado — este representado pelas milícias civis e militares na defesa daqueles a quem havia efetuado a titulação.

¹⁶ Há abordagens e informações contraditórias no que diz respeito à atuação do Estado no processo de ocupação das terras paranaenses. No sub-item 2.2.6.3 será apresentada, ainda que superficialmente, esta questão.

2.2.6.3 Norte Novíssimo

As terras adquiridas pela CTNP (mais tarde CMNP), se estendiam numa faixa que atravessou o Ivaí, penetrando na região conhecida por Norte Novíssimo. Nesta faixa a companhia fundou as cidades de Cianorte e Umuarama, limitando aí seus empreendimentos na nova área em expansão.

Estendendo-se do Ivaí ao Piquiri, esta parte do território foi efetivamente ocupada por motivos ligados ao crescimento dos cafezais, que se expandiam sem critérios, e pela ação oficial (Estado), que titulou terras a partir de demarcação fixada pelo interessado na área ou por corretores autorizados.

Os lotes rurais mantiveram um tamanho médio em torno de 20-25 alqueires; uma vez demarcados, estes lotes foram vendidos, ignorando-se os posseiros instalados e ainda, em muitos casos, titulando duplamente a mesma área, irregularidade que tem por eixo as exigências e compromissos políticos que o Estado representava.

Na década de 1940, corretores imobiliários atraíram gaúchos e catarinenses para a nova frente agrícola que se iniciava. Numerosos, os migrantes se fixaram fazendo da policultura seu esquema de uso da terra, só abandonando (no caso, pelo cultivo do café), sob pressão intensa da economia e/ou política local.

Este fluxo povoador partiu de Campo Mourão, espalhando-se por diversas direções, fundando vilas que posteriormente se confirmariam como importantes núcleos urbanos regionais.

As interferências políticas estaduais nos negócios de terra mais uma vez viriam gerar conflitos de grandes proporções, sendo o clima de tensão mantido e agravado durante muito tempo. A este respeito registra-se que, do ponto de vista do poder público, não houve uma real preocupação com o povoamento das áreas vazias, isto é, não houve colonização dirigida à fixação populacional, exceto nas regiões consideradas de segurança nacional.

Ainda que algumas publicações façam referência à ação deliberada do governo estadual no sentido de colonizar suas terras, os fatos indicam a ausência de qualquer planejamento que definisse esta intenção como tal, o que é facilmente identificado quando se constata^m titulações irregulares (duplas) da mesma propriedade, o que, no mínimo, indica não haver controle sobre aquilo que realiza. Toda a titulação (ou a maioria delas) feita pelo Estado nas áreas legalmente vazias foi aleatória, definida pelo pretendente que obteve documento em troca ou pagamento de favores políticos.

Em termos quantitativos, a titulação irregular foi mais significativa na determinação dos conflitos pela posse da terra que a luta empreendida pelos posseiros tendo em vista o mesmo objetivo.

Ambos os proprietários contratavam os chamados "jangunços" com o fito de reciprocamente se expulsarem. Ocor^rência também registrada entre proprietários e posseiros, com a diferença de que o posseiro ou defendia e ataca^va sem a cobertura dos pistoleiros e do governo. Estas lutas centralizaram-se em Peabiru e Campo Mourão.

As tensões criadas pressionam de tal forma os poderes estabelecidos que estes se vêem na contingência de encontrar alternativas para solucionar o problema. E a escolhida é a promessa de novas terras aos posseiros e aos proprietários menos poderosos, se estes firmassem um acordo de retirada. Acolhidos os termos, uma relativa tranqüilidade passa a predominar. Deixando o governo de cumprir sua parte no contrato, retomam a luta os ditos "vencidos".

De um modo geral, o que obtêm é a liberdade de se deslocarem para outras terras, ocupando ilegalmente áreas não cultivadas; ficam alguns que se assalariam ou assumem parcerias ou arrendamento nas atividades agrícolas que se implementam.

O solo de arenito Caiuá, característica de todo o extremo Noroeste do Estado (maior parte do Norte Novíssi-

mo e pedaços do Norte Novo), reage ao cultivo do café, abrindo-se em cada vez maiores flancos erosivos. Mais recentemente (1960-1970) a pastagem, por ser mais adequada ao tipo de solo, substitui as culturas erosivas e a pecuária expulsa centenas de trabalhadores que ou vão para a cidade ou procuram novas zonas rurais para trabalhar.

2.2.6.4 O Norte como um Todo

O sistema de colonização predominante no Norte do Paraná, baseado em pequenas propriedades, facilitou e estimulou o aparecimento de uma classe média rural e fez com que triplicasse o número de propriedades agrícolas no Estado: de 90 mil, em 1950, chega a 271 mil em 1960. A área cultivada passou de 1 350 000 ha, em 1950, para 3 471 000 ha, em 1960.

A ocorrência de geadas, atingindo de forma violenta o equilíbrio econômico-financeiro do pequeno produtor, principalmente (que tem sua produção dizimada e o cultivo comprometido), foi um dos fatores que, sucedendo repetidas vezes, determinou o aparecimento de novas relações de trabalho na cafeicultura, bem como alterações na estrutura fundiária e tipos de cultura.

Se até 1953-1955 observava-se o predomínio da unidade de familiar e/ou colonato na cafeicultura (sendo este último característica da média e grande propriedade), sob o ângulo das relações de trabalho as geadas e demais intempéries enfrentadas pelos pequenos produtores vêm condicionar o surgimento da parceria, como uma relação de trabalho retomada das relações pré-capitalistas e reutilizada numa situação que a tornou mais vantajosa à reprodução do capital no Norte Novo e Novíssimo do Paraná principalmente.

Neste sistema de parceria os agricultores dividiam os riscos advindos de variáveis não controláveis (ocorrências climatológicas, pragas, etc.), uma vez que ambos investiam acelerando o processo de recuperação do cafezal.

É importante destacar que, no caso, o capital empregado pelo parceiro era, em sua maioria, bem menor que o investido pelo proprietário, que entra inclusive com a terra. O parceiro trazia parte dos instrumentos de trabalho, cultivava a terra e, depois, pagava ao proprietário com uma percentagem daquilo que colheu. Esta percentagem, no caso do café, situava-se em torno de 60% (sessenta por cento). Na lavoura branca, isto é, no cultivo de cereais, a participação do proprietário na produção obtida pelo parceiro está entre 20 e 30%. Nestas condições é o parceiro agricultor que custeia maior parte do processo produtivo.

Ocorrem ainda os casos de parceiros que assalariam outros empregados em sua parte de terra, o que caracteriza mais nitidamente o caráter capitalista da parceria no Norte do Paraná.

As sucessivas crises de superprodução, o plantio do café na África e na Colômbia, a qualidade do café produzido no Brasil, mais especificamente no Paraná, levaram a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda em termos mundiais e nacionais.

As safras paranaenses são constituídas, em grande percentagem, de café de qualidade inferior, chamado bebida Rio. A intersecção dos dois fatores (saturação de mercado e baixa qualidade do produto) conduz à política de erradicação dos cafeeiros "cansados", improdutivos ou localizados em solos impróprios (Norte Novíssimo, por exemplo, e parte baixa — Sul — do Norte Velho).

Caracterizada a estrutura fundiária do Norte com o predomínio das pequenas propriedades, a conjuntura emergente passa a ser empecilho ao desenvolvimento de pequenos produtores.

O próprio tamanho da propriedade tornara anti-econômica a aquisição de máquinas para o beneficiamento local do café; e isso, a ausência (ou impossibilidade gradativa) da manutenção duma infra-estrutura a nível de propriedade (armazenagem, beneficiamento), obriga o pe-

queno produtor a entregar o café (e demais produtos comercializáveis) logo após a colheita, diretamente ao intermediário, sem que o produto sofra algum nível de elaboração.

O intermediário, via de regra representado pelo maquinista ou comerciante vinculado às grandes companhias de armazenagem e exportação, recebe o café em coco, beneficia-o para revenda, encaminha aos portos e fatura ao IBC.

Agindo ou tendo seu grau de liberdade de ação dependente do crédito financeiro, o intermediário necessariamente é um aliado do grande capital, trabalha para ele; não raro o grande produtor era geralmente acionista das companhias de armazenagem e exportação, o que lhe garantia lucros altíssimos com base na especulação. (Posteriormente estes últimos lançaram-se aos grandes empreendimentos pecuários.)

A agricultura para autoconsumo, com pequenos excedentes colocados nos mercados locais, predomina nas propriedades sobreviventes, bem como a diversificação das culturas.

A expulsão do trabalhador rural e do pequeno proprietário que vendeu seu lote para poder pagar o financiamento bancário, dentre outras razões, é fato marcante e relativamente recente e progressivo na região. Por absoluta carência de meios de produção, as famílias abandonam o campo em direção à cidade, em busca de trabalho bem como em direção a outras áreas rurais (no próprio Paraná, Mato Grosso, etc.).

A instalação de indústrias, principalmente no Norte Novo, mas criadas também no Velho e Novíssimo, absorvem apenas parcialmente a mão-de-obra liberada pelo declínio do café; as regiões canavieiras de Porecatu e de Bandeirantes e adjacências têm suas próprias usinas; regiões de grandes e médias propriedades empregam mão-de-obra assalariada nas fases de colheita ou tratos culturais, dispensando-a a seguir. Na usinagem, o operário

tem mais estabilidade, mas são relativamente poucos os que são absorvidos pelas usinas.

Desse quadro todo e do crescente incremento das pastagens em todo o Norte, aliado à constante entrada de imigrantes do Nordeste do país na região Sul, formou-se um excedente de mão-de-obra volante, itinerante, que se desloca de fazenda em fazenda ou da cidade para fazendas, sem emprego nem salários fixos, caracterizando hoje parte da zona de trabalho do Norte paranaense: os chamados bóias-frias.

2.2.7 Oeste e Sudoeste Paranaense: Um Caso Especial

Considera-se região Oeste do Paraná a área compreendida entre o rio Paraná, margem esquerda do Piquiri e margem esquerda do Ivaí, acima do Iguaçu. O Sudoeste é a região abaixo do Iguaçu. (Ver Prancha 2.2.7. (1ª).)

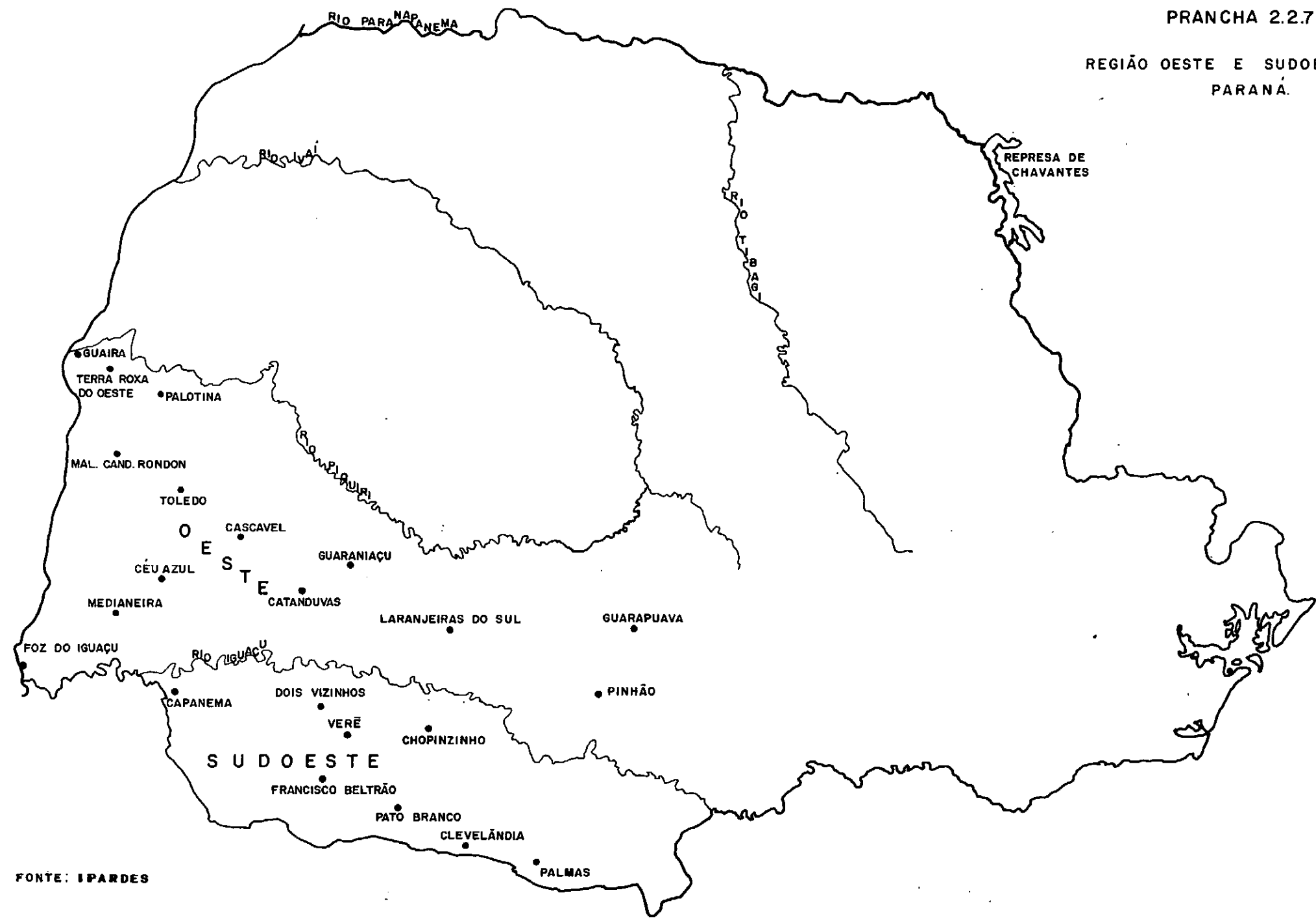
Ao contrário das demais regiões do Estado, que tiveram suas áreas ocupadas a partir de uma atividade econômica principal funcionando como fator de atração, o povoamento do Oeste e Sudoeste paranaense caracterizou-se por migrações fruto de fatores de expulsão.

Estes fatores, criados pela dinâmica da pequena propriedade — na medida em que sua densidade demográfica cresce além daquilo que a terra comporta e a atividade exige —, expulsam os excedentes, determinando migrações maciças de agricultores em direção a novas terras.

O migrante vem com o intuito de se fixar nessas novas áreas, criando uma agricultura e pecuária de subsistência e, sendo possível, expandindo suas atividades, vinculando-as ao processo de comercialização. Mas estes vêm para ficar, o que os diferencia dos povoadores que visam à exploração extensiva dos recursos naturais rentáveis que, uma vez extintos ou já não tão lucrativos, são acompanhados pelo abandono da região e um imenso vazio demográfico.

PRANCHA 2.2.7 (1º)

REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO
PARANÁ.



Por volta de 1920 e 1930, repelidas de suas terras pelo processo de formação de minifúndios, mais de 500 famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, constituídas principalmente de agricultores de origem italiana e alemã, deram início à entrada da corrente povoadora que veio a ocupar efetivamente as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Contam-se ainda elementos eslavos do Leste do Paraná, também refletindo a pressão demográfica sobre as pequenas fazendas fundadas por gerações anteriores de imigrantes europeus.

Os novos povoadores, que traziam quase sempre alguns equipamentos e recursos financeiros para sua instalação, estabeleceram-se, de início, principalmente nas zonas rurais de Palmas e Foz do Iguaçu, expandindo-se progressivamente por quase toda a região.

Nestas terras, onde a exploração predatória da erva mate e da madeira deixara raros e esparsos caboclos semi-nômades na floresta, os novos povoadores se estabeleceram plantando cereais e criando porcos. A ocupação se dá de forma espontânea, apenas com base nos recursos particulares dos ocupantes, sem qualquer auxílio e orientação por parte dos poderes públicos ou órgãos assistenciais.

Desprovido de meios de comunicação com as demais regiões do Estado, por muito tempo (até a década 1960-1970 aproximadamente), o Oeste caracterizou-se ainda por uma excepcional insuficiência de transportes e d'outros serviços públicos.

As concessões realizadas pelo Governo do Estado às companhias particulares nas primeiras décadas do século XX pouco ou nada realizaram visando à colonização efetiva do Oeste paranaense. Como já foi visto, estas se preocupavam exclusivamente com a extração do mate e da madeira. Os núcleos coloniais formados tanto pelas companhias particulares quanto pelo Governo não encontraram oportunidades de desenvolvimento, pelo isolamento em que se encontravam e ausência de mercados.

A partir de 1939, além da ação colonizadora que começou a empreender ao Norte do Paraná em áreas não demarcadas por companhias particulares, o governo estadual resolveu atuar também nas terras devolutas e de antigas concessões no Oeste paranaense, fundando algumas colônias à margem esquerda do Piquiri. Os lotes agrícolas nessas colônias foram, em geral, de áreas superiores àquelas do Norte do Paraná, medindo em média mais de 20 alqueires.

Nessa nova fase do povoamento — 1940 em diante — companhias colonizadoras particulares voltaram a atuar no negócio de terras. Uma das principais é a Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S/A-MARIPÁ (do Rio Grande do Sul), que, em 1946, adquiriu as terras da Companhia Maderas del Alto Parana, de Buenos Aires, terras que esta última havia anteriormente obtido para colonização no Oeste paranaense.

Situavam-se no vale do Rio Paraná e mediam 36 quilômetros de norte a sul e 72 de oeste a leste. Toda a imensa gleba foi colonizada rapidamente, seguindo o esquema da pequena propriedade e da diversificação das culturas. Surgiram então as cidades de Toledo (sede da MARIPÁ), Marechal Cândido Rondon e, mais tarde, Cascavel — pólo comercial da região.

Nos moldes da pequena propriedade, o lote urbano, a chácara e a colônia foram as unidades-eixo da MARIPÁ. As chácaras, que circundam os núcleos urbanos, foram, em média, de um alqueire; as colônias (sítios), sempre servidas por águas correntes, tiveram uma demarcação com área média de 10 alqueires.

A procura das terras ofertadas pela MARIPÁ pelos colonos gaúchos e catarinenses foi extraordinária, de modo que, em 1951, todas as terras demarcadas se encontravam vendidas ou compromissadas.

A insuficiência de capital para a aquisição de mais de um lote e/ou colônia foi o fator impeditivo da formação de grandes propriedades e a atuação das companhias

colonizadoras particulares se fez principalmente, acima do Rio Iguaçu, na região Oeste.

O povoamento do Sudoeste paranaense, abaixo do Rio Iguaçu, se processou determinado pelos mesmos fatores que definiram a ocupação do Oeste. Houve o predomínio da ocupação espontânea, quando o colono adquiria ao caboclo o direito de posse, ou apenas se instalava numa área desocupada; a medição e legalização de sua terra seria realizada mais tarde e sob a ação colonizadora oficial (Colônia Bom Retiro, estadual, com sede em Pato Branco, e Colônia Agrícola Nacional General Osório, em Francisco Beltrão) e de companhias particulares que apenas parcialmente colonizaram os municípios de Mariópolis, Vitorino, Renascença, Marmeleiro, Salgado Filho, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Planalto, Chopinzinho e São Jorge do Oeste.

Em 1918 foi fundada a Colônia Bom Retiro (Pato Branco), com a finalidade de abrigar colonos nacionais sem terra, vindos da região do antigo Contestado.

Abandonada, manteve uma população entregue às lides agrícolas e pastoris de subsistência, isolada de contatos (não havia caminhos), sem alternativas de desenvolvimento.

Foram os revolucionários de 1924 que, atravessando a região, revelaram a situação de miséria e abandono em que se encontravam os colonos, tornando conhecimento público um Sudoeste-Oeste praticamente desconhecido e despovoado.

Conforme foi visto, a colonização dirigida só atuou significativamente a partir de 1940; nesta época grande parte das terras havia sido ocupada pela migração das décadas anteriores, configurando inúmeros casos de "posse", de áreas já cultivadas e habitadas mas não legalmente demarcadas.

Até 1940, Oeste e Sudoeste permaneceram oficialmente ignorados, "vivendo sua população cabocla rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência

e sem a propriedade da terra que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que viam a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização. Não havia mercado, nem transporte, não havia pois razão de maior interesse ou de procura de terra, muito menos pela disputa do seu pleno domínio"¹⁷

Quando tanto o Estado quanto companhias particulares iniciaram a colonização dirigida, intensiva e organizada das terras da região, há uma súbita valorização das áreas, inclusive pela abertura de estradas que a colocaram em comunicação com os demais centros regionais e, conseqüentemente, acenando com perspectivas de mercados compradores e intercâmbio comercial.

Dentre os povoadores iniciais, poucos tiveram condições de adquirir os lotes oferecidos. Foram os imigrantes sulinos que chegaram em 1940 com recursos suficientes para a compra de propriedades aqueles que se tornaram pequenos proprietários, absorvendo a oferta das empresas colonizadoras.

Assim, o que ocorrera mais ou menos à mesma época em outras regiões manifesta-se também no Oeste e Sudoeste do Estado: a luta pela posse da terra já ocupada.

Duas opções se colocavam: regularização da situação do posseiro ou sua retirada. A primeira delas era desinteressante para alguns, muito demorada para outros, sob a ética da companhia e/ou do proprietário legal. A expulsão dos posseiros foi a escolha realizada.

Do ponto de vista do ocupante, a sua resistência organizada ou espontânea foi a alternativa que cresceu e tomou vulto, fortalecendo-se a ponto de enfrentar — com vantagem — grileiros e jagunços contratados pelas partes interessadas na expropriação da terra.

A partir de 1945, e sobretudo entre 1950 e 1960, no vo ritmo foi imprimido ao povoamento da região, de tal forma que, em meados de 1960, poucas eram as áreas deso

¹⁷ WESTPHALEN *et alii*, *op. cit.*, p.30.

cupadas.

A pequena propriedade familiar é a base da estrutura fundiária, sendo que, em 1965, 74,7% das propriedades rurais existentes possuíam até 25 ha. Os minifúndios caracterizam principalmente o Sudoeste, sendo que no Oeste se constata a existência de considerável proporção de médias e grandes propriedades em muitos municípios, embora predominem as pequenas. A policultura era a forma de atividade desenvolvida em ambas as regiões (cultivo do milho, feijão, soja, trigo e fumo, assim como a pecuária suína). Até o advento da soja (1972), parte das grandes propriedades do Oeste permaneceria subutilizada.

A entrada da soja acentuou a diferença entre as duas regiões: no Oeste, os grandes investimentos gaúchos e internacionais, a construção de rodovias — inclusive a que liga Foz do Iguaçu a Curitiba, passando por Cascavel — mantiveram constante o fluxo de atração de empresários tanto do setor agrícola quanto do industrial, concorrendo para alterações significativas no meio ambiente, nos centros urbanos e rede de serviços, bem como na estrutura fundiária. A atuação empresarial das cooperativas de produção agro-pecuária regional contribuiu na aceleração das mudanças.

O Sudoeste, embora ainda com uma rede viária insuficiente e precária, vem apresentando sensíveis modificações, mudanças bastante recentes, basicamente a partir de 1970-72, que se vêm refletindo na forma de produção (mais tecnificada), estrutura fundiária, relações de trabalho e re-diversificação das atividades com tendências a se concentrarem (em termos de densidade de capital) na soja, avicultura, criação de suínos e trigo.

Ainda hoje a posse de algumas (poucas) áreas pequenas e grandes não se encontram devidamente regularizadas. E também neste campo é visível a ação das cooperativas de produção regionais: na medida em que comercializam a produção dos agricultores e é requisito estar em

ordem a documentação das terras, a fim de se operar na área comercial, financeira, etc., tem havido mobilização por parte dos administradores destas empresas e dos órgãos que as congregam, no sentido de legalizar as situações de posse com a maior brevidade possível.



3. A Estrutura Fundiária

Neste item foram utilizados dois tipos de dados: os coletados pelo IBGE através dos Censos Agropecuários de 1960 e 1970 e os cadastrados pelo INCRA (Estatísticas Cadastrais/1 de 1972). Três aspectos referentes ao uso desses dados foram considerados de importância para o entendimento das análises que seguem: a) as diferenças entre as unidades utilizadas pelo IBGE e pelo INCRA, b) o nível de agregação em que os dados foram trabalhados e c) o tratamento estatístico que receberam.

a) *a definição de estabelecimento agrícola e suas implicações*

Nos Censos Agropecuários de 1960 e 1970, a unidade básica pesquisada pelo IBGE é o *estabelecimento*, assim definido: "todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residência e as hortas domésticas".

No Cadastro de Imóveis Rurais, a unidade pesquisada pelo INCRA é o *imóvel rural*, isto é, "o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições:

- I - Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5 000 m² não são abrangidos pela classificação de "Imóvel Rural" e não são objeto de cadastro.
- II - Os imóveis localizados na área urbana do município

somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada".

A primeira grande diferença entre os dois conceitos é o fato de existir ou ser possível a exploração agropecuária: um terreno rural só é classificado como estabelecimento se for, pelo menos parcialmente, explorado com lavouras, pecuária ou extração vegetal; enquanto o imóvel é qualquer terreno rural que seja ou *possa* ser explorado. Como decorrência desta distinção, a área recenseada pelo IBGE em 1970, no Paraná, corresponde a 14 625 530 ha, enquanto a área total cadastrada pelo INCRA, em 1972, corresponde a 19 013 698,3 ha. Estes 4 400 000 ha a mais representariam as propriedades rurais totalmente improdutivas. (Desprezando-se a variação 70/72.)

A segunda grande diferença entre as duas definições é o fato de o *estabelecimento* ser delimitado pela *administração*, e o *imóvel*, pela *propriedade*. Uma área contínua de terra pode ser, ao mesmo tempo, um imóvel pertencente a um proprietário e vários estabelecimentos administrados por arrendatários e parceiros. Daí deriva a diferença entre os dois totais para o Estado do Paraná: 554 488 estabelecimentos (1970) para 445 036 imóveis rurais (1972). (Novamente desprezando-se a criação de imóveis no período 70/72.)

Por outro lado, uma área contínua de terra, sujeita a uma só administração, pode representar a fusão de 2 ou mais imóveis. Por isso, em algumas áreas — notadamente as de pecuária, onde o aluguel/arrendamento de pastos é comum —, o número de imóveis se apresenta superior ao de estabelecimentos.

Como consequência de sua própria definição, o número de estabelecimentos e sua subdivisão estão diretamente ligados à posse e ao uso da terra, portanto sujeitos a uma série de variáveis conjunturais que lhes dão um caráter de instabilidade.

Ao contrário, a distribuição dos imóveis rurais somente se altera através da compra, venda e herança de propriedades e, embora também sofra a influência do tipo de uso, apresenta-se com relativa estabilidade.

Nos capítulos seguintes o simples emprego dos termos *estabelecimento* ou *imóvel* (propriedade) trará implícitas todas as diferenças de definição das unidades básicas pesquisadas pelo IBGE e pelo INCRA.

b) a composição das microrregiões homogêneas em 1960

Em 1968 o IBGE dividiu o território brasileiro em Microrregiões Homogêneas e com isto o Paraná, que em 1960 era composto por 11 zonas fisiográficas, passa a se constituir em 24 novas unidades regionais.

A análise evolutiva efetuada neste trabalho se apóia basicamente no período 1960/70 e nas variações ocorridas ao nível microrregional. Desta forma se constituía de fundamental importância a composição dessas unidades em 1960 para comparações com os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 1970. Muita dificuldade foi encontrada na realização dessa tarefa, tornando-se necessária a elaboração de um trabalho básico denominado "Comparação entre as Áreas Municipais do Estado do Paraná - 1960-1970". Na década em questão, o número de municípios paranaenses passou de 162 para 288, e os limites das Microrregiões Homogêneas muitas vezes cortaram antigas áreas municipais.

Na maior parte dos casos os dados agropecuários foram divididos proporcionalmente à área geográfica desdobrada. Como exemplo tem-se o município de Manuel Ribas que cedeu 77,4% de sua área para a microrregião de Apucarana (17), ficando apenas com 22,6% em Pitanga (20).

Todavia, no caso das microrregiões Venceslau Braz (11), Jacarezinho (12) e Assaí (13) e no caso de Maringá (15) e Paranavaí (16), não foi possível encontrar nenhum critério seguro para a divisão das informações cen

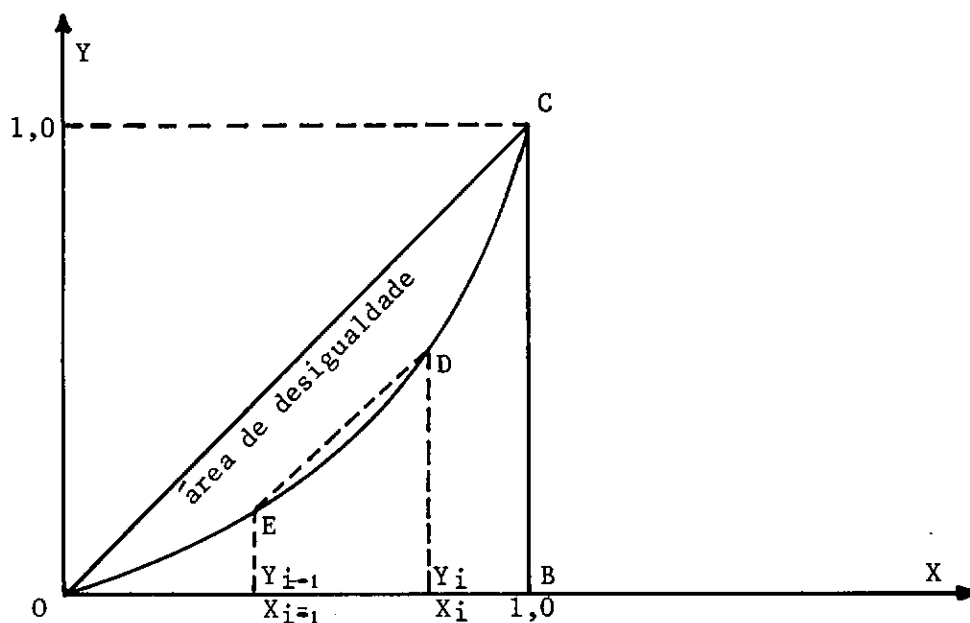
sitárias, uma vez que as áreas divididas apresentavam densidades demográficas muito diferentes, Assim foi preferível manter estas microrregiões agregadas, para as análises quantitativas. Quando as diferenças na subdivisão, posse ou uso da terra eram muito grandes e o enfoque dado à análise era mais qualitativo, consideraram-se as microrregiões isoladamente.

c) as medidas utilizadas

Trabalhou-se basicamente com os dados em forma absoluta ou percentual referentes ao número e área dos estabelecimentos ou imóveis, além de área média e mediana. Porém uma outra medida foi utilizada e, devido a seu uso pouco difundido, cabe aqui considerá-la: o índice de Gini.

Para entendê-lo, consideremos como disponível uma série de dados referentes ao número e área total correspondente de estabelecimentos (ou imóveis) classificados em estratos de área total.

A maneira como se reparte a área entre os vários estabelecimentos pode ser visualizada através da chamada curva de concentração ou "curva de Lorenz". Para traçá-la em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, tomam-se como abscissas as frações acumuladas do número de estabelecimentos, a partir daqueles de menor área, e, como ordenadas, as frações acumuladas de área total.



Na figura anterior está representada a "curva de Lorenz", onde X é a fração acumulada do número de estabelecimentos e Y é a fração acumulada da área total correspondente.

É denominada "linha de perfeita igualdade" ou "reta de eqüidistribuição", representada na figura pela linha OC, a situação particular em que a cada fração acumulada do número de estabelecimentos corresponde igual fração acumulada da área total. No outro extremo tem-se o caso hipotético da perfeita desigualdade, representado pela linha OBC. Uma distribuição qualquer estaria compreendida entre esses dois casos extremos, como, por exemplo, a representada pela curva OEDC (curva de Lorenz).

O grau de desigualdade de uma distribuição (índice de concentração) pode ser avaliado por meio da área denominada "área de desigualdade", compreendida entre a reta de eqüidistribuição e a curva de Lorenz correspondente. Esta nada mais é do que a área do triângulo OBC menos a área compreendida entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas. O índice de Gini (G) é uma subestimativa do índice de concentração.

Na Prancha 3(1ª) estão representadas, para exemplificar, as curvas de Lorenz correspondentes às distribuições dos imóveis do Brasil e Paraná, nas quais foram utilizados os dados do Cadastro do INCRA, de 1972.

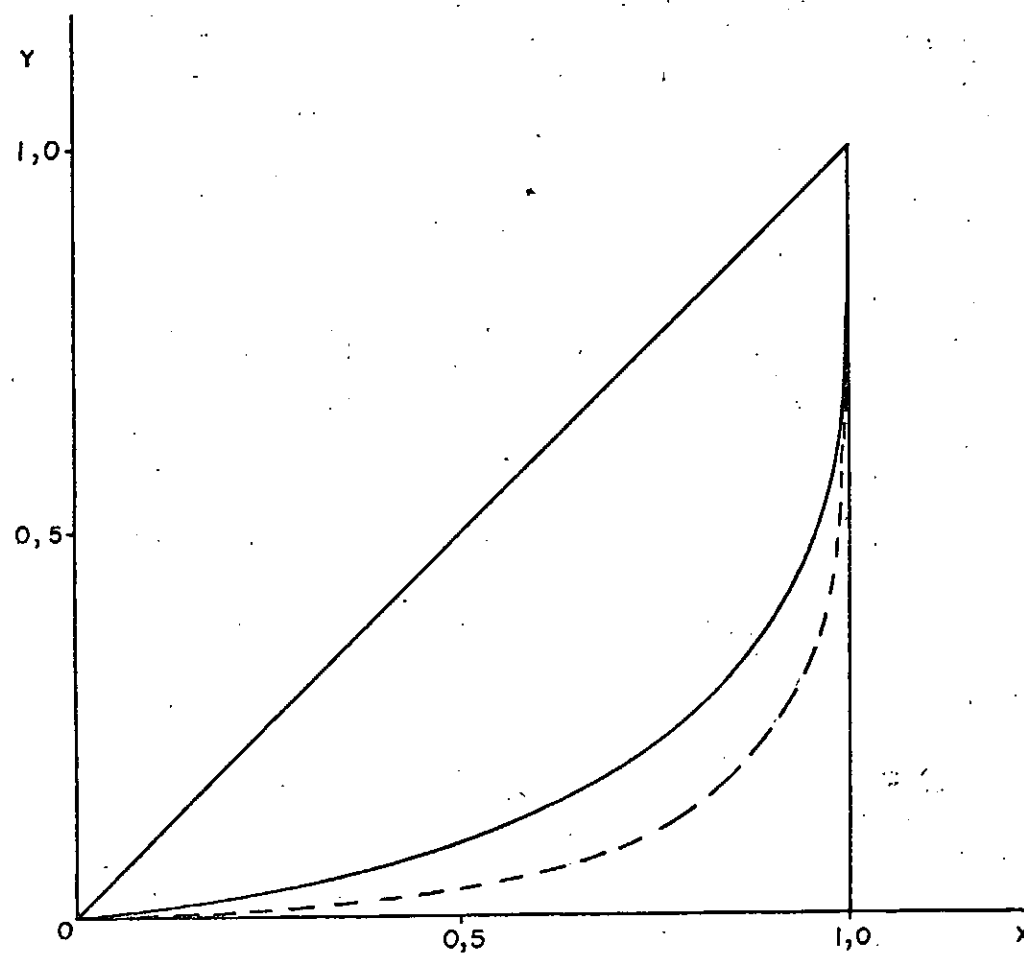
3.1 A SUBDIVISÃO DA TERRA

3.1.1 A Situação do Paraná em Relação ao Brasil e Estados Brasileiros

O Paraná apresenta um dos mais baixos índices de concentração da posse da terra (índice de Gini) quando comparado com as demais unidades da Federação (Ver Tabelas 3.1.1.(a) e 3.1.1.(b)). Não considerando alguns Estados do Norte (Rondônia, Acre e Roraima), somente o Es-

PRANCHA 3 (1ª)

CURVA DE LORENZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS PARA O BRASIL E PARANÁ.
DADOS DO CADASTRO DO INCRA-1972.



—— PARANÁ - - - - BRASIL

Tabela 3.1.1.(a) - Subdivisão da terra no Brasil por regiões e unidades da Federação - 1960.

Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini	Área média (ha)	Área Mediana (ha)	Percentagem da área correspondente aos	
				50 ⁺	5 ⁺
Brasil	0,836	74,9	12,2	3,1	67,7
Reg. Norte	0,942	173,4	10,1	1,1	90,0
Reg. Nordeste	0,841	44,8	5,1	2,4	65,1
Reg. Sudeste	0,763	78,2	19,0	5,2	54,9
Reg. Sul	0,715	48,3	15,9	8,5	56,4
Reg. Centro-Oeste	0,839	376,4	43,1	2,4	64,3
Rondônia	0,900	299,7	40,6	3,0	84,6
Acre	0,918	2 558,2	21,0	0,2	73,9
Amazonas	0,956	132,0	7,3	1,2	93,7
Roraima	0,656	996,1	509,4	5,3	33,2
Pará	0,824	65,5	13,6	3,7	68,6
Amapá	0,932	1 223,7	56,9	0,7	83,7
Maranhão	0,917	31,5	2,2	2,1	86,8
Piauí	0,826	104,3	16,1	1,9	59,4
Ceará	0,744	89,3	25,0	5,5	51,0
Rio Grande Norte	0,797	74,0	13,8	3,6	57,5
Paraíba	0,811	34,5	6,6	4,0	62,3
Pernambuco	0,839	22,8	3,2	3,5	68,8
Alagoas	0,831	30,5	4,5	3,6	67,5
Sergipe	0,825	22,6	3,3	3,1	63,8
Bahia	0,779	46,3	10,3	4,4	57,1
Minas Gerais	0,754	103,1	26,4	5,3	52,8
Espírito Santo	0,528	52,7	30,1	15,8	33,3
Rio de Janeiro	0,757	57,6	14,1	5,5	53,6
Guanabara	0,691	7,5	2,9	7,9	49,1
São Paulo	0,788	60,8	12,0	4,7	59,7
Paraná	0,687	42,3	15,2	9,1	50,8
Santa Catarina	0,652	37,6	16,0	10,5	47,6
Rio Grande Sul	0,746	57,0	16,3	7,7	61,5
Mato Grosso	0,898	643,9	31,9	0,8	71,8
Goiás	0,759	260,1	55,1	4,5	51,0
Distrito Federal	0,768	510,5	82,9	3,4	49,7

FONTE: HOFFMANN, Rodolfo e Graziano da Silva, J. Francisco. *A estrutura agrária brasileira*. Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ/USP, 1975. p.21.

Tabela 3.1.1.(b) - Subdivisão da terra no Brasil por regiões e unidades da Federação - 1970.

Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini	Área média (ha)	Área Mediana (ha)	Percentagem da área correspondente aos	
				50 ⁻	5 ⁺
Brasil	0,837	59,6	9,3	2,9	66,7
Reg. Norte	0,829	87,7	16,4	2,8	64,2
Reg. Nordeste	0,849	33,6	3,5	2,3	66,3
Reg. Sudeste	0,753	75,2	19,2	5,4	52,8
Reg. Sul	0,716	35,9	11,9	8,4	56,3
Reg. Centro-Oeste	0,850	320,8	38,4	2,1	67,1
Rondônia	0,653	224,2	122,1	7,4	47,6
Acre	0,597	176,3	114,8	12,0	42,4
Amazonas	0,713	52,2	14,1	4,4	37,9
Roraima	0,606	810,3	512,2	5,5	26,1
Pará	0,874	74,0	10,7	2,3	77,4
Amapá	0,865	258,6	40,1	2,7	73,0
Maranhão	0,922	27,6	1,5	1,6	85,2
Piauí	0,888	43,9	2,6	1,2	71,0
Ceará	0,783	49,2	10,4	4,1	56,3
Rio Grande Norte	0,850	44,1	5,3	2,1	66,6
Paraíba	0,817	27,1	4,2	3,7	63,9
Pernambuco	0,833	19,3	2,9	3,5	66,4
Alagoas	0,830	21,2	3,3	3,4	66,8
Sergipe	0,849	18,3	2,0	2,3	66,8
Bahia	0,792	40,4	7,7	3,7	57,6
Minas Gerais	0,743	93,0	25,4	5,6	50,8
Espírito Santo	0,589	53,5	27,2	12,6	37,4
Rio de Janeiro	0,776	45,6	9,7	4,6	55,1
Guanabara	0,748	6,2	2,0	5,5	55,7
São Paulo	0,772	62,9	14,3	5,2	57,1
Paraná	0,691	26,6	9,4	9,6	52,9
Santa Catarina	0,634	34,3	15,2	11,4	46,0
Rio Grande Sul	0,746	46,6	13,6	7,4	60,2
Mato Grosso	0,926	425,5	12,8	0,6	80,7
Goiás	0,729	247,7	71,5	5,7	48,6
Distrito Federal	0,785	88,3	23,1	4,8	60,0

FONTE: HOFFMANN, Rodolfo e Graziano da Silva, J. Francisco. *A estrutura agrária brasileira*. Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ/USP, 1975, p. 22.

pírito Santo e Santa Catarina apresentam, tanto em 1960 quanto em 1970, índices de Gini menores que os do Paraná.

Esses mesmos Estados são também os únicos que apresentam a percentagem da área correspondente aos 50% menores estabelecimentos superior a 10%. O Paraná, porém, apresenta uma percentagem próxima a essa (9,1% em 1960 e 9,6% em 1970).

Quanto à variação desse índice entre 1960 e 1970, houve pouca alteração para o Brasil, Região Sul e Paraná. Porém, o mesmo não pode ser dito com relação à área média e mediana. Ambas diminuíram; a área média do Paraná passou de 42,3 ha para 26,6 ha e a mediana, de 15,2 ha para 9,4 ha.¹⁸

O fato de a mediana ser menor que a média nos indica que se trata de uma distribuição assimétrica à direita (positivamente assimétrica). Isso quer dizer que a área mediana representa melhor a situação da maioria dos estabelecimentos do Estado do que a área média.

A análise através de médias e índices de concentração é insuficiente. Através da Tabela 3.1.1.(c) pode-se comparar a distribuição percentual do número de estabelecimentos e da área total do Brasil, Região Sul e quatro Estados selecionados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, no ano de 1970.

Para o Brasil, no estrato dos estabelecimentos de área total inferior a 10 ha estão 51,4% dos estabelecimentos que ocupam somente 3,1% da área total. Para o Paraná, a percentagem dos estabelecimentos é próxima (53,3%), ao passo que a área ocupada é relativamente superior a 10,7%. Essa percentagem é a mais alta dos Es-

¹⁸ Serão notadas algumas pequenas diferenças nos valores referentes ao Paraná contidos na Tabela 3.1.1.(b) e os que aparecerão posteriormente neste trabalho. Isso se explica pelo fato de que essa tabela foi tirada de um trabalho que utilizou os dados do Censo Preliminar de 1970 e neste trabalho foi utilizada a versão definitiva do Censo Agropecuário do Paraná de 1970.

3.1.1.(c) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos por estratos de área total
- Brasil, Região Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo - 1970.

Grupos de Área Total (ha)	Brasil		Região Sul		Paraná		Sta.Catarina		R.G. Sul		São Paulo	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	51,4	3,1	42,3	6,1	53,3	10,7	31,9	4,9	34,7	3,6	40,2	3,3
Menos de 1	8,1	0,1	1,1	0,0	0,9	0,0	1,2	0,0	1,2	0,0	1,9	0,0
1 — 2	10,0	0,2	2,7	0,1	2,6	0,1	2,1	0,1	3,2	0,1	3,5	0,1
2 — 5	18,6	1,0	17,8	1,8	24,8	3,5	12,3	1,3	12,4	0,9	16,8	1,0
5 — 10	14,7	1,8	20,7	4,2	25,0	7,1	16,3	3,5	17,9	2,6	18,0	2,2
10 — 100	39,4	20,4	53,0	38,3	43,4	41,7	63,7	51,3	58,9	32,3	48,8	25,3
10 — 20	15,6	3,7	25,7	10,0	22,9	12,1	27,1	11,2	28,1	8,2	19,3	4,5
20 — 50	16,8	8,6	22,0	18,2	16,5	18,9	29,5	26,1	24,8	15,5	20,4	10,5
50 — 100	7,0	8,1	5,3	10,1	4,0	10,7	7,1	14,0	6,0	8,6	9,1	10,3
100 — 1000	8,5	37,0	4,3	32,2	3,1	28,9	4,1	29,4	5,8	35,2	10,3	43,5
100 — 200	4,4	10,1	2,3	8,8	1,8	9,3	2,4	9,5	2,8	8,4	5,4	12,1
200 — 500	3,1	15,6	1,5	13,1	1,0	12,1	1,3	11,5	2,1	14,2	3,7	18,2
500 — 1000	1,0	11,3	0,5	10,3	0,3	7,5	0,4	8,4	0,9	12,6	1,2	13,2
1000 — 10000	0,7	27,2	0,4	21,3	0,2	15,7	0,3	12,3	0,6	27,4	0,7	24,1
1000 — 2000	0,4	9,9	0,3	9,5	0,1	6,5	0,2	6,3	0,4	12,2	0,5	10,8
2000 — 5000	0,2	11,4	0,1	9,1	0,1	6,6	0,1	5,0	0,2	11,9	0,2	9,5
5000 — 10000	0,1	5,9	0,0	2,7	0,0	2,6	0,0	1,0	0,0	3,3	0,0	3,8
10000 e mais	0,0	12,3	0,0	2,1	0,0	3,0	0,0	2,1	0,0	1,5	0,0	3,8
10000 — 100000	0,0	9,9	0,0	1,7	0,0	1,9	0,0	2,1	0,0	1,5	0,0	3,8
100000 e mais	0,0	2,4	0,0	0,4	0,0	1,1	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil - 1970.

tados da região Sul, o que demonstra uma maior importância relativa para os pequenos estabelecimentos do Paraná, tanto em número como em área.

A distribuição dentro dos limites de 10 ha também é diferente para o Brasil e Paraná. Para o Brasil, estabelecimentos menores que 2 ha correspondem a 18,1% do total e de 2 até menos de 10 ha, a 33,3%. Já no Paraná, essas percentagens são de 3,5% e 49,8% respectivamente.

A grande maioria dos estabelecimentos do Paraná está contida nos extremos de área entre 2 ha e menos de 50 ha. Através dos dados seguintes, pode-se fazer uma análise comparativa entre o Paraná e as outras unidades da Federação selecionadas.

Distribuição percentual dos estabelecimentos de área total compreendida entre 2 e menos de 50 ha, em 1970

	% dos Estabelecimentos	% da Área
Brasil	65,7	15,1
Região Sul	86,2	34,2
Paraná	89,2	41,6
Santa Catarina	85,2	42,1
Rio Grande do Sul	83,2	27,2
São Paulo	74,5	18,2

Observa-se que a alta percentagem de estabelecimentos de área de 2 ha até menos de 50 ha é uma característica dos Estados componentes da região Sul. Para o Brasil essa percentagem é relativamente menor e a percentagem da área total ocupada por esses estabelecimentos é muito baixa (15,1%). Também em relação a São Paulo observam-se diferenças significativas, principalmente as referentes a área.

Quanto aos estratos superiores (rever Tabela ... 3.1.1.(c)), ou seja, estabelecimentos com área total acima de 1 000 ha, observa-se que para o Paraná e Santa Ca

tarina a percentagem da área total ocupada por esses estabelecimentos é baixa quando comparada às percentagens apresentadas pelo Brasil, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com grande parcela de interferência, esta situação reflete o processo de colonização que caracterizou a ocupação nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

No caso paranaense verificou-se um franco predomínio dos loteamentos de até 50 h; isto não só nos casos do povoamento dirigido ou por companhias particulares ou através da iniciativa oficial, como também naqueles efetivados pelo simples estabelecimento de pessoas numa área não ocupada, onde instalavam sua moradia e desenvolviam uma agricultura e criação de subsistência. Neste caso, configura-se a "posse", surgindo o "posseiro" dentro das categorias de apropriação.

Assim, o sistema de colonização do Estado do Paraná privilegiou, sob o aspecto quantitativo, a pequena propriedade. Elas se espalham por todo o Norte, Oeste e Sudoeste e ainda em áreas esparsas do Centro-Sul, onde núcleos de imigrantes europeus se estabeleceram, cultivando pequenas e médias propriedades, desenvolvendo atividades agro-pastoris e artesanais.

3.1.2 Análise das Mudanças Ocorridas entre 1960 e 1970

Durante o período 60/70, a fronteira agrícola do Paraná ainda se expandiu e novos estabelecimentos e áreas foram incorporados ao processo produtivo primário.

Na tabela que segue tem-se quantificada a mudança, em número e área dos estabelecimentos, no período 60/70.

	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Média (ha)
1960	269 146*	11 384 934	42,3
1970	554 488	14 625 530	26,4
Incremento 60/70 (%)	106,0	28,5	—

* Inclui 100 estabelecimentos sem declaração de área.

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

Pode-se observar que o número de estabelecimentos mais que dobrou, porém a área ocupada não sofreu aumento tão significativo.

Não se pode, porém, afirmar, com base nos dados acima, em que proporções esse grande incremento no número de estabelecimentos foi devido à incorporação de novas áreas ou devido ao fracionamento de imóveis já existentes.

A situação torna-se complexa porque podem estar ocorrendo simultaneamente vários fenômenos. A agregação de vários estabelecimentos em algumas regiões, devida, por exemplo, à substituição da cultura do café por pastagens; a subdivisão de estabelecimentos através da parceria em culturas como o algodão, e a incorporação de novas áreas ou a estabelecimentos já existentes e/ou criando novos estabelecimentos são alguns dos casos que podem ter ocorrido simultaneamente no Estado.

Para se tentar chegar a alguma conclusão mais precisa, esses acréscimos serão analisados sob diversos ângulos.

Em primeiro lugar, analisar-se-ão as mudanças ocorridas nos diferentes estratos de área total.

Pela Tabela 3.1.2.(a), observa-se que a participação percentual dos estabelecimentos menores que 10 ha aumentou tanto em número quanto em área. Os de área total compreendida entre 10 e menos de 100 ha tiveram sua participação no número reduzida e na área mantida constante. Os de área total acima de 100 ha sofreram redução na participação tanto em número como em área.

Consideremos agora os acréscimos sofridos em cada estrato de área no período 60/70. Isso pode ser visto através da Tabela 3.1.2.(b).

Tabela 3.1.2.(a) - Distribuição percentual dos estabelecimentos e área, por estratos de área total - Paraná - 1960, 1970.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	1960		1970	
	estab.	área	estab.	área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	34,7	4,5	53,3	10,7
Menos de 1	0,4	0,0	0,9	0,0
1 — 2	1,4	0,0	2,6	0,1
2 — 5	16,3	1,5	24,8	3,5
5 — 10	16,6	3,0	25,0	7,1
10 — 100	59,2	41,7	43,4	41,7
10 — 20	23,6	7,9	22,9	12,1
20 — 50	27,6	20,3	16,5	18,9
50 — 100	8,0	13,5	4,0	10,7
100 — 1000	5,8	32,3	3,1	28,9
100 — 200	3,5	11,3	1,8	9,3
200 — 500	1,8	13,4	1,0	12,1
500 — 1000	0,5	7,6	0,3	7,5
1000 — 10000	0,3	17,0	0,2	15,7
1000 — 2000	0,2	7,1	0,1	6,5
2000 — 5000	0,1	6,8	0,1	6,6
5000 — 10000	0,0	3,1	0,0	2,6
10000 e mais	0,0	4,5	0,0	3,0
10000 — 100000	0,0	3,3	0,0	1,9
100000 e mais	0,0	1,2	0,0	1,1

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

Os estabelecimentos menores que 10 ha sofreram um drástico aumento: 215,9% no número e 200,6% na área total correspondente. Como o aumento no número foi maior que o aumento na área, a área média desse estrato foi reduzida de 5,60 para 5,33 ha. Observe-se que, dentre os de área inferior a 10ha, o maior acréscimo em número foi entre os menores que 1 ha (336,4%) e o maior acréscimo em área total foi nos estabelecimentos entre 1 e menos de 2 ha (326,1%).

Quanto aos demais estratos, no geral, os acréscimos são menores (com exceção do estrato de 10 até menos de 20 ha onde ainda se têm acréscimos em torno de 100%) até

Tabela 3.1.2.(b) - Número de estabelecimentos e área total; acréscimos absolutos e percentuais; área média, por estratos de área total - 1960 e 1970.

Grupos de Área Total (ha)	1960		1970		Acréscimo Absoluto 60/70		Acréscimo Percentual 60/70		Área Média (ha)	
	nº estab.	área total	nº estab.	área total	nº estab.	área	estab.	área	1960	1970
TOTAL	269 046	11 384 934	554 453	14 625 530	285 407	3 240 596	106,1	28,5	42,32	26,38
Menos de 10	93 477	523 892	295 272	1 575 024	201 795	1 051 132	215,9	200,6	5,60	5,33
Menos de 1	1 123	891	4 901	2 426	3 778	1 535	336,4	172,3	0,79	0,50
1 — 2	3 809	4 570	14 229	19 473	10 420	14 903	273,6	326,1	1,20	1,37
2 — 5	43 868	171 044	137 353	515 088	93 485	344 044	213,1	201,1	3,90	3,75
5 — 10	44 677	347 387	138 789	1 038 037	94 112	690 650	210,6	198,8	7,78	7,48
10 — 100	159 087	4 741 381	240 936	6 097 366	81 849	1 355 985	51,4	28,6	29,80	25,31
10 — 20	63 422	895 479	127 021	1 769 431	63 599	873 951	100,3	97,6	14,12	13,93
20 — 50	74 215	2 308 050	91 604	2 767 110	17 389	459 060	23,4	19,9	31,10	30,21
50 — 100	21 450	1 537 852	22 311	1 560 825	861	22 973	4,0	1,5	71,69	69,96
100 — 1000	15 567	3 684 627	17 158	4 220 749	1 591	536 122	10,2	14,6	236,69	245,99
100 — 200	9 363	1 291 998	9 816	1 358 902	453	66 904	4,8	5,2	137,99	138,44
200 — 500	4 988	1 528 408	5 792	1 772 230	804	243 822	16,1	16,0	306,42	305,98
500 — 1000	1 216	864 221	1 550	1 089 617	334	225 396	27,5	26,1	710,71	702,98
1000 — 10000	894	1 928 554	1 074	2 294 765	180	366 211	20,1	19,0	2 157,22	2 136,65
1000 — 2000	577	804 984	688	947 042	111	142 058	19,2	17,6	1 395,12	1 376,51
2000 — 5000	268	768 551	333	969 288	65	200 737	24,3	26,1	2 867,73	2 910,77
5000 — 10000	49	355 019	53	378 436	4	23 417	8,2	6,6	7 245,29	7 140,30
10000 e mais	21	506 480	13	437 625	-8	-68 855	-38,1	-13,6	24 118,10	33 663,46
10000 — 100000	20	374 480	12	276 973	-8	-97 507	-40,0	-26,0	18 724,00	23 081,08
100000 e mais	1	132 000	1	160 652	0	28 652	0,0	21,7	132 000,00	160 652,00

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

os acima de 10 000 ha, quando ocorre decréscimo no número e área dos estabelecimentos.

Vejamos agora como o acréscimo total do Estado, em número e em área dos estabelecimentos, se distribui percentualmente entre os diversos estratos.¹⁹

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	Distribuição Percentual do Acréscimo Total	
	Número de Estabelecimentos	Área
TOTAL	100,0	100,0
Menos de 10	70,7	31,8
Menos de 1	1,3	0,0
1 — 2	3,6	0,5
2 — 5	32,8	10,4
5 — 10	33,0	20,9
10 ————— 100	28,7	41,0
10 — 20	22,3	26,4
20 — 50	6,1	13,9
50 — 100	0,3	0,7
100 ————— 1000	0,6	16,2
100 — 200	0,2	2,0
200 — 500	0,3	7,4
500 — 1000	0,1	6,8
1000 ————— 10000	0,1	11,1
1000 — 2000	0,0	4,3
2000 — 5000	0,0	6,1
5000 — 10000	0,0	0,7
10000 e mais	—	—
10000 — 100000	—	—
100000 e mais	—	—

Como se pode ver, 70,7% do acréscimo total no número de estabelecimentos se concentrou no estrato dos es-

¹⁹ Como no estrato dos 10 000 ha e mais houve decréscimo em número e área dos estabelecimentos, as percentagens foram calculadas em relação ao total do incremento positivo.

tabelecimentos de área total inferior a 10 ha. Esse mesmo estrato participou com 31,8% no aumento da área total. Porém, observando-se dentro desse estrato, vê-se que nos estabelecimentos de área até 2 ha o acréscimo não foi tão grande. No estrato de 10 a menos de 100 ha, apesar do acréscimo não ter sido tão alto como nos menores que 10 ha, a participação dos estabelecimentos de área total entre 10 e menos de 20 ha é alta. Assim sendo, temos que 88,1% do acréscimo no número de estabelecimentos do Estado no período 60/70 deveu-se aos estabelecimentos de área total compreendida entre 2 e menos de 20 ha. O acréscimo em área correspondente foi de 57,7%.

Nos estratos superiores (considerando-se acima de 100 ha até menos de 10 000 ha), apesar da percentagem do acréscimo no número de estabelecimentos ter sido muito baixa, os acréscimos na área total foram bem mais significativos.

Finalmente, tentaremos localizar em quais regiões do Estado ocorreram os maiores acréscimos em número e área dos estabelecimentos.

Devido às dificuldades de se trabalhar com dados de 1960 a nível de microrregião, algumas delas foram agregadas.²⁰

Na Tabela 3.1.2.(c) temos, a nível de Microrregiões Homogêneas, o número de estabelecimentos, área total, área média para 1960 e 1970 e a variação no período considerado.

Em termos de acréscimo absoluto no número de estabelecimentos destacam-se as microrregiões 17 (Apucarana), 18 (Umuarama), 19 (Campo Mourão), 21 (Extremo Oeste) e 22 (Sudoeste), enquanto os maiores incrementos na área total dos estabelecimentos se verificaram nas microrregiões 18, 19, 21, 22 e 23 (Guaapuava).

²⁰ Consultar: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. *Comparação entre as áreas municipais do Estado do Paraná - 1960-1970*. Curitiba, 1976.

Tabela 3.1.2.(c) - Número de estabelecimentos, área total, área média em 1960 e 1970 e variações correspondentes 60/70, por microrregiões paranaenses.

	1960		1970		Variação 60/70		1960	1970	Variação 60/70
	nº estab.	área total	nº estab.	área total	nº estab.	área total	área média	área média	área média
PARANÁ	269 146	11 384 934	554 488	14 625 530	285 342	3 240 596	42,3	26,4	15,9
01 - Curitiba	16 310	393 752	16 821	391 249	511	- 2 503	24,1	23,3	0,8
02 - Litoral Paranaense	1 703	114 244	2 157	80 480	454	- 33 764	67,1	37,3	29,8
03 - Alto Ribeira	2 542	171 145	3 657	161 032	1 115	- 10 113	67,3	44,0	23,3
04 - Alto Rio Negro Paranaense	2 252	88 595	5 233	71 068	2 981	- 17 527	39,3	13,6	25,7
05 - Campos de Lapa	5 496	312 975	7 016	315 809	1 520	2 834	56,9	45,0	11,9
06 - Campos de Ponta Grossa	4 994	755 061	7 512	919 472	2 518	164 441	151,2	122,4	28,8
07 - Campos de Jaguariaíva	1 479	252 931	3 717	324 093	2 238	71 162	171,0	87,2	83,8
08 - São Mateus do Sul	4 489	165 446	6 192	151 375	1 703	- 14 071	36,9	24,4	12,5
09 - Colonial de Irati	12 783	525 339	21 749	495 155	8 966	- 30 184	41,1	22,8	18,3
10 - Alto Ivaí	6 320	360 602	12 015	469 019	5 695	108 417	57,1	39,0	18,1
11 - N.Velho de Venceslau Braz]									
12 - N.Velho de Jacarezinho ⇒	34 548	1 331 263	52 100	1 290 564	17 552	- 40 699	38,5	24,8	13,7
13 - Algodoeira de Assaí]									
14 - N.Novo de Londrina	21 711	893 248	29 467	963 533	7 756	70 285	41,1	32,7	8,4
15 - N.Novo de Maringá]									
16 - N.Noviss. de Paranavaí]⇒	31 230	63 226	45 867	1 297 939	14 637	234 713	34,0	28,3	5,7
17 - N.Novo de Apucarana	16 171	499 993	45 376	604 506	29 205	104 513	30,9	13,3	17,6
18 - N.Noviss. de Umuarama	18 683	476 020	66 519	1 125 681	47 836	649 661	25,5	16,9	8,6
19 - Campo Mourão	19 164	581 137	54 982	967 611	35 818	386 474	30,3	17,6	12,7
20 - Pitanga	8 948	431 633	13 544	473 280	4 596	41 647	48,2	34,9	13,3
21 - Extremo Oeste Paranaense	13 985	621 023	82 570	1 616 724	68 585	995 701	44,4	19,6	24,8
22 - Sudoeste Paranaense	25 986	774 132	50 451	1 018 912	24 465	244 780	29,8	20,2	9,6
23 - Campos de Guarapuava	10 928	943 395	16 515	1 171 371	5 587	227 976	86,3	70,9	15,4
24 - Médio Iguaçu	9 424	629 774	11 028	716 658	1 604	86 884	66,8	65,0	1,8

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

A expansão da fronteira agrícola paranaense, que se processava de forma singular ocupando o litoral, o Sul e o Norte, se completa com uma convergência dos fluxos migratórios para o Oeste e, em menor escala, para uma reocupação do centro (Guarapuava).

As microrregiões de colonização antiga, com exceção daquelas situadas nos Campos, mostraram um pequeno aumento no número de estabelecimentos e uma redução na área total. Tanto nas áreas de expansão (com a criação de grande número de pequenos estabelecimentos) quanto nas áreas de retração (com o desmembramento de estabelecimentos) verificamos uma queda na área média.

A participação relativa das microrregiões no total do Estado pode ser vista na Tabela 3.1.2.(d). Os aumentos mais drásticos na participação relativa ocorreram nas microrregiões 17, 18, 19 e 21, que detinham 25,2% dos estabelecimentos em 1960 e passaram para 45,0% em 1970, enquanto sua área total passou de 19,2% para 29,5%. O caso mais flagrante foi o do Extremo Oeste, cuja importância, em termos de estabelecimentos, passou de 5,2% para 14,9% e, em termos de área, de 5,5% para 11,1%.

Como o acréscimo no número de estabelecimentos agrícolas no Paraná como um todo foi de 106,0%, as microrregiões que apresentaram uma taxa de incremento inferior a esta tiveram diminuída sua importância relativa no Estado. As maiores taxas foram observadas nas microrregiões 4, 7, 17, 18, 19 e 21, respectivamente 132,4%, 151,3%, 180,6%, 256,0%, 186,9% e 490,4%. No entanto, a contribuição destas regiões para o aumento no número de estabelecimentos do Estado foi pequena nas duas primeiras (1,0% e 0,8%) e grande nas demais (10,2%, 16,8%, 12,6% e 24,0%), que foram responsáveis por 63,6% deste incremento.

Quanto à área total, como em 7 microrregiões houve um decréscimo, foram calculadas somente as percentagens em relação ao total dos acréscimos positivos.

As microrregiões 17, 18, 19 e 21 foram responsáveis

Tabela 3.1.2.(d) - Distribuição e variação percentual do número e área dos estabelecimentos em 1960 e 1970, por microrregiões paranaenses.

	Participação Relativa (%)				Variação Percentual			Distribuição Percentual da		60/70
	1960		1970		60/70			Variação em		
	estab.	área	estab.	área	estab.	área total	área média	estab.	área total	área média
PARANÁ	100,0	100,0	100,0	100,0	106,0	28,5	-37,6	100,0	100,0	100,0
01 - Curitiba	6,1	3,5	3,0	2,7	3,1	- 0,6	- 3,3	0,2	—	0,1
02 - Litoral Paranaense	0,6	1,0	0,4	0,5	26,7	- 29,6	-44,4	0,2	—	0,7
03 - Alto Ribeira	0,9	1,5	0,7	1,1	43,9	- 5,9	-34,6	0,4	—	0,6
04 - Alto Rio Negro Paranaense	0,8	0,8	0,9	0,5	132,4	- 19,8	-65,4	1,0	—	1,8
05 - Campos de Lapa	2,0	2,7	1,3	2,2	27,7	0,9	-20,9	0,5	0,1	0,5
06 - Campos de Ponta Grossa	1,9	6,6	1,3	6,3	50,4	21,8	-19,0	0,9	4,8	—
07 - Campos de Jaguariaíva	0,6	2,2	0,7	2,2	151,3	28,1	-49,0	0,8	2,1	—
08 - São Mateus do Sul	1,7	1,5	1,1	1,0	37,9	- 8,5	-51,2	0,6	—	1,0
09 - Colonial de Irati	4,8	4,6	3,9	3,4	70,1	- 5,7	-44,5	3,1	—	5,6
10 - Alto Ivaí	2,3	3,2	2,2	3,2	90,1	30,1	-31,7	2,0	3,2	0,6
11 - N.Velho de Venceslau Braz	⇒ 12,8	11,7	9,4	8,8	50,8	- 3,1	-35,6	6,1	—	11,1
12 - N.Velho de Jacarezinho										
13 - Algodoeira de Assaí	⇒ 11,6	9,3	8,3	8,9	46,9	22,1	-16,8	5,1	6,9	3,1
14 - N.Novo de Londrina										
15 - N.Novo de Maringá	⇒ 11,6	9,3	8,3	8,9	46,9	22,1	-16,8	5,1	6,9	3,1
16 - N.Noviss. de Paranavaí										
17 - N.Novo de Apucarana	6,0	4,4	8,2	4,1	180,6	20,9	-57,0	10,2	3,1	15,0
18 - N.Noviss. de Umuarama	6,9	4,2	12,0	7,7	256,0	136,5	-33,7	16,8	19,2	14,3
19 - Campo Mourão	7,1	5,1	9,9	6,6	186,9	66,5	-41,9	12,6	11,4	12,7
20 - Pitanga	3,3	3,8	2,4	3,2	51,4	9,6	-27,6	1,6	1,2	1,5
21 - Extremo Oeste Paranaense	5,2	5,5	14,9	11,1	490,4	160,3	-55,9	24,0	29,4	19,9
22 - Sudoeste Paranaense	9,7	6,8	9,1	7,0	94,1	31,6	-32,2	8,6	7,2	8,8
23 - Campos de Guarapuava	4,1	8,3	3,0	8,0	51,1	24,2	-17,8	2,0	6,7	—
24 - Médio Iguaçu	3,5	5,5	2,0	4,9	17,0	13,8	- 2,7	0,6	2,6	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

por 63,1% do aumento na área total dos estabelecimentos do Estado.

Em relação às áreas médias, embora tenha havido decréscimos em todas as microrregiões, 4 delas contribuíram no sentido de aumentar a área média estadual. São: Ponta Grossa (6), Jaguariaíva (7), Guarapuava (23) e Médio Iguaçu (24), áreas onde predominam os grandes estabelecimentos pecuaristas e extrativistas; embora tendo quedas de 1,8 ha e 83,8 ha em suas áreas médias, pesaram em favor do aumento da área média estadual. (Rever Tabela 3.1.2.(c).)

As demais microrregiões contribuíram para a redução do tamanho médio dos estabelecimentos paranaenses; as 4 já citadas anteriormente (17, 18, 19 e 21) contribuíram com 61,9% desta redução.

Finalizando, consideremos apenas as 3 microrregiões que tiveram maior peso na expansão da fronteira agrícola paranaense no período 1960-70: Umuarama (18), Campo Mourão (19) e Extremo-Oeste (21). Verificamos as seguintes participações relativas nas variações estaduais:

- 53,4% do acréscimo no número de estabelecimentos;
- 60,0% do acréscimo na área total;
- 46,9% do decréscimo na área média.

Na Prancha 3.1.2.(1ª), podem-se visualizar a localização das microrregiões consideradas e respectivos acréscimos em número e área dos estabelecimentos.

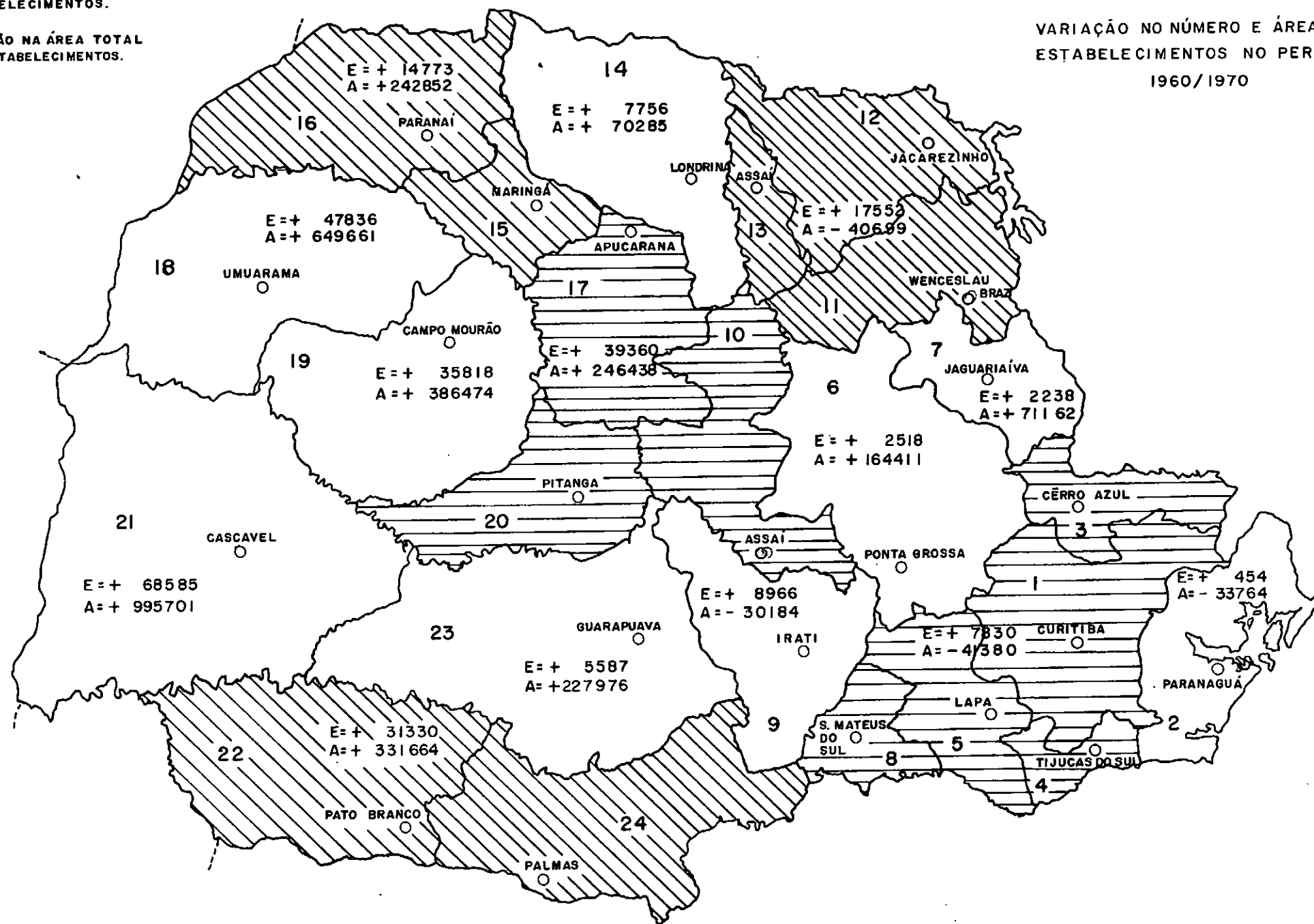
Até aqui já se sabe que 88,1% do acréscimo no número de estabelecimentos e 57,7% do acréscimo na área total se deu dentro dos limites de área de 2 a menos de 20 ha. Sabe-se também que 53,4% do acréscimo no número de estabelecimentos e 60,0% do acréscimo na área localizou-se no Oeste do Estado, na região compreendida pelas microrregiões 18, 19 e 21. Porém ainda nos faltam elementos para conclusões mais precisas tais como a posse da terra e o uso do solo nessas regiões, aspectos esses que serão abordados posteriormente.

E = VARIACÃO NO NÚMERO DE
ESTABELECIMENTOS.

A = VARIACÃO NA ÁREA TOTAL
DOS ESTABELECIMENTOS.

PRANCHA 3.1.2(1º)

VARIAÇÃO NO NÚMERO E ÁREA DOS
ESTABELECIMENTOS NO PERÍODO
1960/1970



3.1.3 A Distribuição dos Estabelecimentos e Imóveis no Paraná

Até agora viemos estudando a subdivisão da terra no Paraná usando como unidade básica o estabelecimento, em parte pela necessidade da análise da evolução no período 60/70, cujos dados se encontram disponíveis somente nos Censos Agropecuários.

Faremos agora uma análise comparativa entre a distribuição dos estabelecimentos e dos imóveis.

Na Tabela 3.1.3.(a) temos a distribuição percentual do número de estabelecimentos e respectivas áreas totais, por estratos de área total, em 1970; e a distribuição dos imóveis e dos imóveis com área explorada e respectivas áreas totais, em 1972. Usou-se esta última categoria (imóveis com área explorada) porque é mais adequada para fins de comparação com estabelecimentos (a definição de estabelecimentos implica em ter uma parcela da área sendo explorada, o que não ocorre com os imóveis). Vale ressaltar que estamos comparando dados de 1970 com dados de 1972. Não achamos porém que tal fato distorça os resultados, porque é muito pouco provável que tenham ocorrido mudanças significativas na distribuição dos imóveis em apenas 2 anos.

Comparando-se a distribuição dos imóveis com a dos imóveis com área explorada, observa-se que há muito pouca diferença entre ambas. Porém, comparando-se a distribuição dos estabelecimentos com a distribuição dos imóveis com área explorada, aparecem algumas diferenças significativas.

Quanto ao estrato dos imóveis de área menor que 10 ha, as percentagens, tanto no número como na área, são bem menores que as dos estabelecimentos. Já no estrato de 10 até menos de 100 ha, a situação se inverte: a percentagem do número de imóveis com área explorada é bem superior à dos estabelecimentos, ao passo que as percentagens das áreas correspondentes são equivalentes. Nos estratos mais altos os imóveis, no geral, apresentam per

Tabela 3.1.3.(a) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos, imóveis e imóveis com área explorada, por estratos de área total - Paraná - 1970 e 1972.

Grupos de Área Total (ha)	Estabelecimentos (1970)		Grupos de Área Total (ha)	Imóveis (1972)		Imóveis com Área Explorada (1972)	
	% estab.	% área		% imóveis	% área	% imóveis	% área
TOTAL	100,0	100,0	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	53,3	10,7	Menos de 10	32,4	4,1	30,8	4,8
Menos de 1	0,9	0,0	Menos de 1	1,1	0,0	0,8	0,0
1 — 2	2,6	0,1	1 — 2	2,5	0,1	2,1	0,1
2 — 5	24,8	3,5	2 — 5	12,1	1,0	11,3	1,2
5 — 10	25,0	7,1	5 — 10	16,7	3,0	16,6	3,5
10 — 100	43,4	41,7	10 — 100	61,8	40,7	63,4	41,8
10 — 20	22,9	12,1	10 — 25	39,1	15,7	40,1	17,2
20 — 50	16,5	18,9	25 — 50	15,8	13,5	16,3	13,5
50 — 100	4,0	10,7	50 — 100	6,9	11,5	7,0	11,1
100 — 1000	3,1	28,9	100 — 1000	5,5	31,6	5,5	32,0
100 — 200	1,8	9,3	100 — 200	3,2	10,5	3,2	10,4
200 — 500	1,0	12,1	200 — 500	1,8	13,3	1,8	13,4
500 — 1000	0,3	7,5	500 — 1000	0,5	7,8	0,5	8,2
1000 — 10000	0,2	15,7	1000 — 10000	0,3	17,3	0,3	16,3
1000 — 2000	0,1	6,5	1000 — 2000	0,2	7,3	0,2	7,4
2000 — 5000	0,1	6,6	2000 — 5000	0,1	6,9	0,1	6,3
5000 — 10000	0,0	2,6	5000 — 10000	0,0	3,1	0,0	2,6
10000 e mais	0,0	3,0	10000 e mais	0,0	6,3	0,0	5,0
10000 — 100000	0,0	1,9	10000 — 20000	0,0	2,3	0,0	1,7
100000 e mais	0,0	1,0	20000 — 50000	0,0	1,3	0,0	0,3
			50000 — 100000	0,0	0,6	0,0	0,9
			100000 e mais	0,0	2,1	0,0	2,1

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970.
Estatísticas Cadastrais/1- INCRA - 1972.

centagens mais elevadas.

Vamos isolar, agora, os estabelecimentos contidos entre 2 até menos de 50 ha, que representam quase a totalidade dos estabelecimentos do Estado (como já foi ressaltado na página 72).

Estratos de Área Total	% Estabel.	% Área	Estratos de Área Total	% Imóveis c/Área Expl.	% Área
2 — 5	24,8	3,5	2 — 5	11,3	1,2
5 — 10	25,0	7,1	5 — 10	16,6	3,5
10 — 20	22,9	12,1	10 — 25	40,1	17,2
20 — 50	16,5	18,9	25 — 50	16,3	13,5
2 — 50	89,2	41,6	2 — 50	84,3	35,4

Tanto para o número de estabelecimentos como para o número de imóveis com área explorada, uma alta percentagem do total se concentra nos limites de área total de 2 até menos de 50 ha (89,2% e 84,3% respectivamente). Porém, a percentagem da área total ocupada pelos imóveis é bem menor que a percentagem da ocupada pelos estabelecimentos (35,4% para 41,6%). Outra diferença está na distribuição dentro desses limites. Os estabelecimentos estão mais ou menos igualmente distribuídos nos três primeiros estratos caindo um pouco no último (20 |— 50). Quanto aos imóveis, o grande peso está no estrato de 10 até menos de 25 ha; os três restantes estão mais ou menos equilibrados.

Se considerarmos agora o limite de 100 ha temos:

Estratos de Área Total	% Estabel.	% Área	% Imóveis c/Área Explor.	% Área
até 100 ha	96,7	52,4	94,2	46,6
100 ha e mais	3,3	47,6	5,8	53,4

Os imóveis apresentam uma percentagem mais alta (em número e área) em relação aos estabelecimentos nos estratos superiores (100 ha e mais). Assim sendo, espera-se que a área média dos imóveis seja superior à dos estabelecimentos, o que realmente ocorre para o total do Estado.

	Estabelecimentos (1970)	Imóveis com Área Explorada (1972)	Imóveis (1972)
Área média (ha)	26,4	41,5	41,6

A comparação entre as distribuições dos estabelecimentos e dos imóveis com área explorada nos dá uma idéia da "decomposição" das propriedades rurais. Vemos que nos estratos superiores os imóveis predominam, enquanto nos inferiores são os estabelecimentos que aparecem em maior número. Isto se explica pelo fato de os grandes e médios imóveis poderem comportar dentro de si inúmeros estabelecimentos pequenos. Por exemplo, um imóvel de 30 000 ha de área total pode-se decompor em 250 pequenos estabelecimentos de 10 ha e num grande estabelecimento de 27 500 ha.

Nos estratos de área total menor que 10 ha temos 140 337 imóveis para 295 272 estabelecimentos (ou seja, 154 935 estabelecimentos a mais). Nos outros estratos com 10 ou mais hectares temos 293 284 imóveis para 259 216 estabelecimentos (34 068 imóveis a mais). Apenas nos estratos com 10 000 ou mais hectares aparecem 44 imóveis (com 1 147 651 ha de área total) para apenas 13 estabelecimentos (com 437 625 ha de área total). Destes 44 imóveis, 10 não têm nenhuma parcela de área explorada e, portanto, não poderiam ser classificados como estabelecimentos. Em todos eles juntos (imóveis) residem cerca de 4 350 famílias que poderiam corresponder a pequenos estabelecimentos de parceiros, arrendatários e

posseiros.

Estes foram exemplos extremos da "decomposição" das propriedades rurais em unidades de produção menores. Parece-nos que este fenômeno ocorre com grande peso nos imóveis médios (de 50 a menos de 200 ha e dedicados ao café e algodão, por exemplo) que empregam em maior intensidade a parceria e/ou o arrendamento.

Até este ponto trabalhamos somente com o total do Estado. Vejamos agora, em linhas gerais, como se dá a subdivisão da terra a nível de Microrregiões Homogêneas.

A Tabela 3.1.3.(b) apresenta os índices de concentração das áreas médias e medianas para os estabelecimentos e imóveis nos anos de 1970 e 1972, respectivamente.

Como se pode observar, a variação dos índices de concentração entre microrregiões é tão ou mais ampla que a variação entre as unidades da Federação (comparar com a Tabela 3.1.1.(b)).

Os índices de concentração para estabelecimentos e para imóveis, apesar de algumas diferenças, apresentam comportamento semelhante, ou seja, as microrregiões que possuem os índices mais baixos para estabelecimentos também os possuem para imóveis.

Para uma melhor visualização, classificaram-se os valores dos índices segundo três intervalos: menores que 0,6; de 0,6 até menos de 0,7, e 0,7 e maiores.

Através da Prancha 3.1.3.(1ª) podem-se localizar as microrregiões classificadas segundo o critério acima, aplicado aos índices de concentração de estabelecimentos. Na Prancha 3.1.3.(2ª) estão localizadas as microrregiões classificadas segundo a área média dos estabelecimentos.

Cabe ainda destacar que os índices mais baixos são os das microrregiões Sudoeste Paranaense (22) e Norte Novo de Maringá (15) e os mais altos, os das microrregiões de Campos de Jaguariaíva (7) e Campos de Ponta Grossa (6).

As áreas médias e medianas, para imóveis e estabelecimentos, apresentam comportamento semelhante. Porém as

Tabela 3.1.3.(b) - Índice de Gini, área média e mediana, segundo a unidade básica pesquisada, por microrregiões.

	Índice de Gini		Estabelecimentos ¹		Imóveis ²	
	estab. ¹	imóveis ²	área média	área mediana	área média	área mediana
PARANÁ	0,690	0,691	26,4	9,3	41,6	16,8
01 - Curitiba	0,645	0,725	23,3	9,6	24,7	8,1
02 - Litoral Paranaense	0,710	0,832	37,3	13,3	159,7	23,3
03 - Alto Ribeira	0,703	0,695	44,0	15,5	84,6	31,3
04 - Alto Rio Negro Paranaense	0,582	0,599	13,6	6,7	15,9	7,7
05 - Campos de Lapa	0,740	0,719	45,0	13,5	32,7	11,4
06 - Campos de Ponta Grossa	0,819	0,813	122,4	23,7	99,2	20,4
07 - Campos de Jaguariaíva	0,854	0,815	87,2	12,4	144,5	25,9
08 - São Mateus do Sul	0,642	0,643	24,4	9,8	19,8	8,7
09 - Colonial de Irati	0,614	0,584	22,8	11,4	23,3	13,2
10 - Alto Ivaí	0,698	0,675	39,0	13,2	57,5	21,7
11 - N.Velho de Venceslau Braz	0,678	0,657	22,2	7,9	39,0	17,2
12 - N.Velho de Jacarezinho	0,739	0,717	29,6	8,4	51,5	17,4
13 - Algodoeira de Assaí	0,605	0,564	18,8	8,9	32,4	17,7
14 - N.Novo de Londrina	0,687	0,658	32,7	12,5	50,9	20,3
15 - N.Novo de Maringá	0,509	0,519	15,8	9,3	28,2	17,4
16 - N.Noviss. de Paranavaí	0,758	0,732	39,0	9,9	67,7	19,7
17 - N.Novo de Apucarana	0,576	0,597	13,3	6,7	26,6	14,2
18 - N.Noviss. de Umuarama	0,630	0,637	16,9	7,7	32,4	15,4
19 - Campo Mourão	0,645	0,645	17,6	7,3	39,3	17,5
20 - Pitanga	0,647	0,610	34,9	15,0	52,3	23,3
21 - Extremo Oeste Paranaense	0,584	0,658	19,6	9,9	36,4	16,9
22 - Sudoeste Paranaense	0,495	0,481	20,2	13,4	25,0	17,5
23 - Campos de Guarapuava	0,759	0,734	70,9	19,9	86,1	24,8
24 - Médio Iguaçu	0,729	0,739	65,0	24,3	85,4	24,2

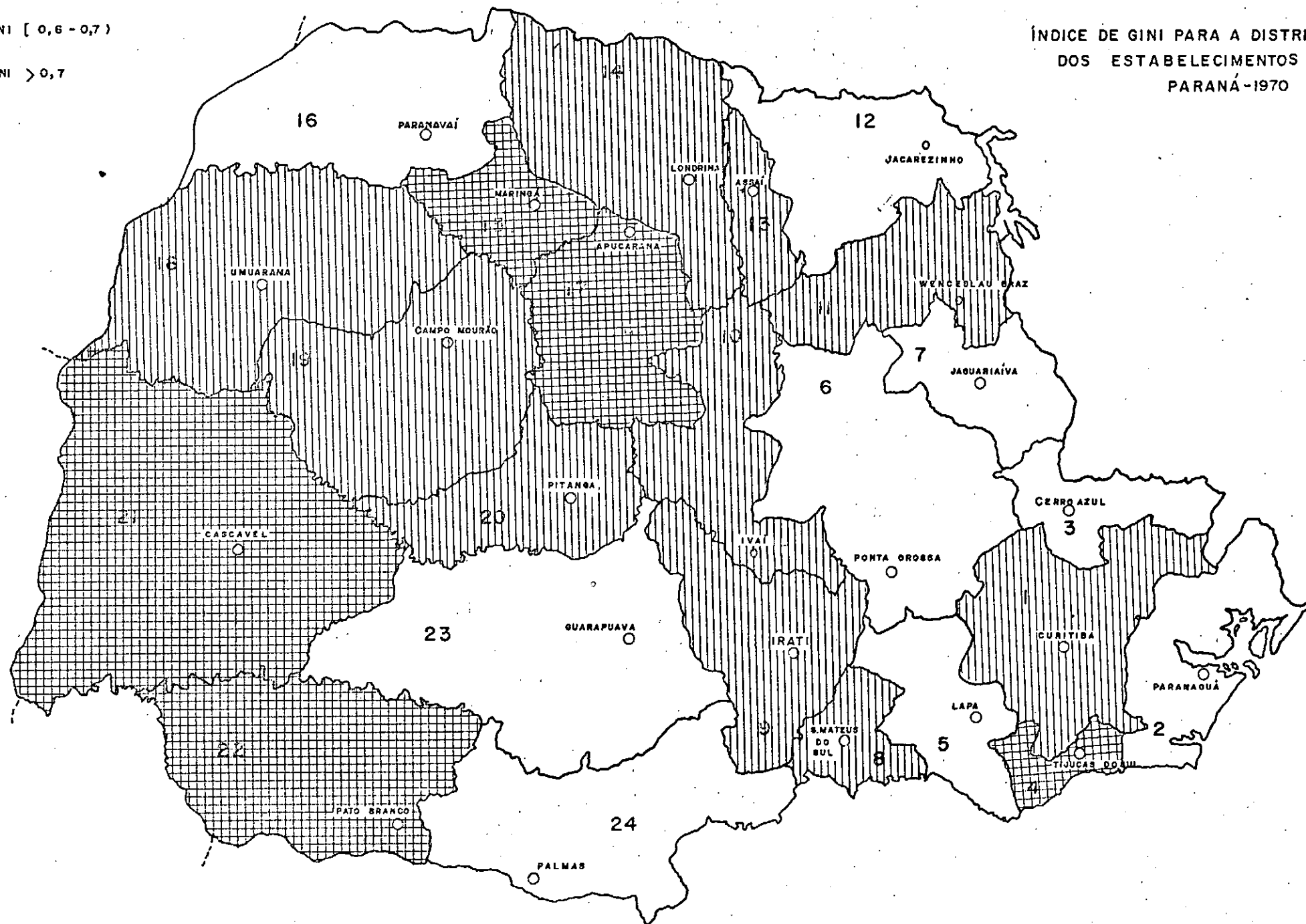
¹ FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970.

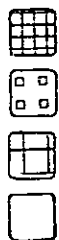
² FONTE: Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA - 1972.

-  - GINI < 0,6
-  - GINI [0,6 - 0,7)
-  - GINI > 0,7

PRANCHA 3.1.3 (12)

ÍNDICE DE GINI PARA A DISTRIBUIÇÃO
DOS ESTABELECIMENTOS
PARANÁ-1970





< 20 ha

[20 - 50 ha)

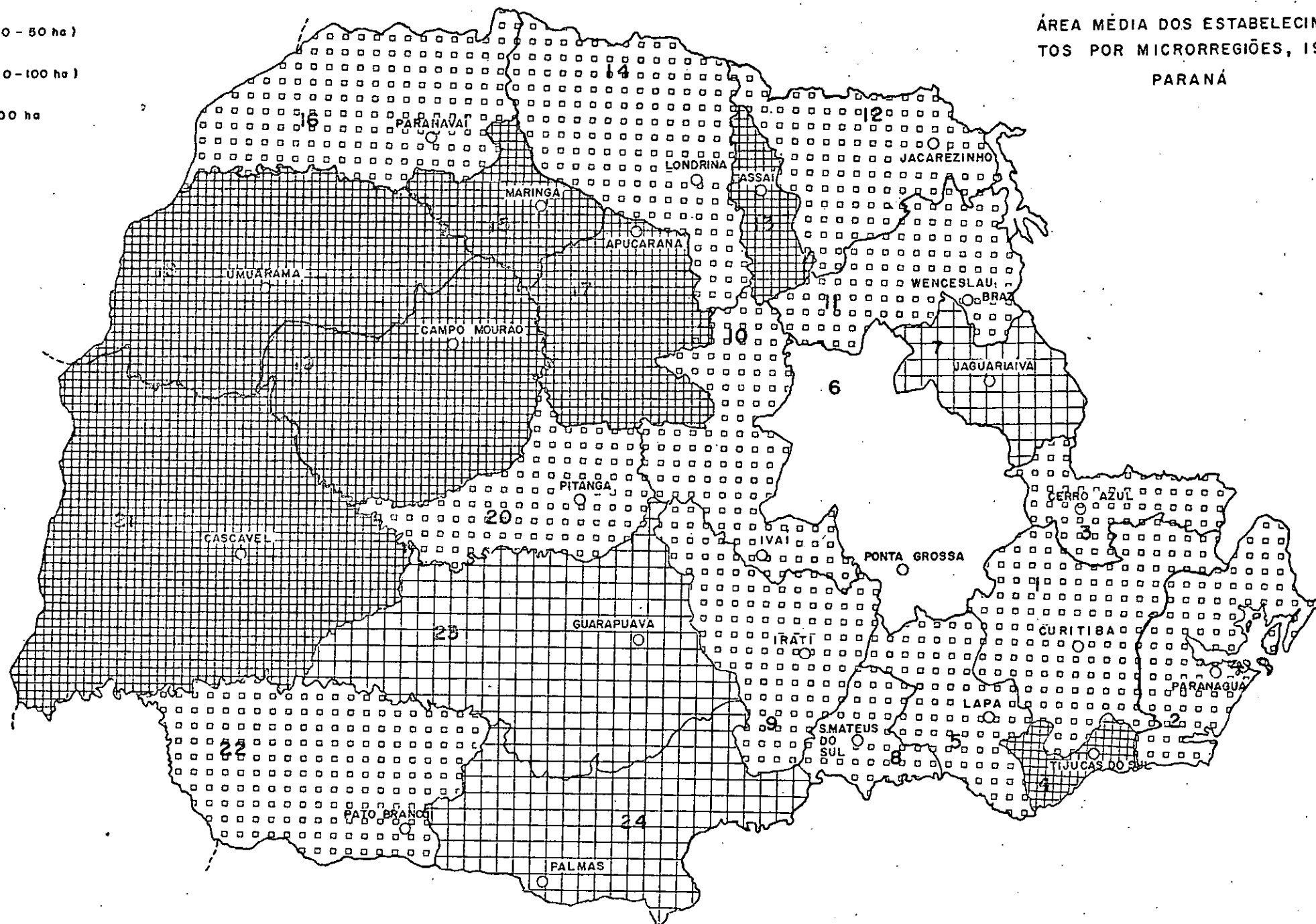
[50 - 100 ha)

> 100 ha

PRANCHA 3.1.3 (2ª)

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS POR MICRORREGIÕES, 1970.

PARANÁ



áreas médias e medianas dos imóveis, no geral, são superiores às dos estabelecimentos.

Observa-se também uma certa correspondência entre os índices de concentração e as áreas médias: para índices altos, áreas médias altas; para índices baixos, áreas médias baixas.

As regiões de Campos de Ponta Grossa e Campos de Jaguariaíva são as que apresentam as áreas médias de estabelecimentos mais altas, o mesmo ocorrendo para os valores obtidos para os índices de concentração. Por outro lado, regiões com baixos índices de concentração — Alto Rio Negro Paranaense (4), Norte Novo de Maringá (15), Norte Novo de Apucarana (17), Extremo Oeste Paranaense (21) e Sudoeste Paranaense (22) — também apresentam áreas médias baixas e inferiores à média do Estado (13,6 ha, 15,8 h, 13,3 ha, 19,6 ha e 20,2 ha respectivamente).

Cabe aqui um esclarecimento: baixo índice de concentração da terra não implica necessariamente em área média baixa. Pode existir uma região em que grandes propriedades estão distribuídas mais ou menos igualmente. É o caso, por exemplo, do Canadá, que em 1961 apresentava um índice de Gini de 0,541 e área média de 146,4 ha, em contraste com a Colômbia que em 1960 possuía um índice de Gini de 0,823 e área média de 30,2 ha²¹

Para o Paraná, obteve-se um índice de correlação de 0,8044 entre a área média e o índice de concentração de estabelecimentos e de 0,7940 entre a área média e o índice de concentração de imóveis, ambos significativos a nível de 1%.

A explicação para o fato de no Paraná essas duas medidas estarem diretamente associadas deve ser buscada na colonização e uso do solo de suas regiões.

Por exemplo, a presença de grandes e médias propriedades (50 a 100 ha e mais de 100 ha) é característica dos Campos: Campo de Guarapuava, de Ponta Grossa, de

²¹ Ver: HOFFMANN, Rodolfo e GRAZIANO DA SILVA, J. Francisco. *A estrutura agrária brasileira*. Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ, 1975. p.15.

Palmas e Jaguariaíva. Historicamente essas regiões foram ocupadas com base nas atividades pastoris (pastagens e criação, no ciclo do tropeirismo) e extrativas (ciclo do mate e madeira), atividades até hoje ali predominantes. No que toca à extração da madeira, especialmente nos Campos de Jaguariaíva e na região dos Campos no geral, sofreram tal devastação em suas manchas de matas e ervais que, uma vez não reconstituídas, foram ocupadas basicamente com pastagens, ao lado de pequenas propriedades voltadas para uma agricultura de subsistência (núcleos de imigrantes europeus).²²

Por outro lado, as regiões de colonização dirigida e ainda aquelas de ocupação mista — dirigida, espontânea ou posse — tiveram suas terras subdivididas em lotes de tamanho pouco variável e de no máximo 50 ha, o que condicionou a presença majoritária de pequenas propriedades. É o caso das regiões atingidas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (microrregião 15 e parte das microrregiões 14, 17 e 18), pela Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná-MARIPA (parte da microrregião 21) e pela colonização oficial e particular (parte das microrregiões 21 e 22).

Esses fatos justificam em parte os resultados obtidos na correlação entre o índice de concentração e área média. Nas áreas de ocupação espontânea onde o uso da terra também determinou lotes extensos, há o predomínio da grande propriedade ao lado da pequena de subsistência, ocasionando uma dispersão maior no tamanho das propriedades (portanto, maiores índices de concentração) e área média alta. Nas áreas de colonização dirigida, as propriedades são pequenas e de distribuição mais igualitária.

22 A partir de 1970, a penetração da soja acrescenta a esses campos mais uma atividade, o que, contudo, não deverá alterar de modo significativo a subdivisão de terras da região, dado o cultivo de soja ser adaptado a grandes extensões de terra.

Finalmente, através das Pranchas 3.1.3.(3ª) e 3.1.3.(4ª) pode-se visualizar a situação dos municípios paranaenses classificados segundo a área média dos estabelecimentos para 1960 e 1970.

3.2 A POSSE DA TERRA

Neste subitem referente à posse da terra no Paraná, aparecem dois tipos de dados retirados do Censo Agropecuário: condição do produtor e condição legal das terras. O primeiro tipo nos fornece o número e área dos estabelecimentos segundo quatro categorias de produtor: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante.

De início pensou-se em embasar toda a análise nessa classificação. Porém, para o ano de 1960, não se tinham disponíveis dados diretamente comparáveis com os de 1970, o que só se tornaria menos incorreto através da agregação de algumas categorias.

Em 1960, os dados foram classificados segundo a condição do produtor em: proprietários, arrendatários (pagamento em dinheiro e pagamento em produto), ocupantes e administradores.

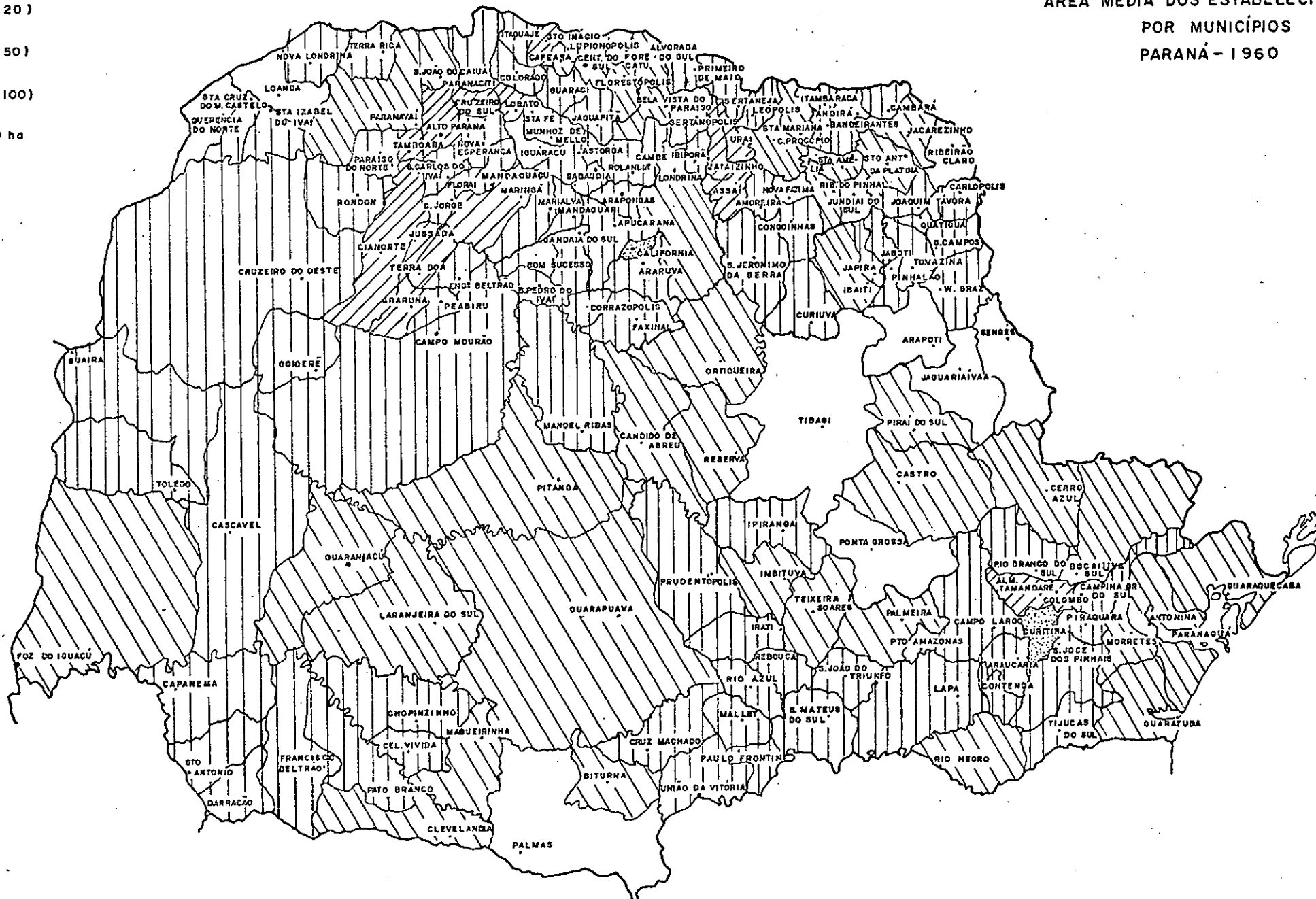
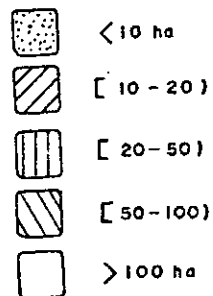
Para fins de comparação no período 60/70, os dados de 1970 para arrendatários e parceiros foram somados e os dados de 1960 para administradores foram agregados aos dados de proprietários. Assim obtiveram-se somente três categorias: proprietários, arrendatários (englobando arrendatários e parceiros) e ocupantes.

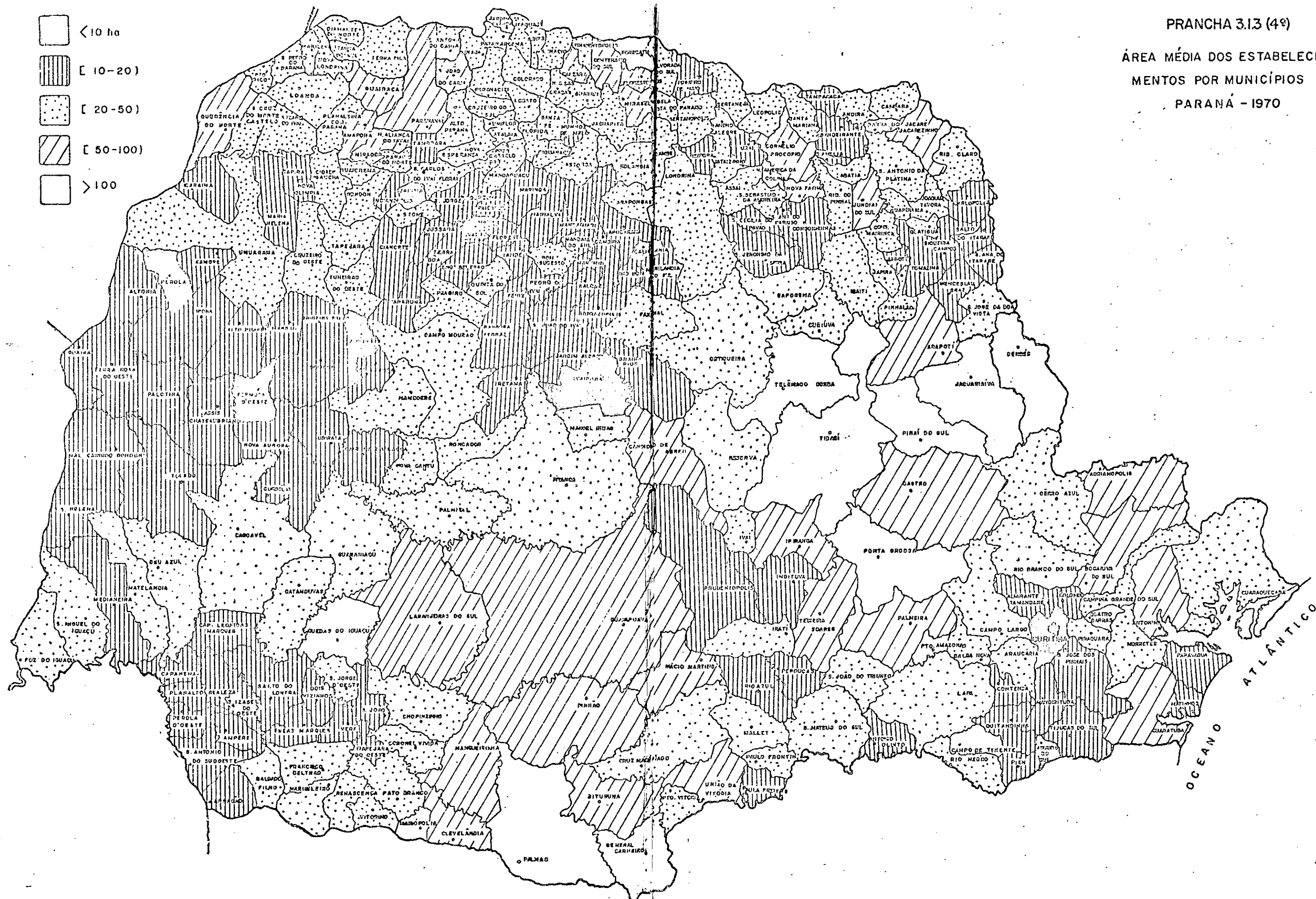
Os dados sobre a condição legal das terras permitem uma comparação direta já que os critérios adotados nos censos de 1960 e 1970 foram os mesmos.

Segundo a condição legal das terras, o número de estabelecimentos e a área total encontram-se classificados em seis categorias: próprias; arrendadas; ocupadas; próprias e arrendadas; próprias e ocupadas, e arrendadas e ocupadas. As três últimas categorias foram

PRANCHA 3.1.3 (3º)

ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS
POR MUNICÍPIOS
PARANÁ - 1960





agregadas numa só, denominada mista.

Cabe ressaltar que o comportamento das variáveis número e área dos estabelecimentos, no nível utilizado neste trabalho, é semelhante em ambos os tipos de classificação e os dois serão utilizados de modo a fornecer o maior número de informações.

3.2.1 A Situação da Posse da Terra no Paraná em Comparação com Outras Unidades da Federação

Vamos procurar, através de dados sobre a condição do produtor, dar uma idéia de como se situa nesse aspecto o Paraná em relação às demais regiões do país.

A análise através das quatro categorias consideradas — proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante — é insuficiente para se formar uma idéia; mais precisa quanto à posse da terra nos diversos Estados, mas auxilia na detecção das diferenças mais importantes.

Na Tabela 3.2.1.(a) temos a distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos segundo as quatro categorias da condição do produtor, para as diversas regiões e Estados brasileiros.

Vamos deixar de lado a região Norte e seus Estados componentes, devido ao fato de se tratar de uma região pouco ocupada e com características muito peculiares, o que iria confundir ao invés de auxiliar nossa análise.

Vejamos em primeiro lugar a região Sul comparada com as demais regiões. O principal ponto que se destaca é que esta região apresenta a mais alta percentagem de parceiros, tanto em número como em área dos estabelecimentos (14,5% e 4,1% respectivamente). Já em relação aos ocupantes, as participações percentuais não são tão altas, estando próximas às do Sudoeste.

Se descermos a nível de Estado, veremos que a grande participação dos parceiros na região Sul é dada basicamente pelo Paraná, que apresenta os valores mais altos do país (novamente ressaltamos que não estamos conside-

Tabela 3.2.1.(a) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos segundo condição do produtor, por regiões e unidades da Federação - 1970.

Unidades da Federação	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		TOTAL
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	
BRASIL	62,8	86,5	13,0	4,7	7,7	1,6	16,5	7,2	100,0
Reg. Norte	38,9	56,4	12,9	15,5	1,6	2,7	46,6	25,4	100,0
Reg. Nordeste	56,7	90,0	17,1	2,7	5,0	1,3	21,2	5,9	100,0
Reg. Sudeste	76,8	90,5	8,6	4,1	7,8	1,5	6,8	3,9	100,0
Reg. Sul	67,7	84,4	9,2	7,3	14,5	4,1	8,6	4,2	100,0
Reg. Centro-Oeste	65,2	89,6	11,7	2,5	3,6	0,3	19,5	7,6	100,0
Rondônia	26,7	39,4	10,8	9,1	18,5	22,7	44,0	28,7	100,0
Acre	17,6	13,3	36,4	34,2	0,2	0,2	45,8	52,4	100,0
Amazonas	33,1	34,9	19,4	40,0	0,2	0,2	47,3	24,9	100,0
Roraima	76,0	90,5	0,2	2,3	1,3	2,5	22,5	4,7	100,0
Pará	45,6	77,6	5,6	1,7	2,0	1,9	46,8	18,8	100,0
Amapá	54,8	87,8	1,7	5,1	0,2	0,1	43,3	7,0	100,0
Maranhão	12,2	85,7	37,1	3,5	2,7	0,2	48,0	10,6	100,0
Piauí	33,8	92,1	23,2	2,5	20,1	1,0	22,9	4,4	100,0
Ceará	64,6	85,6	8,7	2,7	11,3	4,0	15,4	7,7	100,0
Rio Grande Norte	60,3	87,1	16,9	3,5	2,2	2,2	20,6	7,2	100,0
Paraíba	63,8	89,1	19,7	4,3	3,3	1,3	13,2	5,3	100,0
Pernambuco	61,2	87,3	17,8	6,3	3,1	1,3	17,9	5,1	100,0
Alagoas	70,5	91,2	17,2	5,8	1,8	0,2	10,5	2,8	100,0
Sergipe	74,6	96,3	12,5	1,1	0,4	0,1	12,5	2,5	100,0
Bahia	83,6	94,6	3,2	0,6	1,5	0,7	11,7	4,1	100,0
Minas Gerais	85,3	90,6	5,4	3,8	2,5	0,8	6,8	4,8	100,0
Espírito Santo	92,3	95,8	0,8	0,6	2,1	1,2	4,8	2,4	100,0
Rio de Janeiro	69,5	88,2	7,2	4,9	11,4	2,6	11,9	4,3	100,0
Guanabara	47,2	56,6	14,2	16,7	2,6	2,3	36,0	24,4	100,0
São Paulo	63,6	89,8	15,0	5,2	15,7	2,7	5,7	2,2	100,0
Paraná	56,4	83,2	12,4	4,4	22,2	7,3	9,0	5,1	100,0
Santa Catarina	82,7	91,2	5,2	2,9	5,2	1,9	6,9	4,0	100,0
Rio Grande Sul	73,9	83,1	7,4	10,3	9,9	2,8	8,8	3,8	100,0
Mato Grosso	49,8	91,7	22,0	3,3	7,3	0,4	20,9	4,6	100,0
Goiás	76,5	86,9	4,2	1,3	0,9	0,2	18,4	11,6	100,0
Distrito Federal	72,8	91,2	1,5	0,9	0,4	0,1	25,3	7,8	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil - 1970.

rando os Estados do Norte).

O Paraná apresenta uma percentagem relativamente baixa de estabelecimentos com proprietários (56,4%), mas possui características diversas dos outros Estados com um coeficiente semelhante. No Estado de Mato Grosso, por exemplo, embora os proprietários detenham apenas 49,8% do total de estabelecimentos, concentram sob sua responsabilidade 91,7% da área total. Isso significa que as outras categorias, apesar de agregarem um grande número de estabelecimentos, atuam sobre áreas limitadas e provavelmente devem estar à margem da principal atividade produtiva do Estado.

A observação das áreas médias de cada categoria pode nos auxiliar a compreender melhor essa questão (ver Tabela 3.2.1.(b)).

No caso de Mato Grosso, a área média dos proprietários é de 794,2 ha, enquanto os arrendatários (65,4 ha), parceiros (21,4 ha) e ocupantes (95,4 ha) apresentam áreas médias muito inferiores: respectivamente 12,1, 37,1 e 8,3 vezes menores que a dos proprietários.

Já no Paraná, a situação é a seguinte, quanto à área média: proprietários, 38,9 ha; arrendatários, 9,4 ha; parceiros, 8,7 ha, e ocupantes, 15,0 ha, ou seja, a área média dos proprietários é de 4,1, 4,5 e 2,6 vezes as áreas médias dos arrendatários, parceiros e ocupantes respectivamente.

No Maranhão e Piauí, as percentagens do número de estabelecimentos com proprietários são muito baixas (12,2% e 33,8%), ao passo que as áreas totais associadas a estas categorias são concentradas (85,7% e 92,1%). As diferenças nas áreas médias nas diversas categorias de produtores são muito acentuadas: proprietários (190,6 ha e 120,0 ha, no Maranhão e Piauí), arrendatários (2,5 ha e 4,8 ha), parceiros (1,5 ha e 2,1 ha) e ocupantes (6,0 ha e 8,4 ha).

As comparações entre os valores absolutos dos vários Estados brasileiros tornam-se difíceis de ser feitas de

Tabela 3.2.1.(b) - Área média em ha dos estabelecimentos segundo a condição do produtor, por regiões e unidades da Federação - 1970.

Unidades da Federação	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	TOTAL ¹
BRASIL	82,2	21,6	12,6	26,1	59,7
Reg. Norte	128,8	107,0	145,0	48,3	88,8
Reg. Nordeste	53,4	5,3	9,0	9,4	33,7
Reg. Sudeste	88,2	35,4	14,3	42,9	74,8
Reg. Sul	44,5	28,1	10,2	17,5	35,7
Reg. Centro-Oeste	442,9	68,4	26,6	127,0	322,8
Rondônia	340,0	195,1	283,4	150,3	230,4
Acre	134,5	167,5	157,5	204,0	178,4
Amazonas	55,5	108,0	67,7	27,6	52,5
Roraima	973,0	9 251,0	1 512,9	170,7	816,4
Pará	129,2	23,7	71,9	30,5	76,0
Amapá	417,5	796,0	111,5	41,9	260,6
Maranhão	190,6	2,5	1,5	6,0	27,2
Piauí	120,0	4,8	2,1	8,4	44,1
Ceará	65,3	15,3	17,4	24,8	49,3
Rio Grande Norte	63,8	9,1	43,9	15,4	44,1
Paraíba	37,7	5,9	10,9	10,8	27,0
Pernambuco	27,5	6,8	8,2	5,5	19,3
Alagoas	27,5	7,2	2,6	5,7	21,3
Sergipe	23,6	1,6	5,3	3,7	18,3
Bahia	46,6	7,8	19,0	14,2	41,1
Minas Gerais	98,2	64,2	31,7	65,4	92,5
Espírito Santo	55,2	36,8	30,4	27,4	53,2
Rio de Janeiro	57,6	31,1	10,3	16,5	45,4
Guanabara	6,7	6,6	5,1	3,8	5,6
São Paulo	88,2	21,9	10,8	24,3	62,5
Paraná	38,9	9,4	8,7	15,0	26,4
Santa Catarina	37,4	19,1	12,7	19,1	33,9
Rio Grande Sul	52,3	64,4	13,4	19,6	46,5
Mato Grosso	794,2	65,4	21,4	95,4	431,2
Goiás	280,0	79,9	56,6	155,2	246,6
Distrito Federal	111,4	50,2	23,9	27,6	88,9

¹ Essas áreas médias diferem ligeiramente das apresentadas na Tabela 3.1.1.(b), porque nela usou-se a Sinopse Preliminar do Censo e aqui usou-se o Censo Agropecuário - Brasil - 1970.

vido às grandes diferenças na qualidade do solo, clima, integração com mercados, etc. Fixando-nos nas diferenças entre as categorias dentro de cada Estado, podemos concluir que estas desempenham papéis diferenciados segundo a unidade da Federação.

No caso específico da parceria, encontramos os mais diversos tipos de associação entre produtores que, embora qualitativa e quantitativamente diferentes, podem ser enquadrados nesta categoria genérica.

No Maranhão encontram-se milhares de parceiros que se dedicam à cata de carnaúba, explorando uma pequena área de floresta natural e dividindo a produção com o proprietário.²³

No Piauí são observadas áreas onde a parceria cresce na forma de pequenos estabelecimentos que se multiplicam dentro de latifúndios pela decadência da agricultura comercial.²⁴

No Ceará ocorre a associação gado-algodão arbóreo — produtos anuais de subsistência. Os parceiros cuidam do algodão e cultivam em suas entrelinhas, abandonando os restos de culturas, que alimentam o gado dos proprietários.²⁵

Nas margens dos grandes rios em regiões sujeitas a alagamentos periódicos, como nos vales do Pindaremirim (Maranhão), do São Francisco, do Ribeira (São Paulo), etc. ocorrem as parcerias com a cultura do arroz.

Nas regiões de expansão da fronteira agrícola frequentemente as terras recém-desmatadas são ocupadas por parceiros que, após duas ou três colheitas, abandonam as culturas e deixam o pasto formado para o proprietário.

Um outro tipo de parceria, pouco significativa em termos de área, mas importante pelo número de pessoas que

²³ Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1973, 277p.

²⁴ Ver: LOPES, Juarez R. B. *Tipos de áreas rurais no Brasil*. São Paulo, CEBRAP, versão preliminar mimeografada, 1975, 116p.

²⁵ Ver: ANDRADE, Manuel Correia de, *op. cit.*

envolve em algumas regiões, é a que se verifica entre pequenos proprietários. A agricultura primitiva (de subsistência) implica em um período de repouso para a terra recuperar sua fertilidade natural. Pequenos proprietários, que não têm área suficiente para realizar a "rotação" de culturas, se associam, trabalhando um ano em cada estabelecimento. Esta tendência se acentua nas áreas onde os jovens migraram para as zonas urbanas e o trabalho rural deve ser feito por velhos, que se utilizam, então, dessa forma de parceria.

De uma maneira geral, a parceria cumpre várias funções vitais para o desenvolvimento da agricultura, notadamente nas frentes de expansão e em fases pré-industriais de desenvolvimento econômico. A sua principal função é a de fornecimento de mão-de-obra, num dado período histórico que pode ser chamado de transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado (livre)²⁶

Principalmente na formação de pastos e de culturas permanentes, é o trabalho dos parceiros que incorpora capital à terra, suprimindo as deficiências dos proprietários.

A terceira função importante desta categoria de produtor é a de prover a sua própria subsistência em períodos ou áreas onde não há ainda uma oferta de alimentos suficiente para a manutenção de trabalho assalariado.

No caso paranaense, em que a parceria está associada ao café (mais de 40% do total de parceiros em 1970), estas funções foram cumpridas historicamente. A cafeicultura é intensiva em mão-de-obra, ao mesmo tempo que dificilmente mecanizável. A mecanização de uma cultura depende de um conjunto de fatores que vão desde a pesquisa genética para obter variedades padronizadas até a produção de máquinas adaptadas em escala significativa a preço acessível ao agricultor. O café, como cultura per

²⁶ Ver: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1975, 201 f. Tese de doutoramento.

manente e de tamanho médio, apresenta uma variada gama de dificuldades à mecanização. Tendo um ciclo longo e sendo necessárias várias gerações para obtenção de novas variedades, o melhoramento genético é muito demorado. Pelos mesmos motivos a substituição de culturas também demora para se difundir. Ao contrário, as culturas anuais têm ciclos rápidos (120 a 150 dias) e podem ser substituídas anualmente. Além dos problemas típicos das lavouras permanentes, o café tem a maior parte de suas raízes a poucos centímetros da superfície, o que obriga a uma carpa cuidadosa.

Estes motivos explicam a manutenção de parceiros nesta cultura numa época em que a oferta de máquinas (no geral) é abundante, com crédito para compra subsidiado pelo governo e os preços da terra e do produto se constituem em fatores que estimulam a adoção do trabalho assalariado, com redução na intensidade do uso deste fator por unidade de área.

Finalmente, resumindo os vários aspectos levantados, concluímos que, embora a parceria seja uma categoria transitória e tenda a desaparecer e, portanto, esteja relacionada com as áreas mais atrasadas do país, ela persiste no Paraná, basicamente pelas características peculiares à cafeicultura.

Outros detalhes deverão ser levantados no capítulo em que trataremos da posse associada ao uso da terra.

3.2.2 Evolução das Condições de Posse da Terra no Período 60/70

Do exposto no item anterior, pode-se depreender que as diferentes localizações espaciais, colonizações e épocas consideradas são responsáveis por variações no volume e grau de importância das várias categorias de posse da terra.

Procuraremos neste subitem acompanhar as variações na condição legal das terras, nas distintas regiões do

Estado, durante o período 60/70.

Em primeiro lugar, através da Tabela 3.2.2.(a), veremos o comportamento a nível estadual.

Tabela 3.2.2.(a) - Variações na condição legal das terras - 1960/70

	1960		1970		Área Média	
	estab.	área	estab.	área	60	70
Próprias	171 849	9 162 384	300 153	11 739 226	53,3	39,1
Arrendadas	55 404	775 215	189 903	1 692 015	14,0	8,9
Ocupadas	33 786	1 062 026	50 048	750 342	31,4	15,0
Mistas	8 107	385 310	14 384	443 947	47,5	30,9
	Acrêscimo 60/70		Acrêscimo 60/70 (%)		Distr. (%) do Acresc. 60/70	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área
Próprias	128 304	2 576 842	74,7	28,1	45,0	72,5
Arrendadas	134 499	916 800	242,8	118,3	47,1	25,8
Ocupadas	16 262	- 311 684	48,1	- 29,3	5,7	*
Mistas	6 277	58 637	77,4	15,2	2,2	1,7

* Houve decréscimo.

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

Em termos absolutos, o maior acréscimo no número de estabelecimentos foi nas terras arrendadas, seguido pelas terras próprias. Porém o maior acréscimo em área foi em terras próprias.

Isto é devido ao fato de as terras próprias apresentarem área média superior a qualquer outra categoria de posse.

Quanto aos acréscimos percentuais, tanto para o número de estabelecimentos como para a área, os maiores ocorreram nas terras arrendadas.

Já nas terras ocupadas, o número de estabelecimentos sofreu um ligeiro aumento, ao passo que a área correspondente decresceu.

Vejamos agora como o total do crescimento do número de estabelecimentos e da área total se distribuíram entre as quatro categorias consideradas. (Ver as duas úl

timas colunas da Tabela 3.2.1.(a).)

Do acréscimo total dos estabelecimentos, 45% ocorrem em terras próprias, 47,1% em arrendadas e somente 5,7% nas ocupadas. Quanto ao acréscimo de área, a maior percentagem ocorreu nas terras próprias (72,5%), ficando somente 25,8% nas arrendadas.

Esses mesmos cálculos foram feitos usando-se os dados da condição do produtor. Como já foi discutido na parte inicial deste item, foi necessário agregar as categorias de parceiro e arrendatário. (Ver Tabela ... 3.2.2.(b).)

Tabela 3.2.2.(b) - Variações na condição do produtor - 60/70.

	1960		1970	
	estab.	área	estab.	área
Proprietários	179 028	9 528 714	312 762	12 161 283
Arrend.+Parceiros	56 332	794 194	191 678	1 713 905
Ocupantes	33 786	1 062 026	50 048	750 342
TOTAL	269 146	11 384 934	554 488	14 625 530
	Área Média		Acréscimo 60/70	
	1960	1970	1960	1970
Proprietários	53,2	38,9	133 734	2 632 569
Arrend.+Parceiros	14,1	8,9	135 346	919 711
Ocupantes	31,4	15,0	16 262	- 311 684
TOTAL	42,3	26,4	285 342	3 240 596
	Acréscimo 60/70 (%)		Distr. (%) Acrêsc. 60/70	
	estab.	área	estab.	área
Proprietários	74,7	27,6	46,9	74,1
Arrend.+Parceiros	240,3	115,8	47,4	25,9
Ocupantes	48,1	- 29,3	5,7	*
TOTAL	106,0	28,5	100,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

* Houve decréscimo.

Comparando-se as Tabelas 3.2.2.(a) e 3.2.2.(b), observa-se que o comportamento das variáveis em ambas é muito semelhante. Cabe destacar que as terras ocupadas (Tab. 3.2.1.(a)) e os ocupantes (Tab. 3.2.1.(b)) apresentam perfeita correspondência nos valores. Em vista disso, não vemos nenhum interesse prático em analisar essa última tabela.

Vejamos agora as mudanças ocorridas a nível de microrregiões.

Nas Tabelas 5.1.(a), 5.1.(b) e 5.1.(c), do Apêndice, temos a condição legal das terras em 1960, 1970 e o acréscimo absoluto sofrido no período 60/70, a nível de microrregiões. Essas tabelas são básicas, porém não serão utilizadas diretamente no texto. Vamo-nos deter na distribuição percentual dos estabelecimentos e área total entre as várias categorias de posse.

Na Tabela 3.2.2.(c) temos a distribuição percentual para 1960. Observa-se que as terras próprias, tanto em número de estabelecimentos como principalmente em área, predominam sobre as demais categorias (a exceção é a microrregião 22 — Sudoeste Paranaense). As terras arrendadas apresentam uma participação mais destacada nas microrregiões do Norte do Paraná, estando essa categoria de posse associada ao tipo de cultura dessas regiões (café). Já as terras ocupadas têm um grande peso nas microrregiões do Oeste e Sudoeste do Paraná que correspondem às últimas regiões a sofrerem o processo de expansão agrícola. Cabe destacar a microrregião 22 (Sudoeste Paranaense), em que as percentagens de estabelecimentos e de área total para as terras ocupadas são muito altas (71,7% e 62,3% respectivamente). Esse fato pode estar ligado à entrada de grande número de pequenos agricultores provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que se estabeleceram nessa região em parte como posseiros (ocupantes), ocupando espontaneamente terras devolutas.

Através da Tabela 3.2.2.(d) vamos procurar detectar

Tabela 3.2.2.(c) - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, por microrregiões - Paraná - 1960.

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas		Tipologia
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	
PARANÁ	63,8	80,5	20,6	6,8	12,6	9,3	3,0	3,4	
01 - Curitiba	80,4	89,8	12,2	3,8	2,6	1,6	4,8	4,8	D1
02 - Litoral Paranaense	70,8	89,8	5,5	2,4	21,8	6,7	1,9	1,1	D1
03 - Alto Ribeira	88,9	95,4	5,9	1,5	2,8	1,1	2,4	2,0	D1
04 - Alto Rio Negro Paranaense	78,6	87,5	2,5	1,6	3,3	2,6	15,5	8,2	D1
05 - Campos de Lapa	79,3	89,9	7,1	2,2	3,7	1,0	9,8	6,8	D1
06 - Campos de Ponta Grossa	88,8	94,8	3,8	2,2	0,3	0,3	7,1	2,6	D1
07 - Campos de Jaguariaíva	59,4	92,4	26,1	1,5	4,2	1,0	10,3	5,1	P12
08 - São Mateus do Sul	77,5	92,1	12,8	2,1	2,1	1,1	7,6	4,7	D1
09 - Colonial de Irati	76,4	88,7	11,2	3,5	1,9	2,1	10,5	5,8	D1
10 - Alto Ivaí	70,8	90,8	20,3	3,8	4,3	2,8	4,5	2,5	D1
11 - N.Velho de Venceslau Braz	71,0	90,8	19,7	3,9	6,4	2,2	3,0	3,1	D1
12 - N.Velho de Jacarezinho	70,4	87,2	26,3	5,9	1,3	1,4	2,0	5,5	D1
13 - Algodoeira de Assaí	42,2	75,1	50,1	16,8	6,5	6,5	1,1	1,5	P21
14 - N.Novo de Londrina	66,2	81,3	30,9	14,5	1,1	1,0	1,8	3,2	P12
15 - N.Novo de Maringá	64,2	76,9	33,1	19,2	0,5	0,6	2,2	3,3	P12
16 - N.Noviss. de Paranavaí	65,2	86,0	33,3	11,3	0,9	1,4	0,5	1,4	P12
17 - N.Novo de Apucarana	76,2	88,4	21,2	10,1	1,5	0,4	1,1	1,1	D1
18 - N.Noviss. de Umuarama	61,2	74,6	33,6	21,2	3,8	2,6	1,3	1,7	P12
19 - Campo Mourão	58,3	83,4	36,7	12,6	3,9	2,5	1,2	1,6	P12
20 - Pitanga	51,0	61,5	19,0	2,2	27,8	30,5	2,2	5,7	P13
21 - Extremo Oeste Paranaense	59,8	62,3	4,9	2,0	34,0	34,4	1,3	1,4	P13
22 - Sudoeste Paranaense	26,9	35,3	0,7	0,5	71,7	62,3	0,6	1,9	D3
23 - Campos de Guarapuava	73,7	83,8	6,4	3,3	12,1	7,1	7,8	5,7	D1
24 - Médio Iguaçu	77,0	83,5	9,3	6,7	10,2	5,6	3,5	4,2	D1
11, 12, 13	61,7	86,4	31,5	7,1	4,7	2,5	2,1	4,0	
15, 16	64,8	83,4	33,2	13,5	0,7	1,2	1,2	1,9	

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960.

Tabela 3.2.2.(d) - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos segundo a condição legal das terras, por microrregiões - Paraná - 1970.

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas		Tipologia
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	
PARANÁ	54,1	80,3	34,2	11,6	9,0	5,1	2,6	3,0	
01 - Curitiba	68,6	81,8	14,5	4,2	9,9	7,5	7,0	6,5	D1
02 - Litoral Paranaense	60,4	72,1	3,0	1,7	36,1	25,7	0,5	0,5	P13
03 - Alto Ribeira	61,8	82,1	15,8	3,2	16,7	9,5	5,7	5,2	P13
04 - Alto Rio Negro Paranaense	65,0	83,6	20,6	6,2	9,7	6,0	4,7	4,3	P12
05 - Campos de Lapa	65,7	88,5	15,8	3,8	9,7	3,6	8,7	4,1	P12
06 - Campos de Ponta Grossa	69,9	85,3	8,5	3,1	10,6	4,6	11,0	7,0	D1
07 - Campos de Jaguariaíva	46,5	88,1	35,3	2,8	7,3	3,5	11,0	5,5	P12
08 - São Mateus do Sul	75,3	90,4	15,8	4,5	5,8	3,5	3,2	1,6	D1
09 - Colonial de Irati	72,4	87,7	14,4	4,0	8,9	4,2	4,3	4,1	D1
10 - Alto Ivaí	61,3	88,2	21,4	4,0	12,3	3,9	5,0	3,9	P12
11 - N.Velho de Venceslau Braz	42,7	77,9	41,1	12,3	11,0	4,5	5,3	5,3	P12
12 - N.Velho de Jacarezinho	44,2	78,6	49,1	15,7	5,1	2,1	1,7	3,6	P21
13 - Algodoeira de Assaí	49,1	73,5	42,6	22,2	7,3	2,6	0,9	1,6	P12
14 - N.Novo de Londrina	52,0	82,0	43,0	15,5	4,0	1,4	1,0	1,2	P12
15 - N.Novo de Maringá	38,1	58,3	59,3	38,8	1,6	1,3	1,0	1,7	P21
16 - N.Noviss. de Paranavaí	48,1	85,2	43,5	11,9	7,7	2,0	0,7	0,9	P12
17 - N.Novo de Apucarana	42,0	68,1	52,3	28,1	4,9	2,9	0,8	0,9	P21
18 - N.Noviss. de Umuarama	43,2	73,3	48,7	22,4	7,2	3,4	0,9	0,9	P21
19 - Campo Mourão	38,7	72,0	51,7	22,5	8,2	3,8	1,4	1,7	P21
20 - Pitanga	64,4	84,8	17,6	4,8	15,6	7,1	2,4	3,3	P12
21 - Extremo Oeste Paranaense	57,4	75,9	26,4	11,8	14,3	10,2	1,9	2,1	P12
22 - Sudoeste Paranaense	77,7	85,7	10,5	5,6	7,3	5,1	4,4	3,6	D1
23 - Campos de Guarapuava	68,0	88,8	10,5	3,1	17,5	5,4	4,1	2,8	D1
24 - Médio Iguaçu	74,9	77,1	8,3	4,4	13,1	12,6	3,7	5,9	D1
11, 12, 13	44,5	77,7	44,7	15,4	7,8	3,0	3,0	3,9	
5, 16	43,5	78,2	50,8	18,9	4,9	1,8	0,8	1,1	

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

as mudanças ocorridas entre 1960 e 1970.

Para o total do Estado, a percentagem de estabelecimentos em terras próprias diminuiu de 63,8% para 54,1%, ao passo que a percentagem da área correspondente praticamente não se alterou.

As terras arrendadas aumentaram sua participação tanto em número como em área. Para se poder entender esse caso, deve estar claro como se comporta essa categoria e a que influências está sujeita.

De um modo geral, as terras arrendadas comportam-se de modo instável no tempo, estando sujeitas a fatores conjunturais tais como disponibilidade de mão-de-obra e tipo de cultura. Em estudo na região da Alta Sorocabana, São Paulo, D'Incao e Mello²⁷ afirma que "a partir dos anos 30, coincidindo portanto com a decadência do café e início do incremento do algodão e das pastagens, o sistema do colonato foi gradativamente substituído pelos de parceria e arrendamento. Estes se apresentavam mais vantajosos, dentre outras causas pelo fato de exigirem menos capital inicial". Afirma também que em 1971 "300 famílias de arrendatários ficaram desempregadas com a transformação de 1 000 alqueires em pastagens".

Percebe-se, então, que a "posse" da terra transferida do proprietário para o arrendatário (ou parceiro) é instável, podendo ser retirada na medida em que as condições forem propícias para o proprietário. O mesmo não acontece com as terras próprias, nas quais as mudanças não tendem a ocorrer de modo tão rápido.

Com essas considerações levantamos um dos pontos limitantes deste trabalho: o fato de serem usados somente dados de 2 anos (1960 e 1970) que podem refletir, no que se refere à posse da terra, situações específicas a esses anos e não persistentes no tempo. Porém, na medida em que os dados não forem encarados isoladamente, mas

²⁷ MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O "bóia-fria": acumulação e miséria*. 1ª ed., Petrópolis, Vozes, 1975, 154p.

associados a outros fatores ou variáveis, essa restrição perde importância. Posteriormente iremos desenvolver e analisar as variáveis de posse juntamente com as de subdivisão e uso.

As terras ocupadas diminuíram sua participação percentual em número e área, sendo que em área passaram a representar somente 5,1% do total. Essa queda foi em parte devida às microrregiões do Oeste e Sudoeste, onde as terras próprias e arrendadas sofreram considerável aumento. A microrregião 22 (Sudoeste Paranaense), que apresentava as mais altas percentagens no número e área dos estabelecimentos de terras ocupadas (71,7% e 62,3%), passa a apresentar somente 7,3% e 5,1% respectivamente, sendo que, nessa região, o grande aumento ocorreu em terras próprias (de 26,9% para 77,7% no número de estabelecimentos e de 35,3% para 85,7% na área).

Cabe, finalmente, ressaltar as grandes diferenças que ainda persistem entre as diversas microrregiões quanto à distribuição entre as quatro categorias de posse consideradas.

As microrregiões do Norte apresentam as mais altas percentagens de terras arrendadas; e o Litoral (microrregião 2), as microrregiões do Oeste e do centro são as que têm as mais altas percentagens de terras ocupadas.

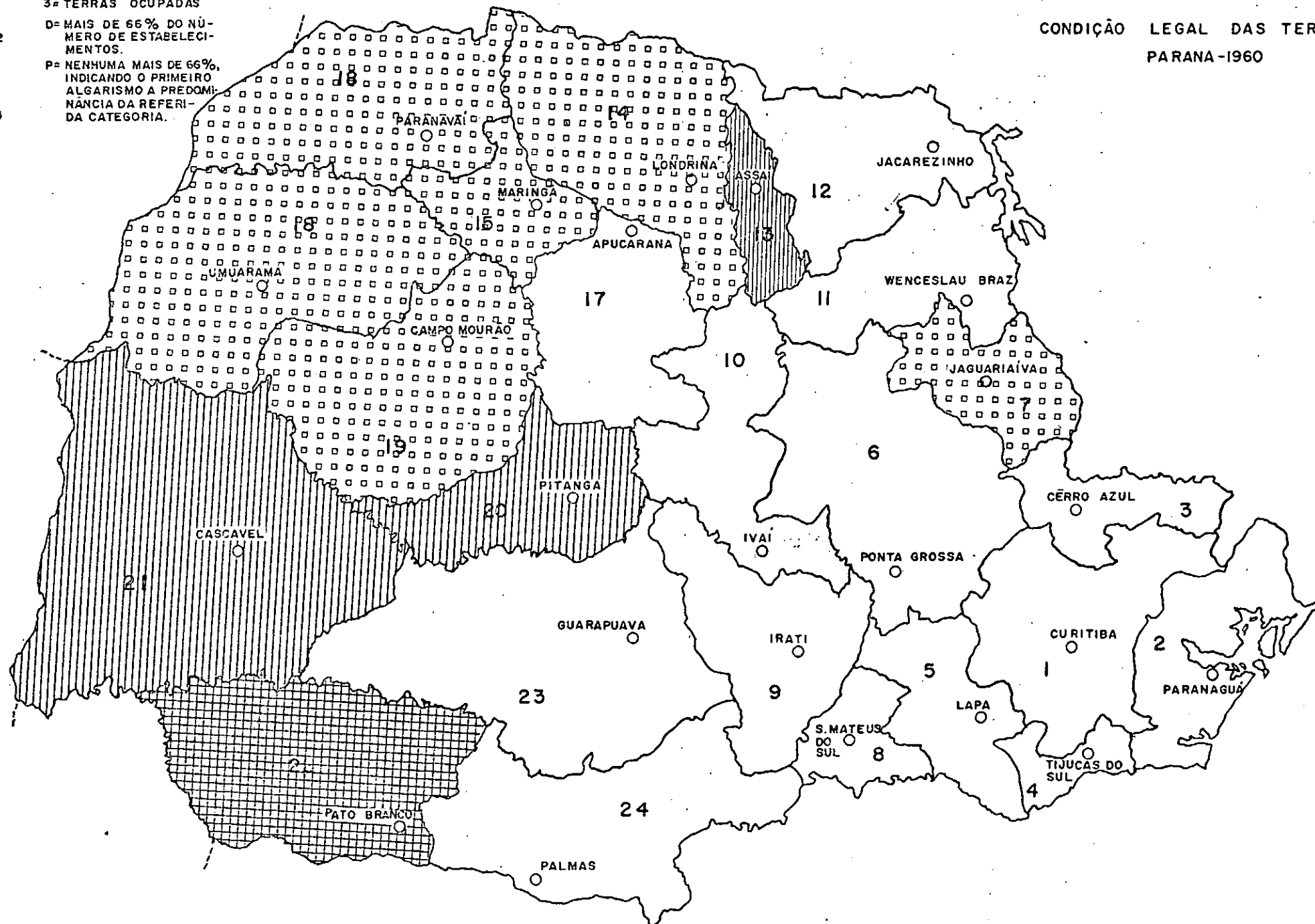
Nas Pranchas 3.2.2.(1ª) e 3.2.2.(2ª) pode-se visualizar a situação apresentada quanto à posse da terra em 1960 e 1970, montadas tendo por base as tabelas ... 3.2.2.(c) e 3.2.2.(d). A tipologia adotada foi a seguinte: considerando-se as três categorias de posse (terras próprias, arrendadas e ocupadas) e a percentagem do número de estabelecimentos apresentada por cada categoria, convencionou-se chamar de:

- a) dominante — quando uma categoria apresenta mais de 66% do número de estabelecimentos da microrregião, ou seja, D₁ quando mais de 66% do número de estabelecimentos é de terras próprias; D₂, de terras arrendadas, e D₃, de terras ocupadas;

PRANCHA 3.2.2(1ª)

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS
PARANÁ-1960

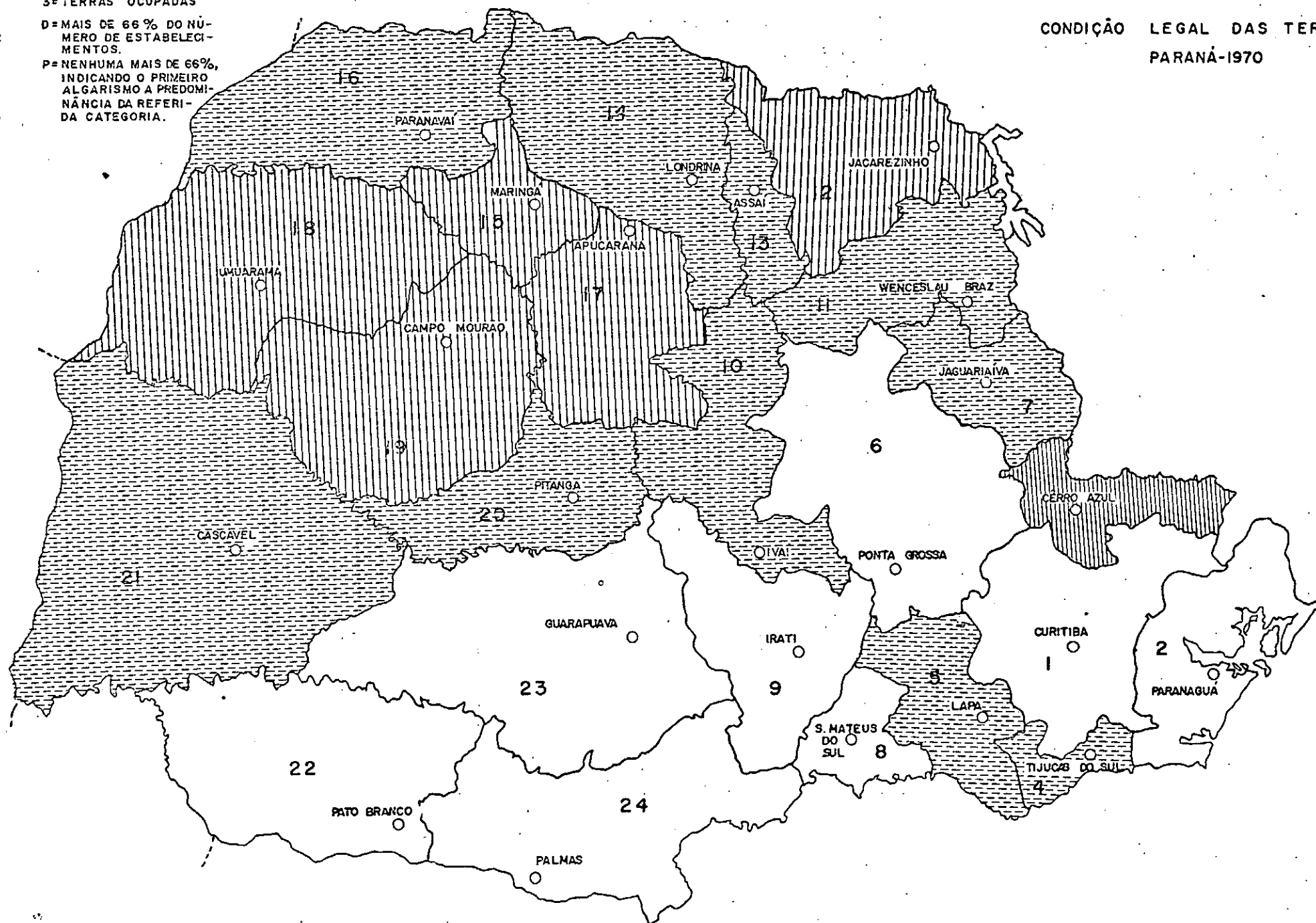
-  - D₁
 -  - P₁₂
 -  - P₂₁
 -  - P₁₃
 -  - D₃
- 1= TERRAS PRÓPRIAS
2= TERRAS ARRENDADAS
3= TERRAS OCUPADAS
- D= MAIS DE 66% DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.
P= NENHUMA MAIS DE 66%, INDICANDO O PRIMEIRO ALGARISMO A PREDOMINÂNCIA DA REFERIDA CATEGORIA.



PRANCHA 3.2.2 (2º)

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS
PARANÁ-1970

-  - D₁
 -  - P₁₂
 -  - P₂₁
 -  - P₁₃
- 1=TERRAS PRÓPRIAS
2=TERRAS ARRENDADAS
3=TERRAS OCUPADAS
- D=MAIS DE 66% DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.
P=NENHUMA MAIS DE 66%, INDICANDO O PRIMEIRO ALGARISMO A PREDOMINÂNCIA DA REFERIDA CATEGORIA.



- b) par — quando nenhuma categoria apresenta mais de 66% do número de estabelecimentos da microrregião, porém as duas maiores percentagens perfazem mais de 80%, ou seja, P_{12} quando as terras próprias e arrendadas ocupam mais de 80% dos estabelecimentos, com uma predominância das terras próprias; P_{21} idem ao anterior, porém com predominância de terras arrendadas e de modo semelhante para P_{13} .

3.2.3 Posse e Subdivisão da Terra

Neste subitem vamos procurar analisar como as diversas categorias de posse da terra se distribuem entre os diferentes estratos de área total, nos anos de 1960 e 1970.

No Apêndice encontram-se as Tabelas 5.1.(d) e 5.1.(e), com os valores absolutos do número de estabelecimentos e da área total.

Na Tabela 3.2.3.(a) encontram-se os acréscimos em número e área dos estabelecimentos no período 60/70, das diversas categorias de posse, por estratos de área total.

Quanto ao número de estabelecimentos, o maior acréscimo absoluto foi nas terras arrendadas (134 535 estabelecimentos), seguido pelas terras próprias (128 328 estabelecimentos). O acréscimo em terras arrendadas se concentrou basicamente nos estabelecimentos de área total inferior a 10 ha, mais especificamente no estrato de 2 a menos de 10 ha.

Nas terras próprias, esse acréscimo praticamente se concentra em dois estratos: menos de 10 ha e de 10 a menos de 100 ha, basicamente compreendidos entre 2 a menos de 50 ha.

Quanto ao acréscimo na área dos estabelecimentos, o maior ocorreu em terras próprias (2 576 843 ha), aumento esse nitidamente superior ao das terras arrendadas (916 800 ha). A distribuição desses acréscimos por es-

Tabela 3.2.3.(a) - Variação no número e área dos estabelecimentos, no período 60/70, segundo a condição legal das terras, por estratos de área total - Paraná.

Grupos de Área Total (ha)	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAL	128 328	2 576 843	134 535	916 800	16 267	-311 684	6 277	58 637
Menos de 10	62 256	351 492	109 261	568 095	26 526	109 860	3 752	21 686
Menos de 1	1 914	720	618	247	1 185	533	61	36
1 — 2	2 679	3 859	4 946	7 246	2 673	3 618	122	180
2 — 5	21 918	80 891	54 433	202 373	15 778	55 857	1 356	4 923
5 — 10	35 745	266 022	49 264	358 230	6 890	49 852	2 213	16 546
10 — 100	63 781	1 315 106	25 309	397 410	- 9 800	-399 361	2 559	42 831
10 — 20	40 101	557 908	21 510	289 545	59	- 654	1 929	27 154
20 — 50	20 932	589 674	3 565	94 078	- 7 749	-241 710	641	17 017
50 — 100	2 748	167 524	234	13 787	- 2 110	-156 998	- 11	- 1 339
100 — 1000	2 116	611 250	- 17	- 8 666	- 479	- 65 884	- 29	- 578
100 — 200	880	124 269	16	1 316	- 400	- 52 611	- 43	- 6 070
200 — 500	927	280 667	- 44	- 14 980	- 94	- 25 415	15	3 550
500 — 1000	309	206 314	11	4 998	15	12 142	- 1	1 942
1000 — 10000	183	367 851	- 18	- 40 039	20	43 701	- 5	- 5 302
1000 — 2000	115	149 397	- 10	- 16 516	6	9 542	0	- 365
2000 — 5000	63	190 566	- 6	- 11 503	14	36 502	- 6	-14 829
5000 — 10000	5	27 888	- 2	- 12 020	0	- 2 343	1	9 891
10000 e mais	- 8	- 68 855	-	-	-	-	-	-
10000 — 100000	- 8	- 97 507	-	-	-	-	-	-
100000 e mais	0	28 652	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

trato de área, no caso das terras próprias, favoreceu ni tidamente o estrato de 10 a menos de 100 ha e, no caso de terras arrendadas, o estrato de menos de 10 ha. Outro indicador que reflete essas diferenças é a área média dos acréscimos: para as terras próprias, 20,1 ha; para as terras arrendadas, 6,8 ha.

Pode-se observar ainda que nas terras próprias ocorreu aumento de estabelecimentos e áreas em todos os estratos, exceto no de 10 000 ha a menos de 100 000 ha. Note-se que no estrato de 100 000 ha e mais, houve a incorporação de 28 652 ha ao único estabelecimento desse estrato.

Nas terras arrendadas ocorreu um aumento violento nos estabelecimentos de área de 2 a menos de 50 ha e uma queda nos de 200 a menos de 500 ha e de 100 ha e mais.

Quanto às terras ocupadas, ocorreu queda nos estratos médios, de 20 a menos de 500 ha, e aumento nos estratos extremos.

Nas tabelas que seguem (3.2.3.(b) e 3.2.3.(c)) estão as distribuições percentuais por estrato de área dentro de cada categoria de posse. Esses dados devem complementar os da Tabela 3.2.3.(a).

A primeira constatação que se faz da comparação das duas tabelas (3.2.3.(b) e 3.2.3.(c)) é que em todas as categorias houve um deslocamento, tanto em número como em área dos estabelecimentos, no sentido dos estratos menores.

A categoria que mais se destaca nesse aspecto é a das terras ocupadas. Em 1960, no estrato das menores de 10 ha estavam 26,3% dos estabelecimentos ocupando 4,7% da área total. No estrato de 10 a menos de 100 ha essas percentagens eram de 70,2% e 68,6% respectivamente. Em 1970, para o número de estabelecimentos, praticamente ocorre uma inversão: os menores de 10 ha passam a representar 70,7% e os de 10 a menos de 100 ha 27,8% do total. Isto obviamente vai provocar uma grande redução na área média das terras ocupadas: voltan-

Tabela 3.2.3.(b) - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos segundo estratos de área total, por categorias de condição legal das terras - Paraná-1960.

Grupos de Área Total (ha)	Própria		Arrendada		Ocupada		Mista	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	25,3	2,8	69,9	25,4	26,3	4,7	30,4	4,1
Menos de 1	0,3	0,0	0,8	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0
1 — 2	0,9	0,0	3,4	0,3	1,0	0,0	0,8	0,0
2 — 5	10,0	0,7	39,5	10,9	11,7	1,4	9,9	0,9
5 — 10	14,0	2,1	26,3	14,2	13,3	3,3	19,6	3,2
10 — 100	66,6	38,3	28,9	45,5	70,2	68,6	61,8	38,6
10 — 20	25,4	6,8	17,9	17,7	22,7	10,1	26,4	8,2
20 — 50	31,3	18,4	9,5	20,0	38,5	37,4	26,4	17,3
50 — 100	9,8	13,1	1,5	7,8	9,0	21,0	8,9	13,1
100 — 1000	7,7	34,5	1,1	18,5	3,5	22,3	7,4	36,3
100 — 200	4,6	11,8	0,6	6,3	2,4	10,2	4,5	13,3
200 — 500	2,5	14,3	0,4	8,4	1,0	9,2	2,3	14,4
500 — 1000	0,6	8,4	0,1	3,8	0,1	2,8	0,6	8,5
1000 — 10000	0,5	18,8	0,1	10,6	0,1	4,4	0,5	21,0
1000 — 2000	0,3	7,8	0,1	4,2	0,1	2,0	0,3	8,8
2000 — 5000	0,1	7,5	0,0	4,8	0,0	0,9	0,2	8,7
5000 — 10000	0,0	3,4	0,0	1,5	0,0	1,5	0,0	3,4
10000 e mais	0,0	5,5	—	—	—	—	—	—
10000 — 100000	0,0	4,1	—	—	—	—	—	—
100000 e mais	0,0	1,4	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960.

Tabela 3.2.3.(c) - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos segundo estratos de área total por categorias de condição legal das terras - Paraná - 1970.

Grupos de Área Total (ha)	Própria		Arrendada		Ocupada		Mista	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	35,2	5,2	77,9	45,2	70,7	21,4	43,2	8,5
Menos de 1	0,8	0,0	0,6	0,0	2,6	0,1	0,5	0,0
1 — 2	1,4	0,0	3,6	0,6	6,0	0,5	1,3	0,1
2 — 5	13,1	1,3	40,2	17,0	39,4	9,5	15,0	1,9
5 — 10	19,9	3,9	33,6	27,7	22,7	11,3	26,4	6,5
10 — 100	59,4	41,1	21,8	44,3	27,8	43,8	52,6	43,1
10 — 20	27,9	10,0	16,6	25,2	15,5	14,2	28,3	13,2
20 — 50	24,9	19,4	4,6	14,7	10,5	20,8	19,4	18,9
50 — 100	6,5	11,7	0,6	4,4	1,8	8,8	5,0	11,0
100 — 1000	5,1	32,2	0,3	8,0	1,4	22,8	4,0	31,4
100 — 200	2,9	10,3	0,2	3,0	0,8	7,5	2,2	10,2
200 — 500	1,7	13,6	0,1	3,0	0,5	9,7	1,4	13,3
500 — 1000	0,5	8,3	0,0	2,0	0,1	5,6	0,3	7,8
1000 — 10000	0,3	17,7	0,0	2,5	0,1	12,0	0,2	17,1
1000 — 2000	0,2	7,4	0,0	1,0	0,1	4,1	0,2	7,6
2000 — 5000	0,1	7,5	0,0	1,5	0,0	6,2	0,0	4,2
5000 — 10000	0,0	2,9	—	—	0,0	1,7	0,0	5,2
10000 e mais	0,0	3,7	—	—	—	—	—	—
10000 — 100000	0,0	2,4	—	—	—	—	—	—
100000 e mais	0,0	1,4	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

do à Tabela 3.2.2.(a), podemos constatar que a queda foi além de 50% (de 31,4 ha para 15,0 ha).

3.2.4 Alguns Indicadores da Condição do Produtor no Paraná, em 1970

Nos dois itens anteriores a análise da posse da terra baseou-se em dados da condição legal das terras. Agora voltaremos a utilizar a classificação analisada no primeiro item: condição do produtor.

Alguns índices foram calculados de modo a refletir como se dá a distribuição da terra dentro das categorias dos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes.

Tabela 3.2.4.(a) - Índices de concentração segundo a posse da terra no Paraná - 1970.

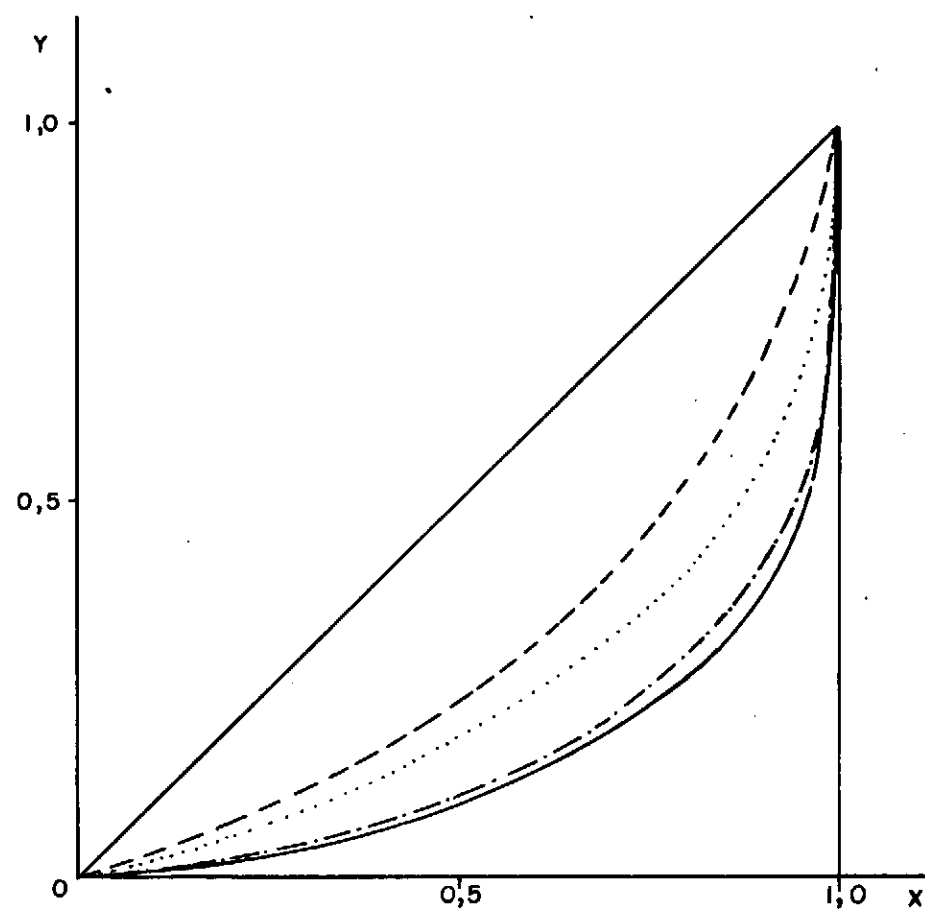
Tipos de Índices	Gini	Área Média	Área Mediana
Nº estabelecimentos /área total	0,690	26,4	9,3
Nº estabelecimentos c/proprietários /área das propriedades	0,686	38,9	15,2
Nº estabelecimentos c/arrendatários /área dos arrendamentos	0,513	9,4	4,9
Nº estabelecimentos c/parceiros /área dos parceiros	0,389	8,7	6,4
Nº estabelecimentos c/ocupantes /área dos ocupantes	0,657	15,0	5,4

Na Tabela 3.2.4.(a) estão calculados os índices de Gini, área média e mediana para as quatro categorias de posse e para o total do Estado. Na Prancha 3.2.4.(1ª) está a representação gráfica das curvas de Lorenz correspondentes.

Como se pode observar, o índice de concentração para proprietários é o que mais se aproxima do obtido para o total do Estado. Ou seja, ambos apresentam uma distribuição semelhante. Assim, como temos para o total do

PRANCHA 3.2.4 (1º)

CURVAS DE LORENZ PARA A POSSE
DA TERRA,
PARANÁ — 1970



—— PROPRIETÁRIO ARRENDATÁRIO
 --- PARCEIRO -.-.-.-.- OCUPANTES

Estado um grande número de pequenos estabelecimentos ao lado de um reduzido número de grandes estabelecimentos, temos também numerosos pequenos proprietários ao lado de um pequeno número de grandes proprietários que devem ocupar uma considerável porção de área.

A Tabela 3.2.4.(b) nos permite visualizar melhor: no estrato de estabelecimentos com área menor que 10 ha temos 35,4% dos estabelecimentos com proprietários ocupando tão somente 5,3% da área total. Por outro lado, no estrato de área de 100 a menos de 1000 ha a situação se inverte: 5,1% dos estabelecimentos com proprietários ocupam 32,2% da área total.

Vamos comparar agora com o índice obtido para os parceiros (0,389). Novamente através da Tabela 3.2.4.(b) podemos observar que no estratos dos estabelecimentos de área inferior a 10 ha encontram-se 76,2% dos estabelecimentos com parceiros ocupando 47,1% da área total. Já no estrato de 10 a menos de 100 ha estão 23,6% dos estabelecimentos com parceiros ocupando também 47,1% da área. Nos estratos acima de 50 ha as percentagens vão-se tornando inexpressivas.

Se colocarmos lado a lado as duas distribuições — proprietários e parceiros —, veremos que a dos parceiros se concentra basicamente nos estratos de área de até 50 ha, ao passo que a dos proprietários se alonga no sentido dos estratos superiores, como no de 1 000 até menos de 10 000 ha, que representa 17,8% da área total.

Assim, podemos concluir que os estabelecimentos sob a responsabilidade de parceiros apresentam uma baixa dispersão em torno de sua área média bem como se concentram em estratos de área total menores que os dos proprietários. São em sua grande maioria pequenos produtores.

Quanto à categoria dos arrendatários, seu índice de concentração apresenta valor intermediário ao dos parceiros e proprietários (0,513). Os estabelecimentos estão tão concentrados, nos estratos de área inferior a 10 ha (80,8%), porém, ao contrário dos parceiros, ainda exis-

Tabela 3.2.4.(b) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos segundo estratos de área total, pela condição do produtor - Paraná - 1970.

Grupos de Área Total (ha)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área	% estab.	% área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	35,4	5,3	80,8	41,7	76,2	47,1	70,7	21,4
Menos de 1	0,8	0,0	0,9	0,1	0,4	0,0	2,6	0,1
1 — 2	1,4	0,1	5,0	0,7	2,8	0,5	6,0	0,5
2 — 5	13,1	1,3	45,3	17,7	37,1	16,3	39,4	9,5
5 — 10	20,1	3,9	29,6	23,2	35,9	30,3	22,7	11,3
10 — 100	59,2	41,2	18,7	39,9	23,6	47,1	27,8	43,8
10 — 20	28,0	10,1	13,1	19,1	18,5	28,9	15,5	14,2
20 — 50	24,7	19,4	4,7	14,5	4,7	14,9	10,5	20,8
50 — 100	6,5	11,7	0,9	6,3	0,4	3,3	1,8	8,8
100 — 1000	5,1	32,2	0,5	14,2	0,2	4,3	1,4	22,8
100 — 200	2,9	10,3	0,3	4,4	0,1	2,1	0,8	7,5
200 — 500	1,7	13,6	0,2	5,9	0,1	1,2	0,5	9,7
500 — 1000	0,5	8,3	0,0	3,9	0,0	1,0	0,1	5,6
1000 — 10000	0,3	17,8	0,0	4,2	0,0	1,5	0,1	12,0
1000 — 2000	0,2	7,4	0,0	1,7	0,0	0,6	0,1	4,1
2000 — 5000	0,1	7,4	0,0	2,5	0,0	0,9	0,0	6,2
5000 — 10000	0,0	3,0	—	—	—	—	0,0	1,7
10000 e mais	0,0	3,6	—	—	—	—	—	—
10000 — 10000	0,0	2,3	—	—	—	—	—	—
100000 e mais	—	1,3	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1970.

te uma área razoável nos estratos de 100 a menos de 1 000 ha (14,2%) e de 1 000 a menos de 10 000 ha (4,2%). Temos, então, que os arrendatários também são, em sua grande maioria, pequenos produtores (80,8%), porém existe um pequeno número de grandes arrendatários (possivelmente com padrões tecnológicos mais desenvolvidos, ou pecuaristas) que ocupam uma parcela razoável da área total dessa categoria.

A categoria dos ocupantes encontra-se próxima à dos proprietários quanto ao índice de concentração (0,657). Sua área média não é tão reduzida (15 ha), apesar de sua área mediana (5,4 ha) ser abaixo da área mediana dos parceiros (ver Tabela 3.2.4.(a)). Temos aí, portanto, uma distribuição na qual os estratos inferiores comportam uma alta percentagem dos estabelecimentos (70,7%) (o que leva a uma área mediana baixa) e os estratos superiores, apesar de apresentarem uma percentagem reduzida no número de estabelecimentos, ocupam porção razoável da área (o que provoca um distanciamento da área média em relação à mediana). Apesar de ter ocorrido um deslocamento dos ocupantes no sentido dos estratos inferiores de área em detrimento dos estratos intermediários, como já foi comentado no item 3.2.3, ainda permaneceram alguns grandes ocupantes.

Na tabela que segue aparecem de modo sintético as diferentes distribuições por categoria de posse, sendo utilizadas as percentagens dos estabelecimentos e as respectivas áreas médias em cada estrato de área total.

Estratos de Área Total	Proprietários		Arrendatários		Parceiros		Ocupantes	
	% est.	área média	% est.	área média	% est.	área média	% est.	área média
< 10 ha	35,4	5,8ha	80,8	4,9ha	76,2	5,4ha	70,7	4,5ha
10 —100 ha	59,2	27,0ha	18,7	20,1ha	23,6	17,3ha	27,8	23,6ha
100 —1000 ha	5,1	246,5ha	0,5	250,0ha	0,2	202,8ha	1,4	246,2ha
1000 —10000 ha	0,3	2135,4ha	0,0	2101,1ha	0,0	2010,1ha	0,1	2203,6ha
10000 e mais	0,0	33663,5ha	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

Finalmente analisaremos a distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos para as quatro categorias de posse, entre as microrregiões homogêneas do Estado (ver Tabela 3.2.4.(c)).

Para as quatro categorias, as percentagens tendem a se concentrar em algumas microrregiões. No caso de proprietários, os estabelecimentos aparecem com altas percentagens nas microrregiões 21 e 22. A área correspondente concentra-se nessas mesmas microrregiões e na microrregião 23 (Campos de Guarapuava), devido ao fato de esta última ser uma região de grandes propriedades. Para os arrendatários, destacam-se as microrregiões 18, 19 e 21; para os parceiros, as microrregiões 17, 18 e 19. No caso dos ocupantes, 23,6% do total dos estabelecimentos e 21,9% do total da área dessa categoria estão em somente uma microrregião: Extremo Oeste Paranaense (22).

Para o número de estabelecimentos, as microrregiões de maiores percentagens foram agregadas de modo a totalizar em torno de 50% do total de estabelecimentos do Estado em cada categoria de posse. Para fins de comparação também foram calculadas as percentagens da área total do Estado ocupadas por esses conjuntos de microrregiões.

Categorias de Posse	Microrregiões	% do Total dos Estabelecimentos de Cada Categoria	% da Área Total do Estado Ocupada p/Cada Conjunto de Microrregiões
Proprietários	17, 18, 19, 21, 22	51,3	36,5
Arrendatários	11, 18, 19, 21	53,5	28,5
Parceiros	17, 18, 19	49,2	18,4
Ocupantes	18, 19, 21, 22	49,5	32,3

Como se pode observar, a categoria mais concentrada é a dos parceiros, porque quase 50% do total dos estabelecimentos localizam-se em 18,4% da área total do Estado. A categoria menos concentrada é a dos proprietários.

rios.

Na Prancha 3.2.4.(2ª) tem-se a representação da ta
bela anterior.

3.3 USO DA TERRA

3.3.1 A Situação do Paraná em Relação ao Brasil

A taxa de ocupação (percentagem da área geográfica que é ocupada pelos estabelecimentos agrícolas) se mostra bastante baixa para o Brasil em função das regiões Norte e Centro-Oeste. Os demais Estados, com exceção do Maranhão e Piauí (que apresentam características tan
to do Nordeste quanto do Norte e Centro-Oeste) e da Bahia e Guanabara, mostram taxas superiores a 65,0%. (Ver Tabela 3.3.1.(a).)

A região Sul tem a maior taxa de ocupação (80,9%) de
vido ao intenso uso da terra no Rio Grande do Sul (89,0%), enquanto Paraná (73,5%) e Santa Catarina (73,6%) ainda têm mais de um quarto de seus territórios por ocupar.

Da terra ocupada pelos estabelecimentos agrícolas brasileiros, 52,4% é usada como pastagens (naturais + plantadas), apenas 11,5% é cultivada (lavouras temporárias + permanentes) e 36,1% se constitui de matas, florestas, terras em descanso e terras improdutivas.

A região Sul, além de ser a mais intensamente ocupa
da, destaca-se pela importância relativa das culturas (24,2%).

No Paraná as culturas permanentes (em mais de 90,0%, café) têm presença marcante, sendo superadas apenas pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (que cultivam o al
godão arbóreo) e pela Guanabara (onde as áreas rurais são suburbanas e adquirem caráter excepcional). A percentagem de culturas temporárias paranaenses é menor ape
nas que a de Alagoas.

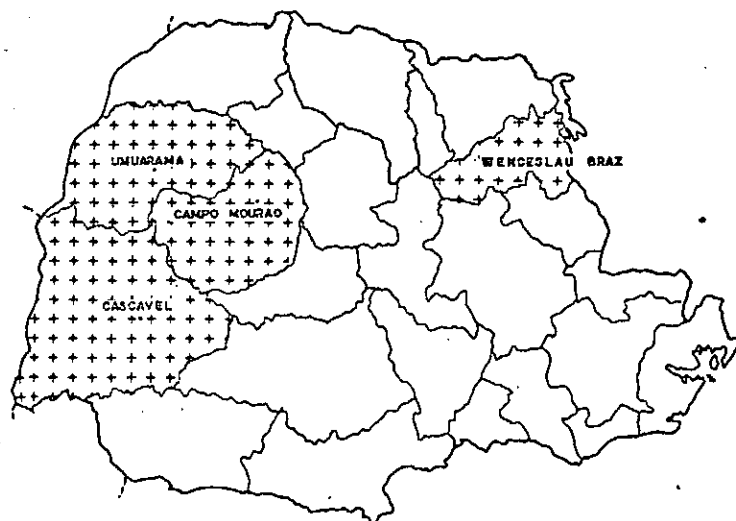
Tabela 3.2.4.(c) - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos, segundo microrregiões, pela condição do produtor - Paraná - 1970.

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
PARANÁ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
01 - Curitiba	4,0	2,8	3,3	2,4	0,2	0,2	3,3	3,9
02 - Litoral Paranaense	0,4	0,5	0,1	0,2	0,0	0,0	1,6	2,8
03 - Alto Ribeira	0,8	1,2	0,8	0,8	0,0	0,1	1,2	2,0
04 - Alto Rio Negro Paranaense	1,2	0,5	1,4	0,6	0,1	0,1	1,0	0,6
05 - Campos de Lapa	1,6	2,4	1,4	1,5	0,2	0,2	1,4	1,5
06 - Campos de Ponta Grossa	1,9	7,0	1,0	4,0	0,0	0,4	1,6	5,6
07 - Campos de Jaguariaíva	0,6	2,5	1,9	1,8	0,1	0,1	0,5	1,5
08 - São Mateus do Sul	1,5	1,1	1,4	0,8	0,1	0,2	0,7	0,7
09 - Colonial de Irati	5,3	3,7	3,7	2,2	0,5	0,6	3,9	2,8
10 - Alto Ivaí	2,5	3,5	3,4	2,6	0,2	0,2	3,0	2,5
11 - N.Velho de Venceslau Braz	3,1	3,1	7,1	5,1	3,1	2,4	4,5	2,8
12 - N.Velho de Jacarezinho	3,2	4,4	4,4	6,6	6,4	5,8	2,2	1,8
13 - Algodoeira de Assaí	1,5	1,1	3,2	3,6	1,4	1,4	1,3	0,6
14 - N.Novo de Londrina	5,0	6,6	3,5	5,3	8,4	10,8	2,4	1,7
15 - N.Novo de Maringá	2,6	1,6	0,8	1,3	9,8	11,4	0,7	0,6
16 - N.Noviss. de Paranavaí	3,8	6,8	4,1	5,4	6,4	7,6	3,8	2,6
17 - N.Novo de Apucarana	6,2	3,4	4,0	2,8	17,1	14,2	4,4	2,4
18 - N.Noviss. de Umuarama	9,3	6,9	13,2	10,5	19,1	17,4	9,5	5,1
19 - Campo Mourão	7,0	5,8	18,4	15,6	13,0	11,2	9,0	4,9
20 - Pitanga	2,9	3,4	1,7	1,6	1,0	1,2	4,2	4,4
21 - Extremo Oeste Paranaense	15,6	10,4	14,8	15,4	9,6	8,8	23,6	21,9
22 - Sudoeste Paranaense	13,2	7,5	2,9	3,3	2,8	3,4	7,4	6,9
23 - Campos de Guarapuava	3,8	8,8	2,5	3,9	0,1	1,1	5,8	8,4
24 - Médio Iguaçu	2,8	4,9	0,9	2,8	0,3	1,3	2,9	12,0

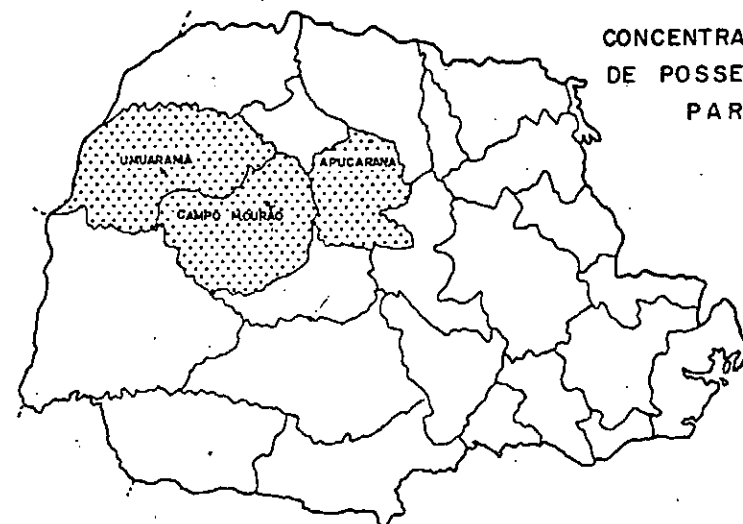
FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

PRANCHA 3.2.4 (2º)

CONCENTRAÇÃO DAS CATEGORIAS
DE POSSE NAS MICRORREGIÕES
PARANÁ - 1970



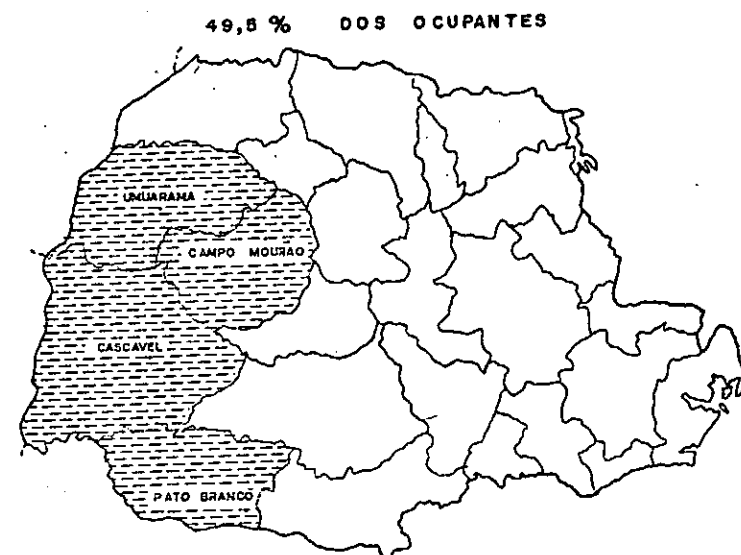
53,5% DOS ARRENDATÁRIOS



49,2% DOS PARCEIROS



51,3% DOS PROPRIETÁRIOS



49,5% DOS OCUPANTES

Tabela 3.3.1.(a) - Ocupação e uso da terra no Brasil, por regiões e unidades da Federação - 1970.
(percentagem da área).

Unidades da Federação	Taxa de Ocupação ¹	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Terras Prod. Não Utiliz.	Terras Não Produt.	TOTAL
		Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
BRASIL	34,8	2,7	8,8	42,3	10,1	19,1	0,6	11,4	5,0	100,0
Reg. Norte	6,5	0,6	2,1	16,3	2,8	59,9	0,2	14,7	3,4	100,0
Reg. Nordeste	48,2	5,4	8,5	29,8	7,7	22,1	0,1	20,6	5,8	100,0
Reg. Sudeste	75,6	3,1	10,7	49,1	15,3	9,6	1,3	5,6	5,3	100,0
Reg. Sul	80,9	3,4	20,8	39,5	8,0	12,6	1,3	9,9	4,6	100,0
Reg. Centro-Oeste	43,5	0,2	2,8	56,8	11,1	16,6	0,0	7,7	4,8	100,0
Rondônia	6,7	0,8	2,0	5,0	2,5	65,6	0,0	21,5	2,5	100,0
Acre	27,0	0,1	0,8	1,0	0,5	94,9	0,0	2,0	0,6	100,0
Amazonas	2,9	0,7	2,8	3,6	1,8	77,5	0,2	10,4	3,0	100,0
Roraima	6,9	0,1	0,2	70,5	1,4	20,4	0,0	1,7	5,6	100,0
Pará	8,8	0,8	2,6	19,3	4,4	45,6	0,3	22,7	4,4	100,0
Amapá	4,3	0,3	1,4	51,1	0,6	33,4	0,1	7,8	5,4	100,0
Maranhão	33,3	0,3	6,8	25,2	5,9	17,8	0,1	36,5	7,4	100,0
Piauí	38,3	1,5	5,1	33,8	1,1	27,9	0,1	26,6	3,9	100,0
Ceará	82,4	11,1	8,4	32,8	0,6	26,7	0,1	14,3	6,0	100,0
Rio Grande Norte	86,2	10,1	6,8	41,1	0,6	21,3	0,1	14,1	6,0	100,0
Paraíba	81,3	14,5	11,3	43,4	1,5	10,9	0,1	11,5	6,8	100,0
Pernambuco	65,1	5,1	17,9	34,0	3,3	14,2	0,2	20,6	4,6	100,0
Alagoas	81,0	2,0	23,6	21,0	10,1	17,5	0,1	22,7	2,9	100,0
Sergipe	79,3	3,8	7,8	29,2	29,2	12,1	0,1	14,5	3,3	100,0
Bahia	39,8	4,0	6,6	23,2	17,5	25,1	0,2	17,2	6,2	100,0
Minas Gerais	72,1	1,3	7,1	61,9	8,9	8,8	0,6	5,0	6,5	100,0
Espírito Santo	82,4	7,9	10,5	26,8	21,9	17,4	0,7	10,8	4,0	100,0
Rio de Janeiro	78,0	5,3	13,8	47,8	4,6	14,1	0,6	7,5	6,3	100,0
Guanabara	24,1	26,9	11,7	17,1	1,5	7,7	1,6	22,0	11,4	100,0
São Paulo	82,5	5,6	17,6	27,1	29,1	9,1	2,8	5,5	3,3	100,0
Paraná	73,5	8,9	23,3	12,4	18,5	16,2	1,4	15,1	4,3	100,0
Santa Catarina	73,6	1,0	18,0	29,7	5,4	23,1	1,8	15,8	5,2	100,0
Rio Grande Sul	89,0	0,8	20,2	59,1	2,3	7,2	1,0	5,0	4,4	100,0
Mato Grosso	37,2	0,1	1,5	58,8	10,3	18,9	0,0	5,2	5,3	100,0
Goiás	55,7	0,2	4,4	54,3	12,2	13,7	0,1	10,8	4,3	100,0
Distrito Federal	29,5	2,6	5,0	55,4	9,3	8,5	0,2	10,4	8,7	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil - 1970.

¹ Área total dos estabelecimentos sobre área total geográfica.

Quanto às pastagens, o Paraná tem uma das menores percentagens (30,9%), mas, ao lado de São Paulo, se caracteriza pela predominância de pastagens cultivadas, indicando maior tecnificação e capacidade de suporte.

O Paraná apresenta ainda 37,0% da área de seus estabelecimentos não usada em atividades agropecuárias (16,2% com matas e florestas naturais e 15,1% com terras em descanso e terras produtivas não utilizadas).

3.3.2 Variação no Uso da Terra no Período 1960/70

Como já vimos no item 3.1, no período 1960/70 foram criados mais 285.342 estabelecimentos, que incorporaram mais 3 240 596 ha à agricultura paranaense.

Desdobrando este aumento na área total segundo as grandes categorias de uso, observamos (ver Tabela ... 3.3.2.(a))²⁸ que é incorporado um total de 3 546 850 ha de culturas temporárias e pastagens plantadas, enquanto são eliminados 927 291 ha de culturas permanentes (café), pastagens naturais e matas e florestas naturais. Outro aspecto interessante nesta expansão é o que diz respeito às terras improdutivas. Estas aumentaram de ... 319 178 ha (105,1% do acréscimo), indicando que a fronteira agrícola atinge áreas do Estado que são menos propícias à agricultura que aquelas ocupadas anteriormente.

Em termos relativos (Tabela 3.3.2.(b)) o aumento mais drástico foi o das pastagens plantadas (245,3%), seguido das terras improdutivas (105,1%) e das lavouras temporárias (91,3%); por outro lado, as maiores quedas foram as das lavouras permanentes (-21,2%) e das matas e florestas naturais (-16,7%).

Como resultado da expansão da fronteira agrícola, a taxa de ocupação para o Estado do Paraná passa de 57,2%

²⁸ Os valores absolutos para os anos de 1960 e 1970 são apresentados nas Tabelas 5.1.(f) e 5.1.(g), do Apêndice.

Tabela 3.3.2.(a) - Uso da terra no Paraná, por microrregiões, variação absoluta 1960/70 (área em ha).

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Utilizadas	Terras Improdu- tivas
	Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
PARANÁ	-350 881	1 628 516	-102 652	1 918 334	-473 758	17 088	284 771	319 178
01 - Curitiba	- 1 229	- 22 590	16 753	557	10 362	-12 547	4 509	1 682
02 - Litoral Paranaense	- 2 665	- 1 166	1 821	- 2 223	- 55 736	1 075	16 736	8 394
03 - Alto Ribeira	1 186	246	18 104	5 370	- 23 974	- 9 597	- 8 394	6 946
04 - Alto Rio Negro Paranaense	- 311	4 685	- 12 865	- 547	58	- 897	- 9 343	1 693
05 - Campos de Lapa	- 3 994	- 5 184	- 23 351	- 943	23 154	13 843	- 11 633	10 942
06 - Campos de Ponta Grossa	1 039	28 008	- 27 786	25 012	88 737	5 259	46 654	- 2 512
07 - Campos de Jaguariaíva	308	16 871	- 25 393	16 050	- 15 717	24 492	37 142	17 409
08 - São Mateus do Sul	- 1 000	5 957	- 45 349	- 5	33 244	2 399	- 13 661	4 344
09 - Colonial de Irati	- 1 095	347	- 41 757	4 338	34 156	5 105	- 31 208	- 70
10 - Alto Ivaí	- 2 356	7 003	2 074	31 487	- 34 105	- 1 311	92 176	13 449
11 - N.Velho de Venceslau Braz]								
12 - N.Velho de Jacarezinho ⇒	-140 866	174 690	20 023	132 738	- 94 634	- 6 089	-146 114	19 553
13 - Algodoeira de Assaí]								
14 - N.Novo de Londrina	-146 210	86 903	14 073	167 786	- 60 985	- 2 326	- 5 445	16 489
15 - N.Novo de Maringá]⇒	-150 091	76 778	- 6 845	497 715	-206 932	- 5 322	6 365	23 045
16 - N.Noviss. de Paranavaí]								
17 - N.Novo de Apucarana	- 4 926	105 187	- 2 137	98 535	- 77 828	- 3 334	- 20 529	9 545
18 - N.Noviss. de Umuarama	77 269	162 673	11 019	370 042	- 24 557	- 40	18 677	34 578
19 - Campo Mourão	- 442	235 971	10 965	178 908	-121 804	- 1 827	59 645	25 058
20 - Pitanga	- 5 372	58 968	6 272	48 499	- 52 368	- 904	- 19 595	6 147
21 - Extremo Oeste Paranaense	37 776	487 300	906	195 797	140 924	12 466	62 426	58 106
22 - Sudoeste Paranaense	- 1 598	194 518	- 7 545	93 595	-134 484	- 9 541	84 101	25 734
23 - Campos de Guarapuava	- 803	16 985	16 275	35 302	59 795	5 711	65 500	29 211
24 - Médio Iguaçu	- 5 500	- 5 634	- 27 908	20 322	38 935	475	56 762	9 432

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

Tabela 3.3.2.(b) - Ocupação e uso da terra no Paraná, por microrregiões, variação % 1960/1970, na área.

	Área Total	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Utilizadas	Terras Improdu- tivas
		Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
PARANÁ	28,5	- 21,2	91,3	- 5,4	245,3	- 16,7	9,1	14,8	105,1
01 - Curitiba	- 0,6	- 35,7	- 20,6	- 20,0	12,9	22,5	- 65,9	4,5	6,5
02 - Litoral Paranaense	- 29,6	- 30,1	- 14,7	73,5	- 75,0	- 68,8	214,1	243,8	228,4
03 - Alto Ribeira	- 5,9	112,6	1,2	125,8	258,4	- 66,3	- 97,2	- 10,3	115,3
04 - Alto Rio Negro Paranaense	- 19,8	- 76,4	21,5	- 51,5	- 73,1	0,4	- 71,3	- 40,1	59,7
05 - Campos de Lapa	0,9	- 82,3	- 10,2	- 16,6	- 13,7	79,6	734,0	- 15,8	218,1
06 - Campos de Ponta Grossa	21,8	65,1	67,1	- 7,6	142,3	65,0	12,5	51,2	- 4,1
07 - Campos de Jaguariaíva	28,1	26,7	127,7	- 20,9	211,5	- 29,9	533,6	85,0	204,5
08 - São Mateus do Sul	- 8,5	- 92,4	22,7	- 70,1	- 0,5	137,1	1777,0	- 34,3	52,9
09 - Colonial de Irati	- 5,7	- 60,8	0,3	- 31,2	172,0	67,8	186,8	- 16,0	- 0,3
10 - Alto Ivaí	30,1	- 82,4	8,5	3,4	849,6	- 43,9	- 26,7	77,3	147,7
11 - N.Velho de Venceslau Braz	II								
12 - N.Velho de Jacarezinho	⇒ - 3,1	- 45,9	73,3	13,8	84,4	- 55,1	- 38,8	- 54,9	65,7
13 - Algodoeira de Assaí	II								
14 - N.Novo de Londrina	7,9	- 34,5	90,6	50,9	95,3	- 51,4	- 25,0	- 16,7	176,2
15 - N.Novo de Maringá	II								
16 - N.Noviss. de Paranavaí	⇒ 22,1	- 33,6	87,4	- 31,8	355,0	- 64,6	- 68,1	30,4	133,8
17 - N.Novo de Apucarana	20,9	- 3,6	118,0	- 10,4	192,7	- 61,2	- 46,0	- 34,8	128,8
18 - N.Noviss. de Umuarama	136,5	43,8	247,7	312,6	626,6	- 15,5	- 2,3	204,9	1798,1
19 - Campo Mourão	66,5	- 0,5	197,0	106,5	372,0	- 45,8	- 25,5	189,6	405,1
20 - Pitanga	9,6	- 86,2	83,4	21,5	500,7	- 65,2	- 27,6	- 9,0	39,4
21 - Extremo Oeste Paranaense	160,3	174,7	435,8	4,7	603,3	42,5	126,2	70,8	946,2
22 - Sudoeste Paranaense	31,6	- 18,9	104,5	- 13,6	265,0	- 40,4	- 58,5	69,3	138,5
23 - Campos de Guarapuava	24,2	- 54,9	11,3	5,0	192,6	32,4	43,3	28,1	153,0
24 - Médio Iguaçu	13,8	- 73,9	- 7,1	- 11,4	413,8	19,4	5,1	88,0	49,1

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

em 1960 (Tabela 3.3.2.(c)) para 73,5 em 1970 (Tabela 3.3.2.(d)). A participação relativa das grandes categorias de uso na área total apresenta as seguintes diferenças:

- a área das culturas permanentes cai de 14,5% para 8,9% da área total dos estabelecimentos agrícolas do Estado;
- as lavouras temporárias aumentam de 15,7% para 23,3%;
- as pastagens naturais caem de 16,8% para 12,4%, enquanto as plantadas aumentam de 6,9% para 18,5%, passando a ser predominantes e alterando profundamente a produtividade da pecuária paranaense;
- as matas e florestas naturais se reduzem de 24,9% para 16,2%, enquanto que as plantadas se reduzem de 1,6% para 1,4%. Cabe ressaltar aqui que para 473 758 ha desmatados foram plantados apenas 17 088 ha, no período considerado;
- as terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, embora tenham aumentado de 284 771 ha, tiveram sua participação relativa na área total reduzida de 16,9% para 15,1%. Esta última percentagem nos diz que o Paraná, em 1970, ainda tinha 2 203 725 ha de terras produtivas disponíveis dentro dos limites dos estabelecimentos agrícolas.

Estas variações verificadas no uso da terra representam as médias das mais diferentes tendências ao nível das Microrregiões Homogêneas, como podemos observar nas tabelas já referidas anteriormente.

A grande queda nas culturas permanentes é quase que totalmente explicada pela erradicação de café em seis microrregiões do Norte do Paraná — as MRHs 11, 12, 13, 14, 15 e 16 erradicaram 437 167 ha de culturas permanentes. Por outro lado, Umuarama (MRH-18) e Extremo Oeste (MRH-21) aumentavam em 115 045 ha a área cultivada com café.

As lavouras temporárias, embora tenham aumentado em quase todas as microrregiões, tiveram maior expressão

Tabela 3.3.2.(c) - Ocupação e uso da terra no Paraná, por microrregiões - 1960 (percentagem da área).

	Taxa de Ocup. ¹	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Desc. e Prod. Não Util.	Terras Improdutivas	TOTAL
		Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
PARANÁ	57,2	14,5	15,7	16,8	6,9	24,9	1,6	16,9	2,7	100,0
01 - Curitiba	44,9	0,9	27,9	21,3	1,1	11,7	4,8	25,7	6,6	100,0
02 - Litoral Paranaense	19,5	7,7	7,0	2,2	2,6	70,9	0,4	6,0	3,2	100,0
03 - Alto Ribeira	49,1	0,6	11,7	8,4	1,2	21,1	5,8	47,7	3,5	100,0
04 - Alto Rio Negro Paranaense	55,5	0,5	24,5	28,2	0,9	15,0	1,4	26,3	3,2	100,0
05 - Campos de Lapa	65,9	1,5	16,3	44,9	2,2	9,3	0,6	23,6	1,6	100,0
06 - Campos de Ponta Grossa	65,1	0,2	5,5	48,2	2,3	18,1	5,6	12,1	8,0	100,0
07 - Campos de Jaguariaíva	58,1	0,5	5,2	48,1	3,0	20,8	1,8	17,3	3,3	100,0
08 - São Mateus do Sul	67,3	0,7	15,8	39,1	0,6	14,6	0,1	24,1	5,0	100,0
09 - Colonial de Irati	68,6	0,3	22,0	25,5	0,5	9,6	0,5	37,2	4,4	100,0
10 - Alto Ivaí	48,8	0,8	22,8	16,9	1,0	21,5	1,4	33,1	2,5	100,0
11 - N.Velho de Venceslau Braz	84,3	23,0	17,9	10,9	11,8	12,9	1,2	20,0	2,3	100,0
12 - N.Velho de Jacarezinho										
13 - Algodoeira de Assaí	87,8	47,4	10,7	3,1	19,7	13,3	1,0	3,7	1,1	100,0
14 - N.Novo de Londrina										
15 - N.Novo de Maringá	77,9	42,1	8,3	2,0	13,2	30,1	0,7	2,0	1,6	100,0
16 - N.Noviss. de Paranavaí										
17 - N.Novo de Apucarana	68,6	27,7	17,8	4,1	10,2	25,4	1,5	11,8	1,5	100,0
18 - N.Noviss. de Umuarama	34,8	37,0	13,8	0,7	12,4	33,4	0,4	1,9	0,4	100,0
19 - Campo Mourão	47,6	15,9	20,6	1,8	8,3	45,7	1,2	5,4	1,1	100,0
20 - Pitanga	63,7	1,4	16,4	6,8	2,2	18,6	0,8	50,2	3,6	100,0
21 - Extremo Oeste Paranaense	26,9	3,5	18,0	3,1	5,2	53,4	1,6	14,2	1,0	100,0
22 - Sudoeste Paranaense	66,6	1,1	24,0	7,1	4,6	43,0	2,1	15,7	2,4	100,0
23 - Campos de Guarapuava	58,1	0,2	15,9	34,3	1,9	19,6	1,4	24,7	2,0	100,0
24 - Médio Iguaçu	59,4	1,2	12,6	38,8	0,8	31,9	1,5	10,2	3,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuário, IBGE, 1960; Censo Demográfico, IBGE, 1970.

¹ Área total dos estabelecimentos sobre área total geográfica.

Tabela 3.3.2.(d) - Ocupação e uso da terra no Paraná por microrregiões - 1970. (percentagem da área).

	Taxa de Ocup. ¹	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Desc. e Prod. Não Util.	Terras Improdutivas	TOTAL
		Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
PARANÁ	73,5	8,9	23,3	12,4	18,5	16,2	1,4	15,1	4,2	100,0
01 - Curitiba	44,6	0,6	22,3	25,7	1,2	14,4	1,7	27,0	7,1	100,0
02 - Litoral Paranaense	13,8	7,7	8,4	5,3	0,9	31,4	2,0	29,3	15,0	100,0
03 - Alto Ribeira	46,2	1,4	12,5	20,2	4,6	7,6	0,2	45,5	8,0	100,0
04 - Alto Rio Negro Paranaense	44,6	0,1	37,2	17,1	0,3	18,8	0,5	19,6	6,4	100,0
05 - Campos de Lapa	66,5	0,3	14,5	37,1	1,9	16,5	5,0	19,7	5,0	100,0
06 - Campos de Ponta Grossa	79,3	0,3	7,6	36,5	4,6	24,5	5,2	15,0	6,3	100,0
07 - Campos de Jaguariaíva	74,4	0,5	9,3	29,7	7,3	11,4	9,0	24,9	8,0	100,0
08 - São Mateus do Sul	61,6	0,1	21,2	12,8	0,7	38,0	1,7	17,3	8,3	100,0
09 - Colonial de Irati	64,7	0,0	23,4	18,6	1,4	17,1	1,6	33,1	4,7	100,0
10 - Alto Ivaí	63,5	0,0	19,0	13,5	7,5	9,3	0,8	45,1	4,8	100,0
11 - N.Velho de Venceslau Braz	74,4	7,1	27,6	16,6	18,0	7,5	0,9	18,6	3,7	100,0
12 - N.Velho de Jacarezinho	88,6	17,6	31,7	12,1	26,0	5,0	0,7	3,6	3,2	100,0
13 - Algodoeira Assaí	79,5	10,1	44,7	5,4	21,1	5,6	0,5	6,0	6,6	100,0
14 - N.Novo de Londrina	94,7	28,8	19,0	4,3	35,7	6,0	0,7	2,8	2,7	100,0
15 - N.Novo de Maringá	90,0	38,4	23,1	2,4	26,5	3,4	0,3	1,7	4,3	100,0
16 - N.Noviss. de Paranavaí	97,0	17,5	9,0	0,7	57,0	10,6	0,1	2,3	2,7	100,0
17 - N.Novo de Apucarana	83,0	22,1	32,1	3,0	24,8	8,2	0,6	6,4	2,8	100,0
18 - N.Noviss. de Umuarama	82,2	22,5	20,3	1,3	38,1	11,9	0,2	2,5	3,2	100,0
19 - Campo Mourão	79,2	9,5	36,8	2,2	23,5	14,9	0,6	9,4	3,1	100,0
20 - Pitanga	69,9	0,2	27,4	7,5	12,3	5,9	0,5	41,6	4,6	100,0
21 - Extremo Oeste Paranaense	69,9	3,7	37,1	1,2	14,1	29,2	1,4	9,3	4,0	100,0
22 - Sudoeste Paranaense	87,7	0,7	37,4	4,7	12,7	19,4	0,7	20,2	4,3	100,0
23 - Campos de Guarapuava	72,2	0,1	14,2	29,0	4,6	20,9	1,6	25,5	4,1	100,0
24 - Médio Iguaçu	67,6	0,3	10,3	30,2	3,5	33,5	1,4	16,9	4,0	100,0
11, 12, 13	81,7	12,8	32,0	12,8	22,5	6,0	0,7	9,3	3,8	100,0
15, 16	95,1	22,9	12,7	1,1	49,1	8,7	0,2	2,1	3,1	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1970.

¹ Total da área com estabelecimentos sobre área geográfica total.

nas três que foram responsáveis por 60,0% no acréscimo na área total (ver item 3.1.2): MRHS 18, 19 e 21, que tiveram 885 944 ha de aumento (ou 53,3% do acréscimo positivo). Se a estas três MRHS acrescentarmos duas - Apucarana (17) e Sudoeste (22) - teremos 1 185 649 ha (ou 71,3% do acréscimo destas lavouras).

As pastagens naturais apresentaram as mais diferenciadas tendências:

- 1) aumentaram onde a área total caiu:
 - a) em Curitiba (01), provavelmente pelo abandono de culturas temporárias;
 - b) no Litoral (02), em substituição a culturas e matas;
 - c) no Alto Ribeira (03), pela derrubada de matas;
 - d) em Venceslau Braz-Jacarezinho-Assaí (11, 12, 13), provavelmente pelo desmatamento e/ou incorporação de terras produtivas incultas.
- 2) aumentaram onde a área total se expandiu, como resultado do processo global de incorporação de novas áreas nas microrregiões de Londrina (14), Umuarama (18), Campo Mourão (19), Pitanga (20), Extremo Oeste (21) e Guarapuava (23).
- 3) diminuíram onde a área total caiu:
 - a) em Rio Negro (04), como resultado da redução geral;
 - b) em São Mateus do Sul (08) e Irati (09), pela redução na área total e substituídas por matas.
- 4) diminuíram onde a área total aumentou:
 - a) na Lapa (05), por substituição por matas e flores
 - b) nas demais microrregiões, sendo basicamente substituídas por pastagens plantadas.

As pastagens plantadas apresentam seu grande acréscimo concentrado em poucas microrregiões: as MRHS 14, 15, 16, 18, 19 e 21 aumentaram em 1 410 248 ha a sua área com esta categoria de uso, o que corresponde a 73,4% do acréscimo positivo no Estado. Por outro lado, ape-

nas as três MRHs de maior expansão — 18, 19 e 21 — foram responsáveis por 38,7% deste acréscimo.

O desmatamento ocorrido no Paraná também concentrou-se em poucas regiões: as MRHs 15, 16, 19 e 22 desmataram 463 220 ha ou 51,3% da área desmatada, cujo total foi de 903 123 ha, matematicamente compensados em parte com a incorporação de 429 365 ha.

As matas e florestas plantadas aumentaram em apenas 8 MRHs, caindo nas demais.

As terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, de uma maneira geral, caíram nas regiões mais antigas (indicando um uso mais intensivo da terra nos estabelecimentos) e aumentaram nas regiões de expansão mais recente.

Em alguns casos, como o das microrregiões 11, 12 e 13, embora a área total tenha caído (40 699 ha), a área plantada com culturas e pastagens aumentou devido à incorporação destas terras produtivas incultas. Como exemplos opostos, ou seja, casos em que a área total caiu e a área das terras produtivas não exploradas aumentou devido ao abandono de atividades agropecuárias, temos Curitiba e, principalmente, o Litoral.

O aumento das terras improdutivas é explicado pelo aumento da área total e o fato de elas crescerem a uma taxa elevada se explica pela incorporação de terras menos propícias à agricultura. No entanto, as terras improdutivas aumentaram mesmo em algumas regiões onde a área total dos estabelecimentos caiu. Admitindo-se os mesmos critérios para os Censos de 1960 e 1970 e que as respostas dos entrevistados não tenha sido falseada (embora isto possa ter ocorrido em função do sistema tributário introduzido pelo cadastramento efetuado pelo INCRA a partir de 1967), podemos apenas levantar algumas hipóteses que poderiam explicar o fenômeno: a) aumento das áreas urbanas e das alagadas por represas, das construções, estradas, etc.; b) destruição do solo por erosão; c) perda de áreas pelo abandono do sistema de drenagem, etc.

Retornando às Tabelas 3.3.2.(b), (c) e (d), nota-se que os grandes acréscimos na taxa de ocupação aparecem no Extremo Oeste (de 26,9% para 69,9%), Umuarama (de 34,8% para 82,2%) e Campo Mourão (de 47,6% para 79,2% em 1970). Por outro lado, a queda mais acentuada se deu justamente na microrregião menos ocupada: Litoral (de 19,5% para 13,8%).

As culturas permanentes sofrem violenta queda no Norte do Estado (MRHs 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17), destacando-se o caso de Umuarama onde, embora o café tenha aumentado sua área em 43,8%, seu peso relativo caiu de 37,0% para 22,5% da área total.

As culturas temporárias que, em média aumentaram 91,3%, apresentam seus acréscimos mais significativos nas microrregiões: Campos de Jaguariaíva (07), 127,7% de acréscimo, elevando sua participação de 5,2% para 9,3% da área total; Umuarama (18), com 247,7% de acréscimo, elevando de 13,8% a 20,3% sua participação; Apucarana (17), com respectivamente 118,0% e de 17,8% para 32,1%; Campo Mourão (19), com 197,0% e de 20,6% para 36,8%; Extremo Oeste (21), com 435,8% e de 18,0% para 37,1% e, finalmente, Sudoeste (22), com 104,5% e de 24,0% para 37,4%.

A variação nas pastagens plantadas apresenta as taxas mais elevadas tanto para o total estadual (245,3%), quanto para algumas microrregiões: 849,6% no Alto Ivaí (10), 626,6% em Umuarama (18) e 603,3% no Extremo Oeste (21). No entanto, em termos de importância relativa, as mudanças maiores ocorreram no Norte do Paraná, onde as pastagens plantadas passaram de 10,0 a 20,0% da área total em 1960 para 20,0 a 57,0% em 1970.

Os desmatamentos mais significativos ocorreram no Litoral (68,8%), Alto Ribeira (66,3%), Pitanga : (65,2%) e Apucarana (61,2%). As matas e florestas naturais cuja participação na área total variava entre 9,3% e 70,9% em 1960 caiu para 3,4% a 38,0% em 1970. As matas e florestas plantadas aparecem com algum peso apenas em Jaguariaíva, onde passaram de 1,8% a 9,0% (acrécimo de 533,6%).

3.3.3 O Uso Atual da Terra no Paraná

A rapidez e o dinamismo da evolução da agricultura paranaense, expressos não apenas em altas taxas de crescimento quantitativo como em mudanças qualitativas, ao mesmo tempo em que enriquecem bastante os estudos e análises deste Estado, dão-lhes um caráter de instabilidade e pouca precisão nas projeções. Tendo consciência dessas limitações, trabalharemos basicamente com os dados do Censo Agropecuário de 1970 e, quando possível, utilizaremos informações mais recentes que possam nos dar uma idéia das tendências atuais.

Das análises da evolução no uso da terra no Paraná, no período 1960/70, efetuadas anteriormente, obtivemos as grandes tendências: grande incremento nas áreas de culturas temporárias e pastagens plantadas em substituição ao café e às matas e florestas naturais, bem como através da incorporação de áreas novas.

Em 1970, a área total dos estabelecimentos agrícolas paranaenses representava 73,5% do território estadual, enquanto a área total dos imóveis, correspondentes ao Cadastro do INCRA, somava 95,5%. A diferença entre a área cadastrada (INCRA) e a área recenseada (IBGE) é de 4 388 168 ha, ou 22,0% do território paranaense, e representa os imóveis rurais que não eram considerados estabelecimentos, ou seja, propriedades rurais sem atividades agrícolas (sem área explorada). Comparando-se apenas os dados do INCRA, a diferença entre a área total dos imóveis e a área total dos imóveis com área explorada sobe a 6 197 514 ha, ou 31,1% da área estadual. Mesmo considerando que as terras improdutivas participam com grande peso neste montante (principalmente em regiões montanhosas como o Litoral e Alto Ribeira), podemos afirmar, com segurança, que uma significativa parcela da área estadual ainda estava por ser incorporada às atividades agrícolas.

Retornando à Tabela 3.3.2.(d), podemos aprofundar es

ta análise ao nível das microrregiões. As quatro primeiras, que apresentam as mais baixas taxas de ocupação, são as que apresentam os maiores problemas de topografia e, no caso específico de Curitiba, de expansão da área urbana. No extremo oposto, temos as microrregiões do Norte (12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) e Sudoeste (22) que já esgotaram sua fronteira agrícola ou estavam próximas disto. No grupo intermediário, com taxas de ocupação entre 60,0% e menos de 75,0%, temos microrregiões que se mostraram em declínio no período 1960/70 (8 e 9), ao lado de uma em grande expansão (21). (Ver Pranchas 3.3.3.(1ª) e 3.3.3.(2ª).)

A distribuição geográfica das grandes categorias de uso da terra pode ser observada, de forma sintética, na Prancha 3.3.3.(3ª).

As culturas permanentes (café) apresentam-se bastante concentradas no Norte do Estado — MRHs 12, 14, 15, 16, 17 e 18 —, com 82,5% da área total. A cultura do café tende a acompanhar os limites da terra roxa e se torna praticamente inviável abaixo do paralelo 24 (que limita o terço superior do Estado), devido à ocorrência de geadas.

Ao contrário das permanentes, as culturas temporárias estão dispersas pelo Estado, devido principalmente à grande difusão do milho, feijão e arroz. Dentre as dez culturas temporárias recenseadas em 1970, o milho participa com 44,5% da área, sendo o produto anual de maior importância em quase todas as microrregiões, onde varia de 26,1% no Litoral (02) a 67,6% no Alto Ribeira (03). O feijão tinha 19,5% da área das dez culturas temporárias principais no Paraná e, excetuando o Litoral (02) com 2,2% e Maringá (15) com 4,6%, se distribuía com peso em todas as microrregiões, variando de 0,8% em Londrina (14) e 38,4% em São Mateus do Sul (08).

O arroz participava com 9,3% a nível estadual e variava de 9,2% a 38,5% em 13 das 24 microrregiões paranaenses.



75 % E MAIS



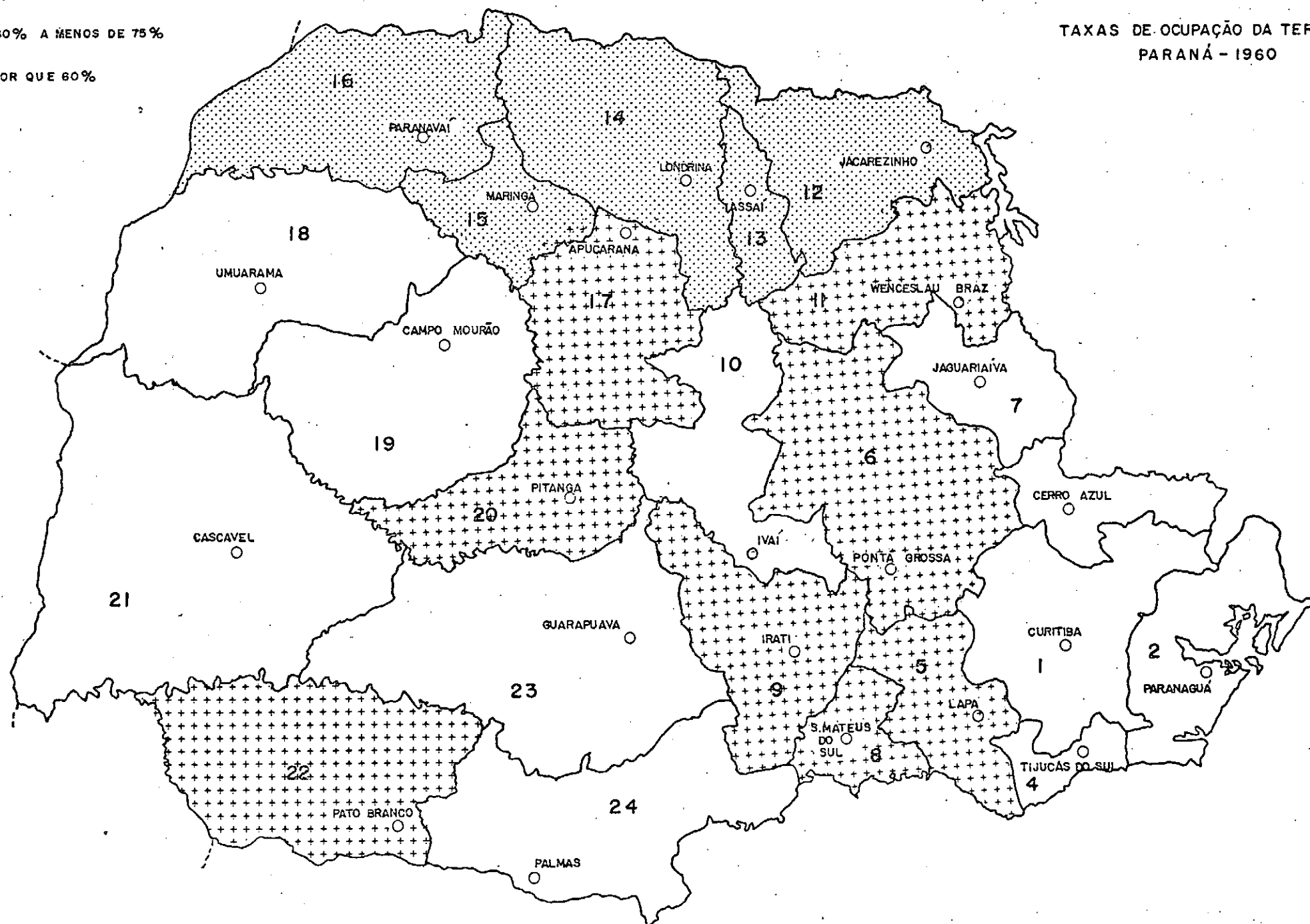
DE 60% A MENOS DE 75 %



MENOR QUE 60%

PRANCHA 3.3.3 (1º)

TAXAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA
PARANÁ - 1960





75% E MAIS



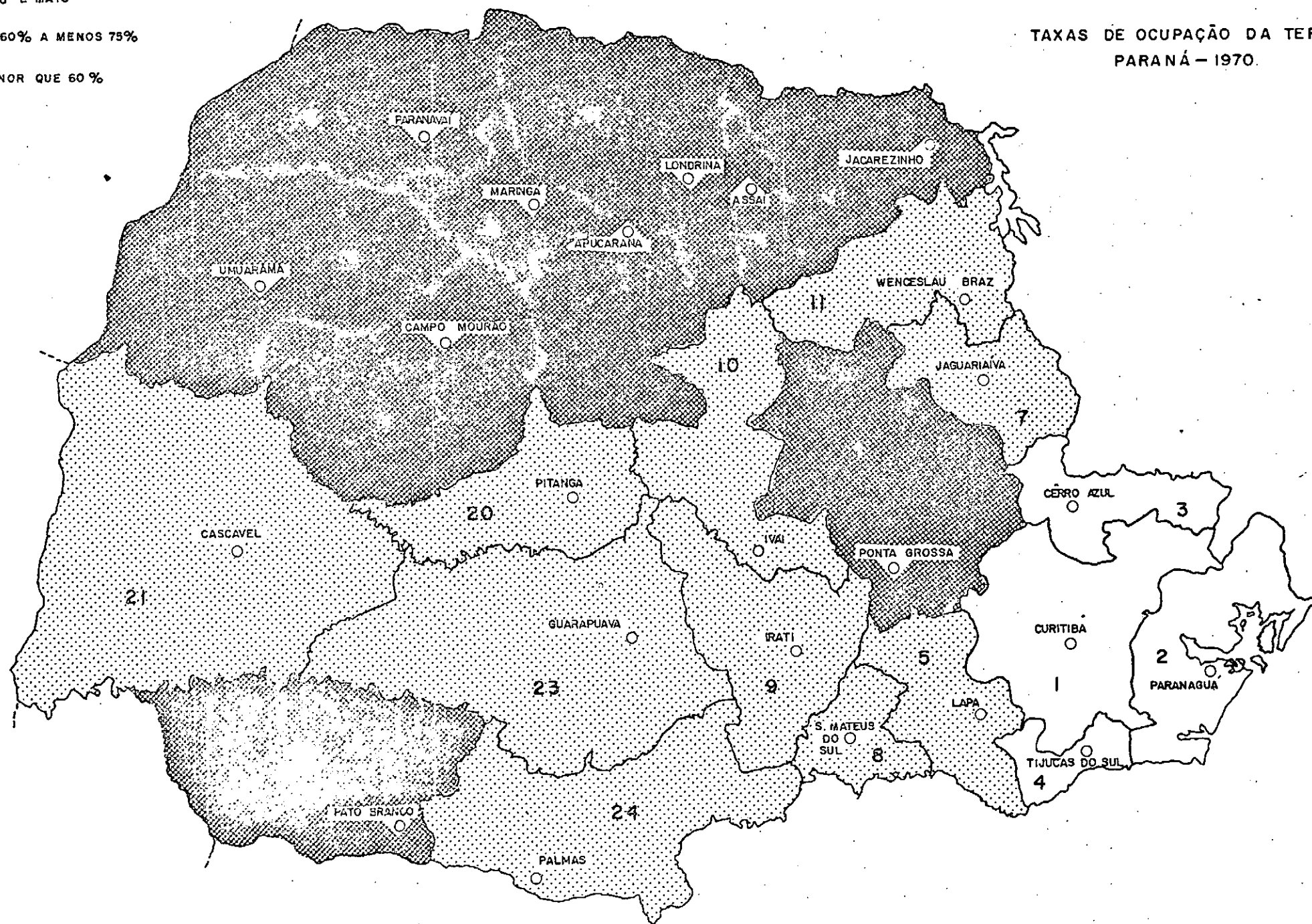
DE 60% A MENOS 75%



MENOR QUE 60 %

PRANCHA 3.33 (2ª)

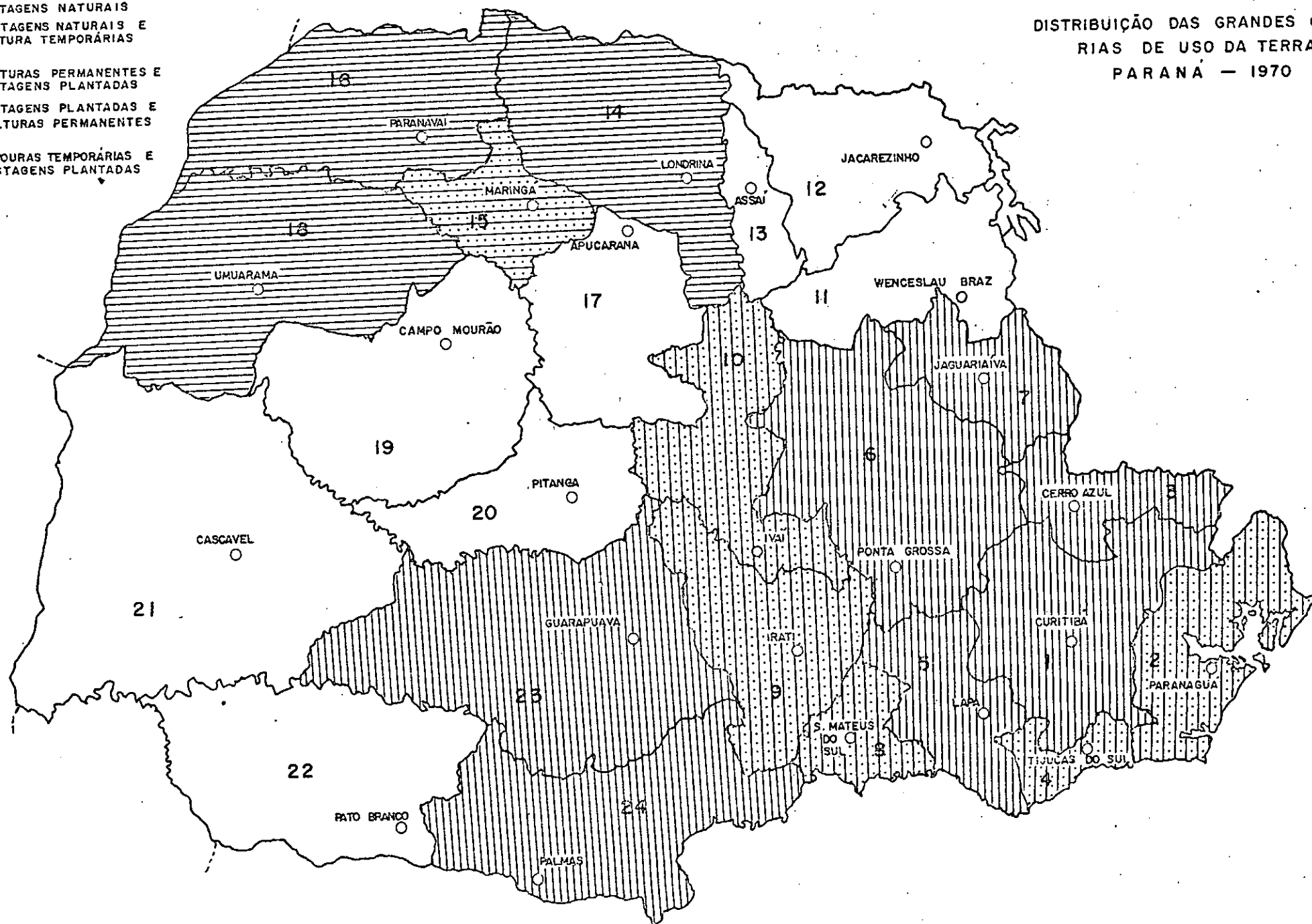
TAXAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA
PARANÁ - 1970.



PRANCHA 3.3.3 (3º)

DISTRIBUIÇÃO DAS GRANDES CATEGORIAS DE USO DA TERRA PARANÁ — 1970

-  CULTURAS TEMPORÁRIAS E PASTAGENS NATURAIS
-  PASTAGENS NATURAIS E CULTURA TEMPORÁRIAS
-  CULTURAS PERMANENTES E PASTAGENS PLANTADAS
-  PASTAGENS PLANTADAS E CULTURAS PERMANENTES
-  LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PASTAGENS PLANTADAS



Em 1970, o 4º produto anual em importância no Paraná era a soja, com 8,3% da área das culturas temporárias. Em 1975, já era o 2º produto em área plantada no Estado, aproximando-se rapidamente do milho.

Outro produto importante era o algodão, com 7,8% a nível estadual, mas com peso concentrado em algumas microrregiões: 10,0% em Jacarezinho (12); 34,9% em Assaí (13); 20,5% em Londrina (14); 30,3% em Paranavaí (16); 24,1% em Umuarama (18) e 17,3% em Campo Mourão (19). Estas seis microrregiões detinham 91,0% da área colhida em 1970. Esta cultura entra em crise e é abandonada em parte, perdendo mais de 150 000 ha até 1975.

Ao contrário do algodão, o trigo vem logo após a soja em ritmo de expansão, mais do que triplicando a sua área colhida no período 1970/75. O rápido incremento destas duas culturas altera a distribuição das lavouras temporárias no Paraná após 1970, deslocando o centro de dinamismo agrícola do Norte para o Oeste e introduzindo uma série de mudanças qualitativas e quantitativas que mudam as feições deste Estado. Apenas uma microrregião, o Extremo Oeste (21) detinha, em 1973, 38,2% da área colhida de soja e 34,8% da de trigo, numa área geográfica correspondente a 11,6% do Paraná.

Voltando à análise das grandes categorias de uso em 1970, observa-se, pela Tabela 3.3.2.(d), que as pastagens naturais distribuem-se pelo Centro-Sul do Estado, enquanto que as pastagens plantadas concentram-se no Norte-Noroeste. As microrregiões dos Campos — Lapa, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Guarapuava —, somadas ao Médio Iguaçu, detinham 61,1% das pastagens naturais, que representavam, respectivamente, 37,1%; 36,5%; 29,7%; 29,0% e 30,2% de suas áreas totais.

As pastagens plantadas encontravam sua maior expressão, tanto absoluta (20,3% da área de pastagens estadual) como relativa (57,0% da área total da microrregião) em Paranavaí (16), localizada exatamente no Noroeste do Estado. Apenas três MRHS — Londrina (14), Paranavaí (16)

e Umuarama (18) — tinham 49,0% das pastagens plantadas do Paraná.

As matas e florestas naturais também se concentravam em poucas regiões: Ponta Grossa (06), Extremo Oeste (21), Sudoeste (22), Guarapuava (23) e Médio Iguaçu (24) detinham 58,4% de sua área.

Para finalizar nossa análise observemos a distribuição das terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, que nos indica o potencial de expansão agrícola pelo uso mais intensivo da terra dentro dos estabelecimentos. De certa forma esta categoria nos mostra as regiões de agricultura menos tecnificada, onde é pouco empregada a adubação para restituir a fertilidade do solo. Uma agricultura itinerante e primitiva exige sempre uma alta percentagem de terra em repouso, para recuperação da fertilidade natural. De fato, as terras produtivas não exploradas atingem mais de 1/4 da área total dos estabelecimentos nas regiões de agricultura mais tradicional e pobre: Curitiba (01), Litoral (02), Alto Ribeira (03), Irati (09), Ivaí (10), Pitanga (20) e Sudoeste (22); enquanto não atingem 10,0% nas regiões mais dinâmicas e modernas: Jacarezinho (12), Assaí (13), Londrina (14), Maringá (15), Paranavaí (16), Apucarana (17), Umuarama (18), Campo Mourão (19) e Extremo Oeste (21).

Essas terras somavam, em 1970, 2 203 725 ha ou 15,1% da área total dos estabelecimentos agrícolas e representavam um grande potencial de expansão possível de se realizar pela introdução de técnicas modernas de cultivo.

Definidas assim, em grandes traços, as características do uso da terra no Paraná, buscaremos agora os cruzamentos da subdivisão com o uso.

3.3.4 Subdivisão e Uso da Terra no Paraná

Ao relacionarmos o tamanho dos estabelecimentos e o uso da terra em suas grandes categorias, preocupamo-nos sempre em desenvolver a análise em dois sentidos:

- a) distribuição da terra por categoria de uso;
- b) distribuição das categorias de uso por estrato de área total.

Começamos pelo primeiro caso, representado pelas Tabelas 3.3.4.1.(a), (b), (c) e (d).

3.3.4.1 Subdivisão da Terra por Grandes Categorias de Uso. Análise da Evolução 1960/70

a) *culturas permanentes*

Constatamos no subitem anterior que as culturas permanentes sofreram uma drástica redução no período 1960/70. Verificamos agora, pela Tabela 3.3.4.1.(a), a ocorrência de duas tendências: os estabelecimentos com menos de 20 ha aumentaram sua área de culturas permanentes em 243 122 ha, enquanto que os demais a reduziram em 594 003 ha, quando o saldo total foi de -350 881 ha. Relembrando que as microrregiões 11, 12, 13, 14, 15 e 16 erradicaram 437 167 ha de culturas permanentes (café) e as microrregiões 18 e 21 aumentaram em 115 045 ha sua área, chegamos a um importante cruzamento: localizamos o deslocamento de mais de 100 000 ha de café do Norte para Umuarama e Oeste e dos estratos iguais ou superiores a 20 ha para os de 2 a menos de 20 ha.

Observando as Tabelas 3.3.4.1.(b) e 3.3.4.1.(c) verificamos que os grupos de área total de 2 a menos de 5 ha; de 5 a menos de 10 ha, e de 10 a menos de 20 ha aumentaram sua participação relativa na área de café de, respectivamente, 2,6% para 6,5%; 6,7% para 18,1%, e de 15,2% para 25,0%, passando de um total de 24,5% para 49,6%. Conseqüentemente, os grupos de área total igual ou superior a 20 ha tiveram sua participação reduzida de 75,5% para 50,4%.

Esta redistribuição do café vai-se refletir numa significativa redução do índice de concentração que relaciona o número de estabelecimentos e área total de lavouras permanentes, que cai de 0,498 para 0,392 (Tabela

Tabela 3.3.4.1.(a) - Uso da terra por grupos de área total - Variação absoluta 60/70 - Paraná.

Grupos de Área Total (ha)	Estabelecimentos	Área Total	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Produtivas Não Utilizadas	Terras Improdutivas
			Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
TOTAL	285 342	3 240 596	-350 881	1 628 516	-102 652	1 918 334	-473 758	17 088	284 771	319 178
Menos de 10	201 795	1 051 132	168 109	678 091	20 882	62 393	24 254	- 6	31 117	66 292
Menos de 1	3 778	1 535	112	899	208	32	60	3	18	203
1 — 2	10 420	14 903	1 174	11 039	710	361	384	23	135	1 077
2 — 5	93 485	344 044	41 234	251 386	6 227	10 805	5 956	72	6 219	22 145
5 — 10	94 112	690 650	125 589	414 768	13 737	51 195	17 854	104	24 746	42 865
10 — 100	81 849	1 355 985	-209 411	825 475	26 611	540 525	-171 672	-39 428	213 254	170 631
10 — 20	63 599	873 952	75 013	461 300	22 980	129 521	41 899	- 2 994	80 909	65 324
20 — 50	17 389	459 060	-180 509	302 937	9 290	226 789	- 87 913	-18 870	129 535	77 801
50 — 100	861	22 973	-103 915	61 238	- 5 659	184 216	-125 659	-17 565	2 809	27 508
100 — 1000	1 591	536 122	-229 753	110 621	- 8 110	872 105	-273 729	- 1 991	9 003	57 976
100 — 200	453	66 904	- 75 879	33 084	- 14 211	222 123	- 97 578	- 9 363	- 8 276	17 004
200 — 500	804	243 822	-101 371	44 253	2 540	389 186	-134 631	180	-18 693	24 972
500 — 1000	334	225 396	- 52 503	33 284	3 561	260 796	- 41 520	7 193	- 1 414	15 999
1000 — 10000	180	366 211	- 77 094	16 395	- 76 483	419 130	- 28 940	57 087	11 580	44 536
1000 — 2000	111	142 058	- 35 219	5 271	- 17 875	213 249	- 53 378	7 371	3 426	19 213
2000 — 5000	65	200 737	- 28 114	7 538	- 38 654	174 291	46 203	29 635	-12 450	22 288
5000 — 10000	4	23 417	- 13 760	3 586	- 19 954	31 590	- 21 765	20 080	20 604	3 036
10000 e mais	8	68 855	- 2 733	- 2 066	- 65 552	24 181	- 23 670	1 426	19 818	-20 259
10000 — 100000	8	97 507	- 2 733	- 1 466	- 57 492	23 188	- 78 090	1 050	6 448	11 588
100000 e mais	0	28 652	-	- 600	- 8 060	993	54 420	376	13 370	-31 847

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

Tabela 3.3.4.1(b) - Distribuição percentual da área utilizada, segundo estratos de área total, por grandes categorias de uso - Paraná - 1960.

Grupos de Área Total (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Improdu- tivas		TOTAL	
	Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.	Utilizadas	tivas	% Estab.	% Área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	9,4	14,8	1,4	2,9	0,8	1,2	1,3	1,6	34,7	4,5
Menos de 1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0
1 — 2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
2 — 5	2,6	5,9	0,4	0,6	0,1	0,3	0,2	0,4	16,3	1,5
5 — 10	6,7	8,6	1,0	2,3	0,7	0,9	1,0	1,2	16,6	3,0
10 — 100	51,8	61,5	24,2	39,4	33,1	34,1	47,1	34,9	59,2	41,7
10 — 20	15,2	16,3	3,4	8,3	3,8	4,2	4,8	4,4	23,6	7,9
20 — 50	25,2	30,8	11,1	19,2	16,8	16,2	21,9	16,9	27,6	20,3
50 — 100	11,4	14,3	9,7	12,0	12,5	13,7	20,4	13,6	8,0	13,5
100 — 1000	29,5	19,6	36,3	37,3	33,7	29,1	39,2	31,1	5,8	32,3
100 — 200	9,8	9,0	10,7	11,1	10,4	10,7	16,9	12,0	3,5	11,3
200 — 500	13,0	7,7	14,9	15,8	14,6	12,3	15,4	12,0	1,8	13,4
500 — 1000	6,7	2,9	10,7	10,4	8,7	6,1	7,0	7,1	0,5	7,6
1000 — 10000	9,2	4,0	33,6	19,7	22,2	14,1	10,4	17,0	0,3	17,0
1000 — 2000	5,0	2,2	13,2	8,4	8,6	7,2	4,6	6,1	0,2	7,1
2000 — 5000	3,2	1,4	13,9	9,1	8,2	3,7	4,8	7,1	0,1	6,8
5000 — 10000	1,1	0,4	6,4	2,2	5,4	3,2	0,9	3,8	0,0	3,1
10000 e mais	0,2	0,1	4,5	0,7	10,1	21,5	2,0	15,2	0,0	4,5
10000 — 10000	0,2	0,1	4,1	0,7	8,3	4,5	1,9	2,1	0,0	3,3
100000 e mais	—	0,0	0,4	0,0	1,8	17,0	0,1	13,1	0,0	1,2

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1960.

Tabela 3.3.4.1.(c) - Distribuição percentual da área utilizada segundo estratos de área total por grandes categorias de uso - Paraná - 1970.

Grupos de Área Total (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Utilizadas	Terras Improdu- tivas	TOTAL	
	Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			% Estab.	% Área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 10	24,7	27,6	2,6	3,1	2,0	1,1	2,5	11,4	53,3	10,7
Menos de 1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0
1 — 2	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	2,6	0,1
2 — 5	6,5	10,5	0,7	0,6	0,4	0,3	0,5	3,7	24,8	3,5
5 — 10	18,1	16,7	1,8	2,6	1,6	0,8	2,0	7,5	25,0	7,1
10 — 100	49,7	56,3	27,0	31,4	32,5	12,0	50,7	44,4	43,4	41,7
10 — 20	25,0	22,0	4,9	7,2	6,4	2,4	7,9	12,6	22,9	12,1
20 — 50	18,1	25,0	12,2	14,0	16,5	5,6	24,9	20,7	16,5	18,9
50 — 100	6,5	9,3	9,9	10,3	9,7	4,0	17,9	11,1	4,0	10,7
100 — 1000	19,8	13,5	38,0	43,1	28,9	25,7	34,6	24,5	3,1	28,9
100 — 200	6,6	5,7	10,6	11,4	8,4	5,3	14,3	8,6	1,8	9,3
200 — 500	8,7	5,3	15,9	19,0	11,8	11,3	14,2	9,9	1,0	12,1
500 — 1000	4,5	2,5	11,5	12,7	8,7	9,1	6,0	6,0	0,3	7,5
1000 — 10000	5,8	2,6	31,3	21,2	25,5	40,7	9,6	15,5	0,2	15,7
1000 — 2000	3,6	1,3	13,0	10,3	8,1	10,2	4,2	6,1	0,1	6,5
2000 — 5000	1,9	0,9	12,6	9,1	11,8	17,8	3,7	7,0	0,1	6,6
5000 — 10000	0,3	0,4	5,7	1,8	5,6	12,7	1,7	2,4	0,0	2,6
10000 e mais	0,0	0,0	1,1	1,1	11,1	20,4	2,6	4,2	0,0	3,0
10000 — 100000	0,0	0,0	1,1	1,1	6,7	4,7	2,0	2,9	0,0	1,9
100000 e mais	—	—	0,0	0,0	4,4	15,8	0,6	1,3	0,0	1,1

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1970.

Tabela 3.3.4.1.(d) - Índices de Concentração segundo o uso da terra - Paraná - 1970.

Índices	Índice de Gini			1960		1970		1972	
	1960	1970	1972 ¹	área média	área mediana	área média	área mediana	área média	área mediana
nº estab./área total	0,687	0,690	0,691	42,3	16,5	26,4	9,3	41,6	16,8
nº estab./área lav. perm.	0,498	0,392	0,478	15,0	17,1	7,9	10,4	11,8	18,3
nº estab./área lav. temp.	0,348	0,366	0,448	8,4	17,7	7,4	9,5	12,6	17,9
nº estab./área pastagens	0,726	0,765	0,754	16,9	27,4	15,2	16,9	19,5	19,4
nº estab./área florestas	0,685	0,727	0,838	29,9	32,7	17,3	21,9	37,2	21,3

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná 1960/70.
Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA/72.

¹ A unidade usada é imóvel.

3.3.4.1.(d)).

b) *culturas temporárias*

Do incremento total na área de lavouras temporárias os estratos de 2 a menos de 50 ha ficaram com 1 430 391 ha (87,7%) e os grupos de 50 a menos de 10 000 ha, com 11,5%, enquanto que os estabelecimentos com 10 000 ha ou mais diminuíram.

Embora os estratos inferiores tenham aumentado sua participação relativa de forma menos espetacular que no caso das culturas permanentes — de 2 a menos de 5 ha foi de 5,9% para 10,5%; de 5 a menos de 10 ha, de 8,6% para 16,7%; e de 10 a menos de 20 ha, de 16,3% para 22,0% —, aumentou um pouco o índice de concentração (de 0,348 para 0,366) das culturas temporárias. Isto pode ser explicado pela redução mais acentuada na participação relativa dos grandes estabelecimentos com culturas anuais do que na área destes.

Em 1960, os estabelecimentos com 200 ha ou mais, que cultivavam produtos anuais representavam 2,7% do total e absorviam 14,7% da área dessas lavouras; em 1970 passaram a ter 1,2% dos estabelecimentos e 10,4% da área.

Embora tenha ocorrido este pequeno aumento na concentração, as culturas temporárias são as que apresentam o menor índice de Gini, indicando uma distribuição da área menos desigual.

c) *pastagens*

Enquanto as pastagens naturais apresentam um comportamento semelhante ao das lavouras permanentes, as pastagens plantadas se caracterizam por tendências opostas, sendo o mais poderoso fator concentrador.

Estratos de Área Total	Pastagens Plantadas		
	participação no incremento	participação na área total - 1960	participação na área total - 1970
menos de 10 ha	3,3%	2,9%	3,1%
10 — 100	28,2%	39,4%	31,4%
100 — 1000	45,5%	37,3%	43,1%
1000 — 10000	21,8%	19,7%	21,2%
10000 e mais	1,2%	0,7%	1,1%

Do incremento total na área de pastagens plantadas, os estabelecimentos com menos de 20 ha ficaram com apenas 10,0% enquanto que o grupo de 100 ha ou mais, responsável por 68,5% do incremento, aumentava sua participação relativa de 57,7% em 1960 para 65,5% em 1970.

Anteriormente observamos que 73,4% do acréscimo na área destas pastagens se localizaram em seis microrregiões: 14, 15, 16, 18, 19 e 21, sendo as três primeiras (Londrina, Maringá e Paranavaí) responsáveis por 34,7% (665 501 ha) e as outras (Umuarama, Campo Mourão e Extremo Oeste), responsáveis por 38,7% (744 747 ha). Por outro lado, Londrina, Maringá e Paranavaí erradicaram 296 301 ha de café, numa clara substituição no uso do solo com consequência no aumento da concentração da posse da terra e drástica redução na mão-de-obra ocupada. O índice de Gini para esta categoria de uso, que já era elevado em 1960, aumenta ainda mais, passando de 0,726 para 0,765 em 1970.

Abrimos um parêntese para isolar a MRH-15 (Maringá) da análise conjunta com a MRH-16 (Paranavaí). Em Maringá, embora as pastagens cultivadas tivessem um peso relativamente grande em 1970 (26,5%), o café ainda predominava amplamente (38,4% da área total), baseando o menor índice de concentração estabelecimentos/área total dentre as microrregiões paranaenses.

d) *matas e florestas*

Analisando os decréscimos absolutos nas áreas de matas e florestas naturais, notamos uma certa correlação com os acréscimos nas pastagens plantadas.

Em termos relativos, observamos um aumento na participação do grupo de 2 a menos de 20 ha, de 4,6% a 8,4%; uma queda do grupo de 20 a menos de 2 000 ha, de 71,6% para 63,2%, e um aumento no grupo de 2 000 ha e mais, de 23,7% para 28,5%. A tendência predominante foi a de aumentar o índice de concentração, que passou de 0,685 a 0,727.

Ao lado das áreas de pecuária, as áreas de extração

são as grandes responsáveis pela concentração da posse da terra. Segundo as Estatísticas Cadastrais/1, do INCRA, os 44 imóveis rurais paranaenses com 10 000 ha ou mais representavam em 1972 0,01% do total de imóveis; 6,4% da área total dos imóveis; 1,0% da área de culturas; 2,9% da área com pecuária, e 27,4% da área explorada com extração.

e) *terras em descanso e terras produtivas não utilizadas*

O aumento nesta categoria de uso concentrou-se nos estabelecimentos na faixa de 5 a menos de 50 ha (74,2% do aumento), que passaram de 27,7% em 1960 para 34,8% em 1970.

f) *terras improdutivas*

Mostraram um comportamento semelhante ao das terras produtivas não exploradas, no que diz respeito ao incremento absoluto (54,8% do incremento se deu no grupo de 5 a menos de 50 ha). Já a mudança na sua distribuição relativa pelos extratos de área total foi mais drástica:

menos de 10 ha, de 1,6% para 11,4%;

10|— 100 ha, de 34,9% para 44,4%;

100|— 1000 ha, de 31,1% para 24,5%;

1000|— 10000 ha, de 17,0% para 15,5%;

10000 ha e mais, de 15,2% para 4,2%.

Observamos dois saltos significativos nos dois grupos extremos. No estrato de 100 000 ha e mais há apenas um estabelecimento que diminui sua área improdutiva em 31 847 ha (passou de 39 880 ha em 1960 para 8 033 ha em 1970). No entanto, em 1972, segundo o cadastro do INCRA, tal propriedade declarava uma área inaproveitável de mais de 20 000 ha. Tais incongruências anulam qualquer tentativa de análise mais detalhada.

Já no grupo de menos de 10 ha de área total, o salto de 1,6% para 11,4% pode ser explicado em primeiro lugar pelo simples aumento da participação desse estrato na área total (de 4,5% em 1960 para 10,7% em 1970) e, em segundo lugar, pelo fato de terem os novos estabeleci-

mentos desse estratos uma maior percentagem de terras improdutivas (6,3%), em consequência da expansão da fronteira agrícola que atingiu áreas menos propícias à agricultura.

Em termos gerais podemos afirmar que a participação dos pequenos estabelecimentos agrícolas paranaenses (menos de 10 ha), nas principais categorias de uso da terra, aumentou no período 1960/70, principalmente nas áreas de lavouras. O grupo com 10 e até menos de 100 ha diminuiu sua participação nas lavouras e pastagens plantadas. Os estabelecimentos com 100 até menos de 1 000 ha aumentaram seu peso relativo nas pastagens (naturais e plantadas), enquanto que os com área total igual ou maior que 1 000 ha aumentaram ainda mais sua tendência às atividades florestais e extrativistas.

Quanto ao uso atual (1970), observamos, pela Tabela 3.3.4.1.(c), que 49,7% da área das lavouras permanentes e 49,6% das temporárias estão nos estabelecimentos com menos de 20 ha, que correspondem a 76,2% do total dos estabelecimentos do Estado e a apenas 22,8% da área total. Da área de pastagens plantadas, 77,7% estão no grupo de 20 a menos de 2 000 ha, que tem 23,7% dos estabelecimentos e 65,0% da área total.

Com 2 000 ha ou mais temos 0,1% dos estabelecimentos, com 12,2% da área total, 2,2% das culturas permanentes, 1,3% das temporárias, 19,4% das pastagens naturais, 12,0% das pastagens plantadas, 28,5% das matas naturais e 50,9% das matas e florestas plantadas.

3.3.4.2 Uso da Terra por Grupos de Área Total - Variação 60/70

Nesse subitem procurou-se caracterizar cada estrato de área total quanto ao uso do solo, em suas grandes categorias.

- a) *grupo de menos de 10 ha de área total*
(Tabelas 3.3.4.2.(a) e 3.3.4.2.(b))

Este grupo de pequenos estabelecimentos praticamen-

Tabela 3.3.4.2.(a) - Distribuição percentual da área utilizada segundo grandes categorias de uso, por estratos de área total - Paraná - 1960.

Grupos de Área Total (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Utilizadas	Terras Improdu- tivas	TOTAL
	Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
TOTAL	14,6	15,7	16,8	6,9	24,9	1,6	16,8	2,7	100,0
Menos de 10	29,6	50,3	5,1	4,3	4,5	0,4	4,8	0,9	100,0
Menos de 1	10,7	68,1	9,9	4,0	0,8	0,4	3,3	2,8	100,0
1 — 2	11,4	76,1	6,3	1,8	0,9	0,2	1,4	1,9	100,0
2 — 5	25,6	61,8	4,2	2,6	2,1	0,3	2,8	0,7	100,0
5 — 10	31,9	44,2	5,5	5,2	5,8	0,5	5,8	1,1	100,0
10 — 100	18,1	23,1	9,8	6,5	19,8	1,4	19,1	2,2	100,0
10 — 20	28,1	32,5	7,3	7,2	12,2	0,9	10,3	1,5	100,0
20 — 50	18,1	23,8	9,2	6,5	20,7	1,3	18,2	2,2	100,0
50 — 100	12,3	16,6	12,1	6,1	23,0	1,7	25,5	2,7	100,0
100 — 1000	13,2	9,5	18,9	7,9	26,0	1,5	20,4	2,6	100,0
100 — 200	12,6	12,5	15,9	6,7	22,9	1,6	25,1	2,8	100,0
200 — 500	14,1	9,0	18,6	8,1	27,1	1,5	19,3	2,4	100,0
500 — 1000	12,8	6,0	23,7	9,4	28,6	1,3	15,5	2,5	100,0
1000 — 10000	7,9	3,7	33,3	8,0	32,7	1,4	10,3	2,7	100,0
1000 — 2000	10,2	4,8	31,4	8,1	30,5	1,7	11,0	2,3	100,0
2000 — 5000	6,9	3,2	34,6	9,3	30,2	0,9	12,1	2,8	100,0
5000 — 10000	4,9	2,1	34,7	4,9	43,5	1,7	5,0	3,3	100,0
10000 e mais	0,5	0,5	17,0	1,0	56,4	8,0	7,5	9,1	100,0
10000 — 100000	0,7	0,5	20,7	1,4	62,9	2,3	9,8	1,7	100,0
100000 e mais	—	0,5	6,4	0,0	37,9	24,2	0,8	30,2	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1960.

Tabela 3.3.4.2.(b) - Distribuição percentual da área utilizada segundo grandes categorias de uso, por estratos de área total - Paraná - 1970.

Grupos de Área Total (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Pro- dutivas Não Utilizadas	Terras Improdu- tivas	TOTAL
	Perman.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
Total	8,9	23,3	12,4	18,5	16,2	1,4	15,1	4,3	100,0
Menos de 10	20,5	59,8	3,0	5,4	3,0	0,1	3,6	4,5	100,0
Menos de 1	8,5	62,1	12,2	2,8	2,8	0,3	1,9	9,4	100,0
1 — 2	8,7	74,6	5,1	2,3	2,2	0,2	1,0	6,0	100,0
2 — 5	16,5	69,3	2,6	3,0	1,8	0,1	2,1	4,5	100,0
5 — 10	22,8	54,8	3,2	6,7	3,6	0,2	4,3	4,5	100,0
10 — 100	10,6	31,5	8,0	13,9	12,6	0,4	18,3	4,5	100,0
10 — 20	18,4	42,5	5,0	11,0	8,5	0,3	9,8	4,5	100,0
20 — 50	8,6	30,8	8,0	13,6	14,1	0,4	19,9	4,7	100,0
50 — 100	5,5	20,3	11,5	17,8	14,7	0,5	25,3	4,4	100,0
100 — 1000	6,1	10,9	16,3	27,6	16,2	1,3	18,0	3,6	100,0
100 — 200	6,3	14,3	14,1	22,7	14,6	0,8	23,2	3,9	100,0
200 — 500	6,4	10,2	16,2	28,9	15,8	1,3	17,7	3,5	100,0
500 — 1000	5,4	7,8	19,2	31,4	18,9	1,7	12,2	3,4	100,0
1000 — 10000	3,3	3,8	24,6	25,0	26,3	3,6	9,2	4,2	100,0
1000 — 2000	4,9	4,6	24,8	29,4	20,3	2,2	9,7	4,0	100,0
2000 — 5000	2,6	3,3	23,4	25,3	28,7	3,8	8,3	4,5	100,0
5000 — 10000	1,0	3,0	27,3	12,9	35,0	6,9	10,0	3,9	100,0
10000 e mais	0,0	0,1	4,7	6,7	59,9	9,6	13,2	5,9	100,0
10000 — 100000	0,0	0,1	7,2	10,2	56,9	3,5	15,6	6,5	100,0
100000 e mais	—	—	0,3	0,6	65,0	20,2	8,9	5,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - 1970.

te não alterou sua tendência pelas lavouras temporárias e permanentes (passou de 79,9% da área total em 1960 para 80,3% em 1970), embora se tenha alterado significativamente a participação das culturas permanentes (caíram de 29,6% para 20,5%) e das temporárias (aumentaram de 50,3% para 59,8%).

Os estabelecimentos com menos de 2 ha, além de terem uma fração insignificante da área agrícola estadual, apresentam coeficientes mascarados pelas chácaras e sítios de fim-de-semana.

Normalmente desprezados em outros Estados brasileiros, os grupos de 2 a menos de 5 ha e de 5 a menos de 10 ha assumem características especiais no Paraná. São no total 276 142 estabelecimentos (49,8% do total) com 1 515 883 ha (10,6% do total) responsáveis por 24,6% da área de culturas permanentes e 27,2% da área de culturas temporárias no Paraná em 1970 (rever Tabela 3.3.4.1.(c)). No estrato de 2 a menos de 5 ha, a área de lavouras passou de 87,4% para 85,8% em 1970, por um lado devido ao fato de não ter o aumento na área das culturas temporárias compensado a queda nas culturas permanentes e, por outro lado, devido à incorporação de novos estabelecimentos com maior percentagem de terra improdutiva, que aumentou de 0,7% para 4,5%.

Os estabelecimentos com 5 a menos de 10 ha aumentaram ligeiramente a participação relativa das lavouras como um todo, de 76,1% para 77,6%, sendo que as permanentes caíram de 31,9% para 22,8% enquanto as temporárias aumentaram de 44,2% para 54,8%.

b) *grupo de 10 a menos de 100 ha de área total*

Neste grupo a participação das lavouras também quase não se alterou (41,2% a 42,1%), tendo ocorrido uma compensação da queda das permanentes (de 18,1% para 10,6%) pelo aumento nas temporárias (23,1% a 31,5%). As pastagens aumentaram de 16,3% para 21,9% com uma grande mudança qualitativa, pois as naturais caíram de 9,8% para 8,0%, enquanto que as plantadas aumentaram de 6,5% para 13,9%.

As matas e florestas naturais sofrem uma acentuada queda em sua participação na área total (de 19,8% para 12,6%).

Este grupo se destaca por ter, em 1970, 49,7% da área de culturas permanentes do Estado e 56,3% das temporárias (ver Tabela 3.3.4.1.(c)).

Os estabelecimentos com 50 a menos de 100 ha têm um menor peso nessa participação e demonstram uma taxa de exploração relativamente baixa, pois têm 40,0% da área total em matas e florestas naturais e terras produtivas não exploradas. Nota-se que o peso relativo da pecuária e das áreas com matas e florestas aumentam segundo os tamanhos dos estabelecimentos.

c) *grupos de 100 a menos de 10 000 ha de área total*

Caracterizam-se pela drástica redução na área de café e na de matas e florestas naturais, ao lado do espetacular aumento nas pastagens plantadas.

Grupo de Área Total (ha)	lavouras permanentes		pastagens plantadas		matas e flo- restas naturais	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
100 — 1000	13,2%	6,1%	7,9%	27,6%	26,0%	16,2%
1000 — 10000	7,9%	3,3%	8,0%	25,0%	32,7%	26,3%

Ambos os grupos são basicamente pecuaristas, sendo que no primeiro as lavouras ainda têm peso, enquanto no segundo as matas se destacam.

d) *grupos de 10 000 ha e mais*

Esses estabelecimentos aumentam significativamente suas parcelas de pastagens plantadas e acentuam ainda mais sua tendência ao extrativismo.

De uma maneira geral, podemos dizer que nos estabelecimentos com menos de 50 ha predominam amplamente as lavouras; os de 50 a menos de 1 000 ha são basicamente pecuaristas; os de 1 000 a menos de 10 000 ha são pecuaristas extrativistas e os maiores de 10 000 ha são predominantemente extrativistas.

Na tabela que segue está caracterizada, de forma sintética, a atividade principal dos diversos estratos de área total, em termos da percentagem da área.

Estratos de Área Total	lavouras		pastagens		matas		terras em descanso e terras improd.	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970
< 10 ha	79,9	80,3	9,4	8,4	4,9	3,1	5,7	8,1
10 — 100	41,2	42,1	16,3	21,9	21,2	13,0	21,3	22,8
100 — 1000	22,7	17,0	26,8	43,9	27,5	17,5	23,0	21,6
1000 — 10000	11,6	7,1	41,3	49,6	34,1	29,9	13,0	13,4
> 10000	1,0	0,0	18,0	11,4	64,4	69,5	16,6	19,1

3.3.4.3 Subdivisão da Terra por Categoria Específica de Uso-1970

Veremos agora, através da Tabela 3.3.4.3.(a), como as categorias de uso, especificadas ao nível de produtos, se distribuíam pelos estratos de área total em 1970. Analisaremos a evolução 1960/70 apenas para os produtos mais importantes (no apêndice encontra-se a Tabela ... 5.1.(h), com os dados referentes a 1960).

Introduzimos neste item um novo conceito e um novo ângulo de abordagem. Os estabelecimentos foram classificados pela sua atividade econômica predominante em termos de fonte de renda ao produtor e sua distribuição pelos grupos de área total não leva em conta seus pesos específicos na área e na renda totais na agricultura paraense. Este novo conceito implica em um enfoque com características mais qualitativas e sociais que quantitativas e econômicas.

De uma maneira geral, os produtores cujos estabelecimentos têm uma área total que vai de 2 a 50 ha (89,2% do total dos produtores) predominam em todos os produtos, destacando-se café, algodão, amendoim, arroz, batata inglesa, feijão, milho, soja e outros produtos das lavouras permanentes, que estavam entre 85,0% e 95,1%,

Tabela 3.3.4.3.(a) - Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo estratos de área total por atividade predominante - Paraná - 1970.

	Menos de 1 ha	1—2	2—5	5—10	10—20	20—50	50—100	100—200	200—500	500—1000	1000—2000	2000—5000	5000—10000	10000—100000	100000 e mais	TOTAL
TOTAIS	0,9	2,6	24,8	25,0	22,9	16,5	4,0	1,8	1,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	0,6	2,5	26,4	26,6	23,2	15,4	3,3	1,2	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	—	—	100,0
Banana	5,9	3,6	15,9	22,8	20,8	23,0	4,5	2,2	0,9	0,1	—	0,2	—	—	—	100,0
Cafê	0,2	0,9	20,2	33,8	29,0	11,7	2,0	1,1	0,8	0,2	0,1	0,0	0,0	—	—	100,0
Laranja	10,4	10,1	27,3	16,9	14,5	14,8	3,1	1,6	1,3	—	—	—	—	—	—	100,0
Uva	11,0	17,6	24,0	17,0	13,6	11,6	3,5	1,2	0,4	—	—	—	—	—	—	100,0
Outros prod. lav. perman.	6,8	5,0	17,0	18,2	30,2	17,6	2,7	1,7	0,6	0,1	—	—	—	—	—	100,0
Algodão	0,3	2,0	29,9	32,4	22,9	9,9	1,8	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Amendoim	0,5	4,0	34,0	31,6	21,1	7,7	0,9	0,3	0,1	—	—	—	—	—	—	100,0
Arroz	1,2	5,2	28,8	24,1	20,6	15,5	3,2	1,0	0,4	0,0	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Batata	1,2	2,5	12,3	15,3	26,6	33,6	6,6	1,0	0,5	0,3	0,1	0,1	—	—	—	100,0
Cana	2,9	2,4	6,5	11,8	21,2	27,7	9,4	6,5	6,8	2,9	1,3	0,3	0,3	—	—	100,0
Feijão	0,6	4,0	33,0	23,5	19,4	14,8	2,8	0,7	0,2	0,0	—	—	—	—	—	100,0
Fumo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mandioca	10,2	5,8	22,6	19,0	20,0	17,6	3,9	0,4	0,3	—	—	—	—	—	—	100,0
Milho	0,6	2,7	26,7	22,1	21,4	19,4	4,7	1,6	0,6	0,1	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Soja	0,8	1,6	24,1	28,0	26,4	15,3	2,2	0,8	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	—	—	100,0
Trigo	0,9	3,6	18,7	18,4	23,4	22,3	6,0	2,8	2,6	0,9	0,3	0,1	—	—	—	100,0
Outros prod. lav. tempor.	1,6	3,3	36,3	28,0	17,9	9,8	2,0	0,7	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	—	—	100,0
Pecuária	2,4	2,8	12,3	13,1	20,6	25,6	9,8	6,1	4,7	1,5	0,7	0,3	0,1	0,0	—	100,0
Bovinos	1,4	1,6	7,3	9,1	15,6	25,1	14,2	10,6	9,2	3,2	1,7	0,8	0,1	0,0	—	100,0
Ovinos	1,7	—	18,6	22,0	18,6	22,0	6,8	1,7	6,8	—	1,7	—	—	—	—	100,0
Suínos	3,1	3,6	15,7	16,0	24,1	26,0	6,7	2,9	1,5	0,3	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Animais de outras espécies	3,4	5,5	17,5	12,0	15,1	18,3	10,7	9,9	5,0	1,3	0,5	0,5	0,3	—	—	100,0
Horticultura e Floricultura	13,4	16,8	32,0	15,8	14,3	6,3	1,1	0,4	—	—	—	—	—	—	—	100,0
Silvicultura ou Reflorestamento	2,3	2,9	11,6	9,2	10,0	13,6	8,7	11,1	13,6	6,0	5,2	4,1	1,1	0,5	0,1	100,0
Avicultura	18,2	12,4	19,3	11,9	15,4	16,3	3,9	1,2	0,8	0,2	0,3	—	—	—	—	100,0
Apicult./Cunicult./Sericicultura	4,6	3,5	14,0	11,6	19,8	32,6	11,6	1,2	1,2	—	—	—	—	—	—	100,0
Invernadas/Campos Engorda	1,3	0,6	7,0	10,4	20,7	27,1	12,6	7,9	5,5	2,6	2,8	1,3	0,2	—	—	100,0
Extração vegetal	0,7	2,8	16,1	19,0	21,4	22,2	7,6	5,0	3,1	1,2	0,4	0,3	0,1	0,0	—	100,0
Finalidades especiais	2,7	3,8	10,3	9,7	12,4	21,1	13,0	9,7	10,8	0,5	2,2	2,2	1,1	0,5	—	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná - Recenseamento Geral, 1970.

banana, mandioca, trigo e outros produtos das lavouras temporárias, ovinos, suínos e apicultura com 75,0% a 84,7%.

No período 60/70, os cafeicultores deslocaram-se para os estratos inferiores: o grupo de 2 a menos de 10 ha que tinha 32,5% dos produtores foi para 54,0% e o de 10 a menos de 50 ha caiu de 55,3% para 40,7%.

A cana-de-açúcar é a cultura que apresenta a maior percentagem de grandes produtores: 27,5% deles estão em estabelecimentos com 50 ha ou mais.

Os bovinocultores concentram-se nos estratos de 10 a menos de 200 ha (65,5%), mostrando uma alta percentagem de produtores acima de 50 ha (39,8%).

Os criadores de ovinos e suínos seguem as tendências dos produtores em geral.

Os horticultores e floricultores apresentam as maiores percentagens dos estratos com menos de 2 ha, ao contrário dos silvicultores que apresentam as maiores percentagens nos estratos superiores (50,4% com 50 ha ou mais).

3.3.4.4 O Uso da Terra segundo Categorias Específicas por Grupos de Área Total - 1970

Neste subitem faremos o caminho inverso ao seguido no subitem anterior: ao invés de analisarmos como as categorias de uso se distribuem nos diversos estratos, caracterizaremos a composição, quanto ao uso, dos diversos estratos de área, através da Tabela 3.3.4.4.(a).

Os estabelecimentos menores que 1 ha caracterizam-se, basicamente, como produtores de milho e suínos (46,2% dos produtores desses estratos têm essas duas atividades como principais).

Já os de 1 a menos de 2 ha apresentam uma maior percentagem nas lavouras, concentrada em milho e feijão. Os suínos ainda aparecem numa percentagem significativa (8,8%).

O grupo entre 2 e menos de 20 ha é o de produtores

Tabela 3.3.4.4.(a) - Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a atividade predominante, por grupos de área total
- Paraná - 1970.

	Menos de 1 ha	1—2	2—5	5—10	10—20	20—50	50—100	100—200	200—500	500—1000	1000—2000	2000—5000	5000—10000	10000—100000	100000 e mais
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	65,0	86,1	93,9	93,7	89,4	82,1	71,9	59,8	47,6	36,6	27,9	25,2	11,3	—	—
Banana	1,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	—	0,6	—	—	—
Café	4,1	7,4	17,5	28,9	27,1	15,1	10,8	13,5	16,3	17,1	17,9	13,5	5,7	—	—
Laranja	0,8	0,3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	—	—	—	—	—	—
Uva	1,2	0,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	—	—	—	—	—	—
Outros prod. lav. perman.	0,9	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	—	—	—	—	—
Algodão	2,7	5,7	8,8	9,5	7,3	4,4	3,2	2,4	1,6	1,0	0,7	0,6	—	—	—
Amendoim	1,2	3,1	2,8	2,5	1,8	0,9	0,4	0,4	0,2	—	—	—	—	—	—
Arroz	5,1	7,8	4,5	3,7	3,5	3,6	3,0	2,2	1,7	0,7	0,1	1,2	—	—	—
Bacata	0,9	0,7	0,3	0,4	0,8	1,4	1,2	0,4	0,3	1,2	0,7	0,6	—	—	—
Cana	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7	0,7	0,3	1,9	—	—
Feijão	6,3	13,7	11,9	8,1	7,3	7,8	6,1	3,6	1,2	0,6	—	—	—	—	—
Fumo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mandioca	5,6	1,1	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,1	0,2	—	—	—	—	—	—
Milho	23,9	37,0	37,8	30,9	32,8	41,1	41,0	32,3	20,8	11,4	4,6	5,4	—	—	—
Soja	3,4	2,3	3,5	4,1	4,2	3,4	2,0	1,7	1,8	1,1	0,9	0,9	1,9	—	—
Trigo	0,8	1,1	0,6	0,6	0,8	1,0	1,1	1,2	1,9	2,3	1,9	1,5	—	—	—
Outros prod. lav. tempor.	6,6	4,7	5,4	4,1	2,9	2,2	1,8	1,4	1,0	0,8	0,3	0,6	1,9	—	—
Pecuária	29,5	11,6	5,3	5,6	9,6	16,6	26,1	36,8	47,8	56,7	61,5	59,2	64,2	50,0	—
Bovinos	6,9	2,6	1,3	1,6	3,0	6,6	15,4	26,0	38,4	50,4	57,8	57,1	58,5	50,0	—
Ovinos	0,0	—	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	—	0,1	—	—	—	—
Suínos	22,3	8,8	4,0	4,0	6,6	9,9	10,5	10,4	9,0	5,9	3,2	1,5	3,8	—	—
Animais de outras espécies	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	1,9	—	—
Horticultura e Floricultura	2,0	0,9	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	—	—	—	—	—	—	—
Silvicultura ou Reflorestamento	0,3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,8	1,8	2,9	5,7	9,3	15,1	33,4	100,0
Avicultura	2,4	0,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	—	—	—	—
Apicult./Cunicult./Sericultura	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	—	—	—	—	—	—
Invernadas/Campos Engorda	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,4	0,4	0,8	1,9	1,8	1,9	—	—
Extração Vegetal	0,5	0,7	0,4	0,5	0,6	0,9	1,2	1,8	1,9	2,8	2,2	3,3	3,8	8,3	—
Finalidades Especiais	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,1	0,6	1,2	3,8	8,3	—

FONTE: Censo Agropecuário - Paraná, 1970.

que se dedicam basicamente ao cultivo de milho, café e feijão. Nesse grupo a pecuária tem a sua menor expressão e o café, a sua maior.

Na faixa de 20 a menos de 100 ha encontramos mais de 40% dos produtores tendo no milho sua renda predominante. Além dessa atividade tem peso o café (menor que no grupo anterior), suínos e bovinos.

No estrato de 100 a menos de 200 ha os produtores dedicam-se ao café, milho, bovinos e suínos, com predominância das lavouras, enquanto no estrato de 200 a menos de 500 ha há um equilíbrio lavouras-pecuária.

Nos estabelecimentos entre 500 a menos de 5 000 ha a percentagem com lavouras cai (em relação ao estrato anterior) e a pecuária (bovinos) se destaca como atividade predominante. Nota-se também que a silvicultura ou reflorestamento começa a surgir como atividade principal em até 9,3% dos estabelecimentos (estrato de 2 000 até menos de 5 000 ha).

Nos estabelecimentos contidos em estratos de área superior a 5 000 ha a agricultura perde definitivamente sua importância. A maioria dos produtores tem a principal atividade na pecuária (bovinos) e o reflorestamento adquire maior importância. No estrato acima de 100 000 ha aparece somente um estabelecimento cuja atividade principal é o reflorestamento.

Cabe ressaltar que a substituição do café por pastagens plantadas se reflete na determinação da atividade principal dos produtores com 200 ha ou mais de área total. Comparando-se as Tabelas 3.3.4.4.(a) e 5.1.(i) do Apêndice, nota-se claramente a mudança de atividade ocorrida nos estratos superiores de área total.

3.3.5 Posse e Uso da Terra no Paraná

3.3.5.1 Posse e Uso por Grandes Categorias. Variação 1960/70 e Uso Atual

Com base nas Tabelas 3.3.5.1.(a) e 3.3.5.1.(b) poderemos analisar a variação no uso da terra no Paraná, segundo a condição do produtor (ou tipo de posse). Devido às diferenças de critérios entre os recenseamentos de 1960 e 1970, esta análise comparativa só pode ser feita agregando-se os arrendatários e parceiros.

A grande queda na área das lavouras permanentes (21,2% ou 350 881 ha) encobre basicamente duas tendências opostas: os proprietários diminuem sua área de 516 223 ha (38,4%), enquanto os arrendatários-parceiros a aumentam de 156 716 ha (54,3%). Tais fatos provocam importantes mudanças qualitativas na posse das áreas de café (principalmente): os proprietários caem de 81,1% da área para 63,4% em 1970, enquanto os arrendatários-parceiros aumentam sua participação relativa na área de lavouras permanentes de 17,4% para 34,1%.

As lavouras temporárias se expandiram por mais 1 628 516 ha (91,3% de aumento) na década de 60, no Paraná. Os proprietários, embora tenham contribuído com a maior parte do aumento (983 008 ha), apresentaram uma taxa de incremento (73,8%) inferior à dos arrendatários-parceiros (306,0%) que quadruplicaram a sua área explorada com produtos anuais (foram de 213 131 ha para 865 394 ha em 1970). Desta forma os proprietários tiveram sua participação relativa reduzida (de 74,7% para 67,8%), enquanto arrendatários-parceiros aumentaram (de 11,9% para 25,4%).

As pastagens naturais mostram uma variação muito pequena, destacando-se apenas a área ocupada, que aumentou de 38,6%. A área total da categoria ocupantes caiu 29,3% basicamente devido à legalização das terras no

Tabela 3.3.5.1.(a) - Distribuição das áreas das grandes categorias de uso, segundo a condição do produtor - Paraná. (em ha).

Condição do Produtor	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas	Terras Improdutivas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	Incultas	
1960								
TOTAL	1 657 104	1 783 867	1 912 081	781 947	2 839 158	188 075	1 918 954	303 748
Proprietários	1 344 083	1 332 359	1 753 341	689 626	2 333 941	163 031	1 640 721	271 612
Arrendatários e Parceiros	288 832	213 131	82 173	51 476	111 185	3 791	33 505	10 101
Ocupantes	24 189	238 377	76 567	40 845	394 032	21 253	244 728	22 035
1970								
TOTAL	1 306 223	3 412 383	1 809 429	2 700 281	2 365 400	205 163	2 203 725	622 926
Proprietários	827 860	2 315 367	1 635 316	2 516 256	2 121 031	195 054	2 022 420	527 979
Arrendatários e Parceiros	445 548	865 394	68 000	124 918	81 360	5 063	63 133	60 489
Ocupantes	32 815	231 622	106 114	59 107	163 009	5 046	118 172	34 457
Δ 1960/70								
TOTAL	- 350 881	1 628 516	- 102 652	1 918 334	- 473 758	17 088	284 771	319 178
Proprietários	- 516 223	983 008	- 118 025	1 826 630	- 212 910	32 023	381 699	256 367
Arrendatários e Parceiros	156 716	652 263	- 14 173	73 442	- 29 825	1 272	29 628	50 388
Ocupantes	8 626	- 6 755	29 547	18 262	- 231 023	- 16 207	- 126 556	12 422

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

Tabela 3.3.5.1.(b) - Distribuição percentual das áreas das grandes categorias de uso segundo a condição do produtor - Paraná.

Condição do Produtor	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produt. Incultas	Terras Improd.	Área Total
	perman.	tempor.	nat.	plant.	nat.	plant.			
Variação Percentual 1960/1970									
TOTAL	- 21,2	91,3	- 5,4	245,3	- 16,7	9,1	14,8	105,1	28,5
Proprietários	- 38,4	73,8	- 6,7	264,9	- 9,1	19,6	23,3	94,4	27,6
Arrendatários/Parceiros	54,3	306,0	- 17,2	142,7	- 26,8	33,6	88,4	498,8	115,8
Ocupantes	35,7	- 2,8	38,6	44,7	- 58,6	- 76,3	- 51,7	56,4	- 29,3
1960 (%)									
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proprietários	81,1	74,7	91,7	88,2	82,2	86,7	85,5	89,4	83,7
Arrendatários/Parceiros	17,4	11,9	4,3	6,6	3,9	2,0	1,7	3,3	7,0
Ocupantes	1,5	13,4	4,0	5,2	13,9	11,3	12,8	7,3	9,3
1970 (%)									
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proprietários	63,4	67,8	90,4	93,2	89,7	95,1	91,8	84,8	83,2
Arrendatários/Parceiros	34,1	25,4	3,7	4,6	3,4	2,5	2,9	9,7	11,7
Ocupantes	2,5	6,8	5,9	2,2	6,9	2,4	5,3	5,5	5,1

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1960 e 1970.

Sudoeste e Extremo Oeste. Esta queda é quase que totalmente concentrada nos itens Matas e Florestas Naturais e Terras Produtivas Incultas (357 579 ha). Estima-se que grandes estabelecimentos inexplorados tenham passado para a categoria de proprietários.

As pastagens plantadas foram a categoria de uso que teve os maiores aumentos — absoluto de 1 918 334 ha e relativo de 245,3% — na década analisada. Este incremento foi mais significativo nos proprietários (1 826 630 ha ou 264,9%), embora também tenha sido grande nos arrendatários-parceiros, em termos relativos (73 442 ha ou 142,7%). As diferenças nas taxas de incremento levam a uma maior concentração desta categoria de uso nas mãos dos proprietários, que passam de 88,2% para 93,2% da área, em relação aos arrendatários-parceiros (de 6,6% para 4,2%) e ocupantes (de 5,2% para 2,2%).

Matas e florestas naturais e plantadas e terras produtivas incultas variaram pouco mas acentuou-se o predomínio dos proprietários.

As terras improdutivas tiveram um acréscimo relativamente alto em todos os tipos de posse. Os arrendatários e parceiros apresentam uma variação de 50 388 ha ou 498,8%, para a qual não encontramos nenhuma explicação plausível.

Estas mesmas interpretações, feitas acima em termos de área, podem ser feitas com o número de estabelecimentos, nas Tabelas 5.1.(j) e 5.1.(l) do Apêndice.

A posse e o uso atual da terra no Paraná podem ser vistos com auxílio da Tabela 3.3.5.1.(c). Apresentamos para 1970 os arrendatários e parceiros em categorias distintas. As terras gerenciadas por seus proprietários dividem-se em 25,8% de lavouras, 34,1% de pastagens, 19,0% de matas e florestas e 20,9% de terras não exploradas.

Os arrendatários ocorrem mais intensamente nas lavouras temporárias (64,3% da área total arrendada), enquanto os parceiros dividem-se entre as permanentes (37,3%) e as temporárias (42,1%).

Tabela 3.3.5.1.(c) - Distribuição percentual da área e estabelecimentos. Posse X Uso - Paraná - 1970.

Condição do Produtor	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produt.	Terras	TOTAL
	perman.	tempor.	nat.	plant.	nat.	plant.	Incultas	Improd.	
Áreas das Grandes Categorias de Uso por Tipo de Posse									
TOTAL	8,9	23,3	12,4	18,5	16,2	1,4	15,1	4,3	100,0
Proprietários	6,8	19,0	13,4	20,7	17,4	1,6	16,6	4,3	100,0
Arrendatários	7,4	64,3	6,5	7,3	6,1	0,5	4,5	3,4	100,0
Parceiros	37,3	42,1	2,4	7,3	3,9	0,2	3,2	3,6	100,0
Ocupantes	4,4	30,9	14,1	7,9	21,7	0,7	15,7	4,6	100,0
Áreas das Categorias de Posse por Grande Categoria de Uso									
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proprietários	63,4	67,8	90,4	93,2	89,7	95,1	91,8	84,8	83,2
Arrendatários	3,7	12,2	2,3	1,7	1,7	1,5	1,3	3,5	4,4
Parceiros	30,4	13,2	1,4	2,9	1,8	0,9	1,5	6,2	7,3
Ocupantes	2,5	6,8	5,9	2,2	6,9	2,5	5,4	5,5	5,1
Estabelecimentos das Categorias de Posse por Grande Categoria de Uso									
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0
Proprietários	55,0	57,0	83,2	78,5	85,0	81,6	85,1	—	56,4
Arrendatários	4,9	14,0	4,1	3,4	3,0	2,5	3,1	—	12,4
Parceiros	35,4	19,2	4,9	13,3	4,2	12,8	4,6	—	22,2
Ocupantes	4,7	9,8	7,8	4,8	7,8	3,1	7,2	—	9,0

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

Os ocupantes, basicamente devido a sua concentração geográfica no Sudoeste do Estado, são os que dedicam a menor percentagem da área total às culturas permanentes (4,4%). Têm basicamente lavouras temporárias (30,9%) e pastagens naturais (14,1%).

Quanto à distribuição dos tipos de posse em cada grande categoria de uso, observamos a ampla predominância dos proprietários em termos de área, e uma predominância menos acentuada em termos de número de estabelecimentos.

Embora tenham apenas 6,8% de sua área total dedicada às culturas permanentes, os proprietários têm 63,4% da área destas e 55,0% dos estabelecimentos. Esta é a categoria de uso com a maior participação de não proprietários. Neste caso os parceiros se destacam com 30,4% da área e 35,4% dos estabelecimentos.

Nas culturas temporárias a expressão relativa dos não proprietários também é significativa: os arrendatários têm 14,0% dos estabelecimentos e 12,2% da área total dos produtos anuais no Paraná, enquanto os parceiros têm, respectivamente, 19,2% e 13,2%. No próximo item veremos em que produtos específicos estas categorias se concentram.

Nas demais modalidades de uso os proprietários predominam amplamente.

3.3.5.2 Posse e Uso por Categorias Específicas

Encaramos a posse e o uso da terra sob dois ângulos diferentes. Na Tabela 3.3.5.2.(a) temos a condição dos produtores em cada atividade específica, dada em percentagem de estabelecimentos e da área total destes estabelecimentos, não da área total explorada com a atividade analisada. Na Tabela 3.3.5.2(b) temos o uso da terra por categoria de condição do produtor, medido pelas mesmas variáveis básicas da tabela anterior.

Das oito lavouras especificadas, sete (sai o trigo)

Tabela 3.3.5.2.(a) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos segundo a condição do produtor, por atividade predominante - Paraná - 1970.

Atividade Econômica	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		TOTAL	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAIS	56,4	83,2	12,4	4,4	22,2	7,3	9,0	5,1	100,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	52,3	76,6	13,6	6,1	24,9	11,3	9,2	5,9	100,0	100,0
Cafê	45,6	73,9	5,1	2,6	45,6	21,6	3,7	1,8	100,0	100,0
Outros prod. lav. perm.	73,2	71,5	3,0	1,8	6,4	2,1	17,4	24,6	100,0	100,0
Algodão	32,3	54,0	31,5	22,9	30,2	19,5	6,0	3,5	100,0	100,0
Amendoim	41,0	60,1	21,7	16,2	29,4	18,9	7,9	4,8	100,0	100,0
Arroz	49,7	72,9	17,4	9,3	18,8	8,2	14,1	9,6	100,0	100,0
Feijão	54,2	78,6	17,0	7,2	18,4	7,8	10,4	6,4	100,0	100,0
Milho	60,2	81,3	13,8	5,2	13,9	5,2	12,1	8,2	100,0	100,0
Soja	56,9	76,2	10,6	6,0	21,2	10,6	11,3	7,1	100,0	100,0
Trigo	71,9	87,7	9,9	6,5	10,4	3,1	7,8	2,6	100,0	100,0
Outros prod. lav. temp.	50,0	77,0	14,7	7,4	26,2	10,4	9,1	5,2	100,0	100,0
Pecuária	86,6	92,8	3,2	1,9	1,8	1,0	8,3	4,3	100,0	100,0
Bovinos	92,6	94,2	2,2	1,8	1,2	0,9	4,0	3,0	100,0	100,0
Suínos	82,5	88,3	3,9	2,0	2,3	1,5	11,3	8,2	100,0	100,0
Outros animais	85,5	84,5	1,6	0,3	1,6	0,1	11,3	15,1	100,0	100,0
Outras Atividades	87,9	96,9	4,9	0,9	1,7	0,2	5,5	2,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

Tabela 3.3.5.2.(b) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos, segundo a atividade predominante, por condições do produtor - Paraná - 1970.

Atividade Econômica	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	estab.	área	estab	área	estab.	área	estab.	área
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	81,8	56,6	96,8	85,4	99,1	95,4	89,4	70,8
Café	17,3	14,7	8,8	9,8	44,1	48,8	8,8	5,9
Outros prod. lav. perm.	0,6	0,4	0,0	0,1	0,1	0,1	0,8	1,9
Algodão	4,2	2,3	18,6	18,6	10,0	9,6	4,8	2,5
Amendoim	1,5	0,5	3,5	2,8	2,7	2,0	1,8	0,7
Arroz	3,4	2,1	5,4	5,0	3,3	2,7	6,0	4,5
Feijão	8,3	4,3	11,9	7,4	7,2	4,8	10,0	5,6
Milho	37,4	26,0	38,9	31,4	22,0	19,0	47,0	42,6
Soja	3,7	2,1	3,1	3,2	3,5	3,4	4,5	3,2
Trigo	1,0	1,3	0,6	1,8	0,4	0,5	0,7	0,6
Outros prod. lav. temp.	4,3	2,9	5,8	5,2	5,9	4,5	4,9	3,2
Pecuária	16,4	35,3	2,8	13,2	0,9	4,4	9,9	26,5
Bovinos	7,1	27,5	0,8	10,0	0,2	3,0	2,0	14,3
Suínos	9,2	7,6	2,0	3,2	0,7	1,5	7,8	11,4
Outros animais	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,9
Outras Atividades	1,8	8,1	0,4	1,4	0,0	0,1	0,7	2,7

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

representavam 75,8% das atividades predominantes dos proprietários; 90,2%, dos arrendatários; 92,8%, dos parceiros, e 82,9%, dos ocupantes.

O café aparece com o maior peso relativo dos parceiros: do total de produtores que tinham no café sua atividade predominante, 45,6% eram parceiros, e, por outro lado, do total de parceiros, 44,1% tinham no café sua atividade predominante.

O algodão tem a menor percentagem de proprietários (32,3%), a maior de arrendatários (31,5%) e a segunda dos parceiros (30,2%).

As demais lavouras estudadas têm de 20,3% a 51,1% de arrendatários + parceiros.

Enquanto isto, a pecuária é uma atividade onde a participação de arrendatários + parceiros é mínima — vai de 3,2% a 6,2%.

A comparação de coeficientes referentes à cafeicultura (50,7% de arrendatários + parceiros) com os referentes à bovinocultura (3,4%) nos permite avaliar as consequências da substituição de uma atividade por outra.

Da Tabela 3.3.5.2.(b) podemos concluir que 63,9% dos proprietários têm como atividade predominante o milho (37,4%), o café (17,3%) e os suínos (9,2%). Os arrendatários se dedicam ao milho (38,9%), algodão (18,6%) e feijão (11,9%); os parceiros, ao café (44,1%), milho (22,0%) e algodão (10,0%); enquanto que os ocupantes se dedicam ao milho (47,0%), feijão (10,0%) e café (8,8%).

A análise comparativa das situações em 1960 e 1970 pode ser feita recorrendo-se às Tabelas 5.1.(m) e 5.1.(n), do Apêndice e nos ajuda a detalhar algumas questões levantadas no item 3.3.5.1.

Vimos que a participação relativa de arrendatários + parceiros havia aumentado acentuadamente nas lavouras permanentes e temporárias, em estabelecimentos e área. Agora podemos ver como esta variação se deu nos produtos específicos. No café eles passaram de 31,3% para 50,7% dos estabelecimentos e de 12,9% para 24,2% da área

total; no algodão, passaram de 53,9% para 61,7% e de 30,7% para 42,4%, respectivamente, dos estabelecimentos e da área; no arroz, passaram de 27,4% para 36,2% e de 8,7% para 17,5%; no milho, foram de 12,2% para 27,7% e de 3,4% para 10,4%; no trigo, passaram de 7,7% para 20,3% e de 1,5% para 9,6%.

Infelizmente a comparação para o amendoim, feijão e soja não é possível, pela falta dos dados em 1960.

O grande aumento na participação de parceiros, apesar da erradicação de café, da grande expansão das pastagens plantadas, da mecanização e modernização da agricultura paranaense, exige um maior aprofundamento na análise. Um ponto que deve ser considerado é o caráter que tem a parceria na divisão dos riscos que correm os produtores. Parece que sucessivas geadas, que ocasionaram grandes prejuízos aos cafeicultores proprietários, estimularam estes a incrementar o emprego de parceiros.

Sob outro ângulo, podemos admitir uma evolução qualitativa neste tipo de relação de trabalho, que tenderia mais para uma espécie de sociedade entre proprietário e parceiros com características capitalistas.

■

4. Resumo e Conclusões

Este capítulo final tem como objetivo apresentar, de forma resumida, as principais conclusões e dúvidas derivadas das análises efetuadas, buscando-se, na medida do possível, a integração entre as suas partes.

O cruzamento deste conjunto de variáveis, em diferentes níveis de agregação e a comparação de dois cortes no tempo (1960 e 1970), se revelaria extremamente longo e trabalhoso em relação à nossa disponibilidade de tempo e recursos financeiros e técnicos. Ainda mais, sem um aprofundamento a nível das Microrregiões Homogêneas (utilizando dados não publicados pelo IBGE), certamente teríamos mais dúvidas do que explicações ao final do trabalho. Desta forma optamos por trabalhar apenas com as grandes linhas, os aspectos mais importantes que se destacam das análises.

Inicialmente buscamos caracterizar a base física do Paraná e o processo histórico de ocupação deste território.²⁹ Este apresenta características singulares tanto em seus aspectos físicos quanto humanos. Situado no Sul do Brasil, que é o único trecho do território brasileiro em que domina um clima sub-tropical, tem as estações do ano bem demarcadas. Do ponto de vista morfológico ele se apresenta formado pelo extenso Planalto Meridional que tem um forte rebordo voltado para o litoral e se inclina para o interior até o Rio Paraná. Esta inclinação é duas vezes interrompida por degraus que, caindo de forma abrupta ao leste, dividem o Planalto em três unidades morfológicas. A baixada litorânea é extremamente estreita. Do ponto de vista humano o Paraná é uma área em que a formação étnica difere um pouco da do resto do país, devido à pequena influência do elemento negro, de vez que a escravidão foi pouco expressiva e o elemento branco de origem lusitana teve uma influência menor devido

²⁹ Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973. 277 p. cap.VII.

à importância da colonização feita a partir do século XIX por alemães, italianos e eslavos. É no território paranaense que se dá o encontro da corrente migratória de origem européia (que penetra do sul para o norte) com a de origem luso-brasileira (que desce do nordeste e su deste para o sul), resultando na composição étnica atual. A penetração inicial no Paraná se deu no litoral e nos campos da região central do Estado, baseando-se nos ciclos da mineração, do mate e da madeira e constituindo o chamado Paraná Tradicional. Este processo de ocupação abrangeu três séculos (do XVII ao XIX). Basicamente no século atual se deu a colonização do Norte e do Oeste. A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aqui encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para esta cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais. Ao contrário, a ocupação do Sudoeste, efetuada por gaúchos e catarinenses de origem européia, se caracterizou pelos fatores de expulsão destes migrantes das pequenas propriedades que ocupavam mais ao sul. Vieram com o objetivo de assegurar a sua subsistência através da posse e exploração da terra própria. O Norte e o Sudoeste/Oeste do Paraná são separados pela "linha de geadas", a qual define um limite claro às culturas tropicais. Aliando-se as diferentes bases naturais, as diversas origens étnicas (e sua bagagem cultural), com os diversos objetivos e intenções destes migrantes, constituíram-se as diferentes regiões que hoje compõem o Paraná. É na década de 60, período abrangido em maiores detalhes por este trabalho, que se dá o encontro destas "civilizações", com a ocupação intensa do Oeste e a reocupação do Centro. Tal tendência de integração entre as regiões se acentua nos últimos anos, em função da expansão acelerada da soja e do trigo.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, tanto a co

lonização dirigida no Norte como a espontânea no Sudoeste/Oeste contribuíram para a implantação de um grande número de pequenos estabelecimentos, com peso significativo em quase todos os produtos agropecuários, bem como para a constituição de uma distribuição da posse da terra menos concentrada que nos outros Estados brasileiros.

A própria definição de estabelecimento rural, unida de básica de produção agropecuária — segundo o IBGE ao adotar a *administração* como critério básico —, relaciona diretamente a subdivisão com a posse da terra. Por sua vez, a posse está em função do uso que é dado a esta terra. Uma análise da estrutura fundiária só pode ser completa e nos trazer algum poder explicativo caso integre estas três variáveis. Por outro lado, assim como as médias nacionais encobrem profundas diferenças entre os Estados brasileiros, sem serem representativas de nenhum deles em particular, as médias paranaenses escondem acentuadas variações a nível das microrregiões.

Em função destas breves considerações esboçamos a estrutura deste capítulo; analisaremos a variação 1960/1970 da área total, número de estabelecimentos, área média e índice de concentração (GINI) para o Paraná e suas 24 Microrregiões Homogêneas, para 15 grupos de área total, para 4 categorias de posse da terra, para 6 grandes categorias de uso e para as principais categorias específicas de uso (produtos anuais, café, bovinos, suínos, etc.).

No período 1960/70 a área total dos estabelecimentos agrícolas paranaenses aumentou em 28,5% (3 240 596 ha), enquanto o número de estabelecimentos sofria um incremento de 106,0% (285 407); conseqüentemente sua área média reduziu-se de 42,3 para 26,4 ha. O índice de concentração da posse da terra no Paraná praticamente não se alterou (GINI = 0,690), mantendo-se como um dos mais baixos dentre os apresentados pelas unidades da Federação.

A colonização dirigida e a existência de grandes extensões de terras bastante propícias à agricultura per-

mitiram e embasaram o intenso desenvolvimento de pequenos estabelecimentos neste Estado.

Mais de 58,0% do aumento na área total e mais de 90,0% do incremento no número de estabelecimentos se verificou nos grupos de área total inferior a 20 ha.

A distribuição geográfica da variação na área total nos mostra que, nas regiões de colonização mais antiga (Paraná Tradicional e Norte Velho), com exceção dos Campos, ela caiu, no período considerado. Apenas 4 microrregiões foram responsáveis por 63,1% do incremento na área total: Apucarana (17), Umuarama (18), Campo Mourão (19) e Extremo Oeste (21), sendo que as três últimas ficaram com 60,0%.

O número de estabelecimentos aumentou em todo o Estado, em alguns casos devido à subdivisão e, em outros casos, devido à criação de novas unidades. As 4 microrregiões citadas anteriormente representaram 63,6% deste aumento, sendo que as três de maior expansão ficaram com 53,4%.

Como consequência a área média diminuiu em todo o Paraná.

Do acréscimo total na área, 74,1% ficou com os proprietários, enquanto 25,9% ficou com os arrendatários e parceiros. Quanto ao número de estabelecimentos, os proprietários se responsabilizaram por 46,9% do aumento e os arrendatários e parceiros, por 47,4%. Isto implicou num grande aumento na participação relativa dos não-proprietários. Enquanto isso, a área total dos ocupantes sofreu acentuada redução em consequência da legalização de muitas terras. Por outro lado, o número de estabelecimentos aumentou, indicando que a ocupação de terras continuou a existir na década analisada, tratando-se agora de pequenos posseiros.

A distribuição geográfica da variação na posse da terra apresenta as seguintes características; em termos relativos as terras próprias caíram em todas as microrregiões, com exceção de Assaí (13) (onde ocorreu redução

das terras arrendadas e aumento das ocupadas), Pitanga (20) (com redução das arrendadas e ocupadas) e Sudoeste (22) (com drástica redução das ocupadas e aumento das arrendadas). Em termos de estabelecimentos as terras arrendadas no Norte do Paraná (microrregiões 11 a 19) passaram de cerca de 30,0% para 40,0% e, em termos de área, de cerca de 15,0% para 20,0%.

O acréscimo em terras arrendadas se concentrou basicamente nos estabelecimentos com área total entre 2 e menos de 20 ha (125 207 estabelecimentos num aumento total de 134 535 e 850 148 ha, num total de 916 800 ha).

Nas terras próprias este acréscimo no número de estabelecimentos se concentra nos grupos de área total entre 5 e menos de 50 ha (96 778 ha em 128 328 estabelecimentos), enquanto que na área total o acréscimo se distribui pelos estratos entre 5 e 1 000 ha.

As áreas ocupadas apresentam sua redução concentrada nos estratos de 10 a menos de 500 ha (queda de cerca de 460 000 ha), enquanto os extremos (menos de 10 ha e 500 ou mais ha) apresentaram aumento. Quanto ao acréscimo no número de estabelecimentos ocupados, este foi quase que inteiramente devido aos menores que 10 ha.

De uma maneira geral, em todas as categorias de posse houve um deslocamento, tanto em número quanto em área dos estabelecimentos, no sentido dos estratos menores. Isto se reflete na queda das áreas médias: proprietários, de 53,2 ha em 1960 para 38,9 ha em 1970; arrendatários + parceiros, de 14,1 para 8,9ha; e ocupantes, de 31,4 para 15,0 ha.

A concentração da posse da terra dentro de cada categoria de posse é inferior àquela verificada para o conjunto de produtores, exceto no caso dos proprietários, em que a diferença é praticamente nula.

A área mediana é aquela que divide o número de estabelecimentos em dois grupos de 50,0% e, no caso das distribuições verificadas no Paraná, é mais "explicativa" que a área média; seus valores são: 15,2 ha para os pro

prietários, 4,9 ha para os parceiros, 6,4 ha para os arrendatários e 5,4 ha para os ocupantes (1970).

Desdobrando o aumento na área total dos estabelecimentos paranaenses segundo as grandes categorias de uso, observa-se que são incorporados 3 546 850 ha de culturas temporárias e pastagens plantadas, enquanto são eliminados 927 291 ha de culturas permanentes (café), pastagens naturais e matas e florestas naturais. Outro aspecto interessante nesta expansão é o que diz respeito às terras improdutivas. Estas aumentaram de 319 178 ha (105,1% de acréscimo), indicando que a fronteira agrícola atingiu áreas do Estado que são menos propícias à agricultura que aquelas ocupadas anteriormente. Além deste, os aumentos mais significativos foram os das pastagens plantadas (245,3%) e das lavouras temporárias (91,3%).

A participação relativa das grandes categorias de uso na área total apresenta as seguintes variações:

- a área das culturas permanentes caiu de 14,5% para 8,9% da área total dos estabelecimentos do Paraná;
- as lavouras temporárias aumentaram de 15,7% para 23,3%;
- as pastagens naturais caíram de 16,8% para 12,4%, enquanto as plantadas aumentaram de 6,9% para 18,5%, passando a ser predominantes e alterando profundamente a produtividade da pecuária paranaense;
- as matas e florestas naturais se reduzem de 24,9% para 16,2%, enquanto que as plantadas se reduzem de 1,6% para 1,4%. Cabe ressaltar aqui que, para 473 758 ha desmatados, foram plantados apenas 17 088 ha no período considerado (saldos);
- as terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, embora tenham aumentado de 284 771 ha, tiveram sua participação relativa reduzida de 16,9% para 15,1%. Esta última percentagem nos diz que o Paraná, em 1970, ainda tinha 2 203 725 ha de terras produtivas disponíveis dentro dos limites dos estabelecimentos agrícolas.

Estas variações verificadas no uso da terra representam as médias das mais diferentes tendências ao nível das Microrregiões Homogêneas. A grande queda nas lavouras permanentes é quase que totalmente explicada pela erradicação de café em 6 microrregiões do Norte do Paraná — as MRHs 11, 12, 13, 14, 15 e 16 erradicaram 437 167 ha de culturas permanentes. Por outro lado, Umuarama (18) e Extremo Oeste (21) aumentaram em 115 045 ha a área cultivada com café.

As lavouras temporárias, embora tenham aumentado em quase todas as microrregiões, tiveram maior expressão nas 3 que foram responsáveis por 60,0% do acréscimo na área total (ver item 3.1.2): MRHs 18, 19 e 21 que tiveram 885 944 ha de aumento (ou 53,3% do acréscimo positivo). Se a estas 3 microrregiões acrescentarmos duas — Apucarana (17) e Sudoeste (22) —, teremos 1 185 649 ha (ou 71,3% do acréscimo destas lavouras).

As pastagens naturais apresentaram as mais diferenciadas tendências: a) aumentaram onde a área total caiu; b) diminuíram onde a área total aumentou; e c) seguiram as tendências gerais de expansão ou retração.

As pastagens plantadas apresentaram seu grande acréscimo concentrado em poucas microrregiões: as MRHs 14, 15, 16, 18, 19 e 21 aumentaram em 1 410 248 ha a sua área com esta categoria de uso, o que corresponde a 73,4% do acréscimo positivo no Estado. Por outro lado, apenas as 3 de maior expansão (18, 19 e 21) foram responsáveis por 38,7% do acréscimo.

O desmatamento ocorrido no Paraná também se concentrou em poucas regiões: as MRHs 15, 16, 19 e 22 desmataram 463 220 ha ou 51,3% da área desmatada, cujo total foi de 903 123 ha, em parte "compensados" com a incorporação de 429 365 ha.

As matas e florestas plantadas aumentaram em apenas 8 microrregiões, caindo nas demais.

As terras em descanso e terras produtivas não exploradas, de uma maneira geral, caíram nas regiões mais an

tigas (indicando um uso mais intensivo da terra nos estabelecimentos) e aumentaram nas regiões de expansão mais recente. Em alguns casos, como o das MRHs 11, 12 e 13, embora a área total tenha caído, a área plantada com culturas e pastagens aumentou devido à incorporação destas terras produtivas incultas.

O aumento das terras improdutivas é explicado pelo aumento da área total e o fato de elas crescerem a uma taxa elevada se explica pela incorporação de terras menos propícias à agricultura. No entanto, as terras improdutivas aumentaram mesmo nas microrregiões onde a área total caiu. Admitindo-se os mesmos critérios para os Censos Agropecuários de 1960 e 1970 e que as respostas dos entrevistados não tenham sido falseadas (embora isto possa ter ocorrido em função do sistema tributário introduzido pelo INCRA a partir de 1967), podemos apenas levantar algumas hipóteses que poderiam explicar o fenômeno: a) aumento das áreas urbanas, das alagadas por represas, das construções, estradas, etc.; b) destruição do solo por erosão; c) perdas de áreas úteis pelo abandono de sistemas de drenagem, etc.

A distribuição geográfica atual (1970) das grandes categorias de uso apresenta-se assim:

- as culturas permanentes (café) apresentam-se bastante concentradas no Norte do Estado — nas MRHs 12, 14, 15, 16, 17 e 18 —, com 82,5% da área total. A cultura do café tende a acompanhar os limites da terra roxa e se torna praticamente inviável abaixo do paralelo 24 (que delimita o terço superior do Estado), devido à ocorrência de geadas;
- ao contrário das permanentes, as lavouras temporárias estão dispersas pelo Paranã, devido principalmente à grande difusão do milho, feijão e arroz. Dentre as 10 lavouras temporárias recenseadas em 1970, o milho participava com 44,5% da área, sendo o produto anual de maior importância em quase todas as microrregiões, onde varia de 26,1% no Litoral (02) a

67,6% no Alto Ribeira (03). O feijão tinha 19,5% da área das 10 temporárias principais do Paraná e distribuía-se com peso em todas as microrregiões, exceto no Litoral (02) e Maringá (15). O arroz participava em 9,3% a nível estadual e variava de 9,2% a 38,5% em 13 das 24 microrregiões. Em 1970, o 4º produto anual em importância no Paraná era a soja, com 8,3% da área das lavouras temporárias. Em 1975 já era o 2º produto em área plantada no Estado, aproximando-se rapidamente do milho. Outro produto importante era o algodão, com 7,8% a nível estadual, mas com peso concentrado em algumas microrregiões: Jacarezinho (12), Assaí (13), Londrina (14), Paranavaí (16), Umuarama (18) e Campo Mourão (19), que detinham 91,0% da área colhida em 1970. Esta cultura entra em crise e perde mais de 150 000 ha até 1975. Ao contrário do algodão, o trigo vem logo após a soja em ritmo de expansão, mais que triplicando a sua área colhida no período 1970/75. O rápido incremento destas duas culturas altera a distribuição das lavouras temporárias no Paraná, desloca o centro de dinamismo agrícola do Norte para o Oeste e introduz uma série de mudanças qualitativas e quantitativas que alteram as feições deste Estado. Apenas uma microrregião, o Extremo Oeste (21) detinha, em 1973, 38,2% da área colhida de soja e 34,8% da de trigo, numa área geográfica correspondente a 11,6% do Paraná;

- as pastagens naturais se distribuem pelo Centro-Sul, enquanto que as plantadas concentram-se no Norte-Noroeste. As microrregiões dos Campos — Lapa (05), Ponta Grossa (06), Jaguariaíva (07) e Guarapuava (23) —, somadas ao Médio Iguaçu (24), detinham 61,1% das pastagens naturais;
- as pastagens plantadas encontravam sua maior expressão em Paranavaí (16) — 20,3% da área de pastagem estadual. Apenas 3 microrregiões — Londrina (14),

Paranavaí (16) e Umuarama (18) — tinham 49,0% das pastagens plantadas;

- as matas e florestas naturais também se concentravam em poucas regiões: Ponta Grossa (06), Extremo Oeste (21), Sudoeste (22), Guarapuava (23) e Médio Iguaçu (24), que detinham 58,4% de sua área;
- finalmente temos a distribuição das terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, que nos indica o potencial de expansão agrícola pelo uso mais intensivo da terra dentro dos estabelecimentos agrícolas. De certa forma esta categoria nos mostra as regiões de agricultura menos tecnificadas, onde é pouco empregada a adubação para restituir a fertilidade do solo. Uma agricultura itinerante e primitiva exige sempre uma alta percentagem de terra em repouso, para recuperar a fertilidade natural. De fato, as terras produtivas não exploradas atingem mais de 1/4 da área total dos estabelecimentos nas regiões de agricultura mais tradicional: Curitiba (01), Litoral (02), Alto Ribeira (03), Irati (09), Ivaí (10), Pitanga (20) e Sudoeste (22); enquanto não atingem 10,0% nas regiões mais dinâmicas e modernas do Norte e Oeste do Paraná.

Analisando a subdivisão da terra segundo as grandes categorias de uso, pode-se avaliar, de uma maneira geral, o impacto da substituição de atividades agropecuárias sobre a distribuição da posse da terra:

- a) As culturas permanentes (café): os estabelecimentos com menos de 20 ha aumentaram sua área com esta lavoura em 243 122 ha, enquanto os demais a reduziram em 594 003 ha, dando o saldo de -350 881 ha. Em termos relativos estes pequenos estabelecimentos aumentaram sua participação de 24,5% a 49,6%, enquanto os demais a reduziram de 75,5% a 50,4%. Conseqüentemente o índice de Gini entre estes produtores se reduziu substancialmente — foi de 0,498 para 0,392.
- b) As culturas temporárias: os estabelecimentos com

área total entre 2 e menos de 50 ha aumentaram de 1 430 391 ha (87,7% do acréscimo), passando de 61,6% para 74,2% do total. Por outro lado, os grandes estabelecimentos (200 ha ou mais) reduziram sua participação muito mais em termos de número de estabelecimentos que em termos de área — foram de 2,7% para 1,2% do total de estabelecimentos e de 14,7% para 10,4% do total da área com estas lavouras — o que se reflete em um aumento no índice de concentração. O Gini foi de 0,348 em 1960 para 0,366, mantendo-se assim mesmo como o mais baixo dentre as várias categorias de uso.

- c) As pastagens: do incremento total na área de pastagens plantadas os estabelecimentos com menos de 20 ha ficaram com apenas 10,0%, enquanto o grupo de 100 ou mais ha, responsável por 68,5% do incremento, aumentava sua participação relativa de 57,7% em 1960 para 65,5% em 1970. O índice de Gini, que já era o maior, aumenta de 0,726 para 0,765.
- d) Matas e florestas: ao lado das pastagens esta categoria se mostra como uma das responsáveis pela concentração da posse da terra. Segundo o Cadastro do INCRA/1972, os 44 imóveis rurais com 10 000 ou mais ha (representando 0,01% do total de imóveis) detinham 6,4% da área total e 27,4% da área explorada com atividades extrativas vegetais. O índice de Gini aumentou de 0,685 para 0,727.
- e) Terras improdutivas: os estabelecimentos com menos de 100 ha aumentam sua participação relativa nesta categoria de 36,5% para 55,8%, enquanto que os demais a reduzem de 63,5% para 44,2%. Isto nos indica a proximidade do esgotamento da fronteira agrícola paranaense e maior dificuldade dos pequenos estabelecimentos em ter acesso às melhores terras.

Invertendo o ângulo da análise anterior, observemos agora o uso da terra segundo os grupos de área total:

- a) Estabelecimentos com menos de 10 ha:

Normalmente desprezados em outros Estados brasileiros os grupos de 2 a menos de 5 ha e de 5 a menos de 10 ha assumem características especiais no Paraná. São no total 276 142 estabelecimentos (49,8% do total) e com 1 515 883 ha (10,6% da área total) são responsáveis por 24,6% da área de culturas permanentes de 27,2% das temporárias no Paraná em 1970. Estes pequenos produtores dedicam cerca de 80,0% de sua área total às lavouras.

- b) Estabelecimentos entre 10 e menos de 100 ha:
Neste grupo, a exemplo do primeiro, a participação das lavouras quase não se alterou na década analisada (permanece em torno de 40,0%), tendo havido uma compensação da queda das permanentes pelo aumento das temporárias. As pastagens aumentam de 16,3% para 21,9%, passando a predominar as plantadas. Este grupo se destaca por duas características: tem (em 1970) 49,7% da área estadual de lavouras permanentes e 56,3% das temporárias, ao mesmo tempo em que apresenta uma taxa de exploração relativamente baixa, pois cerca de 40% de sua área total corresponde a matas e florestas naturais e terras produtivas não utilizadas.
- c) Estabelecimentos com 100 a menos de 10 000 ha:
Caracterizam-se pela drástica redução na área de café e na de matas e florestas naturais, ao lado do espetacular aumento nas pastagens plantadas. Desta forma acentuaram a sua tendência à pecuária.
- d) Estabelecimentos com 10 000 ou mais ha:
Praticamente não possuem áreas de lavouras, tendo substituído as pastagens naturais pelas plantadas e mantido a ampla predominância das atividades extrativistas — tinham em 1970 cerca de 60,0% de sua área total com matas e florestas naturais e 10,0% com matas e florestas plantadas.

Ao analisarmos a subdivisão dos produtores segundo as categorias específicas de uso (ou atividades), nos

preocuparemos mais em destacar os casos excepcionais, uma vez que cerca de 90,0% dos estabelecimentos têm área total entre 2 e menos de 50 ha. Encarando deste ponto de vista, pode-se dizer que os produtores com menos de 2 ha de área total têm maior peso relativo dentre as seguintes atividades: laranja, uva, mandioca, horti-floricultura e avicultura. Enquanto isto, os produtores com 50 ou mais ha representam mais de 10,0% nas seguintes atividades: cana-de-açúcar, trigo, bovinocultura, ovino-cultura, suinocultura, silvicultura e reflorestamento, etc.

Novamente invertendo o ponto de vista, podemos resumir a distribuição das atividades específicas segundo os grupos de área total da seguinte maneira:

Grupo de área total	Percentagem de produtores	Atividades principais em ordem decrescente de importância
Menos de 1	46,2	milho, suínos
1 —2	59,5%	milho, feijão, suínos
2 —50	74,5 a 77,4	milho, café, feijão, algodão
20 —100	72,7 a 77,4	milho (+ de 40%), café, suínos, bovinos
100 —200	82,2	milho, bovinos, café, suínos
200 —500	84,5	bovinos, milho, café, suínos
500 —5000	67,5 a 75,7	bovinos (+ de 50%), café
5000 —10000	73,6 a 83,4	bovinos (+ de 50%), silvicultura
10000 e mais	100,0	silvicultura

Finalmente, como último ponto deste resumo, observemos o cruzamento da posse com o uso da terra no Paraná.

A grande queda na área das lavouras permanentes (350 881 ha) encobre duas tendências opostas: os proprietários diminuem sua área de 516 223 ha enquanto os arrendatários e parceiros a aumentam em 156 716 ha. Tais fatos provocam importantes mudanças qualitativas na posse das áreas de café; os proprietários caem de 81,1% da

área para 63,4% em 1970, enquanto os arrendatários e parceiros aumentam sua participação relativa de 17,4% para 34,1%.

As lavouras temporárias se expandiram por mais 1 628 516 ha (91,3% de aumento) na década de 60 no Paraná. Os proprietários, embora tenham contribuído com a maior parte do aumento (983 008 ha), apresentaram uma taxa de incremento (73,8%) inferior à dos arrendatários e parceiros (306,0%) que quadruplicaram sua área explorada com os produtos anuais (foram de 213 131 ha para 865 394 ha em 1970). Desta forma os proprietários tiveram sua participação reduzida (de 74,7% para 67,8%) enquanto arrendatários e parceiros aumentaram (de 11,9% para 25,4%).

As pastagens naturais mostram uma variação muito pequena, destacando-se a área dos ocupantes, que aumentou de 38,6%. A área total da categoria ocupantes caiu 29,3% basicamente devido à legalização das terras no Sudoeste e Extremo Oeste. Esta queda é quase que totalmente concentrada nos itens Matas e Florestas Naturais e Terras Produtivas Incultas (357 579 ha). Estima-se que exatamente os estabelecimentos improdutivos tenham sido legalizados.

As pastagens plantadas foram a categoria de uso que teve os maiores aumentos, tanto em termos absolutos (1 918 334 ha) quanto em termos relativos (245,3%), na década analisada. Este incremento foi mais significativo nos proprietários (1 826 630 ha, 264,9%), embora tenha sido também grande, em termos relativos, nos arrendatários e parceiros (73 442 ha, 142,7%). As diferenças nas taxas de incremento levam a uma maior concentração desta categoria de uso nas mãos dos proprietários, que passam de 88,2% para 93,2% da área estadual com pastagens plantadas.

As terras improdutivas tiveram um acréscimo relativamente alto em todos os tipos de posse. Destacam-se, entretanto, os arrendatários e parceiros, que apresentaram uma variação de 50 388 ha ou 498,8%. Não encontramos

explicações satisfatórias para tal fenômeno. Com o esgotamento da fronteira agrícola, aumento do preço da terra e, conseqüentemente, do arrendamento, é esperado que os não-proprietários sejam alijados das melhores áreas agrícolas, mas isto não justifica o arrendamento/parceria de terras improdutivas.

Até agora vimos as categorias de posse dentro das categorias de uso da terra. Vejamos pois, dentro de cada categoria de posse, como se distribuem as de uso.

Os proprietários, em 1970, dividiam sua área total em 25,8% de lavouras, 34,1% de pastagens, 19,0% de matas e florestas e 20,9% de terras não exploradas. Embora tenham apenas 6,8% de sua área com lavouras permanentes, os proprietários têm 63,4% da área destas, sendo que 17,3% deles têm no café a sua principal fonte de renda. Com 19,0% de sua área total com lavouras temporárias, os proprietários têm 67,8% da área destas, que representam a atividade principal para 63,9% deles. Dentre os produtos anuais destacam-se: o milho (onde 37,4% dos proprietários tinham sua principal fonte de renda), feijão (8,3%), algodão (4,2%), soja (3,7% em 1970), arroz (3,4%), amendoim (1,5%), trigo (1,0%) e outros (4,3%). Os proprietários tinham também 90,4% das pastagens naturais e 93,2% das plantadas, representando a pecuária a maior fonte de renda para 16,4% deles: bovinos (7,1%), suínos (9,2%) e outros (0,1%). Finalmente, embora ocupem 19,0% da área total de todos os proprietários paranaenses, as matas e florestas (através das atividades extrativistas) fornecem a renda principal para menos de 1,8% dos membros desta categoria de posse.

Os arrendatários dividem sua área total em 71,7% com lavouras, 13,8% com pastagens, 6,6% de matas e florestas e 7,9% de terras não exploradas. Concentram-se basicamente nas lavouras temporárias (64,3% da área total), em bora tenham apenas 12,2% da área destas. Os arrendatários têm as seguintes atividades como principais fontes de renda: milho (38,9%), algodão (18,6%), feijão (11,9%),

café (8,8%), arroz (5,4%), amendoim(3,5%), soja (3,1%), suínos(2,0%), etc. Dentro destas culturas esta categoria se destaca no algodão (31,5% dos estabelecimentos e 22,9% da área colhida) e no amendoim (21,7% dos estabelecimentos e 16,2% da área colhida).

Os parceiros dividem sua área total em 79,4% com lavouras, 9,7% com pastagens, 4,1% com matas e florestas e 6,8% com terras não exploradas. Dedicam 37,3% de sua área total às lavouras permanentes e representam 30,4% da área total destas. O café é a atividade principal para 44,1% dos parceiros. Representam apenas 13,2% das lavouras temporárias, embora dediquem 42,1% de sua área total a elas. Dentre estas destacam-se como atividades principais: o milho (22,0%), o algodão (10,0%), o feijão (7,2%), a soja (3,5%), o arroz (3,3%) e outros.

Os ocupantes seguem um comportamento bastante pr^óximo ao dos proprietários, diferenciando-se por se concentes, embora 8,8% deles tenham no café sua atividade principal. Dentre estas, assumem maior destaque: o milho (47,0%), o feijão (10,0%) e os suínos (7,8%). Em termos relativos eles aparecem com peso significativo apenas na banana, produto do qual possuem 1/4 da área total (em relação ao total de bananicultores).

Na análise da variação ocorrida na década de 60, ressaltaremos o crescimento da importância dos arrendatários e parceiros em algumas lavouras. No café eles passaram de 31,3% para 50,7% dos estabelecimentos e de 12,9% para 24,2% da área; no algodão passaram de 53,9% para 61,7% e de 30,7% para 42,4% (em estabelecimentos e área, respectivamente); no arroz passaram de 27,4% para 36,2% e de 8,7% para 17,5%; no milho foram de 12,2% para 27,7% e de 3,4% para 10,4%; e no trigo passaram de 7,7% para 20,3% e de 1,5% para 9,6%.

O grande aumento na participação de parceiros, apesar da erradicação de café, da grande expansão de pastagens plantadas, da mecanização e da modernização da agricultura paranaense, exige um maior aprofundamento da análise. Um ponto que deve ser considerado é o caráter que tem a parceria na divisão dos riscos que correm os produtores (frente à geada). Sob outro ângulo podemos admitir uma evolução qualitativa neste tipo de trabalho, que tenderia mais para uma espécie de sociedade entre proprietários e parceiros, com características capitalistas que a diferenciariam daquelas relações encontradas nas regiões mais atrasadas do país.

A primeira linha de análise que podemos inferir a partir da interação da subdivisão, posse e uso da terra no Paraná diz respeito à queda acentuada na área média e o aparente "desmembramento" de propriedades. Muita confusão tem sido criada e muitos mitos fortalecidos devido ao conhecimento superficial da própria definição de estabelecimento agrícola, unidade básica de pesquisa nos recenseamentos agropecuários. Nossa primeira afirmação é a de que a área média dos produtores rurais paranaenses caiu na década de 60 principalmente devido à criação de milhares de novos estabelecimentos, nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Nas áreas onde a expansão da área total foi pequena ou nula (ou mesmo onde houve retração), a redução na área média foi devida à subdivisão de estabelecimentos, o que se deu em função do uso da terra e é completamente distinto do desmembramento de propriedades. Neste caso a propriedade jurídica da terra não se altera, apenas o seu dono cede a posse de parcela dela mediante o pagamento do arrendamento ou da parceria. Esta posse é precária, com tempo determinado em contrato, e, findo este, o proprietário pode fundir novamente as parcelas.

O segundo ponto a ser ressaltado se refere às mudanças ocorridas com o café dentro das grandes variações no uso da terra no Paraná. O ritmo e o vulto da expansão

agropecuária neste Estado, ao mesmo tempo em que enriquecem os estudos, tornam-se instáveis e sujeitos a falsas interferências. A drástica substituição de café por pastagens plantadas, ocorrida entre os censos de 1960 e 1970, teria efeitos catastróficos em qualquer economia rural relativamente estabilizada, principalmente do ponto de vista do número de pessoas ocupadas. No entanto, embora o saldo entre a erradicação e os novos plantios tenha sido de menos 350 000 ha, o número de estabelecimentos e o número de parceiros no café aumentaram significativamente no Paraná. Aconteceu que um conjunto de variáveis, que vão desde os fatores climáticos (geadas) à disponibilidade de capital, agiu no sentido da introdução e ampliação da parceria na cafeicultura, com a consequente subdivisão dos estabelecimentos médios em pequenos. Naturalmente estas considerações se referem ao Estado como um todo. Houve um deslocamento do café para o Oeste e, notadamente no Noroeste (onde ocorre o arenito), algumas localidades foram praticamente despovoadas pela mudança de atividade.

O terceiro ponto é um desdobramento do segundo, com uma ênfase maior nas relações de trabalho e não nas alterações no uso da terra. Neste caso levantamos mais dúvidas ou hipóteses a serem trabalhadas posteriormente do que conclusões. O crescimento da parceria numa área de intenso desenvolvimento capitalista, de certa forma, contraria a correspondência que esta relação de trabalho (ou tipo de posse) tem com as regiões menos desenvolvidas do Brasil. Por um lado levantamos as peculiaridades técnicas que o café apresenta, como o fato de ser uma cultura permanente, intensiva em tratamentos culturais e relativamente difícil de mecanizar. Por outro lado ressaltamos que as condições de risco e de falta de capital (que podem ser associadas também à superprodução e consequente queda de preços, ocorridas na época) induziriam os proprietários a buscar um tipo de sociedade com produtores menores e subordinados. Entretanto parece-nos

que as características técnicas e a socialização de riscos e prejuízos não são suficientes para explicar totalmente o fenômeno. Temos indícios suficientes para levantar a hipótese de que teria ocorrido uma mudança qualitativa na parceria — os parceiros estariam-se tornando sócios capitalistas dos proprietários, inclusive responsabilizando-se pelo emprego de mão-de-obra assalariada.

Muitos outros pontos podem ser levantados, todos importantes para o conhecimento profundo da realidade agrãria paranaense, e que poderiam constituir-se em novos trabalhos a serem desenvolvidos. Temos entre eles:

- a mudança do centro dinâmico da agricultura do Norte para o Oeste e do café para a soja-trigo;
- o processo de legalização das terras ocupadas, seus beneficiários, a situação dos conflitos pela posse da terra, etc.;
- quais as conseqüências do esgotamento da fronteira agrícola e qual o potencial de expansão da produção;
- quais as conseqüências da expansão das culturas comerciais sobre os pequenos agricultores de subsistência;
- por que a percentagem de terras improdutivas aumentou tão acentuadamente nos estabelecimentos de arrendatários e parceiros;
- por que as terras improdutivas aumentaram onde a área total dos estabelecimentos agrícolas diminuiu;
- quais as conseqüências deste intenso processo de ocupação territorial sobre os recursos naturais do Paraná.

Como estes, temos dezenas de outros aspectos que poderiam ser desenvolvidos, pelo menos parcialmente, neste trabalho. No entanto, estas tarefas ultrapassariam os nossos objetivos e limitações de tempo e recursos.

■

5. Apêndice

5.1

TABELAS BÁSICAS

Tabela 5.1.(a) - Condição legal das terras por microrregiões - Paraná - 1960 - números absolutos.

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
PARANÁ	171 849	9 162 384	55 404	775 215	33 786	1 062 026	8 107	385 310
01 - Curitiba	13 107	353 486	1 997	15 083	418	6 248	788	18 935
02 - Litoral Paranaense	1 206	102 568	94	2 762	371	7 674	32	1 240
03 - Alto Ribeira	2 260	163 259	149	2 639	71	1 850	61	3 397
04 - Alto Rio Negro Paranaense	1 771	77 540	57	1 459	75	2 301	350	7 296
05 - Campos de Lapa	4 359	281 509	391	6 902	206	3 182	540	21 381
06 - Campos de Ponta Grossa	4 433	716 152	189	16 763	17	2 611	355	19 535
07 - Campos de Jaguariaíva	878	233 948	386	3 734	62	2 464	153	12 785
08 - São Mateus do Sul	3 479	152 398	574	3 407	96	1 826	340	7 815
09 - Colonial de Irati	9 769	465 906	1 432	18 383	245	10 830	1 337	30 220
10 - Alto Ivaí	4 474	327 578	1 285	13 875	274	10 060	287	9 086
11 - N.Velho de Venceslau Braz	8 569	414 862	2 376	17 967	767	10 044	358	14 065
12 - N.Velho de Jacarezinho	8 115	567 284	3 026	38 420	148	8 822	229	35 928
13 - Algodoeira de Assaí	4 629	168 222	5 493	37 611	716	14 663	122	3 375
14 - N.Novo de Londrina	14 365	726 303	6 703	129 676	245	8 660	398	28 610
15 - N.Novo de Maringá	8 252	229 328	4 251	57 221	66	1 807	277	9 700
16 - N.Noviss. de Paranavaí	11 992	657 670	6 130	86 124	164	10 877	97	10 500
17 - N.Novo de Apuracana	12 331	441 998	3 426	50 505	235	1 818	181	5 675
18 - N.Noviss. de Umuarama	11 446	355 196	6 275	100 731	712	12 169	250	7 924
19 - Campo Mourão	11 166	484 773	7 028	72 946	747	14 352	223	9 066
20 - Pitanga	4 567	265 546	1 700	9 625	2 485	131 859	195	24 602
21 - Extremo Oeste Paranaense	8 366	386 599	679	12 145	4 752	213 413	188	8 866
22 - Sudoeste Paranaense	7 002	273 430	190	4 040	18 627	481 976	167	14 685
23 - Campos de Guarapuava	8 054	790 672	699	31 125	1 324	67 389	851	54 209
24 - Médio Iguaçu	7 259	526 157	874	42 072	963	35 131	328	26 415
11, 12, 13	21 313	1 150 368	10 895	93 998	1 631	33 529	709	53 368
15, 16	20 244	886 998	10 381	143 345	230	12 684	374	20 200

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960.

Tabela 5.1.(b) - Condição legal das terras, por microrregiões - Paraná - 1970 - números absolutos.

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
PARANÁ	300 153	11 739 226	189 903	1 692 015	50 048	750 342	14 384	443 947
01 - Curitiba	11 543	319 950	2 445	16 576	1 658	29 256	1 175	25 467
02 - Litoral Paranaense	1 302	58 047	64	1 354	780	20 715	11	365
03 - Alto Ribeira	2 261	132 175	579	5 202	610	15 234	207	8 421
04 - Alto Rio Negro Paranaense	3 402	59 387	1 077	4 382	510	4 267	244	3 032
05 - Campos de Lapa	4 613	279 513	1 112	11 946	683	11 259	608	13 090
06 - Campos de Ponta Grossa	5 254	784 652	635	28 540	795	41 855	828	64 426
07 - Campos de Jaguariaíva	1 727	285 651	1 311	9 054	270	11 467	409	17 920
08 - São Mateus do Sul	4 660	136 817	977	6 839	359	5 252	196	2 468
09 - Colonial de Irati	15 751	434 302	3 140	19 865	1 932	20 926	926	20 062
10 - Alto Ivaí	7 361	413 732	2 575	18 566	1 478	18 502	601	18 219
11 - N.Velho de Venceslau Braz	8 869	359 740	8 529	56 906	2 275	20 721	1 093	24 410
12 - N.Velho de Jacarezinho	9 792	515 462	10 865	103 244	1 122	13 810	370	23 364
13 - Algodoeira de Assaí	4 513	127 130	3 917	38 390	674	4 538	81	2 849
14 - N.Novo de Londrina	15 324	789 804	12 662	149 042	1 181	13 074	300	11 614
15 - N.Novo de Maringá	8 066	195 344	12 567	129 901	345	4 197	210	5 674
16 - N.Noviss. de Paranavaí	11 882	820 135	10 724	114 886	1 903	19 358	170	8 444
17 - N.Novo de Apucarana	19 063	411 476	23 737	169 646	2 224	17 685	352	5 700
18 - N.Noviss. de Umuarama	28 708	825 610	32 428	252 083	4 774	38 157	609	9 831
19 - Campo Mourão	21 299	696 618	28 413	217 312	4 482	36 825	788	16 856
20 - Pitanga	8 720	401 523	2 386	22 529	2 118	33 447	320	15 781
21 - Extremo Oeste Paranaense	47 359	1 226 391	21 813	191 073	11 828	164 558	1 570	34 701
22 - Sudoeste Paranaense	39 205	873 396	5 298	56 809	3 707	51 743	2 241	36 964
23 - Campos de Guarapuava	11 222	1 040 079	1 731	36 061	2 893	63 006	669	32 225
24 - Médio Iguaçu	8 257	552 294	918	31 809	1 447	90 490	406	42 065
11, 12, 13	23 174	1 002 332	23 311	198 540	4 071	39 069	1 544	50 623
15, 16	19 948	1 015 479	23 291	244 787	2 248	23 555	380	14 118

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970.

Tabela 5.1.(c) - Condição legal das terras - variação no número e área dos estabelecimentos - no período 60/70, por microrregiões - Paraná.

	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
PARANÁ	128 304	2 576 842	134 499	916 800	16 262	-311 684	6 277	58 637
01 - Curitiba	- 1 564	- 33 536	448	1 493	1 240	23 008	387	6 532
02 - Litoral Paranaense	96	- 44 521	- 30	- 1 408	409	13 041	- 21	- 875
03 - Alto Ribeira	1	- 31 084	430	2 563	539	13 384	146	5 024
04 - Alto Rio Negro Paranaense	1 631	- 18 153	1 020	2 923	435	1 966	- 106	- 4 264
05 - Campos de Lapa	254	- 1 996	721	5 044	477	8 077	68	- 8 291
06 - Campos de Ponta Grossa	821	68 500	446	11 777	778	39 244	473	44 891
07 - Campos de Jaguariaíva	849	51 703	925	5 320	208	9 003	256	5 135
08 - São Mateus do Sul	1 181	- 15 581	403	3 432	263	3 426	- 144	- 5 347
09 - Colonial de Irati	5 982	- 31 604	1 708	1 482	1 687	10 096	- 411	-10 158
10 - Alto Ivaí	2 887	86 154	1 290	4 691	1 204	8 442	314	9 133
11 - N.Velho de Venceslau Braz	300	- 55 122	6 153	38 939	1 508	10 677	735	10 345
12 - N.Velho de Jacarezinho	1 677	- 51 822	7 839	64 824	974	4 988	141	-12 564
13 - Algodoeira de Assaí	- 116	- 41 092	- 1 576	779	- 42	- 10 125	- 41	- 526
14 - N.Novo de Londrina	959	63 501	5 959	19 366	936	4 414	- 98	-16 996
15 - N.Novo de Maringá	- 186	- 33 984	8 316	72 680	279	2 390	- 67	- 4 026
16 - N.Noviss. de Paranavaí	- 110	162 465	4 594	28 762	1 739	8 481	73	- 2 056
17 - N.Novo de Apucarana	6 732	- 30 522	20 311	119 141	1 989	15 867	171	25
18 - N.Noviss. de Umuarama	17 262	470 414	26 153	151 352	4 062	25 988	359	1 907
19 - Campo Mourão	10 133	211 845	21 385	144 366	3 735	22 473	565	7 790
20 - Pitanga	4 153	135 977	686	12 904	- 367	- 98 412	125	- 8 821
21 - Extremo Oeste Paranaense	38 993	839 792	21 134	178 928	7 076	- 48 855	1 382	25 835
22 - Sudoeste Paranaense	32 203	599 966	5 108	52 769	-14 920	-430 233	2 074	22 279
23 - Campos de Guarapuava	3 168	249 407	1 032	4 936	1 569	- 4 383	- 182	-21 984
24 - Médio Iguaçu	998	26 137	44	- 10 263	484	55 359	78	15 650
11, 12, 13	1 861	-148 036	12 416	104 542	2 440	5 540	835	- 2 745
15, 16	- 296	128 481	12 910	101 442	2 018	10 871	6	- 6 082

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

Tabela 5.1.(d) - Condição legal das terras por estratos de área total - Paraná - 1960 - números absolutos.

Grupos de Área Total (ha)	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAL	171 802	9 162 383	55 358	775 215	33 779	1 062 026	8 107	385 310
Menos de 10	43 423	260 598	38 706	197 026	8 886	50 392	2 462	15 876
Menos de 1	583	425	431	402	100	60	9	4
1 — 2	1 546	1 896	1 875	2 194	327	380	61	100
2 — 5	17 250	68 087	21 853	84 479	3 960	15 149	805	3 329
5 — 10	24 044	190 190	14 547	109 951	4 499	34 803	1 587	12 443
10 — 100	114 366	3 512 131	16 014	352 636	23 698	728 013	5 009	148 601
10 — 20	43 674	619 616	9 932	136 874	7 673	107 483	2 143	31 506
20 — 50	53 843	1 688 513	5 235	155 302	12 994	397 485	2 143	66 750
50 — 100	16 849	1 204 002	847	60 460	3 031	223 045	723	50 345
100 — 1000	13 195	3 164 546	600	143 330	1 174	236 976	598	139 775
100 — 200	7 841	1 083 309	355	48 548	801	108 782	366	51 359
200 — 500	4 269	1 309 573	207	65 186	329	98 048	183	55 601
500 — 1000	1 085	771 664	38	29 596	44	30 146	49	32 815
1000 — 10000	797	1 718 628	38	82 223	21	46 645	38	81 058
1000 — 2000	515	717 035	22	32 664	16	21 184	24	34 101
2000 — 5000	239	687 360	14	37 539	3	9 973	12	33 679
5000 — 10000	43	314 233	2	12 020	2	15 488	2	13 278
10000 e mais	21	506 480	—	—	—	—	—	—
10000 — 100000	20	374 480	—	—	—	—	—	—
100000 e mais	1	132 000	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960.

Tabela 5.1.(e) - Condição legal das terras por estratos de área total - Paraná - 1970 - números absolutos.

Grupos de Área Total (ha)	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAL	300 130	11 739 226	189 893	1 692 015	50 046	750 342	14 384	443 947
Menos de 10	105 679	612 090	147 967	765 121	35 412	160 252	6 214	37 562
Menos de 1	2 497	1 145	1 049	649	1 285	593	70	40
1 — 2	4 225	5 755	6 821	9 440	3 000	3 998	183	280
2 — 5	39 168	148 978	76 286	286 852	19 738	71 006	2 161	8 252
5 — 10	59 789	456 212	63 811	468 181	11 389	84 655	3 800	28 989
10 — 100	178 147	4 827 237	41 323	750 046	13 898	328 652	7 568	191 432
10 — 20	83 775	1 177 524	31 442	426 419	7 732	106 829	4 072	58 660
20 — 50	74 775	2 278 187	8 800	249 380	5 245	155 775	2 784	83 767
50 — 100	19 597	1 371 526	1 081	74 247	921	66 047	712	49 006
100 — 1000	15 311	3 775 796	583	134 664	695	171 092	569	139 197
100 — 200	8 721	1 207 578	371	49 864	401	56 171	323	45 289
200 — 500	5 196	1 590 240	163	50 206	235	72 633	198	59 151
500 — 1000	1 394	977 978	49	34 594	59	42 288	48	34 757
1000 — 10000	980	2 086 479	20	42 184	41	90 346	33	75 756
1000 — 2000	630	866 432	12	16 148	22	30 726	24	33 736
2000 — 5000	302	877 926	8	26 036	17	46 475	6	18 850
5000 — 10000	48	342 121	—	—	2	13 145	3	23 169
10000 e mais	13	437 625	—	—	—	—	—	—
10000 — 100000	12	276 973	—	—	—	—	—	—
100000 e mais	1	160 652	—	—	—	—	—	—

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970.

Tabela 5.1.(f) - Uso da terra, por microrregiões do Paraná, em 1960 - números absolutos.

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Prod. Não Utilizadas	Terras Im- produtivas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
PARANÁ	1 657 104	1 783 867	1 912 081	781 947	2 839 158	188 075	1 918 954	303 748
01 - Curitiba	3 442	109 904	83 889	4 316	45 982	19 039	101 237	25 943
02 - Litoral Paranaense	8 843	7 950	2 477	2 965	80 968	502	6 864	3 675
03 - Alto Ribeira	1 053	19 947	14 391	2 078	36 143	9 874	81 637	6 022
04 - Alto Rio Negro Paranaense	407	21 745	25 003	748	13 302	1 258	23 296	2 836
05 - Campos de Lapa	4 852	51 012	140 437	6 903	29 084	1 886	73 784	5 017
06 - Campos de Ponta Grossa	1 596	41 766	363 618	17 574	136 439	42 225	91 110	60 733
07 - Campos de Jaguariaíva	1 152	13 207	121 597	7 589	52 598	4 590	43 686	8 512
08 - São Mateus do Sul	1 082	26 207	64 698	1 006	24 243	135	39 856	8 219
09 - Colonial de Irati	1 800	115 732	133 941	2 522	50 351	2 733	195 087	23 173
10 - Alto Ivaí	2 860	82 070	61 100	3 706	77 636	4 904	119 218	9 108
11 - N.Velho de Venceslau Braz	306 658	238 366	145 533	157 355	171 596	15 710	266 302	29 743
12 - N.Velho de Jacarezinho								
13 - Algodoeira de Assaí								
14 - N.Novo de Londrina	423 712	95 909	27 623	176 012	118 655	9 310	32 667	9 360
15 - N.Novo de Maringá	447 305	87 802	21 530	140 187	320 411	7 812	20 952	17 227
16 - N.Noviss. de Paranavaí								
17 - N.Novo de Apucarana	138 432	89 156	20 452	51 141	127 102	7 242	59 058	7 410
18 - N.Noviss. de Umuarama	176 239	65 681	3 525	59 058	158 719	1 758	9 117	1 923
19 - Campo Mourão	92 449	119 789	10 299	48 092	265 701	7 157	31 464	6 186
20 - Pitanga	6 231	70 713	29 134	9 687	80 341	3 278	216 629	15 620
21 - Extremo Oeste Paranaense	21 622	111 811	19 163	32 454	331 762	9 875	88 195	6 141
22 - Sudoeste Paranaense	8 465	186 159	55 415	35 314	332 560	16 317	121 328	18 574
23 - Campos de Guarapuava	1 463	149 724	323 851	18 329	184 735	13 199	232 996	19 098
24 - Médio Iguaçu	7 441	79 217	244 405	4 911	200 830	9 271	64 471	19 228

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960.

Tabela 5.1.(g) - Uso da terra por microrregiões do Paraná em 1970 — números absolutos.

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em Descanso e Prod. Não Utilizadas	Terras Im- produtivas
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
PARANÁ	1 306 223	3 412 383	1 809 429	2 700 281	2 365 400	205 163	2 203 725	622 922
01 - Curitiba	2 213	87 314	100 642	4 873	56 344	6 492	105 746	27 625
02 - Litoral Paranaense	6 178	6 784	4 298	742	25 232	1 577	23 600	12 069
03 - Alto Ribeira	2 239	20 193	32 495	7 448	12 169	277	73 243	12 968
04 - Alto Rio Negro Paranaense	96	26 430	12 138	201	13 360	361	13 953	4 529
05 - Campos de Lapa	858	45 828	117 086	5 960	52 238	15 729	62 151	15 959
06 - Campos de Ponta Grossa	2 635	69 774	335 832	42 586	225 176	147 484	137 764	58 221
07 - Campos de Jaguariaíva	1 460	30 078	96 204	23 639	36 881	29 082	80 828	25 921
08 - São Mateus do Sul	82	32 164	19 349	1 001	57 487	2 534	26 195	12 563
09 - Colonial de Irati	705	116 079	92 184	6 860	84 507	7 838	163 879	23 103
10 - Alto Ivaí	504	89 073	63 174	35 193	43 531	3 593	211 394	22 557
11 - N.Velho de Venceslau Braz	32 587	127 525	76 777	83 040	34 634	4 269	86 026	16 918
12 - N.Velho de Jacarezinho	115 667	208 223	79 481	170 514	32 704	4 463	23 862	20 966
13 - Algodoeira de Assaí	17 538	77 308	9 298	36 539	9 624	889	10 300	11 412
14 - N.Novo de Londrina	277 502	182 812	41 696	343 798	57 670	6 984	27 222	25 849
15 - N.Novo de Maringá	128 729	77 535	7 961	88 733	11 253	1 090	5 530	14 284
16 - N.Noviss. de Paranavaí	168 485	87 045	6 724	549 169	102 226	1 400	21 787	25 988
17 - N.Novo de Apucarana	133 506	194 343	18 315	149 676	49 274	3 908	38 529	16 955
18 - N.Noviss. de Umuarama	253 508	228 354	14 544	429 100	134 162	1 718	27 794	36 501
19 - Campo Mourão	92 007	355 760	21 264	227 000	143 897	5 330	91 109	31 244
20 - Pitanga	859	129 681	35 406	58 186	27 973	2 374	197 034	21 767
21 - Extremo Oeste Paranaense	59 398	599 111	20 069	228 251	472 686	22 341	150 621	64 247
22 - Sudoeste Paranaense	6 867	380 677	47 870	128 909	198 076	6 776	205 429	44 308
23 - Campos de Guarapuava	660	166 709	340 126	53 631	244 530	18 910	298 496	48 309
24 - Médio Iguaçu	1 941	73 583	216 497	25 233	239 765	9 746	121 233	28 660
11, 12, 13	165 792	413 056	165 556	290 093	76 962	9 621	120 188	49 296
15, 16	297 214	164 580	14 685	637 902	57 670	2 490	27 317	40 272

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970.

Tabela 5.1.(h) - Distribuição percentual dos estabelecimentos, segundo estratos de área total por atividade predominante
- Paraná - 1960.

	Menos de 1 ha	1—2	2—5	5—10	10—20	20—50	50—100	100—200	200—500	500—1000	1000—2000	2000—5000	5000—10000	10000—100000	100000 e mais	
TOTAIS	0,4	1,4	16,3	16,6	23,6	27,6	8,0	3,5	1,8	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	0,4	1,4	16,7	17,4	24,4	27,2	7,4	3,0	1,5	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Banana	1,6	3,2	11,2	8,1	20,2	36,8	10,2	5,0	3,0	0,4	0,2	—	—	0,1	—	100,0
Café	0,1	0,3	12,4	20,1	29,5	25,8	5,9	2,9	2,0	0,6	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Laranja	6,6	9,4	34,7	11,5	16,1	12,8	5,9	2,6	0,2	—	—	0,2	—	—	—	100,0
Uva	2,3	5,4	23,4	20,9	20,9	17,8	5,4	2,3	1,6	—	—	—	—	—	—	100,0
Outros prod. lav. perman.	4,8	3,3	23,1	16,7	24,6	20,0	3,9	2,2	1,2	0,1	—	0,1	—	—	—	100,0
Algodão	0,3	2,4	36,6	24,6	20,5	12,6	1,8	0,6	0,5	0,1	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Amendoim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arroz	0,2	2,2	25,8	20,5	24,9	19,0	4,3	1,6	0,9	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	—	100,0
Batata	0,4	1,6	13,1	14,3	23,4	35,2	8,8	2,7	0,5	0,0	0,0	—	—	0,0	—	100,0
Cana	—	—	5,4	13,6	18,7	29,1	15,5	10,8	4,0	1,4	0,4	1,1	—	—	—	100,0
Feijão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fumo	1,3	1,9	10,8	10,8	28,1	31,2	14,0	1,3	—	0,6	—	—	—	—	—	100,0
Mandioca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Milho	0,4	1,7	14,8	14,1	21,7	31,6	9,9	3,8	1,6	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	—	100,0
Soja	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Trigo	0,6	1,9	12,2	14,3	23,4	33,8	9,8	2,5	0,9	0,3	0,2	0,1	—	—	—	100,0
Outros prod. lav. tempor.	0,7	2,2	22,9	19,9	24,4	22,6	4,7	1,6	0,8	0,1	0,1	0,0	—	0,0	—	100,0
Pecuária	0,6	1,3	10,0	10,0	17,9	32,8	13,0	7,2	4,3	1,4	0,9	0,5	0,1	0,0	—	100,0
Bovinos	0,8	1,6	7,8	7,4	13,3	23,1	14,0	11,4	10,6	4,3	3,3	1,9	0,4	0,1	—	100,0
Ovinos	—	—	18,5	11,1	22,3	18,5	3,7	18,5	3,7	—	—	3,7	—	—	—	100,0
Suínos	0,6	1,3	10,5	10,7	19,1	35,5	12,8	6,1	2,6	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	—	100,0
Animais de outras espécies	2,1	1,4	27,1	6,9	16,0	20,1	10,4	3,5	6,9	3,5	1,4	0,7	—	—	—	100,0
Horticultura e Floricultura	0,8	2,2	51,0	19,4	13,2	9,2	2,9	0,9	0,2	0,1	0,0	0,0	—	—	—	100,0
Silvicultura ou Reflorestamento	1,4	4,2	14,1	8,4	29,6	16,9	5,6	2,8	8,5	—	4,2	2,8	—	—	1,4	100,0
Avicultura	6,0	10,4	32,4	16,1	10,4	15,4	5,0	2,3	1,0	1,0	—	—	—	—	—	100,0
Apicult./Cunicult./Seríicicultura	3,1	3,1	10,0	8,1	25,0	31,3	10,6	5,7	1,9	0,6	0,6	—	—	—	—	100,0
Invernadas/Campos Engorda	2,8	2,6	21,4	12,2	15,0	20,6	8,1	8,1	5,3	1,8	1,2	0,7	—	0,2	—	100,0
Extração Vegetal	0,4	1,2	8,2	9,8	16,6	28,7	16,0	10,5	6,4	1,1	0,8	0,2	0,1	—	—	100,0
Finalidades Especiais	1,5	0,7	12,5	5,9	11,8	23,5	11,0	14,0	9,6	0,7	2,2	5,2	0,7	0,7	—	100,0

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960.

Tabela 5.1.(i) - Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a atividade predominante, por grupos de área total
Paraná - 1960.

	Menos de 1 ha	1—2	2—5	5—10	10—20	20—50	50—100	100—200	200—500	500—1000	1000—2000	2000—5000	5000—10000	10000—100000	100000 e mais
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura e Agropecuária	77,8	87,1	89,9	92,2	91,2	87,0	81,8	76,3	73,3	67,4	55,3	47,7	45,0	55,0	-
Banana	1,2	0,7	0,2	0,1	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,2	0,4	-	-	5,0	-
Café	6,5	6,6	20,0	33,2	34,3	25,7	20,2	22,8	30,1	33,6	30,8	25,0	22,5	20,0	-
Laranja	2,3	1,0	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-	0,4	-	-	-
Uva	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Outros prod. lav. perman.	4,3	0,9	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2	-	-	0,4	-	-	-
Algodão	3,8	10,0	13,0	8,5	5,0	2,6	1,3	1,0	1,5	1,2	0,9	0,8	-	-	-
Amendoim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	2,3	6,4	6,4	5,0	4,2	2,8	2,1	1,9	1,9	2,4	2,9	2,2	2,1	10,0	-
Batata	0,8	1,0	0,7	0,8	0,9	1,1	1,0	0,7	0,2	0,1	0,4	-	-	5,0	-
Cana	-	-	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	1,0	-	-	-
Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	-	0,1	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	44,8	49,3	37,9	35,4	38,3	47,6	51,5	45,4	35,3	26,9	16,8	15,6	20,4	10,0	-
Soja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo	0,8	0,8	0,5	0,5	0,6	0,8	0,8	0,4	0,3	0,3	0,5	0,8	-	-	-
Outros prod. lav. tempor.	10,5	10,2	9,4	8,0	6,9	5,5	3,9	3,0	3,1	2,1	2,4	1,5	-	5,0	-
Pecuária	15,1	9,2	6,0	5,8	7,3	11,5	15,8	20,2	22,6	28,9	38,8	44,8	51,0	30,0	-
Bovinos	4,1	2,3	1,0	0,9	1,2	1,7	3,6	6,6	11,6	19,4	31,5	39,2	44,9	20,0	-
Ovinos	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	-	-	0,4	-	-	-
Suínos	10,8	6,8	4,9	4,9	6,1	9,8	12,2	13,4	10,8	9,1	6,9	4,8	6,1	5,0	-
Animais de outras espécies	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,4	0,4	0,4	-	5,0	-
Horticultura e Floricultura	2,0	1,5	3,0	1,1	0,6	0,3	0,4	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	-	-	-
Silvicultura ou Reflorestamento	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	-	0,5	0,8	-	-	100,0
Avicultura	1,6	0,8	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	-	-	-	-	-
Apicult./Cunicult./Sericultura	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	-	-	-	-
Invernadas/Campos Engorda	2,1	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7	0,9	1,2	1,7	2,2	-	10,0	-
Extração Vegetal	0,7	0,6	0,4	0,4	0,5	0,8	1,5	2,2	2,5	1,9	2,8	1,5	2,0	-	-
Finalidades Especiais	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1	0,5	2,6	2,0	5,0	-

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960.

5.1.(j) - Distribuição dos estabelecimentos das grandes categorias de uso, segundo a condição do produtor.
Paraná 1960-1970.

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produt. Incultas	TOTAL
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
1960								
TOTAL	110 420	212 643	79 264	79 951	91 658	9 613	77 154	269 146
Proprietários	77 746	142 411	64 508	59 636	67 325	7 703	61 060	179 028
Arrendatários/Parceiros	27 315	37 616	3 364	10 057	4 675	622	3 639	56 332
Ocupantes	5 359	32 616	11 392	10 258	19 658	1 288	12 455	33 786
1970								
TOTAL	166 159	460 255	99 898	197 648	135 882	12 810	153 317	554 488
Proprietários	91 358	262 433	83 149	155 278	115 487	10 450	130 546	312 762
Arrendatários/Parceiros	66 957	152 876	8 985	32 939	9 716	1 958	11 708	191 678
Ocupantes	7 844	44 946	7 764	9 431	10 679	402	11 063	50 048
Δ 1960/70								
TOTAL	55 739	247 612	20 634	117 697	44 224	3 197	76 163	285 342
Proprietários	13 612	120 022	18 641	95 642	48 162	2 747	69 486	133 734
Arrendatários/Parceiros	39 642	115 260	5 621	22 882	5 041	1 336	8 069	135 346
Ocupantes	2 485	12 330	- 3 628	- 827	- 8 979	- 886	- 1 392	16 262

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

Tabela 5.1.(1) - Distribuição percentual dos estabelecimentos das grandes categorias de uso segundo a condição do produtor. Paraná 1960 e 1970.

	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produt. Incultas	TOTAL
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
Variação 1960/70								
TOTAL	50,5	116,4	26,0	147,2	48,2	33,3	98,7	106,0
Proprietários	17,5	84,3	28,9	160,4	70,1	35,7	113,8	74,7
Arrendatários/Parceiros	145,1	306,4	167,1	227,5	107,8	214,8	221,7	240,3
Ocupantes	46,4	37,8	- 31,8	- 8,1	- 45,7	- 68,8	- 11,2	48,1
1960								
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proprietários	70,4	67,0	81,4	74,6	73,5	80,1	79,1	66,5
Arrendatários/Parceiros	24,7	17,7	4,2	12,6	5,1	6,5	4,7	20,9
Ocupantes	4,9	15,3	14,4	12,8	21,4	13,4	16,2	12,6
1970								
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proprietários	55,0	57,0	83,2	78,5	85,0	81,6	85,1	56,4
Arrendatários/Parceiros	40,3	33,2	9,0	16,7	7,2	15,3	7,7	34,6
Ocupantes	4,7	9,8	7,8	4,8	7,8	3,1	7,2	19,0

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1960 e 1970.

Tabela 5.1.(m) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos
segundo a condição do produtor, por atividade predominante. Paraná - 1960.

	Proprietários		Arrendatários+Parceiros		Ocupantes		TOTAL	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAL	66,5	83,7	20,9	7,0	12,6	9,3	100,0	100,0
Agricultura/Agropecuária	65,6	81,7	22,1	8,0	12,3	10,3	100,0	100,0
Café	67,3	85,9	31,3	12,9	1,4	1,2	100,0	100,0
Outras permanentes	78,5	90,6	16,4	6,0	5,1	3,4	100,0	100,0
Algodão	43,9	67,2	53,9	30,7	2,2	2,1	100,0	100,0
Amendoim	—	—	—	—	—	—	—	—
Arroz	65,8	87,2	27,4	8,7	6,8	4,1	100,0	100,0
Feijão	—	—	—	—	—	—	—	—
Milho	66,5	78,6	12,2	3,4	21,3	18,0	100,0	100,0
Soja	—	—	—	—	—	—	—	—
Trigo	75,9	89,0	7,7	1,5	16,4	9,5	100,0	100,0
Outras temporárias	68,1	82,5	18,5	6,7	13,4	10,8	100,0	100,0
Pecuária	74,5	88,2	8,2	4,0	17,3	7,8	100,0	100,0
Bovinos	88,0	93,6	6,1	4,4	5,9	2,0	100,0	100,0
Suínos	70,8	81,1	8,7	3,2	20,5	15,7	100,0	100,0
Outros animais	79,2	90,6	11,6	6,9	9,2	2,5	100,0	100,0
Outras Atividades	69,6	94,1	28,1	4,4	2,3	1,5	100,0	100,0

FONTE: Obtida através da remontagem da tabela "Condição legal das terras, segundo a atividade predominante".
Censo Agropecuário - 1960 - IBGE.

5.1.(n) - Distribuição percentual do número e área total dos estabelecimentos
segundo a atividade predominante, por condições do produtor. Paraná - 1960.

	Proprietários		Arrendatários+Parceiros		Ocupantes	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura/Agropecuária	86,7	71,9	93,1	84,8	86,2	81,1
Cafê	27,7	27,3	41,0	49,4	3,1	3,3
Outras permanentes	1,0	0,8	0,7	0,6	0,3	0,3
Algodão	3,8	1,6	14,9	8,9	1,0	0,4
Amendoim	—	—	—	—	—	—
Arroz	4,0	2,9	5,2	3,5	2,2	1,2
Feijão	—	—	—	—	—	—
Milho	41,6	34,1	24,3	17,7	70,6	69,9
Soja	—	—	—	—	—	—
Trigo	0,7	0,5	0,2	0,1	0,8	0,5
Outras temporárias	7,9	4,7	6,8	4,6	8,2	5,5
Pecuária	10,9	22,7	3,8	12,2	13,4	18,1
Bovinos	2,7	13,5	0,6	7,7	1,0	2,5
Suínos	8,1	8,9	3,2	4,2	12,4	15,5
Outros animais	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,1
Outras Atividades	2,4	5,4	3,1	3,0	0,4	0,8

FONTE: Obtida através da remontagem da tabela "Condição legal das terras, segundo a atividade predominante".
Censo Agropecuário - 1960 - IBGE. ■

V A R I Á V E I S		Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Zona 8	Zona 9	Zona 10	Zona 11	RMC		
População		26 126	41 323	38 235	113 031	187 701	392 381	33 003	58 062	7 248	46 627	35 786	979 523		
Domicílios Próprios	Domicílios	5 964	8 534	7 501	30 039	43 788	83 908	5 592	12 356	1 515	8 875	7 085	215 558		
	Próprios	4 166	5 986	5 559	15 333	30 794	54 303	5 391	8 215	1 046	6 351	5 088	142 232		
	Alugados	1 562	1 636	1 358	12 939	10 769	22 396	312	3 340	206	1 656	1 265	57 439		
	Outros	236	912	583	1 767	2 225	7 210	289	801	262	868	733	15 886		
	Formas de Aquisição	Comprados à vista	1 364	1 823	3 068	5 301	11 303	17 027	4 014	4 853	679	3 634	1 825	54 891	
		Comprados à prazo	2 343	3 418	6 542	6 954	15 842	33 901	891	2 605	221	2 074	2 658	77 449	
		Sem Informação	12	124	94	399	178	460	243	67	19	305	72	1 973	
	Tipo de Financiamento	Através da SFH	880	290	1 680	1 938	5 073	7 056	-	223	4	32	101	17 277	
		Sem SFH	1 401	2 982	1 779	4 902	10 591	26 538	810	2 071	196	1 978	2 516	55 764	
		Sem Informação	62	145	157	114	178	307	81	312	23	64	43	1 486	
Renda	Tamanho médio das famílias	4,3	4,6	4,7	3,8	4,1	4,5	5,1	4,5	4,6	4,8	4,9	4,4		
	Domiciliar (Em Salários Mínimos)	Até 5 Salários Mínimos	1 104	4 599	5 339	5 016	12 460	42 185	5 346	7 548	1 081	6 415	5 375	96 468	
		5 - 10	1 724	2 693	1 681	6 840	13 172	27 458	463	3 206	240	1 286	1 179	59 942	
		10 - 15	880	559	181	4 104	7 654	6 443	35	557	75	225	187	20 900	
		15 - 20	570	269	31	3 876	3 649	1 994	-	312	23	96	43	10 863	
		20 - 30	682	83	71	3 420	2 937	1 381	-	178	11	96	14	8 873	
Mais de 30	558	21	-	2 864	1 513	153	-	67	31	96	28	5 331			
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	Tipo	Casa	4 452	7 954	7 055	11 799	37 558	74 705	937	11 533	1 358	7 541	6 266	171 155	
		Apartamento	1 054	-	-	14 250	3 738	2 761	-	45	-	-	-	21 862	
		Outros	12	269	232	57	89	2 148	4 906	289	101	673	551	2 337	
	Cobertura	Telhos de barro ou Cerâmica	4 910	7 602	7 016	17 385	38 270	75 626	3 320	11 622	1 421	7 525	6 051	180 748	
		Cimento Amianto, Laje	570	456	8 379	3 026	2 914	683	222	23	354	575	17 487	-	
		Outros	37	165	-	342	89	1 074	1 839	22	16	337	201	4 122	
	Paredes Externas	Tábuas, Barrotes de Madeira	1 761	5 841	4 217	3 648	20 470	54 917	4 338	9 351	1 219	6 319	5 059	117 140	
		Alvenaria	3 683	2 154	2 819	22 887	20 559	23 010	24	2 427	225	1 528	1 408	60 124	
		Outros	74	228	265	171	356	1 687	1 481	89	16	369	359	5 095	
	Paredes Internas	Tábuas, Barrotes de Madeira	1 922	5 904	4 234	4 275	21 449	55 377	3 760	9 404	1 256	6 383	4 786	118 830	
Alvenaria		3 534	1 947	2 833	21 603	19 758	21 476	12	2 138	158	1 287	1 265	76 011		
Outros		61	373	235	228	178	2 761	2 071	245	46	546	776	7 520		
Piso	Tábuas, Taco, Tapete, Piso Vinílico	5 456	7 913	6 798	25 935	40 940	77 160	3 702	11 577	1 403	7 123	6 094	194 101		
	Cerâmica ou Ladrilho, Marmore, Cimento	62	165	457	171	445	1 841	104	245	26	643	421	4 590		
	Outros	-	146	47	-	-	614	2 036	44	30	450	302	3 669		
Forro	Madeira ou placas	2 964	6 960	6 085	9 177	31 773	68 416	717	10 909	1 234	5 225	4 642	148 102		
	Laje	2 505	290	209	16 587	9 345	4 602	-	223	23	96	57	33 937		
	Outros	49	145	65	342	178	767	150	89	4	80	187	2 056		
Não Possui		-	829	942	-	89	5 829	4 974	646	199	2 814	1 940	18 262		
INFRA-ESTRUTURA	Energia Elétrica	Possui	5 518	7 395	6 356	26 049	41 385	74 859	532	10 553	1 039	5 241	4 614	183 541	
		Não possui	-	829	946	57	-	4 755	5 310	1 314	420	2 975	2 213	18 819	
	Água	Rede Geral	4 898	1 865	2 295	26 049	37 914	50 775	92	7 080	196	1 335	1 882	134 381	
		Cisterna, poço artesiano ou nascente privativa	508	5 676	4 371	57	3 293	26 538	2 429	4 453	1 054	4 743	4 225	57 347	
		Outros	111	683	636	-	178	2 300	3 320	335	210	2 138	719	10 630	
	Instalação de Água	Cozinha	Possui	5 220	4 350	3 480	25 992	38 270	54 150	58	5 833	596	2 251	2 098	142 298
			Não Possui	285	3 729	3 622	114	2 848	24 237	4 037	5 744	836	5 467	4 283	55 202
			Não Possui o Cômodo	12	145	200	-	267	1 227	1 747	289	26	498	446	4 857
	Banheiro interno	Possui	5 096	3 729	3 215	25 422	36 757	46 940	23	4 898	461	1 640	1 495	129 676	
		Não Possui	87	808	666	57	1 513	3 528	416	1 180	79	498	532	9 364	
Não possui o cômodo		335	3 687	3 420	627	3 115	29 146	5 403	5 789	919	6 078	4 800	63 319		
Equipamento Sanitário	Vaso Sanitário	5 208	3 791	3 345	25 878	38 715	50 929	23	5 366	461	1 945	1 768	137 429		
	Latrina Improvisada	310	3 936	3 748	228	2 225	25 464	4 338	5 989	893	5 788	4 729	57 648		
	Não Possui	-	497	208	-	445	3 221	1 481	512	105	482	331	7 282		
Despejo	Rede Geral	4 055	1 098	1 997	25 194	27 768	19 635	-	1 870	-	161	144	81 922		
	Fossa Sêptica	1 091	2 465	1 102	399	10 769	25 618	23	2 716	398	1 383	1 753	47 717		
	Outros	372	4 660	4 204	513	2 848	34 362	5 819	7 280	1 062	6 672	4 930	72 722		
Densidade	Até 2 pessoas/cômodo	5 241	6 631	4 818	25 593	39 783	63 046	2 633	9 368	1 110	4 946	4 216	167 385		
	Mais de 2 pessoas/cômodo	269	1 558	2 480	513	1 602	16 561	3 224	2 493	374	3 255	2 591	34 960		
Deficiências	Matérias empregadas	198	125	213	684	801	1 533	-	134	4	48	57	3 797		
	Infra-estrutura	446	3 729	2 538	1 083	5 429	25 771	451	5 454	771	2 942	2 155	50 769		
	Densidade de Ocupação	149	63	657	456	534	2 147	-	245	19	112	143	4 525		
	Material empregado e infra-estrutura	-	415	424	-	-	3 066	2 224	268	94	1 270	991	8 752		
	Material empregado e densidade	-	41	133	-	-	-	-	-	-	16	-	190		
	Supra-estrutura e densidade	136	933	1 175	114	979	11 504	488	1 891	231	1 720	1 322	20 493		
Necessidades	Adaptação	446	3 729	2 538	1 083	5 429	25 771	225	5 388	724	2 910	2 156	50 399		
	Ampliação	149	62	657	456	534	2 148	-	245	15	113	144	4 523		
	Recuperação	136	62	39	570	445	767	-	67	-	32	14	2 132		
	Adaptação/Ampliação	136	911	1 159	114	979	11 505	150	1 848	214	1 720	1 322	20 058		
	Adaptação/Recuperação	-	331	382	-	-	2 761	960	245	71	1 029	790	6 569		
	Ampliação/Recuperação	-	41	53	-	-	-	-	-	-	16	-	110		
Déficit	Reposição	74	766	864	114	445	4 602	4 616	646	173	1 994	1 466	15 760		
	Construção de novas habitações	60	290	419	228	801	1 840	359	423	38	546	215	5 219		
PRETENSÕES	COPGAR	Tipo	Casa	644	994	1 205	3 192	7 120	14 573	3 043	1 492	131	772	592	34 158
			Apartamento	236	41	95	1 938	1 246	614	12	45	15	32	14	4 288
			Indiferente - Sem informação	124	44	34	1 482	1 157	1 687	125	132	25	47	56	4 913

6. Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 277 p.
- BARTHELMES, Arthur. Ocupação e organização do Paraná Velho. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba, (6/7):42-63, maio 1962.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 14(4):427-456, out./dez. 1952.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Sistema nacional de cadastro rural. Cadastro de imóveis rurais - 1972. *Estatísticas cadastrais*. Brasília, 1974. v.1.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. Londrina, 1975. 295 p.
- CORREA, Roberto *et alii*. Cidade e região no sudoeste paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 32(2):3-155, 1970.
- . O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 32(1):87-98, jan./mar. 1970.
- DUARTE, João Carlos. *Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970*. São Paulo, USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1971. Tese de mestrado.
- & QUEDA, Oriovaldo. *Agricultura e acumulação: algumas sugestões*. São Paulo, USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1974. Seminário.
- EATON, John. *Manual de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agrícola de 1960; Paraná - Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1970. 2 v.
- . *Censo agropecuário; Brasil 1970*. Rio de Janeiro, 1975. 299 p.
- . *Censo agropecuário; Paraná 1970*. Rio de Janeiro, 1975. 629 p.
- . *Sinopse preliminar do censo demográfico; Brasil 1970*. Rio de Janeiro, 1971. 256 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. *Os  ndices de concentração de posse da terra e as modificações da estrutura agr ria brasileira em 1960-70*. XII Reunião da SOBER. Porto Alegre, 1975.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Contribuição   análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil*. São Paulo, USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1971. Tese de livre-docência.
- . *A distribuição de Pareto*. São Paulo, USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1974. (Estudos, 18)

- & GRAZIANO DA SILVA, J. F. *A estrutura agrária brasileira*. São Paulo, USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1975. (Pesquisa, 31)
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. *Comparação entre as áreas municipais do Estado do Paraná 1960-1970*. Curitiba, 1976.
- LIMA, Luiz Mendes de. História do cooperativismo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (43):39-66, jul./ago. 1974.
- MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Curitiba, Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A. - BADEP, 1968.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Evolução histórica da economia paranaense*. Curitiba, UFP, Departamento de Ciências Sociais, Diretório Acadêmico Rocha Pombo, s.d. 19 f.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1975. 201 f. Tese de doutoramento.
- MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O bôia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1975. 154 p.
- MÜLLER, Nice. *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (22):55-97, mar. 1956.
- NICHOLS, WILLIAM H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná 1920/65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (26):19-53, set./out. 1971.
- PAIVA, Ruy Miller *et alii*. *Setor agrícola do Brasil*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1973. 456 p. Trabalho elaborado especialmente para o XV Congresso Internacional de Economistas Agrícolas.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, PUCSP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, 1970. 346 p. Tese de doutoramento.
- PRADO JR., Caio. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (43):11-52, set./out. 1962.
- WESTPHALEN, Cecília Maria *et alii*. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, (7):1-52, 1968.

EQUIPE TÉCNICA

LUIZ HENRIQUE PEREZ

MARIA CANDIDA RAIZER CARDINALLI PEREZ

VERÔNICA SILVEIRA TOLEDO

FERMINO SALVADOR ECHS

CARLOS FREDERICO FAYET